



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES

RDC Nº 001/2021

Elaboração do projeto, aprovação e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem sua locação e realização de sua manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste EDITAL, mediante critério de MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL.

Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL

Av. Farquar, S/N – Complexo Rio Madeira – Rio Pacaás Novos - CEP 76.903-036 Porto Velho/RO. FONE: 3212-9263

www.rondonia.ro.gov.br/supel



Sumário

PREÂMBULO	3
DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - DO OBJETO E DO EDITAL	8
CAPÍTULO 2 - DA PARTICIPAÇÃO	9
VOLUME 1 – GARANTIA DE PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DESEMPATE.....	12
DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES	14
ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇO	15
DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO	17
DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	20
DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO	26
DOS RECURSOS	27
DO ENCERRAMENTO	28
DA SUBCONTRATAÇÃO	28
DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À ASSINATURA DO CONTRATO	28
DAS CONDIÇÕES DE EFICÁCIA DO CONTRATO	31
DO ORÇAMENTO E DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA	32
DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS	32
DA FONTE DE RECURSOS	32
DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO	33
DOS SEGUROS	33
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	33
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	34
ANEXOS AO EDITAL	35



PREÂMBULO

O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações**, órgão da administração direta, com sede no Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO, doravante denominada SUPEL, torna público, para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, com a Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, com a Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, com a Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, com a demais legislação correlata, nos termos da minuta padrão aprovada pela (ASSESSORIA JURÍDICA), através do Parecer nº 3/2021/PGE-GAB, de 06/04/2021, realizará, sob condução da Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e Emergências de Rondônia – CELHEURO, constituída pela Portaria nº 81/2020/SUPEL-GAB, de 25/06/2020, a abertura de licitação, destinada a contratação da elaboração do projeto, aprovação e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem como sua locação e realização da respectiva manutenção pelo prazo contratual, conforme os requisitos deste EDITAL, sob o regime de EMPREITADA INTEGRAL.

A CELHEURO receberá, na B3, os ENVELOPES 1 – GARANTIA DE PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E DECLARAÇÃO, 2 – PROPOSTA DE PREÇO e ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO. Na SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO, serão abertas as PROPOSTAS DE PREÇO das LICITANTES cujos documentos contidos no ENVELOPE 1 tenham sido aprovados.

As sessões da LICITAÇÃO ocorrerão na Rua XV de Novembro, 275, Centro, CEP 01013-001, São Paulo/SP, nas dependências da B3, nas datas e horários designados no CRONOGRAMA do EDITAL.

Se interpostos recursos, após a sua apreciação e julgamento, será divulgado o resultado definitivo do LEILÃO, sendo este encaminhado para HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO do objeto.

O EDITAL e seus ANEXOS, referentes à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL (www.rondonia.ro.gov.br/supel), ou na sede da SUPEL, das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), através da entrega de um CD-ROM virgem, para gravação de todos os documentos necessários à formulação das propostas.

A presente LICITAÇÃO reger-se-á pelo disposto neste EDITAL e seus Anexos, pela Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, pela Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, pela Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, pela demais legislação correlata.

Todos os horários estabelecidos neste edital referem-se ao horário de Brasília. Para a prática dos atos presenciais no território do Estado de Rondônia, os interessados deverão observar o fuso horário local.



DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

Para os fins do presente EDITAL e seus Anexos, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

(I) ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: órgão responsável pela normatização no Brasil; entidade privada sem fins lucrativos, reconhecida como Foro Nacional de Normalização, representante no Brasil das entidades de Normalização Internacional, como o International Standards Organization;

(II) ADJUDICAÇÃO: ato formal pelo qual o Secretário de Estado da Saúde confere à Licitante Vencedora o objeto a ser contratado;

(III) ADJUDICATÁRIA: LICITANTE à qual será adjudicado o OBJETO da LICITAÇÃO;

(IV) BENS REVERSÍVEIS: são todos os bens e infraestruturas construídos pela Licitante vencedora para a execução do CONTRATO;

(V) B3: B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, situada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 – Centro, CEP 01010-901, responsável pela prestação de serviços especializados de assessoria técnica e apoio operacional relativos aos procedimentos necessários à realização do certame.

(VI) CAT: Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou pelo CAU para profissionais licenciados nas respectivas profissões;

(VII) CAU: Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, em sua região;

(VIII) CONDIÇÕES DE EFICÁCIA: eventos cuja verificação integral, nos termos do CONTRATO e do EDITAL, determina o início da vigência do CONTRATO e a exigibilidade das obrigações atribuídas às PARTES, por intermédio da ORDEM DE INÍCIO;

(IX) CONSÓRCIO: grupo de pessoas jurídicas que se unem para agregar a capacitação técnica, econômica e financeira para participação na LICITAÇÃO, quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO.

(X) CONTA GARANTIA: conta corrente específica aberta junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA com finalidade de garantir o pagamento da remuneração em caso de inadimplemento do GER, na qual deverá manter, durante a execução do CONTRATO, o SALDO MÍNIMO;

(XI) CONTRATO: é o contrato de elaboração e aprovação de projeto e construção do prédio do hospital de urgência e emergência de Rondônia, a ser construído em Porto Velho, segundo as necessidades da administração, bem como sua locação e realização de sua manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste EDITAL, mediante critério de menor preço do valor de pagamento mensal, sob regime de empreitada integral.



(XII) CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE GARANTIA E DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA ou CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA: é o instrumento contratual firmado entre o GER, a SPE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que regerá e regulará a estrutura de garantias de pagamento do VPM, devido à SPE, nos termos deste CONTRATO;

(XIII) CELHEURO: Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e Emergências de Rondônia – CELHEURO designada pelo GER, nos termos do Decreto Estadual nº 8.978, de 31 de Janeiro de 2000, a qual será responsável por receber, examinar e julgar todos os documentos e conduzir os procedimentos relativos à LICITAÇÃO.

(XIV) CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da engenharia e da agronomia, em sua região.

(XV) DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: data e período designados no CRONOGRAMA no qual deverão ser entregues, na sede da B3, pelas LICITANTES os ENVELOPES 1, 2 e 3.

(XVI) DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO: data que determina o início da contagem do período do CONTRATO possibilitando que a SPE dê início às OBRAS.

(XVII) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: conjunto de documentos arrolados no EDITAL, a serem obrigatoriamente apresentados pelas PROPONENTES, destinados a comprovar sua HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA e HABILITAÇÃO TÉCNICA, de acordo com este EDITAL.

(XVIII) DIOF: Diário Oficial do Estado de Rondônia.

(XIX) EDITAL: O presente EDITAL e todos os seus ANEXOS.

(XX) ENVELOPE: Invólucro contendo os documentos para participação na LICITAÇÃO, designados como 1, 2 e 3.

(XXI) ETAPA DE OBRAS: compreende o período entre a data de emissão da primeira ORDEM DE SERVIÇO e a data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO do último MÓDULO do HEURO. Cada MÓDULO do HEURO tem sua própria ETAPA DE OBRAS e ETAPA DE MANUTENÇÃO, sendo certo que ao final do último MÓDULO da ETAPA DE OBRAS todo o CONTRATO do HEURO estará em sua ETAPA DE MANUTENÇÃO.

(XXII) ETAPA DE MANUTENÇÃO: compreende o período desde a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS pelo GER e se estende até a data do Advento do Termo Contratual. Na ETAPA DE MANUTENÇÃO a SPE será a locadora da infraestrutura objeto da OBRA, sendo responsável pela manutenção predial dos edifícios locados, nos termos deste contrato. A ETAPA DE MANUTENÇÃO está limitada ao término do período de vigência do CONTRATO.

(XXIII) GARANTIA DE PROPOSTA: a garantia de cumprimento da proposta a ser apresentada pelas PROPONENTES para assegurar a apresentação da PROPOSTA DE PREÇO, bem como das demais obrigações assumidas pela PROPONENTE em razão de sua participação na LICITAÇÃO, nos



termos deste EDITAL.

(XXIV) GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: é a garantia do fiel cumprimento das obrigações do CONTRATO, a ser prestada pela SPE, e que poderá ser executada pelo GER em caso de descumprimento de obrigações contratuais.

(XXV) GARANTIA DE PAGAMENTO DO VPM: conjunto de instrumentos jurídicos a ser formalizado com o intuito de garantir à SPE o pagamento do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL que lhe for devido durante a vigência do CONTRATO, bem como eventuais indenizações acerca de investimentos não amortizados.

(XXVI) GER: Governo do Estado de Rondônia.

(XXVII) HEURO: é o Hospital de Emergências e Urgências de Rondônia.

(XXVIII) INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ou BANCO DEPOSITÁRIO: é a agência do Banco do Brasil que recebe, os valores advindos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal em favor do GER.

(XXIX) LICITAÇÃO: procedimento administrativo promovido pelo GER para selecionar, dentre as PROPOSTAS COMERCIAIS apresentadas, a que seja vantajosa para a Administração Pública Estadual, com base nos critérios previstos neste EDITAL.

(XXX) LICITANTE: qualquer pessoa jurídica, inclusive fundo de investimento ou entidade de previdência complementar, que participe da LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, de acordo com o disposto no EDITAL.

(XXXI) MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3: ANEXO XVII deste EDITAL, elaborado pela B3, contendo orientações, regras e modelos de documentos para os procedimentos de prestação de GARANTIA DE PROPOSTA, procedimentos operacionais, bem como todos os demais procedimentos pertinente à realização do certame realizados sob assessoria da B3.

(XXXII) MENOR VALOR GLOBAL: valor que a LICITANTE espera receber da administração pública pela elaboração do projeto, aprovação e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, conforme previsto na minuta do CONTRATO.

(XXXIII) MÓDULOS DA ETAPA DE OBRAS: cada subdivisão da ETAPA DE OBRAS do presente contrato, conforme definido no EDITAL e seus anexos.

(XXXIV) NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS: comunicação escrita da SPE ao GER, notificando-o sobre a conclusão da construção do HEURO.

(XXXV) OBRAS: compreendem a elaboração de projetos, a mobilização, a construção propriamente dita, a execução de serviços de engenharia e de apoio, o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à construção do HEURO, nos termos do **Anexo III – MEMORIAL DESCRITIVO - ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO.**



ORDEM DE INÍCIO ou ORDEM DE SERVIÇO: ordem emitida pelo GER, no prazo de até 5 (cinco) dias após o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA previstas no EDITAL, autorizando que a SPE dê início às OBRAS.

(XXXVI) PARTICIPANTES CREDENCIADAS: Sociedades corretoras ou distribuidoras habilitadas a opoerarem na B3, contratadas pelas PROPONENTES, por meio de contrato de intermediação. Para representá-las em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO junto à B3.

(XXXVII) PARTES: são o GER e a SPE.

(XXXVIII) PERÍODO DE OBSERVAÇÃO: Período compreendido entre a data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO de cada etapa da OBRA e a emissão do seu respectivo TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e terá por finalidade averiguar a solidez e segurança das OBRAS, de modo a verificar se os TERMOS DE RECEBIMENTO DEFINITIVO podem ser expedidos.

(XL) PLANO DE NEGÓCIOS: conjunto de informações, projeções e análises econômico-financeiras, cobrindo todo o PRAZO DO CONTRATO, bem como todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, que deverá ser apresentado pelos Licitantes, conforme diretrizes constantes no Anexo V – **PLANO DE NEGÓCIOS**.

(XLI) PRAZO DO CONTRATO: é o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do recebimento da ORDEM DE INÍCIO. O prazo do contrato abarca tanto o período das ETAPAS DE CONSTRUÇÃO quanto da ETAPA DE MANUTENÇÃO.

(XLII) PROJETO BÁSICO: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da LICITAÇÃO, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos do artigo 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93.

(XLIII) PROJETO EXECUTIVO: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da LICITAÇÃO e permitir à execução completa das obras, nos termos do artigo 6º, inciso X da Lei 8.666/93;

(XLIV) PROPOSTA DE PREÇOS: valor global de pagamento ofertado pela LICITANTE, conforme regramento do EDITAL e proposta econômica a ser ofertada para a classificação das LICITANTES e posterior celebração do CONTRATO.

(XLV) REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA: atributo decorrente da apresentação e aceitação da documentação necessária à comprovação de habilitação fiscal e trabalhista para contratação com a Administração Pública.

(XLVI) REPRESENTANTES CREDENCIADOS: pessoas autorizadas a representar as PROPONENTES em todos os atos relacionados à LICITAÇÃO.

(XLVII) SALDO MÍNIMO: valor mínimo correspondente 12 (doze) meses de pagamento do VPM a ser mantido na CONTA GARANTIA, de modo a garantir o pagamento à SPE em caso de



inadimplemento do GER.

(XLVIII) SPE: Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO para a assinatura e execução do CONTRATO.

(XLIX) TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: documento a ser emitido pelo GER à SPE certificando, em definitivo, o recebimento de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS, nas condições contratuais. O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ser expedido no prazo máximo de 60 (trinta) dias corridos após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e não poderá ser negado sem fundamentação adequada. Caso o termo circunstanciado atestando o recebimento em definitivo das OBRAS não seja expedido, sem justificativa, dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado.

(L) TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO: documento a ser emitido pelo GER à SPE certificando o recebimento das OBRAS, nas condições contratuais, definindo, a partir de sua emissão, o início da locação da infraestrutura objeto de cada ETAPA da OBRA. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO deve ser expedido no prazo máximo de 15 (trinta) dias corridos após a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS e não poderá ser negado sem fundamentação adequada.

(LI) SESSÃO PÚBLICA DE LEILÃO: procedimento de disputa de preços e classificação.

(LII) SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO: sociedade de propósito específico a ser constituída pela PROPONENTE vencedora, sob a forma de sociedade por ações, que celerará o CONTRATO com o MUNICÍPIO.

(LIII) VALOR DO CONTRATO: somatório de valores devidos pela administração pública à CONTRATADA ao longo do prazo contratual.

(LIV) VALOR DE PAGAMENTO MENSAL - VPM: é o valor mensal, sujeito à correção anual na forma estipulada neste CONTRATO, devido pelo GER à SPE em razão da locação dos edifícios do HEURO, bem como de sua manutenção.

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO E DO EDITAL

A presente licitação tem por finalidade a contratação de empresa ou CONSÓRCIO de empresas para elaboração e aprovação de projeto e construção do Novo Hospital de Urgências e Emergências de Rondônia (HEURO), a ser construído em Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem como sua locação ao Governo do Estado de Rondônia e realização de sua manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste EDITAL, mediante critério de MENOR VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL.

O EDITAL pode ser obtido no sítio eletrônico da Superintendência Estadual de Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL (www.rondonia.ro.gov.br/supel), ou ainda, diretamente na sede da SUPEL, localizada na Av. Farquar, S/N, Bairro Pedrinhas – Complexo Rio Madeira – Rio



Pacaás Novos 2º Andar - CEP 76.903-036 - Porto Velho/RO, por intermédio da entrega de CD ROM virgem, para gravação de todos os documentos necessários à formulação das PROPOSTAS DE PREÇOS.

1.1. As obras e os serviços deverão ser executados com a observância das normas da ABNT, devendo ser feito um rigoroso controle tecnológico dos materiais empregados na execução da OBRA, bem como controle geométrico dos serviços, a fim de garantir a qualidade final.

1.2. Os interessados poderão obter esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca do objeto deste EDITAL ou interpretação de qualquer de seus dispositivos pelo e-mail celheuro@gmail.com ou, alternativamente, por correspondência em meio físico dirigida ao Presidente da CELHEURO, entregue no serviço de protocolo da SUPEL, das 07h30min às 13h30min (horário de Rondônia), até 05 (cinco) dias úteis anteriores à DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES (conforme Art. 45, Inciso I, alínea b, da Lei nº 12.462/2011) no seguinte endereço: Av. Farquar, S/N, Bairro Pedrinha – Complexo Rio Madeira – Rio Pacaás Novos 2º Andar - CEP 76.903-036 - Porto Velho/RO.

1.3. Não sendo formulados pedidos de esclarecimentos no prazo estipulado, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação das PROPOSTAS DE PREÇOS, não cabendo, portanto, aos LICITANTES direito a qualquer reclamação posterior no tocante ao conteúdo do EDITAL e de seus anexos.

1.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos, as respostas às impugnações e as retificações do EDITAL, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações, serão divulgadas por meio eletrônico no site www.rondonia.ro.gov.br/supel, no link correspondente a este EDITAL, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido para apresentação das PROPOSTAS DE PREÇOS quando expressamente informado pela SUPEL, na hipótese da resposta alterar a formulação de tais PROPOSTAS.

1.5. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste EDITAL e seus Anexos, pela Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, pela Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, pela Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, pela Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, pela demais legislação correlata.

CAPÍTULO 2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta LICITAÇÃO, isoladamente ou em CONSÓRCIO, sociedades brasileiras e estrangeiras, autorizadas ou não a funcionar no Brasil, que satisfaçam plenamente todos os termos e as condições deste EDITAL, incluindo a legislação aplicável.

2.2. Para efeitos deste EDITAL, equiparam-se as sociedades e, portanto, terão sua participação admitida na presente LICITAÇÃO as entidades fechadas e abertas de previdência complementar, as instituições financeiras, fundações, fundos de investimentos e as empresas com atividade de investidoras financeiras.



2.3. Será admitida a participação de empresas em regime de CONSÓRCIO, desde que atendidas as exigências contidas nos itens que se seguem:

2.3.1. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista contidas no EDITAL, e cada consorciado deverá atender individualmente às exigências para habilitação econômico-financeira, salvo aquelas referente à GARANTIA DA PROPOSTA, que poderá ser prestada por uma única empresa ou dividida pelos diferentes consorciados.

2.3.2. Apresentação, no ENVELOPE 1, de Compromisso de constituição de SPE, com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, subscrito pelos consorciados por meio de seus representantes legais, com indicação da respectiva líder, observado o disposto no artigo 33, §1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, nos termos do item 3.2.2.1.

2.4. Fica vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um CONSÓRCIO.

2.5. No CONSÓRCIO de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, a uma empresa brasileira.

2.6. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do CONSÓRCIO, salvo aprovação pelo Governo do Estado de Rondônia – GER.

2.7. Não serão admitidas a inclusão, a substituição, a retirada ou a exclusão dos consorciados até a assinatura do CONTRATO, a partir do que deverão ser observadas, para todos os efeitos, as regras de transferência do contrato e de transferência do controle da SPE nele previstas.

2.8. Caso a LICITANTE seja estrangeira, deverá apresentar documentos no ENVELOPE 3, atestando que possui autorização para funcionamento no país ou equivalente, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a sua atividade assim o exigir.

2.9. Será admitida a participação de empresas estrangeiras que não possuam autorização para funcionamento no Brasil, desde que atendidas as exigências contidas nos itens que se seguem:

2.9.1 Os LICITANTES pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionem no Brasil deverão, obrigatoriamente, participar da licitação em CONSÓRCIO, o qual possua pelo menos uma empresa brasileira a qual exercerá, obrigatoriamente, a liderança do referido consórcio, nos termos do subitem 2.5 deste edital, devendo a pessoa jurídica estrangeira apresentar documentos equivalentes àqueles exigidos dos LICITANTES brasileiras para fins de habilitação, conforme o disposto neste EDITAL.



2.9.2 As LICITANTES pessoas jurídicas estrangeiras que não funcionem no Brasil e não possuam autorização para funcionar no referido país, deverão apresentar declaração específica, de livre elaboração, certificando a correlação entre os documentos administrativo-legais normalmente exigidos em licitações no Brasil e os correspondentes no país de origem, indicando, também, a correlação das respectivas validades.

2.9.3 Quando não houver documento equivalente ao exigido para empresas brasileiras, as sociedades estrangeiras deverão informar e esclarecer tal situação em declaração própria, sob as penas da lei.

2.10. Os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO equivalentes devem ser apresentados de forma a possibilitar a análise, pela CELHEURO, de sua validade e exigibilidade.

2.11 As LICITANTES pessoas jurídicas estrangeiras que estejam autorizadas a funcionar no Brasil deverão apresentar os documentos exigidos para as pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras.

2.11.1 Considera-se representante legal da LICITANTE estrangeira a pessoa domiciliada no Brasil, legalmente credenciada por meio de procuração, com firma reconhecida como verdadeira por notário, de acordo com a legislação aplicável aos documentos, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente pela LICITANTE no Brasil, bem como para representar a LICITANTE pessoa jurídica estrangeira em todas as fases do processo licitatório, observado o quanto disposto no EDITAL.

2.12 Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação:

2.12.1. Pessoa jurídica declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

2.12.2. Pessoa jurídica suspensa de licitar e contratar com o GER;

2.12.3. Pessoas Jurídicas que estiverem em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, cujo plano ainda não tenha sido homologado judicialmente, bem como no caso de insolvência, administração especial temporária ou intervenção, e ainda, cuja falência tenha sido decretada;

2.12.4. Pessoa jurídica cujos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócios, pertençam, ainda que parcialmente, de empresa do mesmo grupo, ou em mais de uma empresa, que esteja participando desta licitação. Caso constatada tal situação, ainda que a posteriori, a empresa LICITANTE será desclassificada, ficando esta e seus representantes incursos nas sanções previstas no Art. 47 da Lei 12.462/2011;

2.12.5. Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste



EDITAL;

2.12.6. Servidor público ou ocupante de cargo em comissão na SESAU ou na SUPEL;

2.12.7. Empresário proibido de contratar com o Poder Público nos termos dos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo da sanção;

2.12.8. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública nos termos do art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo da sanção;

2.12.9. Empresa cujo sócio tenha vínculo de parentesco com servidor público ou ocupante em cargo de comissão da SESAU ou da SUPEL; e

2.12.10. Sociedades cooperativas, uma vez que a execução dos serviços ora licitados enseja relação de subordinação entre o trabalhador e a empresa que prestará os serviços.

2.12.11. Nenhum LICITANTE poderá participar desta licitação com mais de uma PROPOSTA DEPREÇO.

2.13 As LICITANTES serão representadas no LEILÃO, necessariamente, por REPRESENTANTES CREDENCIADOS, que os representarão nos atos praticados perante a COMISSÃO DE LICITAÇÃO, e por PARTICIPANTE CREDENCIADO, a quem competirá a representação nos atos praticados junto à B3.

2.14 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um LICITANTE junto à SUPEL, sob pena de exclusão sumária das LICITANTES representadas.

2.15 A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste EDITAL e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

2.16 Os participantes deverão assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

3. ENVELOPE 1 – GARANTIA DE PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DESEMPATE

DOS REPRESENTANTES CREDENCIADOS

3.1. Cada PROPONENTE deverá comprovar a existência de representante(s) legal(is) ou procuradores, denominados REPRESENTANTES CREDENCIADOS, aptos a representá-los perante a COMISSÃO DE LICITAÇÃO.



3.2. A outorga de poderes de representação aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS poderá ser comprovada:

3.2.1. No caso de PROPONENTES brasileiros ou filiais de pessoas jurídicas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil, mediante apresentação dos atos constitutivos e atas de eleição e/ou certidão simplificada, em se tratando de representantes legais estatutários ou administradores, ou instrumento de mandato, público ou particular, que comprove poderes para, em nome do PROPONENTE, praticar todos os atos referentes ao LEILÃO (incluindo os poderes de representar o PROPONENTE administrativamente, fazer acordos e renunciar a direitos, como direito de recurso), e em se tratando de procurações, estas deverão ser apresentadas com firma reconhecida e ser acompanhadas de documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s), admitida certidão simplificada para este fim, conforme última alteração arquivada no registro empresarial ou civil competente.

3.2.2. No caso de LICITANTES em CONSÓRCIO:

3.2.2.1. Deverá ser apresentado Termo de compromisso de constituição de Sociedade de Propósito Específico (SPE), acompanhado de documentos que comprovem os poderes de todas as outorgantes, conforme última alteração do contrato ou estatuto social arquivada no registro empresarial ou civil competente, admitida para este fim a apresentação de certidões simplificadas emitidas pelas respectivas Juntas Comerciais, sendo que do Contrato de Constituição de SPE deverá constar:

- (a) qualificação das empresas consorciadas;
- (b) objetivo da SPE;
- (c) denominação da SPE;
- (d) indicação da empresa líder, responsável pela realização dos atos que cabem à SPE;
- (e) composição da SPE, com as respectivas participações dos seus integrantes;
- (f) organização da SPE;
- (g) previsão de responsabilidade solidária das consorciadas pelo integral e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no EDITAL e ANEXOS; e
- (h) previsão de que a SPE vigorará até o final do contrato previsto no Anexo I deste Edital.

3.3. Pelo menos 1 (um) dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS deverá assinar todas as declarações e documentos de livre elaboração referidos neste EDITAL.

3.4. Cada REPRESENTANTE CREDENCIADO poderá exercer a representação de uma única LICITANTE.

3.5. Não será permitido aos REPRESENTANTES CREDENCIADOS intervir nem praticar atos junto à B3, tendo em vista que tal representação será exercida exclusivamente pelas PARTICIPANTES CREDENCIADAS.

DAS PARTICIPANTES CREDENCIADAS

3.6. As PARTICIPANTES CREDENCIADAS deverão representar as LICITANTES junto à B3, na entrega



de todos os documentos requeridos neste EDITAL, especialmente a GARANTIA DE PROPOSTA, a PROPOSTA DE PREÇO e os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, e nos atos da SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO.

3.7. Deverá ser firmado Contrato de intermediação entre a PARTICIPANTE CREDENCIADA e a LICITANTE, observando-se o conteúdo mínimo especificado no MANUAL DE PROCEDIMENTOS B3, o qual deverá ser apresentado no ENVELOPE 1, devidamente assinado e com firmas reconhecidas.

3.8. Cada PARTICIPANTE CREDENCIADA poderá exercer a representação de uma única LICITANTE, e cada Proponente poderá estar representada e participar do Leilão por meio de uma única Participante Credenciada.

3.9. No dia e horário determinados no CRONOGRAMA, os LICITANTES deverão apresentar, obrigatoriamente, dentro do ENVELOPE 1 - GARANTIA DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO e DECLARAÇÕES, os seguintes documentos:

- (a) Contrato de Intermediação;
- (b) GARANTIA DE PROPOSTA conforme item 5 deste EDITAL;
- (c) Comprovação dos poderes dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS, conforme aplicável, nos termos deste item 3 deste EDITAL, incluindo Compromisso de constituição de SPE, se LICITANTE em CONSÓRCIO;
- (d) Declaração, dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e que não estão incurso em nenhum dos impedimentos elencados neste EDITAL, conforme Anexo VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO;
- (e) Declaração específica na qual indicará em quais prerrogativas referentes aos critérios de desempate estabelecidos no artigo 3º, §2º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 se enquadra, nos termos do modelo constante do ANEXO XXII.

3.10. Serão admitidas assinaturas eletrônicas, desde que, no documento apresentado, constem meios hábeis para a verificação de sua autenticidade, incluindo, mas não se limitando a QR Codes e códigos para validação em links de sites expressamente indicados no documento em questão.

4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Os VOLUMES deverão ser entregues pelas PARTICIPANTES CREDENCIADAS das LICITANTES em invólucros distintos, opacos, fechados e rubricados sobre o fecho, discriminando, cada ENVELOPE, em sua parte externa fronteira, o seguinte:

ENVELOPE [preencher 1, 2 ou 3] – GARANTIA DE PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO e Declaração ou PROPOSTA DE PREÇO ou DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RDC nº [.]
Razão Social ou denominação da LICITANTE
Razão Social ou denominação da PARTICIPANTE CREDENCIADA



4.2. Os ENVELOPES 1, 2e 3 deverão ser entregues na DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES por todas as LICITANTES interessadas em disputar a LICITAÇÃO.

4.3. Dentro de cada ENVELOPE, deverá constar uma mídia digital (pen drive) para cada via, contendo a cópia fiel de toda a documentação apresentada no respectivo invólucro físico, em arquivo no formato PDF não editável.

4.4. A documentação de cada ENVELOPE deverá ser apresentada em (i) uma via original ou autenticada, salvo a GARANTIA DE PROPOSTA, que deverá ser apresentada em sua forma original, assim considerados os seguros-garantia com certificação digital; e (ii) uma segunda via, em cópia simples, sendo que cada via deverá ser encadernada separadamente, rubricada e numerada seqüencialmente, contendo um termo de encerramento, de modo a refletir o número exato de páginas, não sendo permitidas emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas. Recomenda-se conter, no início, um índice das matérias e das páginas correspondentes.

4.5. Sem prejuízo das assinaturas que deverão constar nos campos específicos, conforme modelos apresentados neste EDITAL, todas as folhas de documentos deverão estar rubricadas, sempre pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO da LICITANTE.

4.6. Todos os documentos apresentados na presente LICITAÇÃO deverão ser entregues em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, digitados e impressos de forma legível.

4.7. Documentos que possuam conteúdo manuscrito, ressalvados documentos oficiais e públicos que sejam apresentados desta forma, serão considerados rasurados.

4.8. Os documentos de origem estrangeira apresentados em outras línguas deverão ser certificados pelo notário público do País de origem, certificados pelo Consulado Geral do Brasil do País de origem e acompanhados da respectiva tradução juramentada para a língua portuguesa realizada por tradutor juramentado matriculado em qualquer uma das Juntas Comerciais do Brasil, observado o quanto disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, que promulga a Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, conforme o caso. As procurações de origem estrangeira, acompanhadas das respectivas traduções juramentadas, deverão ser registradas no Cartório de Títulos e Documentos.

4.9. Devem ser apresentados única e exclusivamente os documentos exigidos neste EDITAL, evitando-se duplicidade ou inclusão de documentos dispensáveis ou não solicitados.

4.10. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente dos VOLUMES, sem prejuízo do exercício da prerrogativa legal da COMISSÃO DE LICITAÇÃO para promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.



5. GARANTIA DE PROPOSTA

5.1. Será exigida a prestação de garantia de PROPOSTA DE PREÇO, no valor mínimo de R\$ 3.300.000,00 (três milhões trezentos mil reais), e de Cumprimento do Contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total da avença, a ser comprovada no ato de celebração do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

5.2. A GARANTIA DE PROPOSTA DE PREÇO poderá ser prestada nas modalidades indicadas a seguir:

- a) caução em dinheiro, na moeda corrente do País;
- b) caução em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- c) seguro-garantia; ou
- d) fiança bancária.

5.3. A GARANTIA DE PROPOSTA apresentada nas modalidade seguro-garantia deverá atender às informações mínimas indicadas no Anexo II constantes neste EDITAL ser apresentada em sua via original. Não serão aceitas de cópias de qualquer espécie, admitida apresentação da via digital das apólices de seguro-garantia certificadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, podendo a assinatura ser realizada eletronicamente.

5.4. Caso a garantia de Execução do Contrato seja realizada por intermédio de fiança bancária, deverá ser observado o Anexo XIV – MODELO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO.

5.5. Somente serão admitidas cartas de fiança emitidas por banco comercial, de investimento e/ou múltiplo autorizado a funcionar no Brasil, classificado no primeiro ou segundo pisos, A ou B, da escala rating de longo prazo de uma das agências de classificação do risco, Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poors;

5.6. A GARANTIA DE PROPOSTA prestada em moeda corrente nacional, através de depósito identificado (CNPJ/Razão Social) no Banco do Brasil, Agência 2757-X, conta corrente nº 10.595-3, de titularidade do FUNDO ESTADUAL - FUN-HEURO, inscrito no CNPJ sob o nº 34.985.801/0001-75, em até 24h (vinte e quatro horas) antes da data marcada para o recebimento dos documentos e PROPOSTAS, sob pena de ineficácia da prestação da garantia.

5.7. Na hipótese de a GARANTIA DE PROPOSTA ser prestada em títulos da dívida pública, aceitar-se-ão apenas Letras do Tesouro Nacional - LTN, Letras Financeiras do Tesouro - LFT, Notas do Tesouro Nacional - série C - NTN-C, Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), Notas do Tesouro Nacional Série B Principal (NTN-B Principal) ou Notas do Tesouro Nacional - série F - NTN-F.

5.8. Se a GARANTIA DE PROPOSTA for fornecida por meio de títulos da dívida pública, conforme item 15.2, estes deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em



sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

5.9. A GARANTIA DE PROPOSTA terá o FUN-HEURO como beneficiário e validade de 120 (cento e vinte) dias, contados da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, devendo ser renovada pela LICITANTE antes de sua expiração caso o certame não esteja concluído nesse prazo.

5.10. A LICITANTE vencedora deverá manter a GARANTIA DE PROPOSTA até a assinatura do Contrato para manter-se classificada e habilitada no certame.

5.11. Se a LICITANTE for CONSÓRCIO, a GARANTIA DE PROPOSTA será apresentada em nome de um ou mais consorciados e deverá indicar, expressamente, toda qualificação do CONSÓRCIO e de todos os seus membros com as respectivas participações percentuais, independentemente de a GARANTIA DE PROPOSTA ter sido prestada por um ou mais participantes. Nesse caso, é ainda admissível o aporte do montante total segregado entre os consorciados, que poderão optar isoladamente por uma das modalidades de garantia previstas no item 20.2, sem prejuízo da escolha, pelos demais membros, de modalidade diversa.

5.12. Caso o prazo de validade da GARANTIA DE PROPOSTA expire antes da assinatura do contrato, a CELHEURO poderá solicitar sua renovação por igual período.

5.13. No caso de renovação, a GARANTIA DE PROPOSTA será reajustada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo período compreendido entre a DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES e o último índice divulgado oficialmente antes da notificação para renovação da GARANTIA DE PROPOSTA.

5.14. A data-base (data inicial) para atualização monetária deverá ser o mês da DATA DE ENTREGADOS ENVELOPES e a data final, o último índice divulgado antes da notificação para renovação da GARANTIA DE PROPOSTA, que poderá ser o mês imediatamente anterior ao mês de término da vigência, ou este próprio, se já tiver sido divulgado

5.15. Em havendo a necessidade de outra renovação, a data-base será a do mês correspondente ao início de vigência da GARANTIA DE PROPOSTA, sendo que a data final será aquela correspondente ao mês em que findar-se sua vigência.

5.16. As GARANTIAS DE PROPOSTAS serão devolvidas às LICITANTES em até 15 (quinze) dias após aceitação do contrato, à exceção da PROPOSTA da LICITANTE signatária do contrato, que será devolvida quando da apresentação da garantia da execução contratual.

5.17. Caso a LICITANTE incorra em uma das hipóteses abaixo previstas, sofrerá a penalidade de multa correspondente ao valor integral da garantia de PROPOSTA, a qual será executada para fins de recebimento da citada multa:

a) Em caso de inadimplemento total ou parcial, por parte das LICITANTES, das obrigações por



elas assumidas em virtude de sua participação no Leilão;

- b) Apresentação, pela Proponente vencedora, dos Documentos de Habilitação em desconformidade com o estabelecido pelo EDITAL;
- c) Apresentação, pela Proponente, de PROPOSTA DE PREÇOS que não atenda à totalidade das exigências estabelecidas na legislação aplicável e no EDITAL;
- d) Se a LICITANTE praticar atos visando a frustrar os objetivos do certame;
- e) se a LICITANTE retirar sua PROPOSTA COMERCIAL durante seu período de validade;
- f) caso a LICITANTE se recuse a assinar o contrato, se for a LICITANTE vencedora;
- g) se a LICITANTE não atender às exigências para assinatura do contrato, nos prazos definidos neste edital.
- h) Cobertura de multas, penalidades e indenizações eventualmente devidas pelas LICITANTES à [...] ou ao GER, em virtude de sua participação no Leilão, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades e da responsabilização residual pelo valor que extrapolar a GARANTIA DE PROPOSTA.

5.18. A LICITANTE que apresentar a GARANTIA DE PROPOSTA em desconformidade com o disposto neste edital não estará apta a participar do certame, observadas as prerrogativas da CELHEURO sobre diligências.

5.19. A LICITANTE ADJUDICATÁRIA deverá apresentar o TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS, conforme modelo do Anexo IX deste EDITAL, juntamente com o comprovante da Garantia de Execução do Contrato na modalidade escolhida.

6. ENVELOPE 2 - PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A PROPOSTA DE PREÇO deverá conter o preço global em Reais do CONTRATO.

6.1.1. A LICITANTE deverá considerar, na elaboração de sua PROPOSTA DE PREÇO, os valores mínimos aplicáveis ao VALOR DE PAGAMENTO MENSAL.

6.1.2. A PROPOSTA DE PREÇO deverá vigorar por prazo não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES, conforme Anexo VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO.

6.2. Antes de expirar o período de validade original da PROPOSTA, a LICITANTE deverá providenciar a prorrogação do referido prazo por igual período, nas mesmas condições, devendo providenciar a renovação da GARANTIA DE PROPOSTA para permanecer classificada e habilitada no certame.

6.3. As informações contidas na PROPOSTA DE PREÇO serão utilizadas como referência em caso de necessidade de cálculos para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e de eventuais indenizações à SPE, nas condições previstas neste EDITAL e em seus



Anexos.

6.4. Os valores da PROPOSTA DE PREÇOS serão expressos em Real (R\$), tendo como referência a data-base prevista neste edital.

6.5. Para elaboração da PROPOSTA DE PREÇOS, não deverão ser considerados quaisquer benefícios fiscais que possam vir a ser conferidos à SPE pela União, Estado de Rondônia ou Município de Porto Velho, durante o prazo do contrato.

6.6. Não serão levadas em consideração quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste edital, nem de preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais LICITANTES.

6.7. A oferta contida na PROPOSTA DE PREÇOS deverá considerar todos os custos referentes à execução do contrato, inclusive, mas sem se limitar a, tributários, trabalhistas e previdenciários.

6.8. O valor da contraprestação a ser paga mensalmente à SPE é representado por VALOR DE PAGAMENTO MENSAL - VPM, válido para o período contratual e que considera a remuneração pela locação de todos os MÓDULOS do HEURO.

6.9. O VPM considera:

- a) os custos dos investimentos na construção e manutenção predial do HEURO, conforme tratados no EDITAL e CONTRATO, eventualmente subsidiados por intermédio da obtenção de receitas advindas da exploração imobiliária das edificações adjacentes ao complexo hospitalar;
- b) que os ativos objeto da locação serão transferidos ao Governo do Estado de Rondônia por ocasião da extinção do contrato;
- c) que, quando do advento do termo contratual e da transferência dos ativos objeto das OBRAS, os investimentos realizados pela SPE estejam amortizados.
- d) o valor máximo da PROPOSTA DE PREÇOS do LICITANTE, referente ao VPM de todo o período do contrato por módulo do HEURO, deverá ser inferior aos seguintes valores presentes, por MÓDULO:
 - VPM do MÓDULO 1 - valor presente equivalente a 1% do valor dos investimentos referentes ao módulo;
 - VPM do MÓDULO 2 - valor presente equivalente a 1% do valor dos investimentos referentes ao módulo;
 - VPM do MÓDULO 3 - valor presente equivalente a 1% do valor dos investimentos referentes ao módulo;
 - VPM do MÓDULO 4 - valor presente equivalente a 1% do valor dos investimentos referentes ao módulo.

6.9.1. A remuneração devida pelo GER será paga às PE à medida em que forem entregues os MÓDULOS do HEURO, no modo estabelecido neste EDITAL e nos termos do PLANO DE



NEGÓCIOS para a ETAPA DE OBRAS.

6.9.2. Os valores referentes ao VPM de cada MÓDULO não poderão ser inferiores a 15% (quinze por cento) do valor total do VPM proposto pelo LICITANTE.

7. DA ABERTURA E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

7.1. No local, dia e hora definidos no CRONOGRAMA do EDITAL o DIRETOR DA SESSÃO procederá à abertura dos ENVELOPES 2 contendo as PROPOSTAS DE PREÇO das LICITANTES aptas, ou seja, aquelas que, nos termos do EDITAL, tiveram seus ENVELOPES 1 considerados válidos pela CELHEURO.

7.1.1 Serão desclassificadas as LICITANTES que apresentarem PROPOSTAS DE PREÇO em desconformidade com o previsto neste EDITAL, sendo que a CELHEURO verificará a conformidade do preço global da PROPOSTA mais vantajosa em relação ao orçamento previamente estimado para a contratação, sua adequação com os requisitos do instrumento convocatório, promovendo a desclassificação, mediante decisão motivada, daquela que contenha vícios insanáveis, dentre eles:

- a) Não obedeça às especificações técnicas relacionadas no instrumento convocatório;
- b) Apresente preços manifestamente inexequíveis ou acima do orçamento máximo estimado para a contratação;
- c) Não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CELHEURO;
- d) Apresente desconformidade com quaisquer outras exigências deste EDITAL, desde que insanáveis e relevantes à execução contratual;
- e) Apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em PROPOSTA das demais LICITANTES ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;
- f) Não esteja em conformidade com os requisitos previstos neste EDITAL.

7.2. Para fins parametrização da PROPOSTA DE PREÇO, serão inicialmente consideradas exequíveis as PROPOSTAS que considerem como VPM um montante máximo de R\$3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais).

7.3. A comprovação da exequibilidade da PROPOSTA se dará por intermédio do PLANO DE NEGÓCIOS, podendo ser aceitas PROPOSTAS com valores menores que o mínimo assinalado neste subitem, gerando contraprestação em favor do GER, desde que devidamente fundamentadas no PLANO DE NEGÓCIOS.

7.3.1 Os valores das PROPOSTAS das LICITANTES que participaram da fase de lances são obtidos após o término dos lances.

7.4. Entre valores grafados em algarismos e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.



7.5. O ordenamento das PROPOSTAS DE PREÇO ocorrerá por ordem de valor (ordem decrescente de vantajosidade), sendo considerada de maior vantajosidade a PROPOSTA de menor valor global.

7.6. Serão classificados para a etapa à viva-voz o LICITANTE que ofertar a menor PROPOSTA DE PREÇO e os LICITANTES cujas PROPOSTAS DE PREÇO forem até 10% (dez por cento) superiores, inclusive, à menor proposta.

7.6.1. Caso não haja pelo menos 3 (três) propostas selecionadas com base no item anterior, as 3 (três) LICITANTES que houverem ofertado as maiores propostas serão classificadas para a etapa delances em viva voz.

7.6.2. Não haverá etapa de lances em viva voz nas seguintes circunstâncias:

- (i) não houver propostas econômicas válidas; e
- (ii) apenas uma LICITANTE apresentar proposta válida.

7.7. Caso configuradas as hipóteses previstas no item 5.8, terá início o Leilão por lances sucessivos efetuados em viva voz.

7.8. Cada lance deverá superar o menor valor ofertado até o momento, considerando que o lance:

7.8.1. deverá respeitar o intervalo mínimo de variação entre lances, cuja base será o menor preço ofertado até o momento;

7.8.2. deverá alterar a classificação da LICITANTE no resultado do Leilão;

7.8.3. deverá respeitar o tempo máximo para apregoação de lances, definido pelo DIRETOR DA SESSÃO; e

7.8.4. não poderá ter valor superior ou idêntico ao lance de outra LICITANTE.

7.9. Caso não haja lances na etapa de viva voz, será declarado vencedor o titular da proposta econômica de maior valor.

7.10. Se 2 (duas) ou mais Proponentes apresentarem Propostas Econômicas de igual valor, considerando as 02 (duas) casas decimais, não tenha havido oferta na etapa de lances em viva voz e persistindo o empate após a aplicação dos critérios de que trata a declaração prevista no item 3.8, “e”, o critério para desempate será sorteio, promovido pelo Diretor da Sessão, em nome da CELHEURO, sendo a primeira LICITANTE sorteada a melhor classificada.

7.11. Imediatamente após o término da etapa de lances em viva voz do Leilão, as LICITANTES deverão ratificar os seus respectivos lances mediante assinatura de carta conforme modelo constante no Anexo XXI – Modelo de Ratificação de Lance, a ser emitida pela CELHEURO.

7.12. O PLANO DE NEGÓCIOS deverá demonstrar que o valor da PROPOSTA é compatível com



a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

7.13. A análise de exequibilidade da PROPOSTA não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo LICITANTE em relação aos quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na PROPOSTA.

7.14. A economicidade da PROPOSTA será aferida com base nos custos globais e unitários, sendo que o valor global máximo da PROPOSTA não poderá superar o orçamento máximo estimado, com base nos parâmetros previstos no §3º ou §4º do Art.8º da Lei nº 12.462/2011, a ser divulgado nos termos do subitem 12.3, passível de correção de acordo com os critérios estabelecidos na Cláusula Décima Quarta da Minuta do CONTRATO - Anexo I do EDITAL, referente ao reajuste de preços.

7.15. O percentual de atualização do orçamento de referência será calculado até a 2ª (segunda) casa decimal, sem arredondamento. Esse valor resultante será o valor global do orçamento de referência atualizado.

7.16. Na hipótese de desclassificação da melhor PROPOSTA, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, observada a ordem de classificação final, até a obtenção de uma PROPOSTA igual ou inferior ao orçamento estimado.

7.17. Após o julgamento da PROPOSTA DE PREÇO, a CELHEURO promoverá, então, a abertura do ENVELOPE 3 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apenas da LICITANTE mais bem classificada até o momento, e, se esta atender a todas as exigências relativas à habilitação previstas no EDITAL, será declarada vencedora.

7.18. A CELHEURO examinará os documentos constantes do ENVELOPE 3 nos termos do item 6.15, julgando liminarmente inabilitada a LICITANTE, caso não seja atendido o estabelecido no Edital, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.18.1. Será facultado a CELHEURO efetuar consulta online, por meio do CNPJ, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal, Regularidade Trabalhista e Qualificação Econômico-Financeira do LICITANTE no SICAF e nos sítios oficiais de órgãos, entidades emissores de certidões, bem como por outros meios idôneos que atendam à finalidade da diligência.

7.19. A CELHEURO suspenderá a sessão para análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e proferirá sua decisão nos termos do cronograma deste EDITAL.

7.20. A inabilitação da LICITANTE que tenha sido considerada vencedora implicará na abertura do ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO da segunda LICITANTE melhor classificada, e assim sucessivamente, até que uma LICITANTE cumpra com os requisitos da habilitação, caso em que se sagrará vencedora.

7.21. Nos termos do § 3.º do artigo 48 da Lei Federal n.º 8.666/93, quando todas as LICITANTES forem inabilitadas ou desclassificadas, a CELHEURO poderá fixar um prazo de oito



dias úteis para a apresentação de nova LICITANTE ou de novas propostas escoimadas das causas de inabilitação ou desclassificação de cada Proponente.

7.22. Caso ocorra a inabilitação da LICITANTE declarada vencedora, será declarada vencedora a LICITANTE classificada que tenha apresentado a segunda melhor PROPOSTA DE PREÇO, proposta esta que será considerada para todos os fins incluindo o previsto no item 7.12.

7.23. Havendo recusa em assinar o Contrato no prazo e nas condições estabelecidos, recusa em constituir a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ou ocorrendo o não cumprimento de qualquer das exigências preliminares à sua assinatura, a CELHEURO poderá convocar as LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições que foram propostas pela LICITANTE vencedora, seguindo o disposto nos itens 6.18 e 6.20 ou revogar a Licitação total ou parcialmente, sem prejuízo das sanções administrativas e civis cabíveis.

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. Declarado o resultado do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, haverá a abertura do ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, na sede da B3.

8.1.1. O ENVELOPE 3 dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter carta de apresentação dos documentos de habilitação assinada pelo REPRESENTANTE CREDENCIADO, ou pela líder do CONSÓRCIO, conforme Anexo VIII – CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

8.2. Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.2.1. Atos constitutivos, estatutos ou contratos sociais em vigor, com todas as alterações devidamente registradas no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais, empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, admitida a apresentação de certidão simplificada;

8.2.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

8.2.3. Declaração de que não lhe foi imposta pena ou sanção administrativa, nos termos do artigo 10 e do artigo 72, inciso XI, c/c o § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 12/02/1998, conforme Anexo X do EDITAL;

8.2.4. Declaração, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalhonoturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da minuta constante do Anexo XII do EDITAL;



8.2.5. Inscrição no Registro Público de Empresas mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de empresário individual; e

8.2.6. Decreto de Autorização, em caso de Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País;

8.2.7. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Instrução Normativa DREI Nº 38, de 02 março de 2017.

8.3 Documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através de cartão emitido pelo sítio da internet da Secretaria da Receita Federal;
- 8.3.2 Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual ou municipal (tributos mobiliários), se houver, relativo ao domicílio ou sede da LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como o objeto da licitação;
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;
- 8.3.4 Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal (certidões negativas de tributos estaduais e municipais) do domicílio ou sede da LICITANTE ou outra equivalente na forma da lei.

a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal far-se-á mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos da Negativa, de Débito relativos a Tributos e Contribuição Federal e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda;

b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual far-se-á mediante a apresentação de certidão(ões) do domicílio ou sede da LICITANTE, expedida(as) pela Secretaria de Fazenda Estadual ou pelo órgão competente, que comprove(m) a regularidade de tributos estaduais (Certidão Negativa de Tributos Estaduais ou equivalentes), bem como a inexistência de débitos inscritos na Dívida Ativa do Estado;

c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal far-se-á mediante a apresentação de certidão(ões) do domicílio ou sede da LICITANTE, expedida(s) pela Secretaria de Fazenda Municipal ou pelo órgão competente, que comprove(m) a regularidade de tributos municipais (Certidão Negativa de Tributos Mobiliários e Imobiliários ou Equivalentes), bem como a inexistência de débitos inscritos na Dívida Ativa do Município.

8.3.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII -A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e da Lei 12.440/2011.



8.3.6 No caso da participação em CONSÓRCIOS, serão exigidas as comprovações da regularidade fiscal e trabalhista de cada uma das empresas participantes do CONSÓRCIO.

8.4 Documentos relativos à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

8.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da PROPOSTA, tomando como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral De Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir.

8.4.1.1 Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial, publicados em jornal de grande circulação ou por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE.

b) Sociedades por cota de responsabilidade limitada(LTDA): cópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE ou em outro órgão equivalente, ou cópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE.

c) Sociedade criada no exercício em curso: cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do LICITANTE.

8.4.1.2 Comprovação de boa situação financeira do LICITANTE, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL $\geq 1,00$:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE $\geq 1,00$:

ATIVO CIRCULANTE PASSIVO CIRCULANTE

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL $\geq 1,00$:

ATIVO_TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO



- a) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.
- b) Caso o memorial não seja apresentado, a CELHEURO reserva-se o direito de efetuar os cálculos.

8.4.1.3 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.4.1.4 Se for necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente

8.4.2 Certidão negativa de falência, recuperação judicial, liquidação judicial, execução patrimonial e concordata, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede ou domicílio do LICITANTE.

8.5 Documentos relativos à **CAPACIDADE TÉCNICO–OPERACIONAL DA EMPRESA:**

8.5.1 Original ou cópia autenticada da Certidão de registro de pessoa jurídica, dentro de seu prazo de validade, junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

8.5.2 Atestado(s) ou Certidão(ões) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, necessariamente em nome do LICITANTE, no(s) qual(ais) se indique(m), no mínimo:

- A) a elaboração dos Projetos de Arquitetura e Complementares de hospitais de nível terciário com área de no mínimo 80% (oitenta por cento) da área do Hospital a ser construído;
- B) a execução de obras civis de edificação de objetos similares ao previsto neste EDITAL, realizadas em observância à Resolução – RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com área maior ou igual a 15.000 m² (quinze mil metros quadrados);
- C) serviços de manutenção predial hospitalar em edifícios de, no mínimo, 10.000 m² (dez mil metros quadrados) de área construída, incluindo manutenção de instalações hidrossanitárias prediais, de sistema de hidrantes, detecção, alarme e sinalização de incêndio, de pintura e de instalações elétricas;
- D) no caso de CONSÓRCIO, para cumprimento dos quantitativos previstos neste subitem, será admitido o somatório de atestados entre as Consorciadas.

8.5.3 Relação da equipe técnica da LICITANTE que se responsabilizará pela execução dos serviços contratados, bem como a comprovação da qualificação de cada um de seus membros e de que



faz parte do quadro permanente da empresa LICITANTE, nos moldes do Anexo XIII – RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA:

a) A comprovação de vínculo profissional previsto neste item pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, na data fixada para a apresentação das PROPOSTAS.

8.6 Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

8.6.1 Originais ou cópias autenticadas de Certidões de Acervo Técnico – CAT ou Registro de Responsabilidade Técnica-RRT, emitidas pelo CREA/CAU e em nome do responsável técnico da equipe citada no item 8.1.3.3, de forma a comprovar serviços de mesmas características às do objeto desta licitação e que façam explícita referência à execução de obras civis de edificação e aos serviços de manutenção exigidos. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações:

- a) Objeto;
- b) Participação do profissional no empreendimento;
- c) Datas de início e de término da realização das atividades e serviços;
- d) Datas de início e término da participação da empresa no CONSÓRCIO, quando o atestado tiver sido emitido em nome de CONSÓRCIO;
- e) Local da realização das atividades e serviços;
- f) Razão social do emitente;
- g) Nome e identificação do signatário, com informações atualizadas de seus telefones e e-mail para contato.

8.6.1.1 A conformidade dos atestados poderá ser averiguada por meio de diligência, sendo que a sua desconformidade implicará a inabilitação da PROPOSTA, sem prejuízo de outras sanções cabíveis em virtude de falsidade das informações prestadas.

8.7 Documentos relativos à Outras Comprovações:

8.7.1 Declarações subscritas por representante legal do LICITANTE, elaboradas em papel timbrado conforme anexos deste EDITAL, atestando:

- i. Nos termos do inciso V do artigo 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a empresa encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, nos termos do Anexo XII – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA;



ii. Para o caso de empresas em recuperação judicial:

- a) Ciência de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o plano de recuperação judicial homologado está sendo cumprido;
- b) Ciência de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar comprovação documental, de livre elaboração, de que as obrigações do plano de recuperação extrajudicial estão sendo cumpridas.

8.7.2 Cópia do registro imobiliário do terreno onde será edificado o Novo Hospital de Urgência e Emergência, em área e localização compatível com as exigências previstas no TERMO DE REFERÊNCIA, bem como comprovação da anuência do proprietário acerca da implantação do projeto em tal imóvel. O LICITANTE deverá:

- a) demonstrar a compatibilidade da área com a implantação do hospital e edificações acessórias ao Novo Hospital de Urgência e Emergência, nos moldes exigidos na “Declaração de Elegibilidade do Terreno”, elaborada com as informações previstas no TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) comprovar a disponibilidade imediata do terreno para iniciar a ETAPA DE OBRAS, por intermédio de declaração firmada pelo proprietário, caso proponente na licitação, ou por compromisso de compra e venda firmado em escritura pública firmado entre o LICITANTE e o proprietário.

8.7.3 Da Habilitação dos LICITANTES em CONSÓRCIO:

8.7.3.1 Para prova de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos nos subitens 8.2 e 8.3 deste EDITAL.

8.7.3.1 Para fazer prova de qualificação econômico-financeira referente ao subitem 8.4 deste EDITAL, cada uma das consorciadas deverá comprovar possuir os índices contábeis mínimos indicados no referido item.

8.7.3.2 Os documentos de qualificação técnica de que tratam os subitens 8.5 e 8.6 deste EDITAL poderão ser efetuadas no todo ou parte, por qualquer uma das consorciadas, ou por todas, por meio de somatório dos seus respectivos atestados.

8.7.4 Disposições Gerais sobre a Documentação do ENVELOPE 3 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.7.4.1 Para fins de atendimento às exigências estabelecidas neste EDITAL, as certidões serão consideradas válidas pelo período especificado nos respectivos documentos. Inexistindo período de vigência, serão consideradas válidas as certidões que tenham sido emitidas nos 3 (três) meses imediatamente anteriores ao dia, mês e ano da



entrega das PROPOSTAS.

8.7.4.2 Caso alguma certidão esteja com prazo vencido, a CELHEURO poderá fazer consulta por meio eletrônico, para comprovação dessa regularidade, podendo, ainda, o LICITANTE apresentar cópia autenticada desses documentos, na sessão pertinente.

8.7.4.3 Relativamente à apresentação de cópias e documentos, os LICITANTES devem estar cientes de que:

- a) Serão aceitas somente cópias legíveis.
- b) Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- c) A CELHEURO reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário, concedendo a seu critério, prazo razoável para a apresentação.
- d) Para efeito de apresentação dos documentos e certidões, não serão aceitos quaisquer protocolos.
- e) A CELHEURO reserva-se o direito de proceder a buscas e extrair certidões para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação o LICITANTE que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela CELHEURO, além de incorrer nas sanções previstas neste EDITAL.

8.7.4.5 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do LICITANTE e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo:

- a) Se o LICITANTE for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Se o LICITANTE for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) Serão dispensados da apresentação pela filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- d) Os atestados de capacidade técnica-operacional poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz ou da(s) filial(ais) do LICITANTE.

9. DO PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO

9.1. Exceto no tocante às irregularidades sanáveis pela CELHEURO, caso os documentos de HABILITAÇÃO não estejam completos e corretos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste EDITAL e seus Anexos, a CELHEURO inabilitará o LICITANTE.

9.2. Havendo inabilitação do primeiro classificado, serão avaliados pela CELHEURO os Documentos de Habilitação do participante subsequente, na ordem de classificação.

9.3. A CELHEURO publicará a ata de julgamento da LICITAÇÃO e não havendo interposição de recurso, a CELHEURO encaminhará o processo à Autoridade Superior, que deliberará acerca da adjudicação do objeto, bem como quanto a homologação da licitação, procedendo, posteriormente, a convocação do ADJUDICATÁRIO para assinar o CONTRATO.



9.4. A ADJUDICATÁRIA terá o prazo de até 5 (cinco) dias corridos, após formalmente convocada, para assinar o Contrato, que obedecerá ao modelo constante do Anexo I deste EDITAL

9.5. O prazo de que trata este subitem poderá ser prorrogado, quando solicitado pelo ADJUDICATÁRIO durante o seu transcurso, desde que a justificativa seja aceita pela SESAU.

9.6. Se o ADJUDICATÁRIO não assinar o instrumento contratual no prazo estabelecido, estará sujeito às penalidades previstas neste EDITAL.

10. DOS RECURSOS

10.1 Este procedimento licitatório terá uma fase recursal única, que se seguirá à habilitação do vencedor, quando da publicação da ata de julgamento da licitação. O prazo para apresentação das razões dos recursos é de 5 (cinco) dias úteis e contemplará toda a matéria recursal, incluindo-se os julgamentos dos ENVELOPES 1, 2 e 3. Os recursos deverão ser motivados.

10.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e começará imediatamente após o encerramento do prazo recursal, definido no item anterior, cuja contagem iniciar-se-á quando da publicação da ciência sobre a interposição de recursos, a ser dada pela CELHEURO.

10.3 É assegurada aos LICITANTES vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.4 O recurso deverá ser dirigido à CELHEURO, no endereço indicado no subitem 2.2 deste EDITAL, mediante protocolo, ou por intermédio do endereço eletrônico celheuro@gmail.com, que o encaminhará à instância imediatamente superior, vedada a sua interposição através de qualquer outra forma.

10.5 O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.6 Na contagem dos prazos excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

10.7 Os arquivos eletrônicos com textos das razões e contrarrazões serão disponibilizados no endereço eletrônico: (<http://www.rondonia.ro.gov.br/supel>).

10.8 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.9 O recurso interposto em desacordo com as condições deste EDITAL e seus Anexos não serão conhecidos.

11. DO ENCERRAMENTO

11.1 Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, a CELHEURO poderá



negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

11.2 Exaurida a negociação, o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado a Autoridade Superior a que poderá.

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b) Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- c) Revogar o procedimento por conveniência e oportunidade; ou
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos à SESAU para que esse convoque o ADJUDICATÁRIO para assinatura do contrato.

11.3 Encerrada a licitação, a CELHEURO divulgará no site da SUPEL os atos de adjudicação do objeto, de homologação do certame, bem como os valores do orçamento previamente estimado para a contratação.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 O objeto da licitação será prestado diretamente pela LICITANTE vencedora, que poderá subcontratar parte dele, observadas as exigências previstas neste EDITAL, sem prejuízo de suas responsabilidades contratuais e legais, cabendo à empresa contratada transmitir ao(s) subcontratado(s) todos os elementos necessários à perfeita execução da(s) parcela(s) da obra subcontratada(s) nos termos contratuais, bem como fiscalizar a sua execução.

12.2 A LICITANTE vencedora apenas poderá transferir ou subcontratar o objeto CONTRATADO, no todo ou em parte, com expressa autorização do GER.

12.3 Não poderá haver subcontratação integral das obras objeto da presente licitação.

12.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

12.5 A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado e o contratado deverá apresentar à SUPEL a documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

12.6 Durante o período da subcontratação, o(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter vigentes as condições iniciais de regularidade fiscal exigidas neste EDITAL.

12.7 A substituição pela empresa contratada do(s) eventual(ais) subcontratado(s), dependerá da prévia anuência escrita da SESAU, devendo o(s) substituto(s) apresentar(em) as mesmas condições legais estabelecidas no EDITAL e seus Anexos.



13. DAS CONDIÇÕES PRÉVIAS À ASSINATURA DO CONTRATO

13.1 O prazo de vigência do contrato é de 30 (trinta) anos, contados a partir da data de publicação do extrato do CONTRATO no DIOF.

13.2 Para a assinatura do contrato, a ADJUDICATÁRIA deverá constituir uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, nos termos deste EDITAL e do contrato, observando, na composição de seu capital social, participações idênticas àquelas constantes do termo de compromisso de constituição da SPE.

a) Até a data prevista para assinatura do Contrato, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar à SUPEL os documentos que comprovem ter constituído a SPE e integralizado o valor mínimo do capital social nos termos do contrato, apresentando a correspondente certidão emitida pela Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), assim como a estrutura acionária e de gestão da SPE.

13.3 A ADJUDICATÁRIA constituirá uma Sociedade de Propósito Específico - SPE sob a forma de sociedade por ações ou sob a forma de sociedade limitada (LTDA), nos termos das leis brasileiras, tendo por objeto a exploração do objeto, com sede no Município de Porto Velho.

13.4 O documento constitutivo da SPE deverá contemplar cláusula que vede alteração de seu objeto social sem prévia e expressa anuência, por escrito, do Governo do Estado de Rondônia.

13.5 O exercício social da SPE e o exercício financeiro do CONTRATO coincidirão com o ano civil.

13.6 A SPE deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, conforme regulamento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira.

13.7 A SPE estará vinculada, durante todo o prazo contratual, ao disposto no contrato, no EDITAL, na documentação por ela apresentada, bem como à legislação municipal, estadual e federal.

13.8 A LICITANTE VENCEDORA deverá remunerar a B3 no valor de R\$ 558.142,90 (quinhentos e cinquenta e oito mil, cento e quarenta e dois reais e noventa centavos) na data-base de fevereiro/2021, mediante o pagamento de boleto bancário a ser emitido em nome de sua PARTICIPANTE CREDENCIADA, com vencimento em 15 (quinze) dias contados de sua emissão, que ocorrerá tão logo seja publicado o ato de homologação, sujeita à atualização monetária anual pelo IPCA, divulgado pelo IBGE, nos termos do MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3.

14. DAS CONDIÇÕES DE EFICÁCIA DO CONTRATO

14.1 O Governo do Estado de Rondônia deverá, em até 60 (sessenta) dias:

14.1.1 Constituir as garantias, em favor da SPE, relacionadas à execução das OBRAS e MANUTENÇÃO do HEURO, e vinculadas ao pagamento do VPM, conforme definido no CONTRATO e no CONTRATO DE GARANTIA;



14.1.2 Firmar, junto a instituição financeira oficial e a SPE o CONTRATO DE CONTA GARANTIA, nos termos do Anexo II deste EDITAL;

14.2 O CONTRATADO deverá, em até 60 (sessenta) dias da assinatura do CONTRATO, providenciar:

14.2.1 Contratação dos seguros relacionados à execução das OBRAS;

14.2.2 Elaboração do projeto básico das obras do HEURO, nos termos do MEMORIAL DESCRITIVO – ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO (Anexo III do EDITAL);

14.3 Cumpridas as condições de eficácia do contrato, o Governo do Estado de Rondônia deverá emitir, no prazo de até 5 (cinco) dias, a correspondente ordem de início dos serviços do MÓDULO 1 da ETAPA DE OBRAS.

14.4 Os atrasos na emissão da ORDEM DE SERVIÇO de responsabilidade comprovada do Governo do Estado de Rondônia acarretarão prorrogação automática no prazo do contrato pelo tempo dos atrasos, recompondo-se, então, os interregnos temporais originalmente pactuados.

15. DO PAGAMENTO

15.1 As regras e condições de pagamento constam da Cláusula Décima Terceira da Minuta do CONTRATO – Anexo I deste EDITAL.

16. DO ORÇAMENTO E DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

16.1 O valor estimado para a contratação foi calculado conforme os parágrafos 3º e 4º do artigo 8º da Lei 12.462/2011 e Lei Complementar Estadual n.1051/2019, representando o valor total máximo dos investimentos estimados para a construção do Novo Hospital de Urgência e Emergência.

16.2 Na elaboração da PROPOSTA DE PREÇO é necessário que o LICITANTE apresente o valor global, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena execução dos serviços objeto desta licitação.

17. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 As regras e condições de reajustamento de preços constam da Cláusula Décima Quarta da Minuta do CONTRATO – Anexo I deste EDITAL.

18. DA FONTE DE RECURSOS

18.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão por conta de recurso orçamentário proveniente da rubrica: fonte: 0300; Indicação do Projeto/Atividade: 10.302.2034.4009 - Assegurar Atendimento em Saúde nas Unidades Hospitalares; Natureza



da Despesa: 33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros – PJ.

19. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

19.1 Tendo em vista as definições e obrigações contidas neste EDITAL e seus Anexos, especialmente no **Anexo I – MINUTA DE CONTRATO** e no **Anexo II – MINUTA DO CONTRATO DE CONTA GARANTIA**, o LICITANTE deverá considerar que a gestão e a fiscalização do Contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, em Porto Velho- RO. Todos os custos com deslocamentos para reuniões deverão estar incluídos e não poderão ser objeto de futuros pleitos.

19.2 A fiscalização da execução do objeto desta licitação será efetuada por agente designado pela CONTRATANTE, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

19.3 A fiscalização de que trata o item anterior não exime nem diminui a completa responsabilidade do Contratado, por qualquer inobservância das cláusulas contratuais.

20. DOS SEGUROS

20.1 A CONTRATADA se obriga a contratar e manter, durante a execução das Obras e Serviços objeto do Contrato, o Seguro de Vida em Grupo para seus empregados, na forma definida na Convenção Coletiva de Trabalho assinada com o Sindicato da categoria.

20.2 A CONTRATADA se obriga a contratar e manter, durante toda a execução ETAPA DE MANUTENÇÃO, seguros que cubram pelo menos os seguintes riscos:

- a) Incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- b) Equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- c) Roubo e furto qualificado (exceto valores);
- d) Vendaval/fumaça/inundação;
- e) vidros;
- f) tumultos/atos dolosos;
- g) danos elétricos; e
- h) danos materiais

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 Ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste EDITAL e Anexos, bem como das demais cominações legais, garantida prévia e fundamentada defesa, o LICITANTE que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua PROPOSTA não celebrar o Contrato,



inclusive nas hipóteses previstas no parágrafo único do Art. 40 da Lei 12.462/2011;

- b) Ensajar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) Não manter a PROPOSTA, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- d) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do Contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; ou
- f) Der causa à inexecução total ou parcial do Contrato.

21.2 A aplicação da sanção de que trata esta cláusula implicará também o descredenciamento do LICITANTE, pelo mesmo prazo, do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;

21.3 As sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo IV da Lei Federal n. 8.666/93, aplicam-se subsidiariamente a esta licitação e aos contratos anexos ao presente instrumento.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1 Lavrar-se-ão atas das sessões realizadas que, depois de lidas e aprovadas, serão assinadas pela CELHEURO e pelos representantes dos LICITANTES presentes.

22.1.1 Nas atas das sessões públicas deverá constar o registro dos LICITANTES participantes, das PROPOSTAS apresentadas, da análise dos documentos apresentados e da manifestação da intenção de interposição de recurso(s), se for o caso.

22.2 A apresentação da PROPOSTA DE PREÇO submete o LICITANTE à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer por menor.

22.3 No caso de eventual divergência entre o corpo deste EDITAL e seus Anexos, prevalecerão as disposições do primeiro.

22.4 O LICITANTE é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do LICITANTE que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a ADJUDICATÁRIA, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis.

22.5 O Governo do Estado de Rondônia reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar “sinedie” ou prorrogar o prazo para recebimento ou abertura das PROPOSTAS DE

Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos 2º Andar, CEP 76.801-361 - Porto Velho/RO - Fone: 0
xx 69 3212-9263



PREÇOS ou da documentação de habilitação, desclassificar qualquer PROPOSTA ou inabilitar qualquer LICITANTE, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial do LICITANTE, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza.

22.6 É facultado à CELHEURO, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da PROPOSTA, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

23.7 Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão disponibilizadas no site da SUPEL, no endereço www.rondonia.ro.gov.br/supel, no link deste EDITAL.

23.8 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este EDITAL ou os contratos vinculado a esta licitação, a empresa LICITANTE expressamente adere ao mecanismo de resolução alternativa de conflitos previsto na MINUTA DE CONTRATO – Anexo I do EDITAL, elegendo, ainda, o foro da Comarca de Porto Velho, com exclusão de qualquer outro, para eventual demanda junto ao Poder Judiciário.

23 ANEXOS AO EDITAL

ANEXO I – MINUTA DE CONTRATO

ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO DE CONTA GARANTIA

ANEXO III – MEMORIAL DESCRITIVO – ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO V – MODELO DE PLANO DE NEGÓCIOS

ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO VIII – CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO IX – MODELO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA



ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR N. 123, DE 14.12.2006

ANEXO XII – MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

ANEXO XIII – QUADRO - RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

ANEXO XIV – MODELO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

ANEXO XV - MODELO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO –FIANÇA

ANEXO XVI – CRONOGRAMA

ANEXO XVII – MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3 – Publicado em apartado.

ANEXO XVIII - TERMOS E CONDIÇÕES DO SEGURO GARANTIA

ANEXO XIX - TERMOS E CONDIÇÕES DA CARTA FIANÇA

ANEXO XX - MODELO DE PROCURAÇÃO

ANEXO XXI - MODELO DE RATIFICAÇÃO DE PROPOSTAS - LANCES À VIVA VOZ

ANEXO XXII - MODELO DE DECLARAÇÃO - CRITÉRIOS DE DESEMPATE

ANEXO XXIII – TERMO DE REFERÊNCIA

Porto Velho, 16 de abril de 2021.

PRESIDENTE DA CELHEURO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ORGANIZAÇÃO

Assessoria Técnica – Eixo de Gestão em Saúde
Giohana Bruna Arruda Dias

GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA

Marcos José Rocha dos Santos

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE RONDÔNIA



José Atílio Salazar Martins

SECRETÁRIO DO ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

Fernando Rodrigues Máximo

SECRETÁRIO ADJUNTO DO ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

Nélio de Souza Santos

DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Amanda Diniz Del Castillo

ASSESSOR TÉCNICO DE SAÚDE

Juliane Campos Franco

COORDENADORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Michele Dahiane Dutra

COORDENADORIA DO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

Maria Selma Lima



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO Nº XXXXXXXX

CONTRATO Nº XXXXXX

CONTRATO DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETO E CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE RONDÔNIA, A SER CONSTRUÍDO EM PORTO VELHO, SEGUNDO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, BEM COMO SUA LOCAÇÃO E REALIZAÇÃO DE SUA MANUTENÇÃO PELO PRAZO CONTRATUAL, CONFORME REQUISITOS CONSTRUTIVOS DESTES EDITAIS, MEDIANTE CRITÉRIO DE MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, SOB REGIME DE EMPREITADA INTEGRAL E A EMPRESA

O GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.287.520/0001-88, com sede na Avenida Farquar, 2986 - Complexo do Palácio Rio Madeira - Prédio Rio Machado- Bairro Pedrinhas - CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO, neste ato representada pelo Secretário Estadual de Saúde, Fernando Rodrigues Máximo, inscrito no CPF/MF nº 863.094.391-20, com domicílio especial na sede da Secretaria de Estado da Saúde, na forma prescrita art. 41, IV. Da Lei Complementar n. 965 de 20 de dezembro de 2017; doravante denominada CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa , inscrita no CNPJ/MF sob o n....., com sede à , doravante denominado Contratado, neste ato representado por seu Diretor, o , nacionalidade, portador da cédula de identidade RG n., inscrito no CPF/MF nº , residente e domiciliado na rua , município de /UF; tendo em vista o contido no processo Nº , realizada sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – EDITAL Nº , homologado em , firma o presente CONTRATO, o qual sujeita as partes às normas disciplinadas na Lei Federal n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, na Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, com a legislação correlata, às regras estabelecidas no EDITAL que o originou e, ainda, às seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos 2º Andar, CEP 76.801-361 - Porto Velho/RO - Fone: 0xx 69 3212-9263

IAN BARROS MOLLMANN
Presidente CELHEURO/SUPEL/RO



CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES

1. Para os fins deste CONTRATO e de seus Anexos ou de qualquer outro documento que deva ser fornecido no âmbito conforme este instrumento, os termos listados a seguir, quando empregados no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados constantes desta subcláusula, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso:

1.1. ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: órgão responsável pela normatização no Brasil; entidade privada sem fins lucrativos, reconhecida como Foro Nacional de Normalização, representante no Brasil das entidades de Normalização Internacional, como o International Standards Organization.

1.2. ADJUDICAÇÃO: ato formal pelo qual o Secretário de Estado da Saúde confere à Licitante Vencedora o objeto a ser contratado;

1.3. BENS REVERSÍVEIS: são todos os bens e infraestruturas construídos pela Licitante vencedora para a execução do CONTRATO;

1.4. CAT: Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA ou pelo CAU para profissionais licenciados nas respectivas profissões;

1.5. CAU: Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da arquitetura e urbanismo, em sua região;

1.6. CELHEURO: é a Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e Emergências de Rondônia, responsável pelo processo e julgamento da LICITAÇÃO, que possui prerrogativas que lhe são atribuídas no EDITAL e na legislação aplicável;

1.7. CONDIÇÕES DE EFICÁCIA: eventos cuja verificação integral, nos termos do CONTRATO e do EDITAL, determina o início da vigência do CONTRATO e a exigibilidade das obrigações atribuídas às PARTES, por intermédio da ORDEM DE INÍCIO;

1.8. CONSÓRCIO: O grupo de pessoas jurídicas que se unem para agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO, as quais respondem solidariamente pelo cumprimento das obrigações decorrentes da LICITAÇÃO e se vinculam pelo Termo de Compromisso de Constituição de CONSÓRCIO;

1.9. CONTA GARANTIA: conta corrente específica aberta junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA com a finalidade de garantir o pagamento da remuneração em caso de inadimplemento do GER, na qual deverá manter, durante a execução do CONTRATO, o SALDO MÍNIMO;

1.10. CONTRATO: é o presente contrato de locação de ativos e manutenção predial celebrado entre



as PARTES;

1.11. CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE GARANTIA E DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA ou CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA: é o instrumento contratual firmado entre o GER, a SPE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que regerá e regulará a estrutura de garantias de pagamento do VPM, devido à SPE, nos termos deste CONTRATO;

1.12. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, órgão de fiscalização regional do exercício profissional da engenharia e da agronomia, em sua região.

1.13. DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO: data que determina o início da contagem do período do CONTRATO possibilitando que a SPE dê início às OBRAS.

1.14. DATA-BASE: [•] de 201[•], mês correspondente à data da entrega das PROPOSTA COMERCIAL pelos Licitantes;

1.15. EDITAL: EDITAL RDC nº [XX/2020] e todos os seus Anexos;

1.16. ETAPA DE OBRAS: compreende o período entre a data de emissão da primeira ORDEM DE SERVIÇO e a data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO do último MÓDULO do HEURO. Cada MÓDULO do Novo Hospital de Urgência e Emergência tem sua própria ETAPA DE OBRAS e ETAPA DE MANUTENÇÃO, sendo certo que ao final do último MÓDULO da ETAPA DE OBRAS todo o CONTRATO do Novo Hospital de Urgência e Emergência estará em sua ETAPA DE MANUTENÇÃO;

1.17. ETAPA DE MANUTENÇÃO: compreende o período desde a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS pelo GER e se estende até a data do Advento do Termo Contratual. Na ETAPA DE MANUTENÇÃO a SPE será a locadora da infraestrutura objeto da OBRA, sendo responsável pela manutenção predial dos edifícios locados, nos termos deste contrato. A ETAPA DE MANUTENÇÃO está limitada ao término do período de vigência do CONTRATO;

1.18. GARANTIA DE PAGAMENTO DO VPM: conjunto de instrumentos jurídicos a ser formalizado com o intuito de garantir à SPE o pagamento do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL que lhe for devido durante a vigência do CONTRATO, bem como eventuais indenizações acerca de investimentos não amortizados;

1.19. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO: garantia prestada pela SPE em favor do GER para assegurar o adimplemento das obrigações por ela assumidas no CONTRATO;

1.20. GER: Governo do Estado de Rondônia;

1.21. HEURO: é o Hospital de Emergências e Urgências de Rondônia;

1.22. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ou BANCO DEPOSITÁRIO: É a agência do Banco do Brasil que recebe, os valores advindos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal em favor do GER;



- 1.23. LICITAÇÃO: O procedimento administrativo do RDC n. [XX/2021], que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à execução do CONTRATO;
- 1.24. MÓDULOS DA ETAPA DE OBRAS: cada subdivisão da ETAPA DE OBRAS do presente contrato, conforme definido no EDITAL e seus anexos.
- 1.25. NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS: comunicação escrita da SPE ao GER, notificando- o sobre a conclusão da construção do HEURO;
- 1.26. OBRAS: Compreendem a elaboração de projetos, a mobilização, a construção propriamente dita, a execução de serviços de engenharia e de apoio, o fornecimento dos equipamentos e materiais necessários à construção do HEURO, nos termos do Anexo III – MEMORIAL DESCRITIVO - ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO;
- 1.27. ORDEM DE INÍCIO ou ORDEM DE SERVIÇO: ordem emitida pelo GER, no prazo de até 5 (cinco) dias após o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA previstas no EDITAL, autorizando que a SPE dê início às OBRAS;
- 1.28. PARTES: são o GER e a SPE;
- 1.29. PERÍODO DE OBSERVAÇÃO: Período compreendido entre a data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO de cada etapa da OBRA e a emissão do seu respectivo TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e terá por finalidade averiguar a solidez e segurança das OBRAS, de modo a verificar se os TERMOS DE RECEBIMENTO DEFINITIVO podem ser expedidos;
- 1.30. PLANO DE NEGÓCIOS: conjunto de informações, projeções e análises econômico- financeiras, cobrindo todo o PRAZO DO CONTRATO, bem como todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, que deverá ser apresentado pelos Licitantes, conforme diretrizes constantes no Anexo V – PLANO DE NEGÓCIOS;
- 1.31. PRAZO DO CONTRATO: é o prazo de 30 (trinta) anos, contados da data do recebimento da ORDEM DE INÍCIO. O prazo do contrato abarca tanto o período das ETAPAS DE CONSTRUÇÃO quanto da ETAPA DE MANUTENÇÃO;
- 1.32. PROJETO BÁSICO: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da LICITAÇÃO, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, nos termos do artigo 6º, inciso IX, da Lei 8.666/93;
- 1.33. PROJETO EXECUTIVO: conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da LICITAÇÃO e permitir a execução completa das obras, nos termos do artigo 6º, inciso X da Lei 8.666/93;
- 1.34. SALDO MÍNIMO: Valor mínimo correspondente 12(doze) meses de pagamento do VPM a ser



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações
*Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e
Emergências de Rondônia – CELHEURO.*

RDC Nº 001/21/CPLO/CELHEURO/RO
Processo nº **0036.051446/2021-28**
Página 43 de 256

mantido na CONTA GARANTIA, de modo a garantir o pagamento à SPE em caso de inadimplemento



do GER;

1.35. SPE: Sociedade de Propósito Específico a ser constituída pelo ADJUDICATÁRIO para a assinatura e execução do CONTRATO;

1.36. TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO: Documento a ser emitido pelo GER à SPE certificando, em definitivo, o recebimento de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS, nas condições contratuais. O TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO deverá ser expedido no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e não poderá ser negado sem fundamentação adequada. Caso o termo circunstanciado atestando o recebimento em definitivo das OBRAS não seja expedido, sem justificativa, dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizado;

1.37. TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO: Documento a ser emitido pelo GER à SPE certificando o recebimento das OBRAS, nas condições contratuais, definindo, a partir de sua emissão, o início da locação da infraestrutura objeto de cada ETAPA da OBRA. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO deve ser expedido no prazo máximo de 15 (trinta) dias corridos após a NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DAS OBRAS e não poderá ser negado sem fundamentação adequada;

1.38. VALOR DE PAGAMENTO MENSAL - VPM: é o valor mensal, sujeito à correção anual na forma estipulada neste CONTRATO, devido pelo GER à SPE em razão da locação dos edifícios do HEURO, bem como de sua manutenção.

CLÁUSULA SEGUNDA – ANEXOS

2.1. Integram presente CONTRATO a proposta apresentada no Processo n. xxxxxxxx, RDC n. XXX/2021, bem como o EDITAL e seus anexos, como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E INTERPRETAÇÃO

3.1. O presente CONTRATO rege-se por suas cláusulas, pelos dispositivos do EDITAL e pelas normas gerais de Direito aplicáveis, especialmente:

3.1.1. Constituição Federal, em especial o artigo 37, inciso XXI;

3.1.2. Lei Federal n. 12.462, de 4 de agosto de 2011;

3.1.3. Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

3.1.4. Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019;

3.1.5. Demais disposições constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis;

3.1.6. Condições previstas no EDITAL e neste CONTRATO;

CLÁUSULA QUARTA – INTERPRETAÇÃO

Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos 2º Andar, CEP 76.801-361 - Porto Velho/RO - Fone: 0
xx 69 3212-9263

IAN BARROS MOLLMANN
PRESIDENTE - CELHEURO/SUPEL/RO



4.1. Em caso de divergência entre as normas previstas na legislação aplicável, no EDITAL, neste CONTRATO e seus Anexos, prevalecerá o seguinte:

- 4.1.1. Em primeiro lugar, as disposições constantes das normas legais.
- 4.1.2. Em segundo lugar, as disposições constantes deste CONTRATO;
- 4.1.3. Em terceiro lugar, as disposições constantes do EDITAL;e
- 4.1.4. Em quarto lugar, as disposições constantes da PROPOSTA COMERCIAL.

CAPÍTULO II – OBJETO, PRAZO E VALOR DO CONTRATO

CLÁUSULA QUINTA – OBJETO

5.1. Constitui o objeto do presente CONTRATO a Locação de Ativos, precedida de OBRAS de construção do Novo Hospital de Urgência e Emergência, conforme MEMORIAL DESCRITIVO – ELEMENTOS DO PROJETO BÁSICO – Anexo IV, para, quando de sua conclusão e recebimento da OBRA, ser explorado pelo GER mediante o pagamento à SPE de contraprestações mensais durante o prazo correspondente à ETAPA 2 deste CONTRATO, garantida a manutenção predial pelo CONTRATADO.

- a) Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores e mais eficientes resultados, cabendo à SPE otimizar a gestão de seus recursos humanos e materiais, responsabilizando-se integralmente pelas OBRAS dos edifícios do Novo Hospital de Urgência e Emergência, bem como de sua posterior manutenção predial, até o término do CONTRATO.
- b) O regime de execução das OBRAS que compõe este CONTRATO é o de empreitada integral.
- c) Após a execução das OBRAS, o GER passará a explorar o HEURO (BEM REVERSÍVEL), a qual permanecerá sob posse com a SPE e propriedade resolúvel desta durante a vigência do CONTRATO.

5.2. Ficarão a cargo da SPE, além das demais previstas no EDITAL e seus anexos e neste CONTRATO, as seguintes atividades:

- a) Viabilizar os recursos financeiros necessários à realização da OBRA;
- a) Executar integralmente as OBRAS.
- b) Executar a manutenção predial do Novo Hospital de Urgência e Emergência, durante o prazo contratual.

5.3. As OBRAS a serem desenvolvidas durante a ETAPA DE OBRAS deste CONTRATO incluem as ações de elaboração do PROJETO BÁSICO e do PROJETO EXECUTIVO, além do gerenciamento e construção da estrutura física do Novo Hospital de Urgência e Emergência.

O objeto das ETAPAS DE OBRA se restringe à execução do quanto disposto nos PROJETOS BÁSICO e EXECUTIVO, não sendo, portanto, de responsabilidade da SPE a compra e a instalação de equipamentos médico-hospitalares para tornar o HEURO operante, assim como não é de responsabilidade da SPE a



operação e manutenção do seu funcionamento durante o prazo contratual, exceto no tocante à manutenção predial.

CLÁUSULA SEXTA – PRAZO DO CONTRATO

6.1. O prazo deste CONTRATO é de 30 (trinta) anos, contados a partir da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO, subdividido de acordo com a seguinte ordem:

- a) ETAPA DE OBRAS – compreende o período entre a DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO e a data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO do último MÓDULO da OBRA do HEURO. A SPE concluirá a ETAPA DE OBRAS dentro do prazo máximo de 30 (trinta) meses, nos termos de seu PLANO DE NEGÓCIOS, contados da DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO.
- b) ETAPA DE MANUTENÇÃO – para cada MÓDULO do Novo Hospital de Urgência e Emergência, compreende o período desde a emissão do seu respectivo TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO pelo GER, e se estenderá até a data do advento do termo contratual.

6.2. Os prazos de entrega dos MÓDULOS serão definidos pelo contratado no PLANO DE NEGÓCIOS, devendo o MÓDULO 1 ser entregue em, no máximo, 10 (dez) meses, contados da DATA DA EFICÁCIA DO CONTRATO.

6.3. Para os fins do disposto nesta cláusula, considerar-se-ão como CONDIÇÕES DE EFICÁCIA para a emissão da ORDEM DE INÍCIO pelo GER aquelas previstas no item 14 do EDITAL.

6.4. Eventuais antecipações do término dos MÓDULOS da ETAPA DE OBRAS resultarão na antecipação do início das suas respectivas ETAPAS DE MANUTENÇÃO.

6.5. Os prazos para o desenvolvimento das OBRAS, conforme o cronograma que integra o presente CONTRATO, poderão ser prorrogados, desde que a prorrogação seja justificada, solicitada por escrito pela SPE e acatada pelo GER.

6.6. O pedido de prorrogação deverá vir acompanhado de novo cronograma, bem como das justificativas do pedido.

6.7. Os atrasos na execução das OBRAS pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior; ou ainda, por impedimento ou paralisação do CONTRATO de responsabilidade comprovada do GER, acarretarão na prorrogação automática no prazo contratual por igual período de paralisação, recompondo-se, então, os prazos originalmente contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALOR DO CONTRATO

7.1. O valor do presente CONTRATO é de R\$ [***], correspondente ao valor total da remuneração devida pelo GER à SPE.

CAPÍTULO III – ESTRUTURA JURÍDICA DA SPE



CLÁUSULA OITAVA – A ESTRUTURA DA SPE

- 8.1. A SPE é uma sociedade, de propósito específico, com sede no Município de Porto Velho, devendo sempre manter como único objeto social a execução dos serviços objeto deste CONTRATO.
- 8.2. O capital social subscrito e integralizado da SPE, na data de assinatura do presente CONTRATO, corresponderá a, no mínimo, R\$ xxxxx (xxxxxxxx), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor dos investimentos previstos para a ETAPA DE OBRAS, conforme definido no PLANO DE NEGÓCIOS.
- 8.3. O valor do capital social destacado na subcláusula 8.2 acima deverá ser mantido pela SPE até o recebimento do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do último MÓDULO da ETAPA DE OBRAS.
- 8.4. Expedido o último TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO da ETAPA DE OBRAS, o valor do capital social subscrito e integralizado, destacado na subcláusula 8.2 acima, poderá ser reduzido pela metade.
- 8.5. A SPE deverá obedecer aos padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as regras e práticas contábeis vigentes no Brasil e com as normas societárias pertinentes, especialmente, a Lei Federal n. 6.404/76 e alterações posteriores.
- 8.6. Quaisquer alterações no quadro de acionistas deverão ser posteriormente comunicadas ao GER, observadas as disposições contratuais sobre a transferência de controle acionário efetivo estabelecidas no EDITAL e neste CONTRATO.

CLÁUSULA NONA – TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE ACIONÁRIO DA SPE

- 9.1. Durante todo o prazo deste CONTRATO, o controle da SPE somente poderá ser transferido mediante prévia e expressa autorização do GER, sob pena de caducidade do CONTRATO.
- 9.2. Para a obtenção da aprovação e anuência para a transferência do controle societário da SPE, o futuro adquirente deverá:
- 9.2.1. Atender às exigências de idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto deste CONTRATO;
- 9.2.2. Prestar e ou manter as garantias pertinentes, em sendo o caso;e
- 9.2.3. Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste CONTRATO.
- 9.2.3.1. As alterações de composição social que não importem alteração do controle societário poderão ser realizadas mediante simples comunicação posterior ao GER.
- 9.2.3.2. O GER examinará quaisquer pedidos relacionados a esta Cláusula no prazo de até 30 (trinta)dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo solicitar esclarecimentos



e documentos adicionais à SPE, convocar os acionistas controladores da SPE e promover quaisquer diligências consideradas adequadas.

9.2.3.3. Inexistindo manifestação do GER no prazo de que trata a subcláusula anterior, o(s) pedido(s) submetido(s) pela SPE, relacionados a esta Cláusula contratual será(ão) considerado(s) aceito(s).

9.2.4. A autorização para a transferência do controle da SPE, caso seja concedida pelo GER, será formalizada por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA – TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA SPE AOS FINANCIADORES (STEP-IN- RIGHTS)

10.1. Para fins de assegurar e preservar o presente CONTRATO, bem como para promover a reestruturação financeira da SPE, o GER poderá autorizar a assunção do controle societário ou da administração temporária da SPE por seus financiadores e garantidores com quem não mantenha vínculo societário direto, que deverão cumprir todas as cláusulas do CONTRATO, bem como as exigências de regularidade jurídica e fiscal necessários à assunção dos serviços.

10.2. A transferência do controle ou da administração temporária da SPE, formalizada por escrito, poderá se aperfeiçoar nas hipóteses de inadimplência:

- a) do financiamento contratado pela SPE, desde que previsto nos respectivos contratos de financiamento, os quais definirão ainda as condições que poderão ensejar a assunção de controle pelo(s) financiador(es); e
- b) da execução deste CONTRATO que inviabilize ou coloque em risco o cumprimento das obrigações nele previstas.

10.3. A assunção do controle ou da administração temporária da SPE pelo(s) financiador(es), nas hipóteses previstas nesta cláusula, dependerá de:

- a) autorização prévia e formal do GER, devendo o(s) financiador(es) notificar(em) a SPE e o GER e informá-los sobre a inadimplência, garantindo à SPE o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para superar sua inadimplência;
- b) assunção, pelo(s) financiador(es), do compromisso de cumprir(em) integralmente o disposto neste CONTRATO;
- c) atendimento, pelo(s) financiador(es), dos requisitos de regularidade jurídica, fiscal e idoneidade financeira necessários à assunção deste CONTRATO; e
- d) apresentação de plano relativo à promoção da reestruturação financeira da SPE e da continuidade do CONTRATO.

10.4. Os financiadores do CONTRATO terão legitimidade para receber as indenizações eventualmente devidas à SPE em razão de extinção antecipada deste CONTRATO.

CAPÍTULO IV – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO GER



11.1. O GER, sem prejuízo de outras obrigações estabelecidas neste CONTRATO e seus anexos ou na legislação aplicável, obriga-se a:

- a) constituir, em favor da SPE, a GARANTIA DE PAGAMENTO DO VPM, nos prazos e formas estabelecidos na Cláusula Vigésima Primeira deste CONTRATO;
- b) fiscalizar permanentemente as atividades previstas no CONTRATO;
- c) intervir na execução do CONTRATO, nos casos e condições previstas neste instrumento e em Lei;
- d) enviar cópia à SPE, dentro de 24(vinte e quatro) horas do seu recebimento pelo GER, de quaisquer autos de infração, em que a SPE conste como infratora.

11.2. O GER, a fim de garantir a eficácia do presente instrumento, obriga-se ainda a:

- a) aprovar o PLANO DE NEGÓCIOS, o PROJETO BÁSICO e o PROJETO EXECUTIVO apresentados pela SPE, desde que adequados às necessidades da Administração e compatíveis com o exigido no EDITAL e seus anexos;
- b) auxiliar, no que for pertinente, a obtenção das autorizações junto aos órgãos de licenciamento competentes;
- c) obter do órgão competente a Licença de Operação relacionada às atividades médico-hospitalares, após o término das OBRAS;
- d) renovar, nos termos da legislação em vigor, todas as licenças ambientais necessárias para a operação do HEURO;
- e) ao término do CONTRATO, confirmar a incorporação automática do HEURO ao terreno sobre o qual foi construído patrimônio público estadual;
- f) fiscalizar a qualidade da execução das OBRAS decorrentes deste instrumento e, se for o caso, solicitar à SPE reparos e acertos estruturais julgados necessários;
- g) responsabilizar-se pelo pagamento dos impostos que incidam sobre o imóvel após o recebimento definitivo dos MÓDULOS da ETAPA DE OBRAS, se for o caso;
- h) responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao meio ambiente e a terceiros em decorrência dos serviços que venha a prestar no HEURO, durante a ETAPA DE MANUTENÇÃO deste CONTRATO;
- i) responsabilizar-se integralmente pela manutenção dos equipamentos e instalações hospitalares do HEURO, inclusive realizando obras e reformas que venham a se tornar necessárias em razão dos serviços prestados no local;
- j) responsabilizar-se integralmente pela qualidade dos serviços prestados no HEURO, exceto os tocantes à manutenção predial;
- k) responsabilizar-se integralmente pelo descarte inadequado de resíduos durante a execução dos serviços prestados na operação do HEURO;
- l) pagar, nos prazos e termos estipulados neste CONTRATO, o VPM devido à SPE;
- m) responsabilizar-se integralmente pelos custos de manutenção do funcionamento do serviço hospitalar do HEURO;
- n) adotar todas as medidas necessárias para preservar e manter em vigor as garantias prestadas à SPE, nos termos deste CONTRATO.

11.3. Expedidos os TERMOS DE RECEBIMENTO DEFINITIVO deste CONTRATO, o GER assumirá a responsabilidade e os custos pela contratação de funcionários e de compra, instalação e manutenção dos equipamentos médico-hospitalares para tornar o Novo Hospital de Urgência e



Emergênciaoperante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA SPE

12. A SPE está vinculada ao disposto neste CONTRATO e nos instrumentos convocatórios da LICITAÇÃO, à documentação apresentada e à legislação e regulamentação brasileira aplicável, cabendo-lhe aprovar, junto ao GER, o PROJETO BÁSICO e o PROJETO EXECUTIVO das OBRAS do HEURO, nos prazos e condições estabelecidas em seu PLANO DE TRABALHO, e ainda:

12.1. Durante toda vigência do CONTRATO:

- a) responsabilizar-se pelos danos que causar ao GER ou a terceiros por si, seus prepostos, isentando o GER de quaisquer ônus;
- b) assegurar livre acesso das pessoas indicadas pelo GER às instalações escopo deste CONTRATO e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades a ele relacionadas;
- c) observar a legislação ambiental, obter as licenças ambientais pertinentes, cumprir as disposições legais e regulamentares, respondendo pelas consequências do descumprimento da mesma;
- d) fornecer, orientar e tornar obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual e coletiva - EPI e EPC, adequados aos riscos decorrentes da execução do escopo contratual, garantindo a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades, inclusive a de terceiros, conforme Norma Regulamentadora nº 06 da Portaria no 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal nº 6.514 de 22/12/77;
- e) comunicar os Acidentes do Trabalho ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio de Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, imediatamente após a sua ocorrência.
- i. as contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela SPE serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela SPE, pessoa física ou jurídica, e ao GER.
- f) responsabilizar-se pela disciplina que seu pessoal deverá ter durante suas horas de trabalho, comprometendo-se que manterá o devido respeito e cortesia, seja no relacionamento entre seus companheiros, com os funcionários do GER ou com o público em geral;
- g) comunicar o GER, toda vez que ocorrer afastamento, substituição ou inclusão do Coordenador e Responsáveis Técnicos.
- h) permitir a fiscalização das OBRAS pelo GER ou por prepostos autorizados, designando quando necessário um técnico de nível superior para acompanhar tais visitas.
- i) acatar as decisões da fiscalização;
- j) promover e exigir, de todas as entidades que venham a ser contratadas para o desenvolvimento de atividades previstas no CONTRATO, que sejam observadas as regras de boa condução das OBRAS ou trabalhos em causa e especiais medidas de salvaguarda da integridade física dos trabalhadores nelas envolvidos;
- k) nos termos da legislação trabalhista e previdenciária, proceder às anotações e registros pertinentes a todos os empregados que atuarem nas OBRAS ou no serviço de manutenção predial,



assumindo exclusivamente todas as obrigações advindas de eventuais demandas judiciais ajuizadas em qualquer juízo que versarem sobre pleitos trabalhistas ou previdenciários propostos por empregados ou terceiros que alegarem vínculo com a SPE;

l) reembolsar o GER de todas as despesas incorridas, advindas de eventual reconhecimento judicial de solidariedade ou subsidiariedade do GER, no cumprimento das obrigações trabalhistas ou previdenciárias da SPE, de suas eventuais contratadas ou terceirizadas.

i. O reembolso mencionado nesta subcláusula ocorrerá no prazo de 10(dez) dias contados da notificação que o GER encaminhar à SPE.

12.2. Durante a ETAPA DE OBRAS:

- a) obter as licenças junto aos órgãos competentes para a aprovação do projeto e edificação do HEURO;
- b) responsabilizar-se integral e diretamente pelas OBRAS e serviços contratados para tal finalidade, nos termos dos documentos que integram o presente instrumento contratual;
- c) designar preposto, mantendo-o no local das OBRAS;
- d) captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à realização das OBRAS;
- e) responsabilizar-se pela solidez e segurança das OBRAS durante todo o período contratual, tal como estabelecido no PROJETO EXECUTIVO aprovado pelo GER e demais documentos que integram esse termo;
- f) comparecer, sempre que convocada, ao local designado pelo GER, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados ao CONTRATO;
- g) manter o GER informado de todos os detalhes da execução das OBRAS ou sobre o CONTRATO, no prazo máximo de 2(dois) dias úteis após a consulta, bem como elaborar Relatórios Técnicos e efetuar a escrituração do Diário de Obra;
- h) obedecer aos marcos fixados no cronograma, bem como os prazos e condições técnicas apresentados no PROJETO EXECUTIVO aprovado pelo GER;
- i) sem quaisquer ônus para o GER, desfazer as OBRAS que forem executadas em desacordo com o projeto aprovado e reconstituí-las, segundo os mesmos projetos;
- j) responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao meio ambiente e a terceiros em decorrência das OBRAS;
- k) arcar com todos os custos relacionados a estudos e licenciamento sob a sua responsabilidade, bem como com os custos relacionados à implementação das providências e investimentos necessários para atender às exigências dos órgãos e entidades públicas e privadas competentes;
- l) providenciar e entregar ao GER, com anterioridade ao início das OBRAS, os seguintes documentos, considerados a partir de sua entrega como parte integrante deste CONTRATO, dele fazendo parte para todos os efeitos:
 - i. cópia do recolhimento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, conforme determina a Lei Federal n. 6.496, de 07/12/77, relativa à execução das OBRAS, definindo os Responsáveis Técnicos devidamente habilitados na especialidade;
 - ii. cópia da matrícula da obra no Cadastro Específico do INSS-CEI, nos termos do art. 256, II, § 1º, b do Decreto n. 3048, de 06/05/99;



- iii. cópia da comunicação prévia, protocolada junto à Delegacia Regional do Trabalho - DRT ou suas subdelegacias, conforme determina a Norma Regulamentadora nº 18 da Portaria n. 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal n. 6.514 de 22/12/77;
- iv. planejamento prévio das atividades a realizar durante cada etapa da obra ou serviço, após a formalização do CONTRATO de acordo com as Normas Regulamentadoras da Portaria n. 3.214, de 08/06/78, do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme determina a Lei Federal n. 6.514, de 22/12/77, no que for aplicável.
- m) apresentar ao GER, mensalmente, comprovantes de recolhimento do INSS e do FGTS por meio das guias GPS - Guia da Previdência Social e GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, respectivamente;
- n) responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em engenharia de segurança e em medicina do trabalho, relativos ao número total de trabalhadores na OBRA, sejam eles seus empregados ou de subcontratadas, de acordo com as normas de segurança e a legislação em vigor.
- o) proceder, no final das OBRAS, à demolição das construções provisórias, limpeza e remoção do material indesejável.
- p) permitir a fiscalização das OBRAS pelo GER ou por prepostos autorizados, designando quando necessário um técnico de nível superior para acompanhar tais visitas.

12.3. Durante a ETAPA DE MANUTENÇÃO:

- a) manter preposto no Novo Hospital de Urgência e Emergência, para representá-la perante o GER;
- b) efetuar a manutenção preventiva das instalações do HEURO, nos termos do EDITAL e seus anexos;
- c) efetuar os reparos e substituições necessárias, pertinentes ao serviço de manutenção predial, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, conforme demanda do CONTRATANTE, justificando a impossibilidade, se for o caso.

CAPÍTULO V – REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VALOR DE PAGAMENTO MENSAL (VPM)

13.1. O GER deverá pagar à SPE pela locação do HEURO o Valor de Pagamento Mensal (VPM) nos termos desta Cláusula.

13.2. O VPM será devido à medida em que foram entregues os MÓDULOS da ETAPA DE OBRAS, após a expedição dos respectivos TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO por parte do GER.

13.2.1. Não serão devidos VPM de MÓDULOS que ainda não concluíram suas ETAPAS DE OBRAS.

13.3. O primeiro VPM será pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados do TERMO DE RECEBIMENTO



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações
*Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e
Emergências de Rondônia – CELHEURO.*

RDC Nº 001/21/CPLO/CELHEURO/RO
Processo nº **0036.051446/2021-28**
Página 53 de 256

PROVISÓRIO de cada MÓDULO do Novo Hospital de Urgência e Emergência, e os demais no



mesmo dia dos meses subsequentes, independentemente do equipamento hospitalar estar ou não em operação, mediante a apresentação de Nota Fiscal instruída com os documentos previstos no TERMO DE REFERÊNCIA.

13.3.1. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.4. O VPM a ser pago será a única remuneração da SPE pelos encargos assumidos, sendo certo que o GER não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela SEP, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

13.5. Até 05 (cinco) dias antes do fim do período mensal da locação, a SPE encaminhará ao GER os respectivos documentos fiscais para fins de pagamento.

13.5.1. Antes do pagamento, o GER realizará consulta on-line para verificar a manutenção das condições de habilitação da SPE, devendo o resultado ser acostado ao processo de pagamento.

13.5.2. Caso haja irregularidade na manutenção das condições de habilitação da SPE, não haverá retenção de pagamento, e o GER notificará a Contratada que regularize sua situação fiscal ou trabalhista, sob pena de advertência e multa.

13.5.3. Persistindo a irregularidade, a SPE deve ser notificada para que regularize sua situação, sob pena de rescisão contratual, de execução da garantia para ressarcimento dos valores devidos GER, bem como da aplicação da penalidade prevista no inciso 47, inc.VII, da Lei Federal n.12.462/2011.

13.6. Havendo extrapolação no prazo de pagamento do VPM, o GER responderá pelo pagamento de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês.

13.6.1. O encargo de que trata esta subcláusula será calculado pro rata die no período compreendido entre a data prevista para o pagamento e a data de sua efetivação.

13.7. Os pagamentos devidos à SPE processar-se-ão mediante crédito em conta corrente por ela indicada, que deverá ser, nos termos do CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, aberta na mesma instituição financeira em que será depositada a garantia do GER para a execução contratual.

13.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REAJUSTAMENTO

14.1. Os valores do VPM serão reajustados a cada 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do presente CONTRATO, e incidirão sobre todo o valor do CONTRATO, independentemente da



ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações
*Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e
Emergências de Rondônia – CELHEURO.*

RDC Nº 001/21/CPLO/CELHEURO/RO
Processo nº **0036.051446/2021-28**
Página 55 de 256

finalização das ETAPAS DE OBRAS dos MÓDULOS do HEURO.



14.1.1. Os Reajustes serão realizados sempre no dia e mês em que tiver sido aplicado o Reajuste do ano anterior, considerando a variação inflacionária dos 12 (doze) meses anteriores, observando-se o seguinte:

- a) considerar-se-á como DATA-BASE para aplicação do primeiro reajuste o mês de [•], correspondente ao mês da apresentação da PROPOSTA DE PREÇO na LICITAÇÃO.
- b) será considerado no primeiro reajuste a variação ocorrida desde a DATA-BASE mencionada na subcláusula 14.1. até a data desse primeiro reajuste.
- c) o Reajuste do VPM será efetuado utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE.

14.2. Em caso de extinção ou não publicação do índice mencionado na subcláusula anterior, deverá ser utilizado o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, até a definição de outro índice que retrate a variação de preços dos principais componentes de custos considerados na formação do valor do VPM.

14.3. O cálculo do Reajuste dos valores do VPM será submetido à apreciação do GER para que este verifique sua exatidão no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

14.3.1. Estando correto o cálculo do Reajuste, deverá o GER, no prazo previsto na subcláusula acima, homologá-lo.

14.3.2. O GER apenas poderá se manifestar contrário ao Reajuste do VPM se, pelo menos, forem identificadas uma das seguintes hipóteses:

- a) houver erro matemático no cálculo do novo valor do VPM;ou
- b) não houver sido completado o período para o Reajuste doVPM.

CAPÍTULO VI – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EQUILÍBRIO-ECONÔMICO FINANCEIRO – HIPÓTESES DE RECOMPOSIÇÃO

15.1. As PARTES terão direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da legislação pertinente.

15.1.1. Variações de custos decorrentes das obrigações assumidas pela SPE em relação à PROPOSTA DE PREÇO apresentada na LICITAÇÃO não serão consideradas para efeito do equilíbrio econômico-financeiro, sendo considerado risco exclusivo da SPE sua correta avaliação.

15.2. A SPE, para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, deverá apresentar ao GER requerimento fundamentado, justificando a ocorrência de qualquer fato que possa caracterizar o desequilíbrio.



15.3. O GER deverá responder ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico do contrato formulado pela SPE no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do seu protocolo.

15.4. A critério do GER, será realizada auditoria na SPE, a qualquer tempo por intermédio de empresa especializada e com elevada capacidade técnica reconhecida publicamente para constatação da situação alegada pela SPE. Nesta hipótese haverá a suspensão do prazo previsto acima até a finalização da auditoria aqui mencionada.

CAPÍTULO VII – RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBTENÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

16.1. É de responsabilidade exclusiva da SPE a execução das OBRAS segundo este CONTRATO, cabendo-lhe disponibilizar os recursos financeiros necessários à sua realização.

16.1.1. A SPE é responsável pela obtenção dos financiamentos, segundo seu PLANO DE NEGÓCIOS, necessários à execução do objeto deste CONTRATO, de modo que se cumpram, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

16.2. A SPE poderá oferecer em garantia aos seus financiadores os seus direitos emergentes deste CONTRATO, observada a Legislação vigente.

16.3. A SPE poderá emitir debêntures ou outros títulos que representem obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, para o financiamento das atividades decorrentes deste CONTRATO.

16.4. As ações ou cotas da SPE poderão ser dadas em garantia ou contragarantia pelos acionistas da SPE em financiamento ou outras operações financeiras relacionadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS

17.1. A fiscalização das OBRAS será exercida pelo GER, o que não exonera nem diminui a completa responsabilidade da SPE, por qualquer inobservância ou omissão às Cláusulas contratuais.

17.2. Após a data de formalização do CONTRATO a SPE adequará e apresentará ao GER o Cronograma de Execução das OBRAS. Desse cronograma, compatível com o PLANO DE NEGÓCIOS aprovado pelo GER, constará, pelo menos:

- a) a ordem na qual a SPE se propõe a executar os trabalhos;
- b) os prazos em que serão verificados os Marcos de Construção e entrega do MÓDULOS da ETAPA DE OBRAS, conforme cronograma;

17.2.1. Modificações do cronograma apresentado nos termos desta subcláusula deverão ser



informadas ao GER, que as aprovará no prazo de 10 (dez) dias.

17.3. A SPE apresentará ao GER, para aprovação, os projetos, desenhos, especificações e documentos que sejam justificadamente exigidos pelo GER para a execução das OBRAS.

17.3.1. Se o GER não comunicar a sua aprovação dentro do prazo de 10(dez)dias, os elementos anteriormente referidos serão considerados aprovados no final do prazo indicado.

17.3.2. Os projetos, desenhos, especificações, documentos, amostras ou obras aprovados serão assinados ou identificados pelo GER e terão de ser integralmente respeitados, salvo instruções em contrário dados pelo GER.

17.3.3. O GER tem o direito de, sempre que entender necessário, inspecionar todos os desenhos, documentos, amostras ou modelos contratuais nas instalações da SPE.

17.4. Se, durante a execução das OBRAS, a SPE deparar-se com condições imprevistas, que exijam prorrogação do prazo de execução deste CONTRATO, deverá notificar o GER, especificando as condições imprevistas que encontrou, fornecendo pormenores dos efeitos previstos, das medidas que tomará ou pretende tomar e a extensão do atraso previsto ou interferência com a execução da OBRA.

17.4.1. Após o recebimento da notificação, o GER poderá:

- a) aprovar a prorrogação de prazos, com ou sem alterações na obra;ou
- b) ordenar a suspensão ou alteração dos trabalhos.

17.5. A SPE deverá proibir o acesso ao local das OBRAS a qualquer pessoa alheia à sua execução, observando-se o seguinte:

- a) a SPE garantirá a segurança do local das OBRAS durante todo o período de sua execução cabendo-lhe tomar as medidas necessárias para prevenir qualquer prejuízo ou acidente que possa resultar da execução das OBRAS;
- b) a SPE tomará todas as medidas necessárias, sob sua responsabilidade e às suas expensas, para garantir a proteção, preservação e manutenção das estruturas e instalações existentes;
- c) a SPE será responsável pelo fornecimento e manutenção, também às suas expensas, de todo o equipamento de iluminação, proteção, vedação e segurança que se revele necessário para a correta execução das OBRAS ou que possa ser razoavelmente exigido pelo GER;
- d) se, durante a execução das OBRAS, forem necessárias medidas urgentes para evitar quaisquer riscos de acidente ou dano ou para garantir a segurança após qualquer acidente ou dano, o GER notificará formalmente a SPE para que esta tome as medidas necessárias. Caso a SPE não possa tomar as medidas necessárias, o GER poderá executar, de forma excepcional, o trabalho às expensas da SPE.

17.6. O fornecimento de materiais e equipamentos será feito de acordo com o PROJETO



EXECUTIVO da SPE e demais disposições deste CONTRATO.

17.6.1. Poderão ser fornecidos materiais e equipamentos de características técnicas iguais ou superiores àquelas exigidas, atestados de acordo com as normas brasileiras da ABNT ou outras reconhecidas internacionalmente, observadas com rigor as condições contratuais estabelecidas.

17.6.2. As exceções deverão ser tratadas entre as PARTES, à luz dos padrões de qualidade requeridos ou especificados, observadas as condições estabelecidas a seguir.

17.6.3. Quaisquer atrasos no Cronograma das OBRAS por indisponibilidade de materiais ou equipamentos serão de exclusiva responsabilidade da SPE.

17.7. Durante a execução dos trabalhos, o GER terá poder de determinar:

- a) a remoção, do local das OBRAS, nos prazos especificados na ordem correspondente, de quaisquer componentes ou materiais que não estejam de acordo com este CONTRATO, e a sua substituição por componentes ou materiais adequados e em devidas condições; ou
- b) a demolição e a correta reexecução ou a reparação satisfatória de qualquer OBRA que não esteja de acordo com este CONTRATO no que respeita a componentes, materiais, mão-de-obra ou concepção, e pelos quais a SPE seja responsável.

17.7.1. O GER informará a SPE por escrito da sua decisão, logo que seja razoavelmente possível, especificando os pormenores dos defeitos alegados, cabendo à SPE o direito ao contraditório.

17.7.2. A SPE corrigirá os defeitos assim especificados por sua conta, desde que as suas alegações não sejam aceitas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – RECEBIMENTO DAS OBRAS

18.1. Os MÓDULOS das OBRAS somente serão recebidas pelo GER após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste CONTRATO e demais documentos dele integrantes.

18.2. A emissão do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ficará vinculada à entrega pela SPE dos desenhos “as built” ao GER.

18.2.1. A SPE deverá apresentar em CD-ROM, o cadastro geral das OBRAS executadas (“as built”) compreendendo plantas (AUTOCAD) e memorial (WORD), que conterão descrição minuciosa de tudo o que foi realizado.

18.3. Concluídos e aprovados os MÓDULOS das OBRAS, serão emitidos os respectivos TERMOS DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, iniciando-se a ETAPA DE MANUTENÇÃO referente à cada MÓDULO recebido pelo GER.

18.4. O TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO de cada MÓDULO será expedido pelo GER no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da NOTIFICAÇÃO DE CONCLUSÃO DA OBRA formalizada



Pela SPE;

18.5. Transcorrido o prazo previsto no subitem acima, o silêncio do GER terá a mesma natureza jurídica da expedição expressa do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO para todos os fins e efeitos de direito deste CONTRATO.

18.6. Após a expedição do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, terá início o PERÍODO DE OBSERVAÇÃO das OBRAS, momento em que o GER, por meio da sua equipe designada para a fiscalização das OBRAS, atestará a qualidade das OBRAS e, ao final do PERÍODO DE OBSERVAÇÃO, emitirá o competente TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

18.6.1. O PERÍODO DE OBSERVAÇÃO das OBRAS deverá ser concluído em até 60 (sessenta) dias após a expedição do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

18.7. A SPE será responsável pela reparação de qualquer defeito ou dano em qualquer parte das OBRAS, equipamentos e instalações de sua responsabilidade, nos termos do PROJETO EXECUTIVO, que possa surgir ou ocorrer durante a vigência deste CONTRATO, devendo, por sua conta e tão rapidamente quanto possível, proceder a reparação do referido defeito ou dano.

18.8. Ausentes erros, defeitos e insuficiências, ou depois de todos os erros, defeitos e insuficiências terem sido retificados, o GER emitirá o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO a ser entregue à SPE, indicando a data de conclusão das OBRAS de cada MÓDULO.

18.9. Em caso de divergência relativa à expedição do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO ou do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, por quaisquer motivos, a parte que desejar poderá dar início ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste CONTRATO.

18.10. Os direitos sobre os estudos e projetos elaborados para os fins específicos das atividades objeto do presente CONTRATO, bem como projetos, planos, plantas, documentos e outros materiais serão transmitidos gratuitamente ao GER ao final da execução das OBRAS, competindo à SPE adotar todas as medidas necessárias para este fim.

CAPÍTULO VIII – REGIME DE BENS DA LOCAÇÃO DO HOSPITAL

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – BENS INTEGRANTES DA LOCAÇÃO

19.1. Serão objeto da Locação pelo GER todos os bens objeto das OBRAS executadas pela SPE na ETAPA DE OBRAS, nos termos deste CONTRATO e seus anexos.

19.2. A definição dos itens sujeitos a manutenção predial é a disposta no TERMO DE REFERÊNCIA, Anexo I do EDITAL.

19.2.1 A SPE deverá entregar, ao GER, após a entrega de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS, um plano de manutenção predial, estabelecendo as rotinas a serem implantadas e a



Metodologia de acompanhamento das condições físicas dos imóveis locados, com o objetivo de detectar ou reduzir problemas de ordem estrutural, hidráulica ou elétrica nos prédios.

19.2.2. O GER deverá aprovar o plano de manutenção predial, que vinculará a atuação da SPE no tocante a tais serviços, sem prejuízo das demais obrigações constantes neste CONTRATO e no EDITAL e demais anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – REVERSÃO DOS BENS

20.1. Extinto o presente CONTRATO, os bens objeto da ETAPA DE OBRAS executadas pela SPE serão transferidos ao GER.

20.1.1. A transferência do bem inclui as edificações e o lote nas quais foram edificadas.

20.2. A transferência ao GER dos bens objeto da ETAPA DE OBRAS será gratuita e automática, com os bens livres de quaisquer ônus ou encargos.

20.2.1. Os bens transferidos integrarão o patrimônio do GER na categoria de bens de uso especial.

CAPÍTULO IX – GARANTIAS E SEGUROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA SPE

21.1. Para garantia do fiel cumprimento de suas obrigações assumidas durante a ETAPA DE OBRAS deste CONTRATO, a SPE ofereceu ao GER, na forma prevista na legislação e no EDITAL GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO equivalente a 5% (cinco por cento) do valor previsto dos investimentos, conforme estipulado no PLANO DE NEGÓCIOS.

21.1.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO prevista nesta cláusula deverá ser mantida até a data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do MÓDULO 4 da ETAPA DE OBRAS.

21.2. Após a emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do MÓDULO 4 da ETAPA DE OBRAS, a GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO poderá ser reduzida ao equivalente a 0,5% (meio por cento) do valor previsto dos investimentos, cabendo a SPE promover a substituição da garantia nestes termos, caso assim o deseje, conforme estipulado no PLANO DE NEGÓCIOS.

21.3. A garantia poderá ser feita nas modalidades previstas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, apontadas no EDITAL e seus anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GARANTIA DE ADIMPLEMENTO DO CONTRATO PELO GER

22.1. O GER, como condição eficácia do CONTRATO, e até o cumprimento de todas as suas obrigações pecuniárias nele previstas, deverá:



- a) constituir e manter CONTA GARANTIA em favor da SPE, onde deverá ser mantido o SALDO MÍNIMO previsto no EDITAL;
- b) promover a autorização, por intermédio do CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, da utilização de numerário recebido por intermédio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal como garantia dos pagamentos devidos ao contratado.

22.1.1. A estrutura de garantias estipulada nos subitens (a) e (b) será regida e regulada pelo CONTRATO DE CONTA GARANTIA (Anexo III do EDITAL) a ser firmado entre o GER, a SPE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA indicada.

22.2. O CONTRATO DE CONTA DE GARANTIA deverá ser firmado no prazo de até 60 (sessenta) dias da assinatura deste CONTRATO.

22.3. Após a assinatura do CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, quaisquer das PARTES poderão providenciar seu registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos do Município de Porto Velho.

22.4. Com base no CONTRATO DA CONTA DE GARANTIA, a ausência de pagamento do VPM pelo GER, nos termos e prazos estipulados neste CONTRATO, obrigará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a efetuar, no prazo de até 48 horas e independentemente de qualquer solicitação das PARTES, a transferência do VPM devido à SPE.

22.4.1. O valor do VPM a ser transferido automaticamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA à SPE, conforme previsto nesta subcláusula, advirá de valores depositados na CONTA GARANTIA.

22.5. A CONTA GARANTIA deverá ter, no momento da emissão da ORDEM DE SERVIÇO inicial do CONTRATO, o SALDO MÍNIMO correspondente a 12 (doze) VPM atualizados, quantia essa que deverá ser mantida até o término deste CONTRATO.

22.5.1. Para fins de cálculo dos valores correspondentes a esta subcláusula, será considerado o VPM total do contrato, independentemente da fase da ETAPA DE OBRAS.

22.6. A ausência de SALDO MÍNIMO na CONTA GARANTIA:

- a) por até 6 (seis) meses consecutivos autorizará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a transferir recursos da conta do FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL à CONTA GARANTIA;
- b) por até 11 (onze) meses consecutivos conferirá à SPE o direito de paralisar a ETAPA DE OBRAS ou a ETAPA DE MANUTENÇÃO, até que a referida obrigação contratual venha a ser plenamente adimplida pelo GER.

22.7. Será vedado ao GER realizar diretamente qualquer movimentação na CONTA GARANTIA durante a vigência deste CONTRATO, excetuadas as disposições nele previstas.

22.8. O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não poderá ser utilizado para qualquer outra finalidade, tampouco ser dado em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do GER,



independentemente de sua natureza.

22.9 O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não se comunicará com qualquer outro patrimônio do GER, ficando vinculado exclusivamente à garantia do CONTRATO, não podendo, portanto, ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão, ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do GER.

22.10. Caso os valores depositados na CONTA GARANTIA sejam superiores ao SALDO MÍNIMO, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA poderá realizar, mediante solicitação do GER, a transferência dos recursos excedentes para a conta de titularidade do GER

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – SEGUROS

23.1. Sem prejuízo dos demais seguros obrigatórios por lei, a SPE deverá contratar e manter, durante a execução das Obras e Serviços objeto deste CONTRATO, o Seguro de Vida em Grupo para seus empregados, na forma definida na Convenção Coletiva de Trabalho assinada com o Sindicato da categoria.

23.2. A CONTRATADA se obriga a contratar e manter, durante toda a execução ETAPA DE MANUTENÇÃO, seguros que cubram pelo menos os seguintes riscos:

- a) incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- b) equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- c) roubo e furto qualificado (exceto valores);
- d) vendável/fumaça/inundação;
- e) vidros;
- f) tumultos/atos dolosos;
- g) danos elétricos;
- h) danos materiais

23.3. A SPE poderá alterar coberturas e franquias, bem como outras condições das apólices contratadas, a fim de adequá-las às fases de desenvolvimento do CONTRATO, sendo certo que o GER deverá ser comunicado no caso das referidas alterações sobre os seguros da fase operacional.

23.4. O GER não deverá ser indicado como cossegurado nas apólices dos seguros referidas nesta Cláusula, exceto no caso em que isso significar redução de cobertura como devido acerto, devendo no caso da fase operacional seu cancelamento, suspensão ou substituição ser previamente aprovado pelo GER.

23.5 O descumprimento, pela SPE, da obrigação de contratar ou manter as apólices de seguro de que trata esta Cláusula, poderá ensejar a aplicação das sanções previstas neste CONTRATO.

CAPÍTULO X – RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – RESPONSABILIDADE GERAL



24.1. A SPE reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que vier a causar ao GER, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, em decorrência de execução das obras e serviços realizados em função desta CONTRATO, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço quando da execução destas funções, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para o GER, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

24.2. A SPE responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pelo CONTRATO, sem prejuízo de eventuais direitos que possa exercer perante terceiros, não sendo assumida pelo GER qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - CONTRATOS COM TERCEIROS

25.1. A SPE apenas poderá transferir ou subcontratar o presente CONTRATO, no todo ou em parte, com expressa autorização do GER.

25.2. A SPE não poderá se eximir do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste CONTRATO, ou justificar qualquer atraso em relação aos prazos constantes deste CONTRATO, em razão da contratação de seus acionistas e de terceiros.

25.3. Os contratos celebrados entre a SPE e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e o GER.

25.4. A execução das atividades com terceiros pressupõe o cumprimento das normas regulamentares e contratuais, relativas aos trabalhos objeto deste CONTRATO.

CAPÍTULO XI – SANÇÕES E APENAÇÕES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – SANÇÕES E APENAÇÕES APLICÁVEIS À SPE

26.1. O não cumprimento pela SPE das cláusulas deste CONTRATO e de seus Anexos, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a cominação, isolada ou concomitantemente, das penalidades fixadas nesta cláusula.

26.2. A gradação das penalidades a que está sujeita a SPE observará a natureza da infração cometida, que variará conforme as seguintes categorias:

- a) Leve;
- b) Média;



- c) Grave; e
- d) Gravíssima.

26.3. A infração será considerada leve quando decorrer de condutas não dolosas da Contratada, das quais ela não se beneficie economicamente.

26.3.1. O cometimento de infração de natureza leve ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

- a) Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; ou
- b) Multa, em caso de reincidência em uma mesma conduta que caracterize infração leve, dentro do período de 04(quatro) meses consecutivos, no valor de até 0,05% (zero vírgula zerocinco por cento) do valor do presente CONTRATO.

26.4. A infração será considerada média quando decorrer de conduta dolosa ou da qual se constate ter a SPE se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, em valor equivalente a até 5% do valor do presente CONTRATO.

26.4.1. O cometimento de infração de natureza média ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada ou concomitante:

- a) Advertência por escrito, que será formulada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção; e
- b) Multa no valor de até 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do presente CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

26.5. A infração será considerada grave quando decorrer de conduta dolosa e de má-fé da qual se constate ter a SPE se beneficiado economicamente, de forma direta ou indireta, em valor equivalente a mais de 5% do valor do presente CONTRATO.

26.5.1. O cometimento de infração grave ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada, ou concomitante à pena de multa:

- a) Determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b) Multa no valor de até 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) do valor do presente CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção.

26.6. A infração será considerada gravíssima quando o GER constatar, diante das características do serviço prestado e do ato praticado pela SPE, que suas consequências se revestem de grande lesividade ao interesse público, prejudicando o meio ambiente, o erário ou a própria continuidade do objeto deste CONTRATO.

26.6.1. O cometimento de infração gravíssima ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de maneira isolada, ou concomitante à pena de multa:



- a) Multa no valor de até 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do presente CONTRATO, que também será cominada, quando for o caso, junto à determinação da adoção de medidas necessárias de correção;
- b) Suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a SPE ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na Cláusula anterior.

26.7. Ainda que não resultem em benefício econômico para a Contratada, serão graduadas:

- a) como infração leve, o não fornecimento ao GER, no prazo estipulado, de quaisquer documentos e informações pertinentes ao CONTRATO e a não contratação ou não manutenção em vigor das apólices de seguro, de acordo com o disposto neste CONTRATO;
- b) como infração média, a não contratação ou a manutenção das garantias de execução contratual em desacordo com as obrigações previstas neste CONTRATO.

26.8. O GER, na definição das espécies de penalidade de multa e das dosimetrias indicadas nas Cláusulas anteriores levará em consideração as circunstâncias de cada caso de maneira motivada, observando, sempre, a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de frequentadores e promotores atingidos e o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

26.9. A prática de qualquer infração não poderá ensejar enriquecimento ilícito da SPE, devendo o GER assegurar a devolução, pela SPE, ou a compensação, de toda e qualquer vantagem obtida com a perpetração da infração, podendo, para tanto, adotar as medidas administrativas e judiciais pertinentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – SANÇÕES E APENAÇÕES APLICÁVEIS AO GER

27.1. O GER dará causa à rescisão deste CONTRATO nas hipóteses da legislação de regência, pelo descumprimento das cláusulas apontadas neste CONTRATO e nas seguintes situações especiais:

- a) descumprimento do dever de instituição da garantia de sua responsabilidade;
- b) descumprimento das metas atribuídas à garantia, na forma da cláusula prevista neste instrumento.

27.2. Caso o inadimplemento das obrigações contratuais por parte do GER ocorra ao longo da ETAPA DE OBRAS, este arcará com:

- a) ressarcimento integral, a valores atualizados, de todo o investimento realizado pela SPE até a data da mora, inclusive das despesas financeiras já realizadas e penalidades eventualmente impostas pelos contratos bancários firmados em confiança na execução deste contrato;
- b) lucros cessantes, perdas e danos suplementares, se comprovados.



27.3. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula, inclusive a composição de lucros cessantes e perdas e danos suplementares por infração contratual ocorrida na ETAPA DE MANUTENÇÃO do CONTRATO se dará observando-se o disposto no Capítulo XIII deste CONTRATO - SOLUÇÃO DECONFLITOS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

28.1. O processo de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO terá início com a lavratura do auto de infração correspondente pelo GER, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

28.2. Lavrado o auto, a SPE será intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da data da publicação, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de infração com previsão de pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, hipótese em que o prazo será de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 87, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº8.666/93.

28.3. O auto de infração deverá indicar prazo razoável e compatível com a complexidade da falha a ser sanada, nunca inferior a 5 (cinco) dias úteis, em que a SPE deverá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada ou a inexistência da falha apontada.

28.4. Na fase de instrução, a SPE pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia e pode juntar documentos ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo à SUPEL recusar provas ilícitas ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

28.5. Encerrada a instrução processual, o GER decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado à SPE a interposição de recurso para autoridade superiora, no prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

28.5.1. Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10(dez) dias úteis, consoante previsto no art.109,III, da Lei Federal nº8.666/93.

28.6. Após a decisão de eventual recurso interposto pela Contratada, o GER, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, notificará por escrito a SPE para realizar o pagamento dos valores correspondentes em até 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento da notificação.

28.7. A falta de pagamento da multa no prazo estipulado acarretará a atualização monetária do débito pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo–IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia–IBGE, e o acréscimo de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante do débito corrigido monetariamente, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo da execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO



29.1. A inexecução total ou parcial deste CONTRATO, decorrente diretamente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou de interferências imprevistas que retardem ou impeçam a sua execução, devidamente justificados, não se caracterizará como infração por parte da SPE, ficando essa exonerada de responsabilidade por tal inexecução, sem prejuízo da readequação do equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

29.2. Para fins do disposto na subcláusula anterior, considera-se:

- a) força maior: o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para a SPE na execução deste CONTRATO, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;
- b) caso fortuito: o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para a SPE no cumprimento deste CONTRATO;
- c) fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste CONTRATO;
- d) fato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este CONTRATO, retarda, agrava ou impede a sua execução pela Contratada, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes;
- e) Interferências imprevistas: são ocorrências não cogitadas pelas PARTES quando da celebração deste CONTRATO, que surgem no decorrer de sua execução de modo excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciadas pela descoberta superveniente de obstáculos, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução deste CONTRATO, mesmo que sua existência seja anterior à data de emissão da ORDEM DE SERVIÇO; são, ainda, interferências imprevistas aquelas que, mesmo que previstas, são de ocorrência incerta e que não possam ser evitadas pela SPE.

29.2.1. Na ocorrência de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, fato da Administração ou interferência imprevista, os prazos fixados neste CONTRATO ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem do prazo logo assim que cessarem os seus efeitos.

29.3. Não se caracteriza como inexecução parcial ou total dos serviços objeto deste CONTRATO a sua interrupção pela SPE, nas seguintes hipóteses:

- a) quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza nas obras;
- b) caso, a juízo da SPE, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas;
- c) por determinação do GER, das entidades ambientais e demais órgãos da Administração Pública.

29.3.1. Cabe à SPE, em qualquer das hipóteses desta Cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a interrupção dos serviços objeto deste CONTRATO ao prazo estritamente necessário.



29.4. Ocorrendo quaisquer dos eventos mencionados nesta Cláusula, a SPE e o GER acordarão acerca da revisão do CONTRATO ou da sua extinção, caso a impossibilidade de seu cumprimento se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa.

29.5. No caso de extinção do CONTRATO, em virtude da ocorrência dos eventos mencionados nesta Cláusula, as PARTES acordarão acerca do pagamento da indenização devida pelo GER à Contratada, previamente à extinção do CONTRATO.

CAPÍTULO XII – EXTINÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – CASOS DE EXTINÇÃO

30.1. Extingue-se este CONTRATO por:

- a) Advento do termo contratual;
- b) Encampação;
- c) Caducidade;
- d) Rescisão;
- e) Anulação do CONTRATO;
- f) Falência ou extinção da SPE.

30.2. Extinto o CONTRATO em qualquer hipótese prevista na subcláusula anterior opera-se, de pleno direito, a reversão do Novo Hospital de Urgência e Emergência ao GER, pagando-se à SPE a respectiva indenização de acordo com a hipótese de extinção, nos termos deste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

31.1. O advento do termo final do CONTRATO opera, de pleno direito, a sua extinção, transferindo-se o HEURO, de pleno direito, ao patrimônio do GER.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – ENCAMPAÇÃO

32.1. A Encampação do CONTRATO dar-se-á por motivo de interesse público, precedida de lei autorizativa específica e de pagamento da indenização prévia prevista neste CONTRATO.

32.2. A indenização devida pelo GER à SPE, no caso de extinção prevista nesta Cláusula, deverá ser paga previamente à reversão dos BENS REVERSÍVEIS, nos termos do artigo 37 da Lei Federal nº 8.987/95, e deverá englobar:

- a) os investimentos realizados pela SPE que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados, devidamente corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data da realização dos investimentos até a data de pagamento da indenização;
- b) os custos (incluindo multas e eventuais indenizações) oriundos de necessária rescisão antecipada de contratos mantidos entre a SPE e terceiros diretamente relacionados ao objeto deste CONTRATO, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data de sua realização até a data de pagamento da indenização;



- c) os custos incorridos pela SPE com a rescisão antecipada e vencimento antecipado de contratos de financiamento, corrigidos monetariamente nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data da sua realização até a data do pagamento da indenização;
- d) os lucros cessantes calculados por empresa independente de consultoria especializada em avaliação de empresas e investimentos, conforme a subcláusula abaixo, que estabeleça os lucros razoáveis que a SPE auferiria caso não houvesse o ato de encampação, considerando a PROPOSTA DE PREÇO.

32.3. Após a aprovação da lei específica de que trata a subcláusula 32.1, o GER notificará a SPE.

32.3.1. Em até 30 (trinta) dias contados da notificação de que trata a subcláusula anterior, o GER deverá realizar os levantamentos e avaliações necessários para determinar o montante de indenização a ser pago à SPE, enviando o respectivo relatório à SPE.

32.3.2. Uma vez apresentado o relatório acima mencionado, o GER efetuará o pagamento da indenização no prazo de até 15 (quinze) dias.

32.3.3. Caso a SPE não esteja de acordo com o valor da indenização fixado pelo GER, poderá recorrer aos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

32.4. As PARTES estabelecem que não será feita a incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do GER até que seja efetuado o pagamento integral da indenização a que se refere esta Cláusula.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – CADUCIDADE

33.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO não remediada na forma prevista neste instrumento após a aplicação das sanções cabíveis acarretará, a critério do GER, a sua declaração de caducidade, respeitadas as disposições deste instrumento, especialmente, desta Cláusula.

33.2. A declaração de caducidade deverá ser precedida da verificação da efetiva inadimplência da SPE em processo administrativo, no âmbito do GER, assegurados os direitos de ampla defesa e contraditório.

33.3. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de a SPE ter sido previamente notificada pelo GER a respeito das infrações contratuais praticadas, devendo-lhe ser concedido prazo razoável para corrigir as falhas e transgressões apontadas, observadas as condições previstas neste CONTRATO.

33.4. A declaração de caducidade, uma vez finalizado o processo administrativo, dar-se-á mediante edição de Decreto do Governador do Estado de Rondônia.

33.5. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas em lei, a caducidade, por ação ou omissão da Contratada, poderá ser declarada quando:

- a) O objeto deste CONTRATO estiver sendo ,inequívoca e continuamente, prestado de forma substancial e materialmente inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade dos serviços;



- b) a SPE descumprir cláusulas contratuais essenciais ou disposições legais ou regulamentares, materiais e significativas, concernentes ao CONTRATO;
- c) a SPE paralisar injustificadamente as OBRAS ou concorrer para tanto;
- d) a SPE perder as condições econômicas, técnicas ou operacionais para manter a execução das OBRAS;
- e) a SPE não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos;
- f) a SPE não atender a intimação do GER no sentido de regularizar a execução das OBRAS;
- g) a SPE não atender a intimação do GER para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, no curso do CONTRATO, na forma do artigo 29 da Lei Federal nº 8.666/93;
- h) a SPE transferir o CONTRATO ou o seu controle sem prévia anuência do GER.

33.6. No caso da extinção deste CONTRATO por caducidade, a SPE fará jus ao recebimento da devida indenização, a ser calculada pelo GER, em que serão considerados os investimentos realizados que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados até a data da extinção do CONTRATO, corrigidos monetariamente, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, desde a data do investimento até a data do pagamento integral da indenização.

33.6.1. Da indenização prevista nesta subcláusula, será descontado o montante das multas contratuais e dos danos causados pela SPE, no que eventualmente não seja coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

33.7. A indenização a que se refere esta Cláusula será paga mensalmente, em até 10 (dez) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do GER, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste desde o seu cálculo, até a data do pagamento.

33.8. Declarada a caducidade, não resultará ao GER qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros, ou com empregados da SPE.

33.9. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta subcláusula serão dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – RESCISÃO

34.1. A SPE poderá rescindir o CONTRATO no caso de descumprimento das normas contratuais pelo GER, amigavelmente ou mediante ação judicial especialmente intentada para este fim.

34.2. Na hipótese de rescisão do CONTRATO por inadimplemento contratual nos termos desta Cláusula, aplicar-se-á, para fins de cálculo da indenização, o disposto na subcláusula 32.2, que trata da Encampação.

34.3. A indenização a que se refere a subcláusula acima será paga de acordo com a forma a ser estabelecida na ação judicial de que trata a subcláusula 34.1, ou em, no máximo, 12 (doze) parcelas, até que haja sua plena quitação, quando se tratar de rescisão amigável, devendo o saldo devedor ser



corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste desde o seu cálculo, até a data do efetivo pagamento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – ANULAÇÃO DO CONTRATO

35.1. Nos casos de verificação de vícios no EDITAL e nos seus Anexos, na LICITAÇÃO ou neste CONTRATO e nos seus Anexos, o GER se compromete a convalidar, sempre que possível, os atos administrativos no intuito de preservar o interesse público, a ordem social e atender ao princípio da segurança jurídica.

35.1.1. Na impossibilidade, comprovada e motivada, da convalidação dos atos administrativos viciados decorrentes de eventuais irregularidades verificadas no EDITAL e nos seus Anexos, na LICITAÇÃO, neste CONTRATO e nos seus Anexos, o GER poderá anular a CONTRATO, mediante indenização a ser paga pelo GER à SPE, observado o disposto no artigo 59 da Lei Federal nº 8.666/93.

35.2. A apuração do montante da indenização a ser paga pelo GER à SPE obedecerá ao disposto na subcláusula 32.2 deste CONTRATO, e será paga previamente à extinção do CONTRATO e da assunção dos BENS REVERSÍVEIS.

35.3. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – FALÊNCIA OU EXTINÇÃO DA SPE

36.1. O CONTRATO poderá ser extinto caso a SPE tenha a sua falência decretada ou no caso desua extinção.

36.2 No caso previsto nesta Cláusula, a apuração do montante da indenização a ser paga pelo GER obedecerá ao disposto na subcláusula 33.6 e seguintes.

36.2.1 A indenização a que se refere a subcláusula acima será paga à massa falida, mensalmente, em até 12 (doze) parcelas, vencendo-se a primeira em até 30 (trinta) dias contados da incorporação dos BENS REVERSÍVEIS ao patrimônio do GER, devendo o saldo devedor ser corrigido mensalmente, pro rata die, nos mesmos moldes aplicáveis ao Reajuste, até a data do pagamento.

36.3. O atraso no pagamento da indenização prevista na subcláusula 36.2 ensejará ao GER multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor em atraso, acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, devendo o saldo devedor – principal e encargos moratórios– ser corrigido monetariamente, prorata die, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento do valor.

36.4. Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto nesta Cláusula poderão ser dirimidos por meio dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

CAPÍTULO XIII – SOLUÇÃO DE CONFLITOS



CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – MECANISMO DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL

37.1 Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza surgirem entre as PARTES, estas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o conflito amigavelmente.

37.1.1. Para atingir o objetivo previsto nesta subcláusula, qualquer uma das PARTES deverá notificar a outra de sua intenção de iniciar o procedimento ora descrito, consistente na busca de solução do conflito por intermédio de discussões amigáveis e de boa-fé (“Notificação de Conflito”).

37.2. A instauração do procedimento amigável não desonera as PARTES de cumprirem as suas obrigações contratuais.

37.3. As PARTES indicarão representantes autorizados a realizar as negociações previstas nesta cláusula e caso encontrem, de comum acordo, solução amigável para o conflito, esta poderá ser incorporada ao CONTRATO mediante assinatura de termo aditivo.

37.4. No caso de as PARTES falharem em chegar a um consenso, nos termos acima, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Notificação de Conflito de uma PARTE à outra, o Conflito será submetido à Mesa de Resolução de Conflitos criada para esta finalidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – MESA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

38.1. Serão dirimidas pela Mesa de Resolução de Conflitos as controvérsias decorrentes ou relacionadas a este CONTRATO, que envolvam direitos patrimoniais disponíveis, incluindo, mas não se limitando a:

- a) Questões relacionadas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- b) Revisão do CONTRATO;
- c) Indenizações decorrentes da extinção ou transferência do CONTRATO;
- d) Penalidades contratuais e, se for o caso, seu cálculo, bem como controvérsias advindas da execução de garantias;
- e) Discussões relacionadas à execução das OBRAS;
- f) O inadimplemento de obrigações contratuais por qualquer das PARTES.

38.2. A mediação será realizada no Município de Porto Velho e em língua portuguesa, e aplicar o direito brasileiro, sendo vedado o juízo por equidade.

38.3. Aplicam-se à Mesa de Resolução de Conflitos as seguintes disposições:

- a) A primeira reunião de mediação ocorrerá no prazo mínimo de 15 (quinze) dias e no máximo de 30 (trinta) dias a partir da notificação da PARTE;
- b) As reuniões serão realizadas na sede da SUPEL, localizada na Av. Farquar, S/N, Bairro Pedrinha – Complexo Rio Madeira – Rio Pacaás Novos 2º Andar - CEP 76.903-036 - Porto Velho/RO, ou qualquer outro local em Porto Velho convencionado pelas PARTES;



38.4. A Mesa de Resolução de Conflitos será composta por dois representantes das PARTES e por um Mediador, escolhido de comum acordo pelas PARTES e que deverá ter experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia. Não havendo consenso entre as PARTES na escolha do Mediador, tal será indicado nos termos do Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP.

38.5. O procedimento terá a característica de “Dispute Adjudication Board”, vinculando as partes quanto ao decidido na Mesa de Resolução de Conflitos, inclusive no tocante a medidas cautelares, restando a PARTE vencida no procedimento com o dever de arcar com todos os seus custos, inclusive com os honorários do Mediador. As custas serão adiantadas pela PARTE que suscitar a instauração do procedimento.

38.6. Na hipótese de sucumbência parcial de ambas as PARTES, as despesas decorrentes do procedimento arbitral serão rateadas conforme indicado na decisão.

38.7. Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

38.8. Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição da Mesa de Resolução de Conflitos, e exclusivamente com a finalidade de evitar perecimento de direitos, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário.

38.9. Será competente o Foro da Circunscrição Judiciária de Porto Velho, no Estado de Rondônia, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à Mesa de Resolução de Conflitos nos termos deste instrumento, assim como para apreciar as medidas judiciais nele previstas, ou eventual ação de execução da decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

CAPÍTULO XIV – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

39.1. Somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO nas hipóteses abaixo descritas:

- a) modificação unilateral do CONTRATO imposta pelo GER das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se alteração substancial dos custos ou da receita ou remuneração, para mais ou para menos;
- b) Fato do Príncipe ou interferências imprevistas que onerem a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à SPE neste CONTRATO, no EDITAL ou em seus anexos;
- c) ocorrência de caso fortuito ou força maior não seguráveis no Brasil;
- d) criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, ressalvados os impostos e contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas ou remuneração ou despesas da SEP, para mais ou para menos, relacionadas especificamente com a execução dos serviços objeto do CONTRATO;

39.2. Não caberá recomposição do equilíbrio econômico-financeiro por eventos decorrentes dos



riscos imputados à SEP neste CONTRATO, no EDITAL ou em seus anexos, e nas seguintes hipóteses:

- a) variações de custos nas obrigações imputáveis à SEP;
- b) aumento do custo de empréstimos e financiamentos assumidos pela SEP para realização de investimentos ou custeio das operações objeto do CONTRATO;
- c) variação de custo decorrente de variação cambial.
- d) se ficar caracterizado que os impactos motivadores do pedido por parte da SEP poderiam ter sido neutralizados com a melhoria da eficiência na prestação do serviço; ou quando da ocorrência de negligência, inépcia; ou omissão na execução contratual; ou de qualquer forma a SEP tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.

39.3. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da SEP ou por determinação do GER.

39.4. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da SEP deverá constar de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

- a) identificação precisa do evento que dá ensejo ao pedido de reequilíbrio, acompanhado de evidência da responsabilidade do GER;
- b) projeção de Fluxo de Caixa Marginal decorrente do evento que ensejou o desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- c) comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela SEP, decorrentes do evento que deu origem ao pleito;

39.5. Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

39.5.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio;

39.5.2. Para fins de determinação do fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento que deu causa ao desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do GER, das projeções realizadas por ocasião do certame licitatório;

39.5.3. O reequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto do evento que ensejou o desequilíbrio no fluxo financeiro da SEP, sendo, para tanto, calculado o Valor Presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação;

39.6. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da SEP, o GER poderá, a qualquer tempo,
Av. Farquar s/n - Bairro Pedrinhas - Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos 2º Andar, CEP 76.801-361 - Porto Velho/RO - Fone: 0
xx 69 3212-9263



solicitar laudos técnicos econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.

39.7. A critério do GER poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.

39.8 O GER terá livre acesso a informações, bens e instalações da SEP ou de terceiros por ela contratados para aferir, direta ou por meio de terceiros contratados, o quanto alegado pela SEP.

39.9. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio correrão por conta das partes, em proporções iguais, em caso de procedência do pleito ao final.

39.10 A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da SEP deverá necessariamente considerar em favor do GER os ganhos econômicos extraordinários, que não decorram diretamente da sua eficiência empresarial, propiciados por alterações tecnológicas ou pela modernização, expansão ou racionalização dos serviços, bem como ganhos de produtividade ou redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à SEP.

39.11 O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo GER deverá ser objeto de comunicação à SEP, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes.

39.12. Não havendo manifestação pela SEP no prazo consignado na comunicação, que não poderás ser inferior a 30 (trinta) dias, a omissão será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta do GER.

39.13. O GER terá a prerrogativa de escolher a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, que será formalizada em Aditivo, garantida a continuidade da prestação dos serviços, em especial, pelas seguintes:

- a) prorrogação ou redução do prazo do CONTRATO;
- b) revisão no valor do VPM;
- c) combinação das modalidades anteriores, ou outros permitidos pela legislação a critério do GER.

39.14. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderá importar efeito retroativo superior a 180 (cento e oitenta) dias contados da data da apresentação do pleito ou da comunicação.

39.15. Decorridos 90 (noventa) dias após a apresentação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por requerimento da SEP e não sendo encontrada solução amigável, aplicar-se-á o procedimento de resolução de conflitos por intermédio da Mesa de Resolução de Conflitos prevista neste CONTRATO.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – COMUNICAÇÕES ENTRE AS PARTES

40.1. As comunicações entre as PARTES serão efetuadas por escrito e remetidas:



- a) em mãos, desde que comprovadas por protocolo;
- b) por correio registrado, com aviso de recebimento;e
- c) por correio eletrônico, com aviso de recebimento.

40.2. Consideram-se, para os efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os seguintes endereços

- a) GER:
- b) SPE:

40.3. Quaisquer das PARTES poderão modificar o seu endereço, número de telefone e endereço eletrônico, mediante comunicação prévia e formal à outraPARTE.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – CONTAGEM DE PRAZOS

41.1. Na contagem dos prazos a que alude este CONTRATO, excluir-se-á o dia de início e se incluirá o dia do vencimento, sendo considerados os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

41.2. Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dias de expediente normal na Administração PúblicaEstadual.

41.3. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, os prazos fixados ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem tão logo cessarem os seusefeitos.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – EXERCÍCIO DE DIREITOS

42.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial de qualquer direito que assista a quaisquer das PARTES por este CONTRATO, não importa em renúncia a este direito, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

[Local e Data]

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo GER:

Nome:; Cargo:.....;CPF: ;
RG:; Data de Nascimento:/...../.....; Endereçoresidencial:
.....; n°; Bairro: ;
Cidade:; Estado:.....;CEP ;E-mail
Institucional:; E-mail pessoal: ;



Telefone(s):

Contratante

Pela SPE:

Nome:; Cargo:.....;CPF: ;
RG:; Data de Nascimento:/...../ ; Endereço residencial:
.....; nº; Bairro: ;
Cidade:.....;Estado:.....;CEP ;E-mail
Institucional:; E-mail pessoal: ;
Telefone(s):

Contratada



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO II DO EDITAL Minuta de Contrato de Conta Garantia

ORGANIZAÇÃO ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO CONTA GARANTIA

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DE CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE GARANTIA E DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA

O presente Contrato de Nomeação de Agente de Garantia e Administração de Conta Vinculada é celebrado entre:

BANCO DO BRASIL, neste ato representado, nos termos de seus atos constitutivos e conforme instrumento de mandato que integra o presente contrato, por [NOME], [QUALIFICAÇÃO], doravante denominada simplesmente “INSTITUIÇÃO FINANCEIRA”;

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, neste ato representado pelo Secretário Estadual de Saúde, FERNANDO RODRIGUES MÁXIMO, portador da cédula de identidade n , inscrito no CPF/MF n , com domicílio especial na sede da Secretaria de Estado da Saúde, nomeado pelo Decreto de, publicado em no Diário Oficial de , doravante denominada simplesmente “GER” ou “CONTATANTE”; e [NOME], [QUALIFICAÇÃO], neste ato representada por [NOME], [QUALIFICAÇÃO], doravante denominada “EMPRESA CONTRATADA” ou “SPE”.

CONSIDERANDO QUE

A SPE sagrou-se vencedora do RDC n /2021, destinada à contratação de empresa para elaboração e aprovação de projeto e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem sua locação e realização de sua manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos do Edital, mediante critério de MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL.

Em consequência de haver sido vencedora da Licitação, a SPE celebrou em [], com o GER, CONTRATO objeto da LICITAÇÃO.

De acordo com o disposto no EDITAL e CONTRATO, a SPE fará jus a uma Contraprestação mensal (“VALOR DE PAGAMENTO MENSAL-VPM”) no valor mensal de R\$[.], valor esse devido durante o prazo previsto para a ETAPA DE MANUTENÇÃO do CONTRATO. O VPM será pago pelo GER nos termos de condições estipulados no CONTRATO. Com a finalidade de garantir o VPM devido à SPE, o GER deseja constituir uma CONTA GARANTIA e promover, em favor da SPE, a cessão fiduciária dos direitos presentes e futuros relativos às receitas que lhe forem cabíveis por força de repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, em montantes necessários ao atendimento das obrigações pecuniárias assumidas no CONTRATO e nos limites estipulados neste instrumento, sendo que todos esses valores serão administrados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.



A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA está de acordo em atuar como agente de pagamentos, custódia e administração dos recursos contidos na CONTA GARANTIA e dos valores advindos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

O GER e a SPE estão de acordo em nomear o INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para atuar na condição de agente de pagamento, nos termos acima.

Têm as PARTES entre si justo e acordado celebrar o presente contrato de Nomeação de Agente de Garantia e Administração da Conta Vinculada (doravante denominado “CONTRATO DE GARANTIA”), que se regerá pelas cláusulas a seguir estipuladas:

1. DAS DEFINIÇÕES

1.1. Termos iniciados com letra maiúscula quando aqui utilizados terão o significado a eles atribuídos no corpo deste CONTRATO DE GARANTIA.

1.1.1. CONTA GARANTIA: conta corrente específica aberta junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA com a finalidade de garantir o pagamento da remuneração em caso de inadimplemento do GER, na qual deverá ser mantido, durante a execução do CONTRATO, o SALDO MÍNIMO;

1.1.2. CONTRATO: é o contrato de locação de ativos e de manutenção predial, decorrente da Concorrência Pública n /2021, celebrado entre o GER e a SPE;

1.1.3. CONTRATO DE NOMEAÇÃO DE AGENTE DE GARANTIA E DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA ou CONTRATO DE GARANTIA: é o presente instrumento contratual firmado entre o GER, a SPE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que regerá e regulará a estrutura de garantias de pagamento do VPM, devido à SPE.

1.1.4. GARANTIA DE PAGAMENTO DO VPM: conjunto de instrumentos jurídicos a ser formalizado com o intuito de garantir à SPE o pagamento do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL que lhe for devido durante a vigência do CONTRATO, bem como eventuais indenizações acerca de investimentos não amortizados;

1.1.5. GER: é o Governo do Estado de Rondônia;

1.1.6. PARTES: são o GER, a SPE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;

1.1.7. SALDO MÍNIMO: Valor mínimo correspondente 12 (doze) meses de pagamento do VPM a ser mantido na CONTA GARANTIA, de modo garantir o pagamento à SPE em caso de inadimplemento do GER;



1.1.8. VALOR MENSAL DA LOCAÇÃO ou VPM: é o valor mensal de R\$[], sujeito à correção anual na forma estipulada no CONTRATO, devido pelo GER à SPE em razão da locação do HOSPITAL durante o prazo previsto para a ETAPA 2 do CONTRATO, nos termos e condições estabelecidos naquele instrumento.

2. DA NOMEAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

2.1. O GER e a SPE, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, nomeiam e constituem o Banco do Brasil como INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, outorgando-lhe suficientes poderes para, na qualidade de mandatário, gerenciar a CONTA GARANTIA, abaixo definida, de acordo com os termos e condições abaixo estipulados; e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, neste ato, aceita tal nomeação obrigando-se a cumprir todos os termos e condições previstos neste CONTRATO DE GARANTIA e na legislação aplicável, empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

2.2. Exceto nos casos expressamente previstos neste CONTRATO DE GARANTIA, os deveres e responsabilidades da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA estarão limitados aos termos deste CONTRATO DE GARANTIA, sendo certo que o mecanismo de pagamento contemplado neste CONTRATO DE GARANTIA somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito e assinado por todas as respectivas PARTES.

3. ABERTURA E OBJETIVO DA CONTAGARANTIA

3.1. Imediatamente após a celebração deste CONTRATO DE GARANTIA, deverá a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA abrir e manter aberta, durante toda a vigência do CONTRATO, conta corrente vinculada e de movimentação restrita em nome do GER, para a constituição da garantia em favor da execução do CONTRATO.

3.2. Quando da abertura da CONTA GARANTIA, o GER depositará a quantia equivalente a 12 (doze) vezes o VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, quantia essa que deverá ser mantida até o término do CONTRATO.

4. O FUNCIONAMENTO DA CONTA GARANTIA E A ADMINISTRAÇÃO DOS DIREITOS DASPE

4.1. O GER, por este ato, determina à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA para, em conformidade com o disposto neste CONTRATO DE GARANTIA e no Contrato de Gerenciamento da Conta Vinculada estabelecido com o Banco do Brasil, utilizar os recursos provenientes do repasse do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal ("FPE") da União ao GER exclusivamente quando configurado o inadimplemento do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL devidos à SPE, e estritamente em consonância com o mecanismo de GARANTIA previsto neste CONTRATO DE GARANTIA e NO CONTRATO, até o montante necessário à satisfação da contraprestação.

4.2. Em decorrência do disposto na Cláusula acima, o GER concorda que nenhuma outra finalidade poderá ser dada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA aos recursos provenientes da cessão



dos recebíveis utilizados para a GARANTIA que não aquela prevista neste CONTRATO DE GARANTIA, independentemente de qualquer notificação por parte do GER em sentido contrário.

4.3. Até o limite do valor referente à Contraprestação mensal inadimplida, os recursos depositados na CONTA GARANTIA serão de propriedade da SPE, direito que perdurará até o término do CONTRATO e, de eventuais valores devidos em virtude de penalidades ou indenizações, em favor da SPE ("RECURSOS"). Os RECURSOS serão considerados como patrimônio de afetação e como recursos depositados para o benefício exclusivo da SPE, em consonância com o mecanismo de garantia previsto neste CONTRATO DE GARANTIA. Desta forma, todos e quaisquer RECURSOS, a qualquer tempo depositados na CONTA GARANTIA terão como finalidade exclusiva, para fins orçamentários e fiscais, o pagamento da Contraprestação inadimplida pelo GER à SPE.

4.4. Comprovado o pagamento do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL à SPE pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, o saldo residual da CONTA GARANTIA será complementado imediatamente pelos recursos do FPE até o limite de 12 (doze) vezes o VALOR DE PAGAMENTO MENSAL.

4.4.1. O mecanismo previsto nesta subcláusula perdurará durante toda a vigência do CONTRATO e adimplemento total da obrigação principal acrescido, se for o caso, de obrigações acessórias.

4.5. Fica estabelecido que após o término do CONTRATO, todos os recursos depositados na CONTA GARANTIA deverão ser transferidos para o GER no prazo de 10 (dez) dias úteis, em conta corrente a ser indicada oportunamente.

5. OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA; RENÚNCIA E DESTITUIÇÃO

5.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA somente estará obrigada a cumprir qualquer instrução para a aplicação ou liberação do saldo da CONTA GARANTIA, no todo ou em parte, ou de seguir qualquer aviso ou instrução de qualquer pessoa ou entidade, que (i) esteja de acordo com os termos e condições deste CONTRATO DE GARANTIA, (ii) seja uma decisão final exarada por um juízo competente, ou (iii) decorrente de solicitação escrita emanada, consensual e conjuntamente, pelo GER e SPE, ou por Mediador, constituído nos termos do CONTRATO para a resolução de seus conflitos.

5.2. Sem prejuízo das demais obrigações contidas neste CONTRATO DE GARANTIA e na legislação aplicável, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA terá as seguintes obrigações:

- a) entregar via e-mail, seguido por originais enviados pelo correio, os extratos mensais relativos à CONTA GARANTIA à SPE e ao GER, para conferência, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fechamento do Mês.
- b) prestar contas por intermédio de extratos à SPE e ao GER (i) sempre que assim solicitado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados de tal solicitação, ou prazo superior que seja necessário, dependendo da natureza das informações a serem prestadas, que, no entanto, não poderá exceder a 30 (trinta) dias, e (ii) de imediato, após a sua substituição, seja em virtude de renúncia ou destituição; ficando ajustado que, caso uma decisão judicial venha a determinar a referida prestação de contas ou informações, deverão tais informações ser prestadas dentro do



prazo legal consignado.

5.3. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:

- a) não estará obrigada a aceitar quaisquer instruções, exceto conforme previsto na Cláusula 5.1, acima;
- b) não terá qualquer responsabilidade em relação ao CONTRATO ou qualquer outro documento a ele relacionado, ficando entendido que seus deveres são exclusivamente aqueles decorrentes no mandato ora outorgado;
- c) sem prejuízo de suas obrigações nos termos do CONTRATO, não possui qualquer responsabilidade pelas consequências do cumprimento das instruções de acordo com este CONTRATO DE GARANTIA, inclusive com relação à aplicação de recursos depositados na Conta Vinculada conforme previsto neste CONTRATO DE GARANTIA, e tampouco estará obrigado a verificar a correção dos dados e informações que lhe sejam apresentadas nos termos deste CONTRATO DE GARANTIA;
- d) não possui qualquer participação na CONTA GARANTIA, agindo somente como INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e gestor dos recursos ali depositados, detendo apenas a posse (mas não a propriedade) de tais valores.

5.4. Por meio deste CONTRATO DE GARANTIA, o GER autoriza expressamente a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em caso de execução da CONTA GARANTIA, nos termos dispostos na Cláusula Sétima, a recompor o SALDO MÍNIMO da CONTA GARANTIA mediante a transferência de valores advindos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

5.5. O GER e a SPE poderão, conjuntamente e a qualquer tempo durante a vigência deste CONTRATO DE GARANTIA, destituir a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, caso este descumpra qualquer das obrigações aqui previstas ou não cumpra as instruções por ele recebidas nos termos deste CONTRATO DE GARANTIA, mediante notificação prévia e 30 (trinta) dias, encaminhado à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

6. DOS PAGAMENTOS DEVIDOS À SPE

6.1. O VPM devido à SPE pelo GER deverá ser pago mediante crédito na conta corrente n. [], Ag. [], de titularidade da SPE, aberta na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, até o quinto dia útil de cada mês.

6.2. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por ser a gestora da conta corrente de titularidade da SPE, deverá criar mecanismos para identificar, de imediato, o pagamento do VPM devido à SPE.

6.3. Ultrapassado o prazo de pagamento previsto na cláusula 6.1, acima, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, em até 48 horas, deverá providenciar a execução da garantia, nos termos dispostos na Cláusula Sétima, a seguir.

7. A EXECUÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA GARANTIA



- 7.1. A ausência de pagamento do VPM devido à SPE pelo GER, nos termos e prazos estipulados



na cláusula 6, acima, obrigará a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a efetuar, no prazo de até 48 horas e independentemente de qualquer solicitação das PARTES, a transferência do VPM devido à SPE, correspondente ao mês inadimplido.

7.2. O valor do VPM a ser transferido automaticamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA à SPE, conforme previsto no item acima, advirá de valores depositados na CONTA GARANTIA.

7.3. As PARTES acordam que o GER não poderá realizar diretamente qualquer movimentação na CONTA GARANTIA durante a vigência do CONTRATO.

7.4. O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não poderá ser utilizado para qualquer outra finalidade, tampouco ser dado em garantia de quaisquer outros projetos ou contratos do GER, independentemente de sua natureza.

7.5. O SALDO MÍNIMO contido na CONTA GARANTIA não se comunicará com qualquer outro patrimônio do GER, ficando vinculado exclusivamente à garantia do CONTRATO, não podendo, portanto, ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão, ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do GER.

7.6. Caso os valores depositados na CONTA GARANTIA sejam superiores ao SALDO MÍNIMO, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA poderá realizar, mediante solicitação do GER, a transferência dos recursos excedentes para a conta de titularidade do GER.

7.7. Na hipótese de execução da garantia, nos termos da Cláusula 6, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá, até a data de pagamento do próximo VPM devido à SPE, recompor o SALDO MÍNIMO da CONTAGARANTIA mediante a transferência de valores advindos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

7.7.1. Na eventualidade de ausência ou suspensão do repasse do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, a obrigação prevista nesta subcláusula deverá ser providenciada pelo GER, que recomporá o SALDO MÍNIMO no mesmo prazo acima estabelecido.

8. OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DASPE

8.1. Sem limitação a qualquer direito previsto neste CONTRATO DE GARANTIA ou na legislação aplicável, a SPE:

a) Deverá exigir que a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA cumpra suas obrigações conforme previsto neste CONTRATO DE GARANTIA, incluindo o pagamento e a transferência das quantias aqui previstas, de acordo com os termos e condições do CONTRATO e deste CONTRATO DE GARANTIA;

b) Poderá contestar qualquer medida tomada pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA em desacordo a este CONTRATO DE GARANTIA;

8.2. A SPE fica obrigada, sem prejuízo das demais obrigações previstas no CONTRATO ou na



legislação aplicável, a cumprir fielmente este CONTRATO DE GARANTIA, prestando todos os esclarecimentos necessários ao GER e à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

9. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO GER

9.1. Sem limitação a qualquer direito previsto neste CONTRATO DE GARANTIA ou na legislação aplicável, o GER, até a ocorrência de qualquer evento que possa ser considerado como inadimplemento deste CONTRATO DE GARANTIA ou do CONTRATO deverá exigir que a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA cumpra suas obrigações conforme previsto neste CONTRATO DE GARANTIA, de acordo como os termos e condições deste instrumento.

9.2. O GER terá as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais previstas neste CONTRATO DE GARANTIA ou na legislação aplicável:

- a) prestar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA todos os esclarecimentos solicitados nos termos deste CONTRATO DE GARANTIA e demais esclarecimentos necessários para fins do cumprimento pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA de suas obrigações neste instrumento;
- b) assistir a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, sempre que assim solicitado, em qualquer reclamação, judicial, arbitral ou extrajudicial, presente ou futura, ou qualquer reclamação que deva necessariamente ser feita a fim de preservar qualquer dos direitos da SPE;
- c) informar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA e à SPE, por escrito, a existência de qualquer reclamação ou processo judicial, arbitral ou extrajudicial que possa afetar os direitos da SPE, os recursos depositados na CONTA GARANTIA;
- d) reembolsar, contra apresentação, todas as despesas incorridas e comprovadas pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no cumprimento e execução deste CONTRATO DE GARANTIA, segundo os termos e condições aqui estabelecidos, não sendo devida remuneração à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

10. DECLARAÇÕES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

10.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA declara às demais PARTES que:

- a) é instituição financeira devidamente constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, possui pleno poder, autoridade e capacidade para celebrar este CONTRATO DE GARANTIA, bem como para cumprir as obrigações nele assumida, e que tomou todas as medidas societárias necessárias para autorizar a sua celebração;
- b) o presente CONTRATO DE GARANTIA constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa, podendo ser executada contra ele de acordo com seus termos;
- c) A celebração do presente CONTRATO DE GARANTIA não constituirá violação de seu Estatuto Social ou quaisquer outros documentos societários, bem como não deverá constituir violação ou inadimplemento de qualquer contrato que a mesma seja parte.

11. O TÉRMINO E LIBERAÇÃO

11.1. Em razão de sua dependência do CONTRATO, as obrigações previstas neste CONTRATO



DE GARANTIA e o mecanismo de Garantia e pagamento permanecerão em pleno vigor e eficácia até o término da vigência do CONTRATO, incluindo, mas sem se limitar, as obrigações referentes à Contraprestação, a multas, a juros, a indenizações, o que ocorrer primeiro, não sendo possível à rescisão ou término deste CONTRATO DE GARANTIA sem que tenha ocorrido o término do CONTRATO na forma da Legislação aplicável.

12. DA INDIVIDUALIDADE

12.1. Qualquer disposição do presente CONTRATO DE GARANTIA que venha a ser inexecutável deverá se tornar ineficaz sem invalidar as demais disposições aqui contidas, devendo as PARTES, na hipótese de declaração da inexecutabilidade de qualquer das disposições deste CONTRATO DE GARANTIA, formularem disposição substituta com teor semelhante e executável nos termos da legislação aplicável.

13. DA AUSÊNCIA DE RENÚNCIA

13.1. O atraso ou não exercício pelo GER ou pela SPE de qualquer poder ou direito aqui contido não deverá operar como uma renúncia, tampouco a novação ou alteração contratual, a não ser que assim seja expressamente manifestado. Os direitos e recursos estabelecidos no presente CONTRATO DE GARANTIA são cumulativos, poderão ser exercidos isolada ou simultaneamente e não excluem quaisquer direitos ou recursos estabelecidos em lei.

14. DAS RENÚNCIAS E ADITAMENTOS, SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

14.1. Toda e qualquer renúncia, aditamento ou modificação de qualquer dos termos ou disposições de presente CONTRATO DE GARANTIA somente será válida se por escrito e assinada pelas PARTES. O presente CONTRATO DE GARANTIA obriga as PARTES e seus respectivos sucessores e cessionários a qualquer título.

15. DAS NOTIFICAÇÕES

15.1. Qualquer aviso, instrução ou outra comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste CONTRATO DE GARANTIA serão dados por escrito através de entrega em mãos, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, e-mail, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços, conforme disposto abaixo, ou outro endereço que a parte possa designar através de aviso às demais PARTES.

a) Se para a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Endereço:
.....; nº; Bairro:;
Cidade:; Estado:; CEP ;

b) se para o GER: Endereço; nº; Bairro:
.....; Cidade:;
Estado:; CEP

c) e para a SPE: Endereço:; nº
.....; Bairro:; Cidade: ;
Estado:; CEP ;



15.2. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste CONTRATO DE GARANTIA serão válidos e considerados entregues, na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por e-mail ou correio, com aviso de recebimento.

16. DA TOTALIDADE DO ACORDO

16.1. O presente CONTRATO DE GARANTIA representa o acordo integral das PARTES com relação à matéria aqui contida.

17. DA SUBSISTÊNCIA

17.1. Todas as declarações e garantias feitas no presente CONTRATO DE GARANTIA e em qualquer outro documento, apresentados de acordo com os termos aqui contidos ou que tenham relação com o presente CONTRATO DE GARANTIA deverão subsistir à assinatura do mesmo.

18. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

18.1. Serão dirimidas pela Mesa de Resolução de Conflitos prevista no CONTRATO as controvérsias decorrentes ou relacionadas a este CONTRATO DE GARANTIA, que envolvam direitos patrimoniais disponíveis.

18.2. A mediação será realizada no Município de Porto Velho e em língua portuguesa, e aplicar o direito brasileiro, sendo vedado o juízo por equidade.

18.3. Aplicam-se à Mesa de Resolução de Conflitos as seguintes disposições:

- a) a primeira reunião de mediação ocorrerá no prazo mínimo de 15 (quinze) dias e no máximo de 30 (trinta) dias a partir da notificação das PARTES;
- b) as reuniões serão realizadas na sede da SUPEL, localizada na Av. Farquar, S/N, Bairro Pedrinha – Complexo Rio Madeira – Rio Pacaás Novos 2º Andar - CEP 76.903-036 - Porto Velho/RO, ou qualquer outro local em Porto Velho convencionado pelas PARTES;

18.4. A Mesa de Resolução de Conflitos será composta por representantes das PARTES e por um Mediador, escolhido de comum acordo pelas PARTES e que deverá ter experiência comprovada na especialidade objeto da controvérsia. Não havendo consenso entre as PARTES na escolha do Mediador, tal será indicado nos termos do Regulamento da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da CIESP/FIESP.

18.5. O procedimento terá a característica de “Dispute Adjudication Board”, vinculando as partes quanto ao decidido na Mesa de Resolução de Conflitos, inclusive no tocante a medidas cautelares, restando a PARTE vencida no procedimento como dever de arcar com todos os seus custos, inclusive com os honorários do Mediador. As custas serão adiantadas pela PARTE que suscitou a instauração do procedimento.



18.6. Na hipótese de sucumbência parcial de ambas as PARTES, as despesas decorrentes do procedimento arbitral serão rateadas conforme indicado na decisão.

18.7. Cada uma das PARTES arcará com seus próprios custos referentes a honorários advocatícios, independentemente da sucumbência determinada na decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

18.8. Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas ou de urgência antes da constituição da Mesa de Resolução de Conflitos, as PARTES poderão requerê-las diretamente ao Poder Judiciário.

18.9. Será competente o Foro da Circunscrição Judiciária de Porto Velho, no Estado de Rondônia, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à Mesa de Resolução de Conflitos nos termos deste instrumento, assim como para apreciar as medidas judiciais nele previstas, ou eventual ação de execução da decisão da Mesa de Resolução de Conflitos.

19. O REGISTRO DESTE CONTRATO DE GARANTIA

19.1. Imediatamente após a assinatura do presente CONTRATO DE GARANTIA, qualquer uma das PARTES poderá registrá-lo em Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente da Comarca Porto Velho, Estado de Rondônia, devendo fornecer comprovação desse registro às demais PARTES no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data de assinatura do presente CONTRATO DE GARANTIA. Todas as despesas incorridas com relação ao referido registro deverão correr por conta da SPE.

E, por estarem assim justas e contratadas, as PARTES assinam o presente CONTRATO DE GARANTIA em 03 (três) vias de igual teor, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Local e data dd/mm/aaaa

BANCO DO BRASIL

Nome do Representante

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Nome do Representante

SPE

Nome do Representante



TESTEMUNHAS 1.

Nome:

TESTEMUNHAS 2.

Nome:



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO III

Memorial Descritivo – Elementos do Projeto Básico

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



• INTRODUÇÃO

Trata-se da construção do HEURO – Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia a ser contratado no sistema de “builttosuit” nos termos do Edital, Termo de Referência e seus diversos anexos.

Os projetos de arquitetura e complementares serão desenvolvidos pela CONTRATADA e deverão observar os requisitos mínimos apresentados neste documento.

Para fins de estimativa, considerando o Plano e Perfil Assistencial constante do Anexo I, bem como o Programa Físico-Funcional lá indicado, o projeto do HEURO deverá ser desenvolvido considerando a área mínima de 75 m² por leito, de modo que o projeto contemple todos os ambientes necessários, em suas metragens mínimas da forma como é exigido pela RDC 50 – Normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde, emitido pela ANVISA, e que o mesmo seja efetivamente aprovado pela Vigilância Sanitária correspondente. Estima-se, portanto, um HOSPITAL com área total aproximada de 30.000 m², correspondente a construção dos 4 MÓDULOS que nortearão as etapas das obras e do Plano de Negócios.

Como definido no Anexo I (Plano Assistencial do HEURO) e Anexo II (Estudo de Localidade), a CONTRATADA deverá apresentar **terreno** para a implantação do HEURO - Hospital Estadual de Urgência e Emergência de Rondônia **com área mínima de 15.000 m2 dentro do polígono definido no Anexo II**. A área identificada pela CONTRATADA está classificada como “Zona E2 – instituições diversificadas”, com o código 861 e descrição do uso de “atividades de atendimento hospitalar”.

A depender da dimensão do terreno oferecido pela CONTRATADA será apresentado o Estudo Preliminar - Partido Arquitetônico, que poderá ser mais ou menos verticalizado, devendo ser considerado o número de vagas de estacionamento mínimo previsto para a capacidade máxima do empreendimento – área total a ser construída e número de leitos, e que poderá ser disposto no subsolo ou no térreo em área externa. O projeto e a sua construção deverão atender plenamente todo o programa físico-funcional correspondente ao Plano Assistencial (Anexo I) proposto pela CONTRATANTE, conforme a RDC 50 do Ministério da Saúde, nos seus ambientes, metragens mínimas e instalações prediais.



O projeto, desde seu Estudo Preliminar, deverá contemplar os 4 módulos de implantação, como definido pela CONTRATANTE, compostos do seguinte modo Tabela 1:

Cronograma de entrega dos módulos		Mês de entrega ----->	Entrega					
			1	2	10	16	23	30
Leitos								
Módulo 1		131						
Recepção								
Pronto-Socorro de Urgência e Emergência								
Serviço de Diagnóstico por Imagem								
UTI - 10 leitos sendo um leito de isolamento	10							
Central de Material Esterilizado								
Centro cirurgico 50%								
Farmácia								
Almoxarifado 50%								
4 Unidades de Internação	116							
5 leitos de isolamento	5							
SND								
Vestiários e Administração 50%								
Demais áreas								

Módulo 2		90						
1 Unidades de Internação	29							
2 isolamentos	2							
Centro cirurgico 50%								
5 leitos "PSQ"	5							
4 leitos de "segurança"	4							
UTI	45							
UTI Isolamento	5							
Vestiários e Administração 50%								
Almoxarifado 50%								
Demais áreas								
Modulo 3		89						
3 Unidades de Internação	87							
2 isolamentos	2							
Demais áreas								
Módulo 4		89						
3 Unidades de Internação	87							
2 isolamentos	2							
Heliponto								
Demais áreas								
Total		399						



A quantidade de elevadores a serem instalados até a entrega do último módulo, deverá atender à capacidade final do Hospital, considerando o total de 399 leitos.

O dimensionamento das cabines internas – considerando a instalação de elevadores tipo maca- leito e do número de elevadores, deverá atender a NBR 5565, referente ao cálculo de tráfego.

Deverá ser considerado todos os elevadores e monta-cargas (se necessário) da mesma marca e com representante em Porto Velho.

Deverá ser apresentado o Planejamento das Obras por MÓDULO, com a definição da posição do Canteiro de Obras ao longo dos 30 meses destinados às etapas da construção do Hospital e da observância de critérios para o desenvolvimento das obras de cada Módulo, de modo que não haja interferência das obras em andamento com o funcionamento parcial do Hospital, previsto segundo a entrega de cada MÓDULO.

Entrega do 1º MÓDULO deverá ser entregue em até 10 meses

Sob esta ótica, os projetos de instalações elétricas, eletrônicas e hidráulicas deverão ser elaborados de modo a garantir a individualidade e independência dos sistemas para cada MÓDULO entregue, sendo certo que todos os custos adicionais que porventura advenham dessa estratégia de entrega em etapas estejam incluídos na proposta da PROPONENTE e após, absorvidos pela CONTRATADA.

- **GENERALIDADES**

Os parâmetros aqui descritos devem ser entendidos como mínimos obrigatórios para a execução dos projetos e das obras de construção do HEURO - Hospital Estadual de Urgência e Emergência de Rondônia e devem ser atendidos em todas as fases do empreendimento, aqui entendido como entrega de cada MÓDULO, desde o planejamento inicial até a entrega final da obra.

Além das especificações mencionadas neste caderno, devem ser considerados para a elaboração dos Projetos de Arquitetura e Complementares e para sua construção, todos os critérios das Normas de Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde descritos **na RDC nº 50, de 21 de fevereiro de 2002, suas alterações e complementações**, devendo atender também às normas



técnicas nacionais – ABNT pertinentes, bem como leis, decretos, normas, portarias complementares, RDC's e instruções técnicas vigentes sempre que aplicáveis.

- **Legislação Geral**

Deverão ser observadas as legislações atuais e em vigência no Município de Porto Velho, no Estado de Rondônia e do Governo Federal, entre outras e sem se ater a estas:

- Plano Diretor do Município de Porto Velho
- Plano de Saneamento Básico do Município de Porto Velho
- Plano de Mobilidade do Município de Porto Velho
- Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Porto Velho e suas atualizações
- Legislações Ambientais pertinentes emitidas pelo SEMA de Porto Velho
- Lei Complementar 747/2018, que dispõe sobre as vagas de estacionamento
- Código de Obras de Porto Velho

(checar, incluir ou corrigir as legislações municipais elencadas acima)

- Legislações Estaduais de Meio Ambiente, se aplicável
- Lei complementar nº 752, de 19 de dezembro de 2018, que dispõe de Patrimônio Histórico e Artístico, se aplicável
- Instruções Técnicas do Corpo de Bombeiros emitido pela Polícia Militar de Rondônia de 08/04/2019
- Outras Instruções Técnicas pertinentes e complementares
- NBR 9070 – Saídas de Emergência em Edifícios
- RDC nº 50 ANVISA, de 21/02/2002



- RDC nº 51 ANVISA, de 06/10/2011
- Instrução Normativa ANVISA nº 01, de 28/01/2013
- NBR 9050 ATUALIZADA, de 05/08/2020 de Acessibilidade
- SOMASUS – Sistema de Apoio à Elaboração de Projetos de Investimentos em Saúde.
- RDC nº 222 ANVISA, de 22/03/2018 GERENCIAMENTO DE RESIDUOS
- RDC's da ANVISA relacionadas aos serviços de prestação de serviços de diagnóstico e tratamento, de atenção direta ou indireta ao paciente, como serviço de nutrição e dietética, farmácia, esterilização e lavanderia hospitalar entre outros
- Legislação da ANAC e Ministério da Aeronáutica para construção, homologação e operação de helipontos em hospitais
- NBR's de Projetos de acordo com cada especialidade de projeto, para construção de Canteiro de Obras e para Execução de Obra

A CONTRATADA será a responsável pela obtenção de toda a documentação prévia ao início das obras, como também dos documentos e licenças futuras, necessárias ao funcionamento do Hospital, a saber:

Fase de Projetos e Prévia ao Início das Obras:

- Discussões e Aprovação do Projeto junto a Secretaria Estadual de Saúde e de Obras de Rondônia;
- Aprovação no IPHAN – Rondônia – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no escritório de Rondônia, e no Órgão Municipal de Patrimônio Histórico, se aplicável;
- Aprovação do Projeto na Secretaria Municipal de Meio Ambiente visando a obtenção da Autorização Ambiental Municipal e a emissão do RIVI – Relatório de Impacto de Vizinhança, e, se aplicável, obtenção de licença ambiental junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente;



- Aprovação do Projeto Legal e Obtenção do Alvará de Obras na Prefeitura Municipal de Porto Velho;
- Aprovação do Projeto Legal e Emissão do LTA- Licença de Avaliação Técnica junto a VISA;
- Aprovação do Projeto de Acessibilidade na Prefeitura;
- Aprovação do Projeto na Secretaria de Transportes Urbanos;
- Emissão da Licença Prévia, na fase de projeto, e da Licença de Instalação junto ao Meio Ambiente, na estância pertinente, antes do início das obras;
- Aprovação do Projeto de Proteção e Combate de Incêndios no Corpo de Bombeiros na Polícia Militar do Estado de Rondônia;
- Aprovação do Projeto para a Construção do Heliponto junto a ANAC, Prefeitura (se aplicável) e Ministério da Aeronáutica;
- Solicitação de Carta de Diretrizes junto à Concessionária de Água e Esgoto;
- Aprovação da entrada de energia junto à Concessionária de Energia Elétrica;
- Aprovação da entrada telefônica junto à Concessionária de Telefonia;
- Emissão de Licença de Instalação junto ao Meio Ambiente, na estância pertinente, antes do início das obras;
- Outras aprovações que por ventura sejam necessárias.

Ao Término das Obras:

- Apresentação do CND;
- AVCB – Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros;
- Licença de Funcionamento pela VISA;
- Habite-se;



- Licença de Operação junto ao Meio Ambiente;
- Homologação do Heliponto.

As OBRAS e os SERVIÇOS DE ENGENHARIA deverão ser executados conforme projetos executivos listados abaixo, cuja confecção faz parte da obrigação da CONTRATADA, após as aprovações da fase de Projeto Básico pela CONTRATANTE:

- Projeto Arquitetônico;
- Projeto Comunicação Visual;
- Projeto Paisagismo;
- Projeto de Fundações;
- Projeto de Estrutura;
- Projeto Climatização e Exaustão;
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Água);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Esgoto);
- Projeto de Instalações Hidráulicas (Águas Pluviais);
- Projeto de Instalações Mecânicas (GLP);
- Projeto de Instalações Mecânicas (Gases Medicinais);
- Projeto Inst. Hidráulicas e Sistemas para Prevenção e Combate a Incêndio;
- Projeto de Instalações Elétricas (Cabine Primária, Sub-Estação, Geradores);
- Projeto de Instalações Elétricas (Força e Luz);
- Projeto de Instalações Elétricas (Diagrama Unifilares);
- Projeto de Instalações Eletrônicas (Dados e Voz/ CFTV/ Controle de Acesso/ Ponto



Eletrônico/ Chamada por Senha Eletrônica/ Central Hora Certa/ Automação Predial)

- Memorial Descritivo por modalidade de projeto
- Caderno de Especificações Técnicas

Todos os projetos deverão seguir as Diretrizes Básicas de Sustentabilidade previstas neste documento, bem como as Normas da ABNT vigentes, referentes a cada uma das especialidades de Projeto.

Para a elaboração dos Projetos de Arquitetura e Complementares, deverão ser contratados escritórios especializados em projetos hospitalares, indicados ainda na fase de Licitação com a devida comprovação da expertise através de CAT's – Certidão de Acervo Técnico, emitidos pelo CAU- Conselho de Arquitetura e Urbanismo e pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, respectivamente, de projetos de hospitais de nível terciário com área de no mínimo 80% da área do Hospital a ser construído.

Caberá a CONTRATADA analisar as premissas funcionais e demais especificações técnicas informadas neste documento e confeccionar os estudos de implantação no terreno apresentado para o empreendimento, apresentando-os para a aprovação do CONTRATANTE, ou a seu preposto, após a assinatura do contrato.

Todos os materiais e serviços deverão atender as exigências deste documento e estarem contidas nos Projetos Básico e Executivo desenvolvidos pela CONTRATADA, elaborados de acordo com as premissas da RDC 50 e normas pertinentes nela indicadas, em suas atualizações. Os materiais deverão ser de primeira qualidade com comprovação através de ensaios, testes ou outras provas definidas nas normas da ABNT.

A discordância da CONTRATADA quanto aos documentos técnicos aqui contidos não será motivo de escusa ao cumprimento do CONTRATO, em especial quanto ao cronograma previsto e ao atendimento aos indicadores de qualidade aqui referidos.

Responsabilidades da CONTRATADA:

Amostra de Materiais – A CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE, através de seu



preposto, antes de adquiri-las, amostras significativas dos materiais a serem empregados nos serviços especificados. Aprovadas, as amostras serão mantidas no escritório da obra para comparação com exemplares dos lotes postos no canteiro para utilização.

Ensaio de Material – Laboratórios tecnológicos idôneos, indicados pela CONTRATADA e com anuência do Contratante, procederão aos ensaios e testes previstos nestas especificações ou requeridos pela CONTRATADA, através do seu preposto, quando esta julgar necessário.

Independentemente dos resultados obtidos, a CONTRATADA arcará com todas as despesas referentes aos ensaios, assim como os custos de demolição, reconstrução e substituição dos materiais rejeitados, quando o resultado dos ensaios for inferior às tensões mínimas previstas.

Proteção dos materiais e serviços - Todos os materiais e trabalhos que assim o requeiram, deverão ser totalmente protegidos contra danos de qualquer origem, durante o período de construção. A CONTRATADA é responsável por esta proteção, sendo inclusive obrigada a substituir ou consertar quaisquer materiais ou serviços eventualmente danificados sem quaisquer despesas para o CONTRATANTE.

- **LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS**

A CONTRATADA, bem como as suas subcontratadas, deverão executar as OBRAS considerando todos os requisitos de Segurança do Trabalho, de acordo com a Lei Federal 6.514/77, complementada pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial a NR 18, e as normas da ABNT.

A CONTRATADA deverá apresentar as RRT – Registro de Responsabilidade Técnica emitido pelo CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo e ART – Anotação de Responsabilidade Técnica emitido pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, emitidas respectivamente pelos profissionais responsáveis por cada especialidade de Projeto retro definida, pelo Responsável Técnico pela Obra e, pelo menos, por um dos responsáveis técnicos constantes da Certidão de Quitação e Registro da Pessoa Jurídica da Construtora junto ao CREA.

- **DIRETRIZES BÁSICAS DE SUSTENTABILIDADE**



O empreendimento deve estar fundamentado no comprometimento com as questões ambientais, sistema de gestão da empresa durante os projetos e obras e gestão do empreendimento, com definição dos projetos com soluções técnicas que visam atingir o menor impacto ambiental possível, privilegiando o bem-estar e a saúde dos usuários, bem como economicidade de energia elétrica e de recursos hídricos.

Deve ser assegurada a coerência e a qualidade global do empreendimento, hierarquizando as preocupações ambientais e todas elas devem ser justificadas, a partir de uma estratégia global, das necessidades e expectativas dos futuros usuários, das opções funcionais do edifício, do exame das características positivas do edifício e das restrições do local do empreendimento.

As diretrizes de sustentabilidade, aqui apresentadas, devem ser consideradas desde a escolha dos terrenos e em toda a cadeia de projetos, desde a concepção arquitetônica.

- **Avaliação das Características Físicas do Terreno**

Na definição e escolha do terreno deverão ser avaliadas topografia, natureza do solo, hidrologia, presença de mananciais e lençóis subterrâneos, bem como identificadas áreas de fragilidade ambiental (Áreas de Proteção Permanente – APPs, áreas suscetíveis a assoreamento, áreas de rios e encostas, áreas definidas como Reserva Legal ou Área Verde e Unidades de Conservação). Essas características geram restrições de uso e ocupação de solo e devem ser verificadas antes da elaboração do projeto do empreendimento.

a) Investigação de áreas contaminadas

Verificar se a área é passível de estar contaminada, especialmente em áreas urbanas onde existiram atividades passadas potencialmente poluidoras, levantando-se em conta o histórico das atividades realizadas no local e nas imediações. Em caso afirmativo, realizar investigação confirmatória de contaminação por meio de equipe técnica especializada. Se comprovada a Contaminação, realizar investigação detalhada para determinar a extensão e as características da pluma de contaminação e a análise de risco de exposição da saúde humana, identificando as técnicas de remediação.

b) Investigação do entorno



Analisar a possibilidade de contratação de mão-de-obra local. Divulgar no município o que será feito no local, horários de funcionamento do canteiro, benefícios e transtornos previstos, propiciando o diálogo com a população local, focando nas questões de segurança.

Fundamental que a sociedade tenha um canal de comunicação aberto e disponível, claramente divulgado, para que possa se manifestar. Recomenda-se a realização de parceria com instituições ou comunidades que atuam no município para dar andamento a programas locais que possam vir de encontro ao empreendimento, como por exemplo, o estabelecimento de um programa de coleta seletiva de lixo, onde a prefeitura pode contribuir fornecendo dados sobre planos e programas instaurados.

Analisar o estágio de desenvolvimento urbano da região, da proximidade de infraestrutura, da acessibilidade quanto à malha de transportes públicos, acessos existentes, fontes de recursos, redes de abastecimento e serviços urbanos disponíveis, prevendo estratégias para ligações com o transporte público, passeios públicos confortáveis, não-intervenção em áreas verdes e áreas destinadas ao lazer já constituídas.

Medidas tomadas para a exploração racional das redes e recursos disponíveis localmente (energia, energia renovável, água, saneamento), com o objetivo de minimizar novos impactos na comunidade local (resíduos, manutenção das infra-estruturas, etc.).

c) Levantamento de aspectos naturais

Avaliar o tipo de clima, os ecossistemas e a função da vegetação local, no intuito de preservar árvores que, porventura, existam na área a ser ocupada.

A verificação da carta solar local, bem como da orientação do terreno, dos ventos dominantes, dos índices pluviométricos e outros permitem identificar as melhores oportunidades de aproveitamento energético dos recursos naturais, posicionamento adequado de painéis solares, bem como o estudo de implantação do Hospital, favorecendo positivamente o cálculo para os projetos de climatização, visando economia energética.

d) Identificação de restrições legais e regulamentares



Identificar todos os órgãos públicos, Federais, Estaduais e Municipais, que autorizam ou licenciam o empreendimento. Consultá-los quanto a restrições legais, exigências e possíveis empecilhos atrelados à área a ser escolhida. Analisar leis específicas do município, como plano diretor, lei de zoneamento local, lei de parcelamento do solo, bem como os códigos de obra e de postura locais.

Atender às diretrizes da Secretaria Municipal de Transportes com relação ao trânsito local e a acessibilidade ao empreendimento, aprovando o projeto do Hospital em razão as vias de acesso, verificando a necessidade de construção de pista de aceleração e às restrições e quantidades de vagas de estacionamento. Será competência do CONTRATADO a execução de pistas de desaceleração e aceleração, se necessárias. Quanto a acessos, retornos ou rotatórias que porventura sejam necessárias, deverão ser planejadas em conjunto a Secretaria Municipal de Transportes, sendo estes serviços da responsabilidade desta.

- **Avaliação de Impacto Ambiental (RAP, EIA/RIMA, EAS, EIV)**

A busca de informações pode ter início junto ao SEMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente, checando quais são os relatórios de impacto ambiental exigidos.

Serão necessários a elaboração de todos os relatórios quais e quantos forem solicitados pelo órgão, necessários a emissão da Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação do presente Hospital.

- **Sistema Eficiente do Uso da Energia**

Buscar sistemas de energia que reduzam o consumo e o desperdício, optando por alternativas energéticas menos impactantes. É importante buscar a redução do consumo energético, a fim de garantir o atendimento à demanda crescente de energia no país.

A concepção arquitetônica impacta diretamente no consumo de energia, por esta razão, deve ser dada atenção a concepção da envoltória e da estrutura do edifício para reduzir a necessidade de energia, principalmente para o resfriamento e a iluminação.

As soluções propostas deverão buscar minimizar a utilização de equipamentos de condicionamento de



ar, ventilação e exaustão forçada, iluminação artificial, equipamentos de aquecimento de água elétricos entre outros.

a) Energia Solar

O edifício deverá incorporar sistemas de aquecimento de água com aproveitamento de energia solar. Os sistemas propostos não deverão eliminar o uso dos aquecedores a gás de forma complementar, mas fica claro que os custos com gás serão bastante reduzidos.

b) Geradores e No-Break

O Grupo Gerador deverá assumir toda a carga a qualquer momento.

Os circuitos devem ser divididos em sistemas críticos, que se referem as salas de cirurgia e procedimentos invasivos, leitos de uti que dependem de equipamentos vitais e TI (sustentados por sistema No-Break) e semicríticos (sustentados por geradores que assumem o fornecimento de energia em menos de 15 segundos).

Estudos de viabilidade deverão ser realizados durante o projeto para avaliação de autogeração de energia nos horários de pico / ponta (17h30min horas às 20h30min horas).

A cabine de gerador deverá ficar em prédio independente denominado Utilidades, com a devida exaustão com filtragem e com proteção acústica do cubículo, para minimizar o nível de ruído.

c) Iluminação Natural e Uso de Brise Soleil

Deverão ser propostas grandes aberturas para áreas externas, trazendo luz natural ao edifício, além dos aspectos de humanização e contemplação externa do edifício. Para isso, visando diminuir as cargas térmicas para o dimensionamento do sistema de ar condicionado, deverão ser utilizados vidros insulados e brisessoleil para amenização do calor nas faces necessárias.

d) Elevadores

Devem ser projetados com eficiência de forma que seu dimensionamento e funcionamento sejam inteligentes. Deverão ser utilizados elevadores elétricos sem casa de máquinas. Deverá ser previsto um consultor específico para estudo de fluxo de pessoas e a correta quantificação dos elevadores.



e) Automação

Sistemas de automação predial são excelentes contribuições à eficiência energética, uma vez que monitoram e controlam, através de sensores estrategicamente posicionados, os sistemas de ar condicionado, aquecimento e ventilação forçada, a integração da iluminação natural e artificial, o uso dos elevadores, o sistema de combate a incêndio entre outros.

f) Projeto de Luminotécnica

Deverá ser elaborado projeto de luminotécnica conjugado com aplicação de *softwares* específicos, seguindo as seguintes diretrizes, sem se ater a elas:

- Correto dimensionamento da quantidade de lux por cada ambiente, com a especificação de luminárias eficientes e adequadas a cada uso;
- Uso de lâmpadas eficientes, de baixo consumo, tipo LED com alto fator de potência e alto rendimento;
- Uso de sensor de presença nas escadarias e áreas de curta permanência de pessoas, como DML, sanitários, vestiários etc;
- Uso de fotocélulas nas áreas externas : iluminação de jardins, acessos, fachadas, comunicação visual. etc.
- **Projeto de Arquitetura e Climatização**

O Projeto Arquitetônico, desde a orientação do edifício deverá ser pensado de forma a gerar a sustentabilidade do edifício. Deverão estar previstos o uso de isolamento térmico nas faces de grande incidência solar, podendo ser utilizado tetos verdes e telhas termoacústicas nas coberturas, muros verdes e fachadas ventiladas, paredes internas em drywall com isolamento térmico e acústico entre as placas.

Essas diretrizes, adicionadas ao uso de vidro com características de bloqueio solar e brisessoleil fazem com que as cargas térmicas sejam minimizadas, diminuindo drasticamente os equipamentos de ar condicionado e os custos de operação do sistema.



Deverá ser previsto o sistema de ar-condicionado que comprove melhor eficiência e custo-benefício na sua operacionalização e manutenção. A drenagem das máquinas deverá ser tubuladas e retornar ao sistema de reuso de água.

- **Equipamentos Elétricos**

Deverão ser adquiridos e instalados equipamentos energeticamente eficientes com selo PROCEL, tanto os adquiridos através da Obra, pelo CONTRATADO, como na etapa de Equipagem, pelo CONTRATANTE.

- **Sistema Eficiente do Uso da Água**

Obrigatório a implantação de sistemas de reuso de água e de tecnologias para boa gestão do consumo e do desperdício.

Visando o consumo eficiente, o emprego de equipamentos hidráulicos e componentes economizadores, tais como restritores de vazão, bacias sanitárias de volume reduzido, arejadores, torneiras de acesso restrito, entre outros. As tecnologias economizadoras para os pontos de consumo devem ter controladores de vazão e controladores do tempo de uso.

- **Aproveitamento de águas pluviais**

Utilização de sistema composto por captação das águas pluviais provenientes e captadas das coberturas e transporte, descarte, gradeamento, reservação, tratamento e desinfecção, recalque e distribuição das águas provenientes das chuvas para serem utilizadas em pontos de consumo que não exijam potabilidade, tais como sistemas de irrigação e bacias sanitárias. Esse sistema deve ser rigorosamente sinalizado. O sistema de distribuição da água das chuvas para os usos não potáveis não pode ter conexões cruzadas com o sistema de água potável.

b) Tecnologias sustentáveis a serem empregadas

- Bacias com caixas acopladas ou convencionais com caixas de descarga embutidas;
- Válvulas de duplo acionamento e de fluxo determinado (6 l por descarga);
- Mictório com sensor de presença;



- Torneiras de acionamento manual com fechamento automático temporizado;
- Torneiras com fluxo reduzido de água com arejadores;
- Chuveiros temporizados e com redutores de pressão, onde necessário;
- Irrigação por gotejamento nos jardins e muros verdes, com utilização potencialmente de água de reuso;
- Paisagismo com necessidade de reduzida irrigação.

c) Vazamentos e Desperdícios

Prever instalações prediais, redes de distribuição e armazenamento bem estruturadas e seguras quanto a riscos de vazamentos e contaminações. A utilização de relógios de consumo de energia elétrica, de gás medicinal e de água setoriais interligados ao sistema de automação são fundamentais para detectar possíveis vazamentos, evitando rapidamente os desperdícios.

d) Áreas permeáveis

Análise criteriosa de viabilidade e adequação de sistema de drenagem e retenção, minimizando ao máximo as áreas impermeáveis, buscando soluções com a utilização de pisos externos permeáveis e áreas de jardins com espécies nativas, visando a perfeita adaptabilidade das espécies.

• **Conforto Ambiental**

Criar projetos que conciliem as características bio-climáticas devendo ser devidamente estudadas a forma de ocupação do empreendimento, a orientação da implantação do edifício, espessura das paredes, dimensão das aberturas e especificação dos materiais construtivos e de acabamentos, contribuindo para um bom nível de conforto hidrotérmico.

• **Ventilação e Renovação de Ar**

Prever ventilação eficaz que garanta um bom nível de qualidade do ar e controle de fontes de odores além de realizar estudos das taxas de renovação de ar para áreas ventiladas artificialmente, atendendo a NBR 16.401/2008 – parte 1, 2 e 3 relativas a projetos e a NBR 7256/2005 relativa a



execução.

Atenção especial ao posicionamento das tomadas de ar externo e saídas de exaustões, para que não seja insuflado ar contaminado. O mesmo cuidado em se evitar tomadas de ar externo próximas a saídas de maquinários, grupos geradores e outras fontes de CO₂, como veículos.

- **Uso eficiente do sistema de ar condicionado**

Prever dispositivos para controle da temperatura interna de ambientes.

Realizar estudos da homogeneidade na difusão do ar condicionado e utilizar sistemas de Ar Condicionado com equipamentos de alta eficiência e uso do gás ecológico (sem CFC), para não agredir a camada de Ozônio.

- **Acústica**

Realizar estudos para conforto acústico verificando a necessidade de alguma atenuação sonora através do envelope do edifício, como a utilização de barreiras acústicas.

Deverá ser avaliado qualitativamente cada ambiente receptor em relação aos ambientes emissores vizinhos a fim de otimizar o posicionamento dos ambientes entre si.

A consultoria acústica é primordial para o correto desenvolvimento dos projetos de arquitetura, instalações hidráulicas, elétricas e de climatização, com os estudos de acústica, não se atendo a estes:

- Estudos específicos para paredes em dry-wall para definição das proteções quanto a espessura e tipologia das placas e tipo e espessura da proteção acústica através de uso de lã de rocha, de vidro ou preferencialmente lã de pet. Utilizar placas duplas nas duas faces da divisória.
- Fontes de ruídos em ambientes internos como: Auditório e Foyer, salas de reuniões e de grupos, SND, copas e refeitórios, entre outros.
- Ambientes com necessidade de privacidade: consultórios, apartamentos de internação.
- Tubulações hidráulicas em seu percurso, em shafts e nas paredes hidráulicas dos sanitários.



- Casas de máquinas em geral e cabines de força.

4 VISTORIA TÉCNICA CAUTELAR

A CONTRATADA deverá iniciar a elaboração dos Projetos imediatamente após a assinatura do CONTRATO, e o início das obras se dará imediatamente após as emissões das respectivas licenças ambientais e alvarás municipais e estaduais, sendo previsto o prazo do Termo de Referência. Neste momento se dará a Vistoria Técnica Cautelar com a finalidade de dirimir dúvidas de possíveis danos que possam ocorrer nos imóveis lindeiros durante a execução das OBRAS.

A vistoria deverá estar concluída no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sendo elaborado relatório com os dados de cada imóvel limdeiro, acompanhado de relatório fotográfico, emitido em três vias. A primeira via será entregue ao CONTRATANTE, a segunda ficará em posse da CONTRATADA e terceira será anexado ao processo Administrativo referente a este contrato.

5 PLANO DE TRABALHO

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE em até 7 dias após a assinatura do CONTRATO, o plano de trabalho para o acompanhamento do empreendimento completo, caracterizado pelo detalhamento do Cronograma apresentado etapas/atividades detalhadas por MÓDULO. Apesar terem sido informados na proposta de licitação os prazos para a execução de cada MÓDULO, uma vez que faz parte do Plano de Negócios, o cronograma deverá ser oficialmente entregue e estar devidamente detalhado os serviços a serem realizados, por semana, para cada MÓDULO. O plano deverá contemplar também o Histograma de mão de obra e equipamentos a serem utilizados ao longo do empreendimento.

A CONTRATADA deverá apresentar o documento para o acompanhamento das etapas de obra no software MS PROJECT e este cronograma deverá ser atualizado mensalmente, baseado no desenvolvimento dos serviços em execução, o qual servirá de suporte para as reuniões integradas no canteiro de obras. Outros softwares podem ser utilizados desde que previamente aprovados pelo



CONTRATANTE, a partir deste momento denominado SUPERVISÃO.

Deverão estar incluídos nesse cronograma o prazo de elaboração e entrega dos itens a seguir relacionados:

- Entrega das ART's - Anotações de Responsabilidade Técnica dos engenheiros que estarão locados na obra;
- Abertura do certificado de matrícula no INSS;
- Plano de Controle de Materiais e Serviços;
- Vistoria Cautelar;
- Relatório de Conclusão de Obra.

A CONTRATADA deverá também apresentar a SUPERVISÃO, no prazo máximo de 30 dias contados da Ordem de Serviço, a seguinte documentação:

- Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (PCMAT);
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA);
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO);
- Atestados de Saúde Ocupacional (ASO);
- Certificado de Treinamento Introdutório de seis horas de acordo com Portaria NR-18 item 18.8.28.2, destinado a todos os empregados;
- Modelo de Ficha Técnica de Distribuição de Equipamento de Proteção Individual;
- Comunicação Prévia da Obra;
- Cópia de registro de empregados.



6. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica mínima a ser alocada na obra deverá ser formada por:

Engenheiro Responsável pelas Obras – Gerente do Contrato com no mínimo 10 anos de formado e experiência em obra hospitalar comprovada através de CAT – Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA

Será exigida, durante a execução dos serviços de paisagismo, a presença de um engenheiro agrônomo especializado em paisagismo como responsável técnico com a devida ART anotada no CREA.

A presença de um técnico de Segurança do Trabalho, no local da obra, responsável pelos treinamentos, sinalização de segurança e fiscalização do pessoal, durante toda obra é requisito de segurança obrigatório.

Todos os funcionários da obra deverão trabalhar uniformizados e com os respectivos EPI's – Equipamentos de Proteção Individual.

As subcontratadas responsáveis pela execução dos sistemas eletrônicos, de climatização, elevadores entre outros, deverão manter engenheiro responsável, devendo a CONTRATADA apresentar as respectivas ART's antes do início dos serviços.

7 PLANEJAMENTO GERENCIAL DAS ATIVIDADES NOS CANTEIROS DE OBRAS

O gerenciamento das atividades nos canteiros de obras será balizado através de **Reuniões integradas nos canteiros de obras.**

Essas reuniões serão realizadas semanalmente, no canteiro de obras, em dia da semana e horários fixos, que poderão ser alterados por motivos de força maior, como feriados que coincidam com a data pré-fixada, e outros que a SUPERVISÃO julgar relevante.

As reuniões deverão obedecer a seguinte pauta, que poderá ser acrescida ou suprimida a critério da SUPERVISÃO, desde que não prejudique o objetivo de gerenciar o CONTRATO:



- Planejamento da obra:
- Análise das frentes de serviço liberadas e constatação das quais estão sendo trabalhadas;
- Análise das atividades que estão impedidas de serem trabalhadas e os motivos desse impedimento, com o relato das providências que estão sendo tomadas para a superação do problema;
- Análise do gráfico de Gantt, cronograma físico, comparando o previsto e o realizado;
- Análise do caminho crítico, tendo por base a rede CPM – Critical Path Method, gerada pelo programa MS Project;
- Análise do planejamento semanal de atividades.
- Alterações nos projetos executivos:
- Registrar as pequenas alterações realizadas no canteiro de obras com acompanhamento da equipe de apoio, ou de consultor e dos responsáveis técnicos pelos projetos. No caso de grandes alterações, verificar (i) o prazo de entrega da nova solução e (ii) promover alteração da RRT e/ou ART se for necessário, registrar os acertos em Diário de Obras, e verificar se há outras frentes de serviço que podem ser trabalhadas em alternativa aos serviços que estão sendo modificados;
- Interferências com as Concessionárias prestadoras de serviços públicos:
- Verificar o tipo e as providências a serem tomadas para a superação do problema;
- A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos causados às redes das Concessionárias, devendo estar de posse de todos os cadastros dos locais que compõem o objeto do CONTRATO;
- Verificar se as solicitações às Concessionárias foram formalizadas e se os prazos acordados foram cumpridos; e,



- Verificar se as alterações de projetos passaram por novos processos de aprovação.
- Chuvas: analisar as interferências das chuvas no desenvolvimento das atividades, anotando no Diário de Obra os problemas por ela causados;
- Segurança do trabalho: verificar o cumprimento da Lei 6.514/77 e das Normas Regulamentadoras da Portaria NR 18 do Ministério do Trabalho, com o auxílio das orientações e do relatório emitido pelo técnico de segurança do trabalho do órgão;
- Sinalização da obra: verificar o cumprimento das normas da Secretaria de Transportes Urbanos priorizando a segurança de pedestres e demarcando as áreas de manobras de caminhões e máquinas;
- Controle tecnológico: verificar os relatórios emitidos pelos laboratórios, referentes aos materiais e serviços, que devem ser controlados por normas da ABNT;

As reuniões deverão ser registradas em atas preferencialmente digitadas, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número da Ata – as atas deverão ser sequenciais;
- Data e Assunto a ser tratado;
- Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados;
- Email e telefone de contato dos participantes;
- Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
- Anotação dos pontos de pauta que não apresentam problemas, deixando claro que o problema não existe;
- Os problemas relatados deverão apresentar um encaminhamento de solução, com o responsável pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e o porquê da solução;
- Assinatura da ata pelos presentes;



Toda Ata de Reunião será encaminhada a todos os presentes e aos citados, tanto por parte do CONTRATANTE como da SUPERVISÃO e SUBCONTRATADOS.

8 PROJETO DO CANTEIRO DE OBRAS

A CONTRATADA deverá apresentar o projeto de implantação do canteiro de obras, observando as exigências da NR18 do Ministério do Trabalho no que diz respeito ao refeitório, instalações sanitárias, vestiário e bebedouros para os operários, estabelecendo os fluxos principais de trânsito de materiais, pessoal e equipamentos. O projeto deverá conter as áreas relativas aos escritórios e administração, almoxarifados e portarias e deverá definir as áreas de estoque de insumos como areia e brita, bem como a área de acomodação dos entulhos até o momento da sua retirada.

9 RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE OBRA

Ficará a cargo da CONTRATADA, elaborar e apresentar o Relatório de Conclusão de Obra.

O Relatório de Conclusão de cada fase das Obras será elaborado e entregue ao final dos serviços relativos à entrega de cada módulo, momento em que a CONTRATADA irá informar à SUPERVISÃO e neste momento também à CONTRATANTE, que as OBRAS estão prontas para o recebimento provisório do referido MÓDULO. A elaboração e entrega destes relatórios deverão constar do cronograma físico detalhado, contemplando a entrega dos 4 Módulos.

10 SUPERVISÃO DA OBRA

A execução das OBRAS será supervisionada pela SUPERVISÃO e/ou seus contratados, com poderes para verificar se os projetos e o cronograma estão sendo cumpridos, se os materiais empregados na obra são de primeira qualidade (exigindo os testes e ensaios definidos nas Normas da ABNT sempre que necessário), analisar e decidir sobre proposições da CONTRATADA que visem melhorar a execução da obra, fazer advertência quanto a qualquer falha na execução, recomendar aplicação de multas ou outras penalidades no contrato.



A existência da fiscalização e supervisão das obras por parte do CONTRATANTE não exime a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer erro ou falha de execução. A CONTRATADA poderá questionar detalhes construtivos, dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação, sendo que serviços não aceitos deverão ser demolidos em até 48 horas da notificação pelo CONTRATANTE.

11 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

Após a formalização de conclusão das OBRAS de cada um dos 4 MÓDULOS que compõem o objeto deste contrato à CONTRATANTE, a comissão de recebimento indicada por esta e a CONTRATADA farão uma vistoria em todos os serviços executados e materiais aplicados.

A CONTRATADA deverá entregar o Relatório de Conclusão de Obra descrito neste anexo durante essa vistoria.

Concluída a vistoria, a comissão de recebimento das OBRAS emitirá "check-list" ou relatório de vistoria informando quais os serviços/materiais aceitos e quais serviços/materiais que deverão ser corrigidos, substituídos ou reparados.

A CONTRATADA deverá tomar as providências imediatas, necessárias para reparar ou substituir os materiais e serviços indicados. Concluídas as correções nova vistoria será agendada e em os defeitos apontados estarem sanados a comissão concluirá o relatório de vistoria e emitirá o "Termo de Recebimento Provisório" -TRP, com as assinaturas das partes.

Após 180 (cento e oitenta dias) da assinatura da TRP será emitido o "Termo de Recebimento Definitivo" – TRD, onde se iniciam os períodos de Garantia da Obra Finalizada.

Portanto, serão 4 RECEBIMENTOS PROVISÓRIOS e 4 RECEBIMENTOS DEFINITIVOS, uma vez que o empreendimento foi dividido em 4 fases de execução e entrega.

12 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Considerando a elaboração dos projetos pela CONTRATADA, trata-se o presente documento de apresentar as diretrizes macros para o desenvolvimento dos projetos de arquitetura e



complementares e para a execução das obras de construção do Hospital e seus anexos, ressaltando que todos os projetos e obras deverão ser executados atendendo as Normas Brasileiras atuais para cada etapa ou serviço, complementada por decisões e ações da denominada “boa engenharia”.

A CONTRATADA designará equipe de acompanhamento e fiscalização para os serviços a serem desenvolvidos pelo CONTRATADO, denominada SUPERVISÃO.

- **OBRAS CIVIS**
- **Levantamento Planialtimétrico**

Antes do início dos projetos, uma vez definida a área para a implantação do HEURO, será necessário a execução de levantamento planialtimétrico, considerando todos os limites, vegetações e imóveis existentes, calçadas, postes e interferências de infraestrutura de concessionárias. Faz-se necessária a confirmação dos níveis existentes e dos limites do terreno de acordo com as Certidões de Matrícula do Imóveis que comporão a área ofertada pela CONTRATADA.

- **Movimento de Terra**

Deverá ser projetado e executado todo movimento de terra necessário e indispensável para o nivelamento do terreno, nas cotas a serem fixadas no Projeto Executivo de Arquitetura e nos Projetos de Terraplanagem.

Durante os trabalhos de preparo do terreno, deverão ser providenciados os serviços de drenagem, desvios e/ou canalizações das águas pluviais que forem necessárias.

Todos os serviços de movimento de terra, cortes e aterros atenderão às normas da ABNT e ensaios de laboratórios e de campo cabíveis neste projeto, sendo fundamental o acompanhamento por um Consultor de Solos, com ART recolhida para esta obra a ser apresentada à SUPERVISÃO.

- **Sondagens e Fundações**

Deverá ser executada, sendo a Sondagem uma das primeiras premissas para o desenvolvimento do Projeto de Fundações e de Paredes Diafragmas (no caso do CONTRATADO propor subsolo para estacionamento), ou seja, o serviço de reconhecimento do solo do terreno a ser realizado porempresa especializada. As amostras deverão ser retiradas após a definição da posição exata do



edifício a ser construído pelo Projeto de Arquitetura, adotando-se o número de amostras e distância entre elas de acordo com o especificado na NBR 6484.

As fundações necessárias deverão ser executadas por empresa devidamente especializada de acordo com as normas e legislações vigentes seguindo fielmente as orientações do projeto de Fundações a ser desenvolvido por empresa especializada.

As fundações deverão ser projetadas de acordo com a Norma Brasileira NBR 6122 / 2010, a qual trata também das condições básicas a serem observadas na execução das mesmas. Deverão ser obedecidas rigorosamente as cotas, níveis, dimensões e posições constantes no projeto, como também as especificações quanto ao material a ser empregado.

Tipos de Fundação

O tipo de fundação deverá ser definido em projeto específico, de acordo com os relatórios de sondagem e tipologia da edificação. A execução deverá seguir fielmente o projeto de fundação, devendo ser adotada a solução mais adequada ao perfil de solo encontrado, as condições climáticas e ao cronograma da obra.

A locação da obra e marcação deverá ser rigorosamente executada por topógrafo, evitando-se assim riscos futuros na implantação do edifício.

Todo concreto assentado sobre o solo, será executado sobre uma camada de brita, com espessura de 5 cm (cinco centímetros), contados a partir do parâmetro externo da peça a ser construída.

A execução das fundações implicará na responsabilidade integral da CONTRATADA quanto a resistência das mesmas e a estabilidade da obra.

Esta fase representa a primeira etapa na cronologia da obra, sendo que a continuidade da obra se fará após a verificação da mesma pela SUPERVISÃO.

- **Superestrutura**

A definição da tipologia da superestrutura fica a cargo da CONTRATADA, podendo ser em Concreto



Armado com laje plana tipo “cubeta” sem protensão, Estrutura Pré-moldada em Concreto Armado ou em Estrutura Metálica com a devida proteção frente ao fogo, com lajes de piso de concreto armado. A escolha deverá privilegiar a rapidez construtiva e a sustentabilidade, uma vez que qualquer das tipologias possíveis e se adequam a construção de Edifícios Hospitalares.

O partido estrutural deverá seguir as seguintes diretrizes:

- Distância entre lajes mínima de 4,60m permitindo as passagens de dutos e tubulações, sem interferência de vigas intermediárias
- Prever shafts para passagem e manutenção das instalações elétricas, hidráulicas e ar condicionado, a serem definidos pela arquitetura em consonância com os projetistas envolvidos que se responsabilizarão pelo dimensionamento das aberturas
- Malha projetiva em múltiplos de 1,20m, com a distância entre pilares de 7,20m
- Privilegiar estruturas com vãos livres para proporcionar flexibilidade para futuras intervenções.
- Escadas de incêndio em concreto aparente, projetadas nas cotas finais

Estruturas de Concreto

As especificações deverão abranger a execução de toda e qualquer peça em concreto armado na obra, quanto ao fornecimento de materiais, manufatura, cura e proteção do mesmo. Para cada caso deverão ser seguidas as Normas, Especificações e Métodos Brasileiros específicos. Na leitura e interpretação do projeto estrutural e respectiva memória de cálculo, será levado em conta que estes obedecerão às normas estruturais da ABNT, na sua forma mais recente.

Serão observadas e obedecidas rigorosamente todas as particularidades dos projetos arquitetônico e estrutural. A fim de que haja perfeita concordância na execução dos serviços.

A utilização de qualquer aditivo somente será permitida após prévia aprovação por escrito da fiscalização. Os tipos e marcas comerciais, bem como as suas proporções na mistura e os locais de utilização serão definidos após a realização de ensaios e aprovação da SUPERVISÃO.



Deverão ser moldados corpos de prova (conforme norma técnica) para cada lote de concretagem para serem rompidos à 07 dias. Caso a resistência não seja a recomendada no projeto, a peça estrutural construída deverá ser demolida e reconstruída às expensas da CONTRATADA.

Pelo porte da obra, todo o concreto a ser empregado deverá ser usinado, salvo alguma necessidade especial. O concreto empregado na execução das estruturas e as concretagens deverão satisfazer rigorosamente as condições de dosagem, transporte, lançamento, adensamento, cura, resistência, durabilidade, impermeabilidade adequadas às condições de exposição, entre outros, obedecendo as recomendações das normas vigentes na ABNT, em especial a ABNT/NB 1 de 1978, que trata de Projeto e Execução de Obras de Concreto Armado.

A mesma norma deverá reger todos os demais elementos envolvidos nessa fase da obra como formas, armaduras, escoramentos, ensaios, desformas etc, inclusive as questões de recebimento do serviço pela SUPERVISÃO.

Estrutura Metálica

No caso da opção por Estrutura Metálica, a mesma deverá ser executada por empresa devidamente capacitada, de acordo com as normas e legislações vigentes seguindo as orientações do Projeto de Cálculo Estrutural desenvolvido por projetistas especialistas nesta solução.

Toda a estrutura metálica deverá ter proteção passiva, de acordo com normas e legislações vigentes, e seguindo as orientações do Projeto Específico desenvolvido por empresa especializada.

O detalhamento do projeto, a fabricação e a montagem das estruturas metálicas deverão obedecer às Normas abaixo listadas:

- NBR 8800/2008: Projeto e execução de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios;
- NBR 6123/2013: Forças devido ao vento em edificações;
- AISC: (American Institute of Steel Construction) - 9ª Edição;
- AISI: American Iron and Steel Institute / Specification for Design of Cold-Formed, Steel Structural Members;



- ASTM: (American Society for Testing and Materials);
- ASTM A 123: Especificação padrão para galvanização a quente de produtos fabricados a partir de chapas, barras ou tiras de aço laminados, prensados ou forjados;
- ASTM A 153: Especificação padrão para galvanização a quente de ferro fundido e aço para ferragens;
- NBR 6323: Especificação padrão que fixa condições exigíveis para a galvanização a quente em materiais de aço ou ferro fundido, aplicável aos materiais citados na ASTM A123 e ASTM A153.

A fabricação, fornecimento, transporte e montagem deverão atender a ABNT NBR 8800/2008, inclusive no tocante a insertes, ligações soldadas, furações, ligações parafusadas,

Inspeção de fabricação

Deverá ser fornecido todos os documentos pertinentes, tais como:

- Certificado de matéria prima fornecida por terceiros.
- Certificado dos eletrodos, parafusos, porcas ou quaisquer outros materiais.
- Qualificação dos procedimentos de soldagem e soldadores.
- Certificado de galvanização a quente.

Os critérios para a inspeção, seja para aceitação ou rejeição das estruturas, serão baseados nos seguintes códigos e especificações:

- Norma NBR 8800 da ABNT
- Specification for Design, Fabrication and Erection of Structural Steel for Buildings AISC
- Specification for Welding in Building Construction - AWS

Tratamento Superficial da Estrutura Metálica - final

- Limpeza das superfícies com jato de areia ou granalha tipo quase-branco Sa 21/2.



- Pintura de fundo em duas demãos, com primer alquídico de primeira linha, espessura da película seca 40 micrômetros, cada demão.
- Retoques, reparos e repintura nas áreas afetadas, após a montagem.

Estruturas de apoio para equipamentos ancorados.

A fim de possibilitar instalações de equipamentos ancorados diversos, tais como: foco cirúrgico, autoclaves, termodesinfectora, equipamentos de diagnóstico por imagem, equipamentos do SND e lavanderia, entre outros, cabe a CONTRATADA executar serviços complementares diversos com fornecimento de material e mão de obra, entre eles: insertes metálicos, bases metálicas, fechamentos metálicos, registros esfera, manômetros, filtros “y”, etc. de tal forma a proporcionar pleno funcionamento do sistema/equipamento. Mas para tanto, caberá a CONTRATANTE a informação dos equipamentos adquiridos.

- **Elementos de Vedação**

As alvenarias de vedação deverão ser utilizadas obedecendo aos critérios de resistência, conforto térmico e resistência a fogo e conforto térmico e acústico, devendo ser especificadas de acordo com sua efetiva aplicação, com a definição do material e das espessuras.

Alvenarias de Vedação Externa

Blocos Cerâmicos de vedação com no mínimo 4 horas de resistência a fogo e proteção dos cantos por meio de cantoneiras de alumínio;

e / ou

Painéis Cimentícios – chapas compostas de argamassa cimentícia, com espessuras e formas de fixação de acordo com o projeto de montagem e os padrões mínimos e requisitos técnicos do fabricante.

No caso de vãos de janelas e portas nas paredes externas executadas em blocos cerâmicos, deverão ser consideradas a execução de contra-vergas de concreto, de altura compatível com o vão (mínimo de 10 cm) e ferragem mínima de 02 vezes no diâmetro de 3/16. Deverão ser executadas de pilar a



pilar.

Alvenarias de Compartimentação Horizontal ou Parede Corta-Fogo

Blocos de Concreto preenchidas com areia, com a resistência ao fogo conforme o que determina a Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros do Estado de Rondônia.

As paredes corta-fogo devem ser dimensionadas e posicionadas conforme o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio, devendo obrigatoriamente construídas do piso à laje. Preferencialmente estanques, se houver a necessidade de aberturas, a mesma deverá ser provida de porta corta-fogo com a mesma resistência ao fogo que o especificado para a parede. No caso de passagem de dutos de ar-condicionado, nessa posição deverá ser instalado damper corta-fogo. O Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio deverá estar devidamente aprovado antes da execução desses serviços.

Alvenarias Internas da Edificação

As paredes internas poderão ser construídas com sistema construtivo a seco, **Dry-wall**, composto por placas de gesso acartonado estruturados por perfis metálicos em aço galvanizado, tendo como base para as espessuras as instalações e elementos embutidos na paredes, **ou em alvenaria convencional**, em blocos cerâmicos encunhado com tijolo maciço junto as lajes, desde que considerados seu peso próprio no cálculo estrutural.

No caso da utilização do sistema Dry-wall, deverá ser elaborado projeto por empresa especializada a fim de garantir todos os requisitos técnicos e básicos do sistema de resistência, estabilidade e conforto acústico, bem como a definição da placa verde nos ambientes tidos como molhados e placa rosa, no caso de proteção a fogo.

As paredes em dry-wall deverão receber tratamento acústico em seu interior com manta acústica (lã mineral ou lã de pet). As espessuras finais, bem como a composição dos painéis deverá seguir o projeto de montagem a ser fornecido pela empresa contratada para execução.

Para manter o conforto acústico, as paredes em chapas de gesso deverão ser do piso a laje, podendo, conforme orientação do consultor acústico, ser dupla



Todos os reforços necessários deverão ser previstos no projeto de montagem para a fixação de elementos que provoquem esforços nas paredes tais como: peças sanitárias, bancadas, divisórias, armários, equipamentos de vídeo, lousas, quadros de avisos, telas de projeção, bate-macas, régua, filtros. Etc.

No caso da alvenaria convencional, a proteção acústica envolvendo as tubulações de água deverá ser prevista.

Divisórias

Divisórias para Sanitários

As divisórias poderão ser **em painel de laminado melamínico estrutural TS-10** (fórmica maciça, durável e à prova d'água), estruturadas com perfis de alumínio anodizado acabamento acetinado ou pintado, **ou em placas de granito.**

Acessórios com acabamento cromado.

As portas, com dimensões e fechaduras próprias, serão em qualquer das opções de divisória, em **painel de laminado melamínico estrutural TS-10** (fórmica maciça, durável e à prova d'água),

Divisórias Articuladas

No caso da utilização de divisórias articuladas, as mesmas deverão ser compostas de painéis em aglomerado, estruturados internamente em aço com tratamento anticorrosivo e antirruído.

Os painéis poderão ser revestidos em laminado fenólico melamínico, laminado de baixa pressão, tecido, madeira, conforme especificação do projeto, e com tratamento acústico adequado para o tipo de uso.

A junção entre os painéis deverá ser formada com perfis de alumínio anodizado acetinado ou pintado.

Os trilhos e sistemas de deslocamentos deverão compor um sistema de modo a permitir uma perfeita articulação entre os painéis, assim como os deslocamentos.



- **Revestimentos Internos**

Revestimento em argamassa

Toda alvenaria deverá receber chapisco e após a secagem a aplicação, emboço apropriado para receber o acabamento final, seja ele pintura, cerâmico, laminado melamínico e lambris.

Argamassa Baritada - proteção radiológica

Aplicação da argamassa baritada levando-se em conta a preparação da base da superfície, os espaçamentos (juntas), sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções do fabricantes.

A espessura da aplicação será definida após a correta especificação e aquisição dos equipamentos de Raio-X, Raio-X Telecomandado, Tomógrafo ou Angiógrafo conforme indicação de físico, que indicará o melhor elemento de fechamento (alvenaria ou dry-wall) e as distâncias dos fechos do raio-x.

Após o término da execução da argamassa, deverá ser emitido laudo pelo fornecedor da argamassa, com relação a espessura assentada e o grau de proteção, após o qual as paredes poderão ser emaseadas e pintadas. Deverá ser feita medição final por físico credenciado após a instalação do equipamento, para aprovação da execução com emissão de laudo certificando o grau de proteção aferido. Caso não seja aprovada a proteção radiológica executada, a mesma deverá ser refeita sem ônus a CONTRATANTE.

Revestimento em Laminado Melamínico

Em todos os ambientes que compõe as áreas críticas do Hospital, a saber, Centro Cirúrgico, UTI e Central de Esterilização, deverá ser aplicado sobre as placas de fechamento em drywall ou alvenaria convencional, painéis em laminado melamínico, em cor clara a ser definida no projeto de arquitetura, acabamento fosco, textura lisa devido as qualidades do material quanto a durabilidade e assepsia.

As placas deverão ser coladas com o aderente recomendado pelo fabricante, aplicados com espaçadores de 1,3 mm necessários para promover a dilatação. Após a secagem, que leva de 20 a 30 dias, as juntas de dilatação deverão ser preenchidas com silicone na mesma cor do laminado.



A CONTRATADA poderá prever também o uso do laminado nas circulações do PS, Ambulatório, SADT e das unidades de internação, até a altura do bate-macas, por facilidade quanto a manutenção predial, que faz parte do CONTRATO.

Revestimento Acústico

Deverá ser prevista a aplicação de revestimento acústico para paredes e forros a serem especificados por consultor em acústica nos seguintes ambientes:

- Auditório
- Salas de Reuniões
- Esperas
- Refeitório
- Ambientes Administrativos
- Casas de Máquinas de Ar Condicionado
- Sub-Estação
- Grupo-Gerador

Deverá ser utilizado painel acústico em madeira ou lambri de madeira para as paredes do Auditório e Refeitório. Nos forros, a depender da recomendação do consultor,

poderá ser aplicado forro em madeira acústica ou em placa mineral. A CONTRATADA poderá sugerir outros revestimentos acústicos, os quais poderão ser aceitos ou não pela SUPERVISÃO.

Salas de reuniões, esperas, refeitório de funcionários e ambientes administrativos deverão ser utilizados forros acústicos em placa mineral.

O revestimento acústico nos demais ambientes de uso industrial, como casas de máquinas, deverão ser em espuma acústica nas paredes, lajes e na face interna da porta de acesso ao ambiente.

Revestimento Cerâmico para paredes



Deverá ser previsto, nas paredes das áreas molhadas, aplicação de revestimento em placas cerâmicas retangulares, 33,5 x 45 cm aproximadamente, na cor branco fosco, de primeira qualidade e sem falhas na fabricação. A instalação deverá levar em conta a preparação da base da superfície, os espaçamentos (juntas), sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções dos fabricantes. O rejunte deverá ser do tipo epóxi branco.

Nos cantos vivos dos azulejos, inclusive nas requadrações dos caixilhos e portas deverão ser instaladas cantoneiras embutidas de alumínio, faceadas com azulejo.

Os azulejos a serem cortados para a passagem de canos, torneiras e outros elementos das instalações não deverão apresentar rachaduras nem emendas. As bordas de corte serão esmerilhadas de forma a se apresentarem lisas e sem irregularidades.

Os compartimentos de resíduos sólidos também terão esse acabamento nas paredes.

Revestimento sobre bancadas e lavatórios

Nos ambientes com indicação de pintura, mas com lavatórios ou bancadas, caso de consultórios médicos e não médicos, salas de curativos, medicação, inalação, quartos de internação entre outros, deverá ser aplicado uma **faixa em pastilhas porcelanizadas 5 x 5**, na cor branca fosca ou da cor aplicada na parede, ou **laminado melamínico** ou **pvc**. A instalação deverá seguir detalhe específico de projeto, para lavatório ou para bancada em inox, levando em conta a altura e a largura, a preparação da base da superfície, os espaçamentos (juntas), sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções do fabricante.

Contrapisos

Também denominado como argamassa de regularização ou piso-morto, é uma camada de piso produzida a partir de uma ou mais camadas de argamassa, lançada diretamente sobre uma base (laje estrutural ou lastro de concreto), ou sobre uma camada intermediária (de impermeabilização ou de isolamento térmico e acústico).

Deve ter espessura e superfície adequadas ao atendimento de suas principais funções, possibilitar a aplicação do revestimento de piso, proporcionar desníveis necessários entre ambientes contíguos e declividade às áreas molháveis e permitir o eventual embutimento de instalações.



As áreas molhadas, antes da aplicação do revestimento, serão devidamente impermeabilizadas, como especificado mais a frente.

Revestimento em Porcelanato para Piso

Nas áreas molhadas e ambientes onde seu uso for pertinente e aceito pela SUPERVISÃO, deverá ser utilizado piso porcelanato técnico antiderrapante em placas 50 x 50, rodapé no mesmo material, padrão e cor.

Deve ser instalado porcelanato de massa homogênea, coloração uniforme, sem empenos, trincas, manchas ou fendas. Nas áreas molhadas não será aplicado rodapé, diferentemente de quando aplicado em ambientes com pintura. A instalação deverá seguir detalhe específico de projeto e levar em conta a preparação da base da superfície, os espaçamentos (juntas), sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções do fabricante. O rejunte deverá ser do tipo epóxi, na mesma cor do porcelanato.

Os compartimentos de resíduos sólidos também terão esse acabamento no piso.

Piso Vinílico

Deverá ser instalado piso monolítico em manta nos pavimentos de atenção aos pacientes e administrativos, que deverá ser em manta vinílica, apropriada para ambientes hospitalares. Será utilizada manta com 2 mm de espessura, considerando o rodapé curvo de 7,0 cm com paginações e cores a serem aprovadas pela SUPERVISÃO, de forma a humanizar o Hospital.

A instalação deverá seguir detalhe específico de projeto e levar em conta a preparação da base da superfície, sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções do fabricante. Após a instalação os pisos serão limpos e aplicado impermeabilizante, a menos que a manta aplicada já tenha incorporado em sua composição resina impermeabilizante. Nas salas cirúrgicas e na sala de hemodinâmica será aplicado manta condutiva, observadas as mesmas condições de instalação.

No auditório deverá ser utilizado piso em régua vinílica, padrão amadeirado ou preto, para garantir acústica, durabilidade e elegância ao ambiente.



Pisos Elevados

Se indicado e necessário poderá ser utilizado piso elevado para ambientes tecnológicos, com pedestal e travamento vertical e horizontal, 60cm x 60cm, revestido com piso vinílico em manta com 2 mm de espessura.

Piso em Granito

O piso do hall principal, halls dos elevadores em todos os pavimentos e foyer, representando áreas de grande circulação de pessoas, deverão ser revestidos em placas de granito acabamento polido, de 50 x 50 cm e espessura de 3 cm, com rodapé de 7 cm.

Deverão ser apresentadas 3 a 4 tonalidades da pedra de granito para a aprovação da SUPERVISÃO.

Poderá ser sugerida para apreciação da SUPERVISÃO outras áreas que a CONTRATADA entenda prudente adotar esse padrão de acabamento, por questões de manutenção.

Piso tátil nas áreas internas

Serão instalados faixas direcionais em piso tátil, conforme projeto de acessibilidade a ser desenvolvido de acordo com a **Norma de Acessibilidade** NBR 9050/2020.

Piso tátil e direcional deverão ser em peças individuais de aço inox, parafusadas sobre o contrapiso, seguindo gabarito de colocação fornecido pelo fabricante. Além das faixas direcionais, deverá ser aplicado nas mudanças de níveis das áreas internas, como escadas, rampas e mudanças de nível.

Todo degrau de escada deverá ter sinalização visual na borda do piso, em cor contrastante com a do acabamento, medindo entre 0,02 m e 0,03m de largura, vide conforme NBR 9050.

Piso cerâmico extrudado

Na área da cozinha/SND e lavanderia hospitalar – área limpa e suja, deverão ser instalados cerâmica não esmaltada, extrudada, alta resistência química e mecânica, espessura de 9mm, assentado com argamassa colante industrializada, no formato 240x116x9cm, na cor a ser definida no projeto. A



instalação deverá seguir detalhe específico e levar em conta a preparação da base da superfície, os espaçamentos (juntas), sua uniformidade e alinhamento em todos os sentidos de acordo com as instruções do fabricante. O rejunte deverá ser do tipo epóxi, na cor cinza.

A CONTRATADA poderá sugerir outra opção, desde que com qualidade equivalente ou superior ao aqui definido, podendo ou não ser aceita pela SUPERVISÃO.

Pisos cimentados e granilites

Será admitido o uso de piso cimentado liso desempenado queimado nas casa de máquinas de ar-condicionado e elétricas, ou granilite moldado “in locu”.

As áreas de utilidades, deverão ter o piso revestido em granilite, moldado “in locu” ou em placas pré-moldadas.

- **Revestimentos Externos**

Fachadas

A CONTRATADA terá liberdade de propor os revestimentos de fachada buscando valorizar as formas definidas pelo projeto de arquitetura, devendo ser priorizados materiais que garantam os confortos térmico e acústico interno, sejam laváveis e sem necessidade de pinturas para a manutenção.

Entre outros materiais são indicados revestimentos cerâmicos, revestimentos em granito lavado em base cimentícia, argamassas decorativas em revestimento mineral, fachadas ventiladas com placas cimentícias ou porcelanatos.

O projeto de fachada deverá ser apresentado em maquete eletrônica ao CONTRATANTE, que deverá aprovar o estudo que mais lhe aprover.

Piso em blocos intertravados de concreto



Nos estacionamentos deverão ser instalados piso em blocos intertravados de concreto de alta resistência ao tráfego de veículos pesados. As placas deverão ser assentadas sobre camada de areia. O assentamento das placas será executado com junta seca de aproximadamente 5 mm, que será posteriormente preenchido com areia. O assentamento dos blocos somente será realizado após uma adequada compactação do solo.

O processo será de espalhamento da areia em uma camada de 3 a 4 cm e assentamento das placas utilizando martelo de borracha e régua metálica para controlar o nivelamento.

Após o assentamento deverá ser aplicada areia fina peneirada sobre as placas, varrendo-se de modo a preencher as juntas.

Guias em concreto serão utilizados para complementar a instalação dos pisos intertravados, garantindo que os pisos não se desloquem.

Piso tátil de concreto

Deverá ser aplicado nas mudanças de níveis das áreas externas, como: escadas, rampas e mudanças de nível, além como nas faixas direcionais a serem previstas no Projeto de Acessibilidade. O piso deverá estar de acordo com a NBR 9050.

Piso Drenante

Placas de piso drenante deverão ser consideradas para compor as calçadas externas e ilhas dos estacionamentos, garantindo o percentual de permeabilidade do solo.

- **Soleiras e peitoris**

As soleiras deverão ser de granito, todas no mesmo padrão e tonalidade, seguindo o padrão do granito definido para o piso, com espessura mínima de 2 cm.

As soleiras internas poderão estar em nível na transição entre pisos ou levemente inclinadas entre os



ambientes secos e molhados, e será prevista em todas as transições de tipologia de piso.

Os peitoris poderão ser em granito, com pingadeira, em consonância com as tonalidades das fachadas, ou em concreto ou em material específico a ser indicado no detalhamento das fachadas.

- **Forros**

Todos os forros a serem instalados serão atirantados na laje, adotando-se o pé direito de projeto, especificado de acordo com as exigências da RDC 50, no mínimo.

A CONTRATADA poderá sugerir outras tipologias de forro, desde que atendam as características de estanqueidade e flexibilidade contidas abaixo, devendo ser devidamente aprovados pela SUPERVISÃO.

Forro Removível

Forro de gesso revestido com película de pvc em painéis removíveis de 1.250 x 625mm estruturados com perfis de alumínio, e serão utilizados nas áreas de circulação e demais ambientes onde é necessário acesso a manutenção nas Instalações, sendo considerado uma faixa de forro de gesso fixo acartonado pintado com tinta acrílica, nas laterais.

Nas áreas com necessidade de proteção acústica serão instalados forros em placas acústicas em fibra mineral bioisolável de 625 x 625 mm, estruturados em perfis aparentes de alumínio.

No auditório deverá ser instalado forro acústico absorvente, em lambris de madeira, fibra mineral ou outra especificação apresentada pelo consultor de acústica, a ser aprovado pela SUPERVISÃO.

As instalações de forros removíveis deverão seguir projetos específicos e as instruções e modulações dos fabricantes.

Forro Monolítico

Forro constituído por placas de gesso acartonado com as juntas devidamente tratadas conforme instruções do fabricante, com acabamento em pintura acrílica e instalados independentemente das paredes, pilares e vigas.



As placas deverão ser atirantadas na estrutura existente e apoiado sobre tabicas metálicas apropriadas, a fim de evitar a penetração de poeira nos ambientes.

Poderão ser previstos alçapões no mesmo material para inspeções em equipamentos ou dampers de Ar-Condicionado, registros de gases ou hidráulicos ou outros itens de instalações, nos locais indicados nos projetos de instalações.

Forro para Marquises

Nas marquises de acesso ao edifício deverão ser previstos forro em régua de alumínio com fixação do tipo “clip-in” ou outra solução resistente a umidade e as ações de intempéries ou material equivalente a ser aprovado pela SUPERVISÃO.

• 12.10 Esquadrias e Elementos em Madeira e em PVC

Portas e Batentes

As esquadrias de madeira obedecerão rigorosamente às dimensões e as indicações dos respectivos desenhos e detalhes, adotando-se os vãos mínimos pela RDC 50, para cada tipologia de ambiente, considerando a passagem de pacientes em macas-leito ou entrada e saída de equipamentos específicos, como autoclaves, tomógrafo, etc.

Serão admitidas duas tipologias de portas e batentes, que uma vez elegida deverá ser adotada em toda a edificação:

- Portas em madeira com núcleo de cedro revestida em laminado melamínico instaladas com batentes em de aço galvanizado envoltentes com requadrção de largura igual a espessura das paredes, a ser detalhada no projeto.
- Portas em madeira com núcleo de cedro revestida em pvc instalada com batentes arredondados em mdf revestido com pvc.

No caso de optar-se pelo uso das portas revestidas em laminado, estas receberão encabeçamento em todo perímetro, com cantoneira em aço inox “U”. As portas revestidas em pvc vem com um acabamento em fita de pvc resistente a impactos.



Deverá ser observado a indicação de visores em portas específicas como as portas das circulações, isolamentos, ante-câmaras entre outras, os quais deverão ser executados pelo fornecedor, com acabamento perfeito e dotados de vidro transparente de 6mm, bem como os vãos-luz mínimos indicados na RDC 50 e a NR 9050, para propiciar a passagem de equipamentos, macas-leito e cadeiras de rodas.

Porta com Proteção Radiológica

As portas das salas de Raio-X, Raio-X Telecomandado e Tomografia deverão receber proteção radiológica dupla e será montada em batentes de aço liga 1010/1020 tratado com pintura eletrostática, dobradiças especiais tipo gonzo, fechadura de tambor auto-brocante, acabamento em laminado ou pvc, dupla com dimensão de 1600x2100mm, Altura 2100mm, Largura 1600mm, blindagem em chumbo conforme espessura requerida de acordo com cada equipamento, a ser especificada por físico habilitado e responsável pelo projeto de proteção radiológica.

Porta Corta-Fogo

Deverão ser previstas as instalações de portas corta-fogo conforme descrito em projeto de arquitetura e no projeto de proteção e combate a incêndios. As portas corta-fogo terão vão de 100 x 210 cm, classe P Resistência mínima ao fogo de 90 minutos, de acordo com a NBR 11.742 constituída por: folha da porta lisa em chapa nº 24 de aço galvanizado, núcleo com material não corrosível; batente em chapa nº18 de aço galvanizado; três dobradiças tipo mola; barra ante pânico no sentido da fuga e maçaneta em aço SAE 1010 /1020 tipo alavanca com trinco, no outro lado. Todos os materiais e componentes construtivos devem obedecer à norma NBR 11.711.

Batedor de Macas e Protetores de Parede

Deverão ser instalados bate-macas tipo corrimão (afastado da parede) e tipo protetor de parede no perímetro de todas as circulações e locais com passagem de macas e carros, sendo definido no projeto de arquitetura a sua tipologia.

Imprescindíveis nas áreas de circulação de macas, carrinhos e camas, o bate-macas evita o impacto direto desses equipamentos nas paredes. O bate-macas terá também a função de corrimão para



peessoas com dificuldade de locomoção, sendo este indicado para as circulações das unidades de internação e circulações de áreas de atendimento como Pronto-Socorro, Ambulatório e SADT.

Os bate-macas serão com capas de vinil de alto impacto texturizado flutuantes que absorvem impactos sem provocar deformações e reforços para absorção de choques, com largura mínima de 138 mm, instalados a 75 cm do piso.

A fixação das barras deverá atender às prescrições do fabricante, sendo previsto na execução do dry-wall apoio interno para a sua fixação em toda a extensão, ficando a instalação do bate macas a cargo do representante autorizado.

Os protetores de parede deverão ser instalados em paredes das salas de espera, consultórios, quartos de internação e observações, circulações sem ambulação de pacientes seguindo o padrão dos bate-macas, com largura mínima de 12 mm, visando proteger as paredes de impactos de cadeiras, poltronas, leitos e macas.

Serão utilizados perfis protetores de cantos em vinil de alto impacto nos cantos vivos, no mesmo padrão dos bate-macas e protetores de parede, em “L”, com abas de aproximadamente 50 mm.

Armários, Prateleiras, Bancadas e Balcões

Os armários, prateleiras, armário sob bancadas, postos de enfermagem e balcões de recepções serão confeccionados sob medida, a serem detalhados no projeto de arquitetura, no tocante a acabamentos e cores. Os gaveteiros móveis a serem dispostos nos postos de enfermagem, recepções e outros, poderão ser confeccionados por marcenaria ou adquiridos em linha industrial.

Os móveis fixos serão executados em madeira MDF em chapas de 20 mm para o corpo dos móveis e 30 mm para tampos, revestidos interna e externamente com laminado melamínico em todas as suas faces.

Deverão ser atendidos todos os itens de execução previstos neste Caderno de Diretrizes, observadas as recomendações sobre dimensões, ajustes, juntas e superfícies, com medidas aferidas na obra com posterior detalhamento pelo fornecedor dos móveis de marcenaria. A produção poderá ser feita por empresa de marcenaria com linha de produção industrial ou empresas de marcenaria convencional, desde que garantida a mesma qualidade em todo o fornecimento.

As gavetas deverão ser confeccionadas em mdf de 10 mm, revestidas totalmente em laminado, dotadas de fundo em mdf de 6 mm igualmente revestidos, sendo detalhadas nos casos específicos de



guarda de medicamentos, insumos etc.

As portas e gavetas deverão ser dotadas de puxadores e fechaduras quando necessário, com 2 (duas) chaves cada.

Os produtos florestais e / ou subprodutos florestais utilizados deverão atender aos procedimentos de controle estabelecidos nas legislações vigentes.

- **12.11 Esquadrias, Serralheria e Elementos de Alumínio e Ferro**

Todos os trabalhos de serralheria deverão ser executados por mão-de-obra especializada, com máxima precisão de cortes e ajustes, de modo a resultarem peças rigorosamente em esquadro, com acabamento esmerado e com ligações sólidas e indeformáveis.

Deverão ser executados de acordo com os detalhes de projeto, no que diz respeito ao seu dimensionamento, funcionamento, localização e instalação, sendo que caberá à CONTRATADA elaborar os detalhes específicos de execução, os quais serão submetidos à prévia aprovação da SUPERVISÃO.

Todo o material a ser empregado deverá ser de boa qualidade, novo, limpo e sem defeitos de fabricação ou falhas de laminação.

A instalação das peças de serralheria deverá ser feita com o rigor necessário ao perfeito funcionamento de todos os seus componentes, com alinhamento, nível e prumo exatos, e com os cuidados necessários para que não sofram qualquer tipo de avaria ou torção, quando parafusadas aos elementos de fixação, não sendo permitida a instalação forçada de qualquer peça, em eventual rasgo ou abertura fora de esquadro.

Todas as peças dotadas de componentes móveis deverão ser entregues em perfeito estado de funcionamento, cabendo à empresa subcontratada efetuar os ajustes necessários, inclusive substituição de peças, até que tal condição seja satisfeita.

Não será permitida a execução de emendas intermediárias, não previstas em projeto, para obtenção de perfis com as dimensões necessárias. Em peças grandes deverão ser tomados cuidados especiais com relação à rigidez e estabilidade do conjunto.

As ferragens, bem como os demais componentes desmontáveis das peças metálicas, deverão ser fixadas exclusivamente com parafusos de latão (quando acabamento para pintura), ficando vedado o uso de quaisquer parafusos passíveis de corrosão.



Todos os caixilhos do Edifício serão em alumínio, sendo utilizados elementos em ferro em pontos específicos, como escadas marinheiro, alçapões, gradis e grades.

O detalhamento dos caixilhos deverá considerar as questões de segurança dos pacientes, facilidade de acionamento, manutenção e limpeza além de observar a utilização de telas mosquiteiras nos ambientes exigidos pela Vigilância Sanitária como cozinha, SND, refeitórios, farmácia, entre outros, além da composição de caixilhos com brisessoleils ou telas de proteção e amenização solar.

Esquadrias de Alumínio

O projeto de arquitetura definirá os vãos e aberturas de caixilhos externos, levando em consideração as diretrizes aqui contidas.

Uma vez aprovado pela CONTRATANTE o projeto de fachada, será executado o detalhamento de cada caixilho em projeto a ser desenvolvido pelo fornecedor, das peças a serem fabricadas sob medida. Deverá ser executado um protótipo, instalado e realizado os ensaios que comprovem sua estanqueidade.

Toda a parte operacional e administrativa necessária, desde a elaboração de projetos, tomada de medidas, fabricação, transporte vertical e horizontal, instalação, regulação e revisão final das esquadrias é de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Os perfis deverão possuir espessura mínima compatível com a sua utilização, dimensionados conforme normas específicas da ABNT, de acordo com as dimensões dos vãos e tipo do vidro.

Todo o material deve ser novo, limpo, desempenado e sem nenhum defeito de fabricação. Não serão aceitos perfis com manchas, arranhões ou qualquer defeito oriundo do processo de fabricação.

Os perfis de alumínio deverão ser pintados ou anodizados, com camada mínima de 60 micra para pintura e A13 para anodização, nas cores a serem definidas no projeto da fachada. Os caixilhos deverão ser do tipo Estrutural Glazing.

A aplicação de silicone deverá ser efetuada nas vedações de todas as juntas entre perfis, revestimento, tampas, ou qualquer outra parte sujeita a infiltração.

Todos os acessórios deverão ser de primeira qualidade e devem atender aos esforços de uso estabelecidos na NBR 10821.

Esquadrias de Ferro



Portão e gradil de acesso principal, portinholas, escadas marinheiro etc. deverão estar localizados com a definição das dimensões e acabamento conforme projeto básico de arquitetura.

Todas as esquadrias em ferro receberão preparo de base e pintura em esmalte sintético semi fosco em cor a ser definida no projeto executivo.

Corrimão e Parapeito

As escadas e rampas internas e externos receberão corrimões e parapeitos tubular em aço inox, a ser detalhado conforme instruções normativas do Corpo de Bombeiros, Acessibilidade e RDC 50.

Próximo a áreas operacionais externas poderá ser considerado o uso de corrimões e parapeitos tubulares em aço galvanizado, diâmetro 2 ½" com acabamento em pintura esmalte sintético.

Proteção Solar para Fachada – Brises Soleil

De acordo com as diretrizes de sustentabilidade deverá ser instalado brise metálico para proteção solar nas faces necessárias, devendo ser definido no projeto da fachada a sua tipologia: móvel ou fixo, com isolamento térmico ou só amenização da luz solar, em aleta (orientação das aletas) ou em painéis perfurados (padronização dos furos), etc.

A fixação dos painéis deverá seguir as orientações do fabricante e os critérios adotados pelo Técnico de Segurança da obra.

• Esquadrias e Elementos em Vidro

Vidros

A especificação, projetos, execução e instalação deverão seguir a ABNT 7199:2016 e outras normas reguladoras.

A instalação dos vidros e caixilharia em vidro deverão obedecer às indicações fornecidas no projeto, no tocante a dimensões, localização e espessuras.

Os vidros encaixilhados ou em caixilhos do tipo Estrutural Glazing - Pele de Vidro deverão ser vidros laminados nas espessuras definidas nas normas da ABNT, de acordo com a tipologia e vão, transparentes com proteção de raios UV e com películas sempre que necessário.

Fica a critério do CONTRATADO adotar a melhor solução de escurecimento dos quartos de internação: através de brises ou a instalação de vidros insulados com persiana móvel entre vidros. Esta solução deverá ser obrigatoriamente adota nos caixilhos que separam os boxes de UTI, uma vez



que os leitos de UTI devem estar separados em boxes individuais, separados por caixilhos, não por cortina hospitalar.

No dimensionamento das placas e escolha do tipo de vidro adequado, deverão ser considerados:

- Fator de segurança exigido pelo local e tipo de aplicação;
- Pressão dos ventos;
- Esforços, vibrações e dilatações a que serão submetidos;
- Condições de transporte, manuseio e colocação das placas;
- Manutenção e risco de acidentes.

Portas Automáticas

Os acessos principais do Hospital e do Pronto-Socorro serão providos de portas automáticas compostas de folhas de vidros laminados, encaixilhados em perfis de alumínio anodizado ou pintado, ou vidros, de acordo com o detalhamento do projeto e providas de sensor com acionamento de abertura automática. Outros locais como porta de acesso a unidades específicas de atendimento como Centro Cirúrgico, UTI, Administração etc. poderão ser previstos pela CONTRATADA, opcionalmente.

Vidro Plumbífero

Serão utilizados vidros especiais, para proteção radiológica, nas salas de raio-x e tomografia, nas dimensões solicitadas pelos fornecedores dos respectivos equipamentos.

Serão instalados visores com 40mm de espessura, equivalência de 2,0mm Pb, composto de duas lâminas de vidro contendo gel plumbífero importado, montado em caixilho de aço blindado com proteção interna de moldura de borracha, substitui com segurança o vidro plumbífero importado. Certificado de garantia de equivalência de chumbo: *IEE – Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP*. Protótipo Comercial: Plum Glass, da Lúmina –HG ou equivalente.

Espelhos

Em todos os sanitários e vestiários serão instalados espelhos individuais em frente a cada lavatório, de cristal de 60 x 40 cm, com e= 3mm e requadro em alumínio de acabamento anodizado fosco.

Nos sanitários destinados a pessoas com necessidades especiais os espelhos deverão ser instalados



conforme ABNT 9050.

Não serão instalados espelhos sobre os lavatórios de uso médico, nos quartos de internação, box de UTI's e consultórios.

- **Ferragem Complementar para Esquadrias**

Conjunto de Fechadura Externa com Alavanca

Deverão ser instaladas conjunto de fechadura externa com Alavanca em “ U ” em Aço Inox, em todas as portas internas e externas, com mestragem, exceto as portas de sanitários, onde serão instaladas fechaduras para sanitários da mesma linha, porém sem chaveamento.

Acabamento Aço Inox fosco prevendo fechadura mecânica de embutir produzida de acordo com norma: NBR 14913

Caixa Blindada para Proteção do Mecanismo Interno

Maçaneta e roseta em aço inox

Cilindro 6 Pinos podendo ser mestrado

Grau de Segurança Alto

Classificação de Frequência de Uso Intenso

Garantia no Funcionamento da Máquina de 10 anos.

As fechaduras em geral serão mestradas e sua definição ocorrerá durante a execução das obras, com diversos graus de mestragem. No entanto, deverá ser prevista uma chave grã mestra abrirá todas as portas.

As fechaduras para boxes para bacias e chuveiros, nos sanitários públicos e vestiários, com tarjeta tipo Livre / Ocupado serão em cromo acetinado preto, e já acompanham as divisórias em laminado melamínico.



Mola Aérea

Nas portas das circulações, de salas cirúrgicas, antecâmaras, sanitários e outras que devem se manter fechadas deverá ser instalada mola aérea com braço de parada e com potência ajustável para portas de 40kg a 80kg, com controle de abertura de até 180º, corpo em alumínio com pintura epóxi e com velocidade de fechamento e golpe final ajustáveis separadamente.

Barra Antipânico portas simples e duplas

Serão instaladas Barra Antipânico com acabamento aço inox lixado e cromado acetinado, em todas as Portas Corta Fogo , simples e duplas, atendendo a norma NBR 13768 e produzida de acordo com Norma NBR 11785.

O conjunto contempla: Barra de Acionamento, Tubo de Travamento, Trinco e Componentes Internos em Aço Inox

Coordenador Eletromecânico para Portas Corta Fogo Seccionadoras de Pavimento

Deverá ser instalado nas portas corta fogo duplas, em circulações, que seccionam as compartimentações, selecionador de folhas que funciona a partir do sistema de detecção de fumaça, mantendo a porta corta fogo aberta até que o sistema de incêndio seja acionado, desabilitando a função de parada até que o sistema seja desligado.

As duas folhas serão mantidas abertas, sendo cortada a energia do eletroímã, que a fechará para promover o isolamento das áreas em caso de sinistro.

Controle de Acesso Monitorável para ambientes e setores de uso restrito

Deverá ser instalada fechadura com controle de acesso, com leitor de digital, com software de controle de acesso, em ambientes e setores que se fizerem indicados como acessos exclusivos em farmácias, UTI e Centro Cirúrgico.

Fechadura Auxiliar com Chave para Portas de Shaft's

Os fechamentos dos shafts deverão ser chaveados, com mestragem única para a facilitar o acesso pela equipe de manutenção do Hospital, em acabamento cromado.



- **Impermeabilização e Juntas de Dilatação**

O Projeto Executivo deverá incluir projeto específico de impermeabilização detalhando e especificando os diversos tipos de impermeabilização a serem adotados, adequados para cada caso: áreas molhadas, caixas d'água, casas de máquinas, marquises e coberturas.

Todas as lajes planas deverão ser impermeabilizadas depois de adequadamente preparadas para cada tipo de impermeabilização, deverão ser perfeitamente limpas e lavadas, até que fiquem completamente isentas de poeira, resíduos de argamassa ou madeira, pontas de ferro, rebarbas de concreto e manchas gordurosas.

Todos os elementos de alvenaria, situados até 30 cm acima e abaixo do respaldo das fundações, deverão ser impermeabilizados seguindo a especificação e detalhamento do projeto de impermeabilização.

Na execução de reservatórios, os cuidados relativos à impermeabilidade do sistema deverão ser tomados desde a fase de concretagem, posicionando-se, em seus lugares definitivos, todos os tubos a serem fixados, salientes 5 cm, no mínimo, com relação às respectivas faces internas dos reservatórios, e com rosca externa em toda a extensão a ser embutida no concreto.

Os revestimentos impermeáveis executados em reservatórios deverão se estender, continuamente, por todas as superfícies internas, exceção feita à(s) sua(s) tampa(s) de inspeção.

Os sistemas de impermeabilização executados em reservatórios, imediatamente após a sua cura, deverão ser submetidos à pressão máxima de utilização, de modo que possam ser verificadas suas reais condições de estanqueidade.

Os cuidados relativos à impermeabilização de canaletas de águas pluviais, deverão ser tomados para solucionar os caimentos, as soleiras de arremate (para tubos, ralos, vigas invertidas e quaisquer outros elementos que resultem em descontinuidade da superfície a ser impermeabilizada), os cantos internos ou externos, horizontais ou verticais (de modo a não apresentarem arestas vivas), o tratamento das juntas de dilatação, a condução de águas pluviais, etc.

Obedecendo ao projeto específico, nas áreas molhadas: sanitários, vestiários, cozinhas, lavanderia, áreas destinadas à Casa de Máquinas de Ar Condicionado e outras utilidades, ou na cobertura geral, a impermeabilização se fará com o método mais apropriado e mais eficiente a caso, devendo ser



considerada a proteção mecânica correspondente.

As lajes de cobertura com utilização serão impermeabilizadas com manta asfáltica e protegida por banho de asfalto oxidado, antes da execução da proteção mecânica e revestimento de piso. Os reservatórios de água superiores deverão ser impermeabilizados com utilização de resina acrílica termoplástica estruturada com tela de poliéster.

Após a execução das impermeabilizações, deverão ser realizados os devidos testes de estanqueidade, conforme a NBR-9574/1986, em cada caso, antes da execução dos respectivos acabamentos ou proteções mecânicas.

Juntas de Dilatação

Estão previstas juntas de dilatação na estrutura e se classificam em junta vertical e horizontal e deverão ser executadas conforme detalhamento de projeto e protegidas com perfis adequados a edifícios hospitalares, fixados em um dos lados, permitindo a movimentação estrutural, evitando trincas e fissuras nas alvenarias e pisos.

Os perfis deverão ser adequados a limpeza e assepsia hospitalar, devendo ser apresentado detalhe a ser aprovado pela SUPERVISÃO.

O projeto deverá estudar o tipo de material a ser aplicado em juntas externas e em juntas internas.

• 12.15 Pintura

Pintura Acrílica e PVA

As pinturas nas alvenarias, divisórias de drywall e forros monolíticos só serão executadas após a prévia preparação da superfície no que tange a remoções de elementos que possam impedir a aderência satisfatória e após todos os testes de estanqueidade nas instalações hidráulicas e de gases medicinais, além de comprovar a inexistência de qualquer infiltração proveniente do solo, muros de contenção, floreiras, etc, assim como os tratamentos necessários e adequados para correção das fissuras, rachaduras ou outras imperfeições detectadas.

Toda pintura deverá ser aplicada sobre massa corrida específica ao tipo de tinta a ser aplicada.

Deverá ser aplicada pintura acrílica tipo hospitalar, cor de linha selfcolor, em todas as paredes onde os ambientes estiverem com especificação de pintura, inclusive nos ambientes administrativos, exceto UTI – Unidade de Terapia Intensiva, Centro Cirúrgico e CME - Central de Material Esterilizado,



onde deverá ser aplicado revestimento em laminado melamínico, e áreas molhadas, onde deverá ser previsto porcelanato. O projeto de arquitetura deverá indicar algumas paredes a serem pintadas em tons diferenciados, visando compor ambientes humanizados e alegres.

Nos ambientes com previsão de forro em gesso acartonado e nas faixas fixas em forro de gesso das circulações, a pintura será em tinta acrílica sobre massa corrida.

Nas casas de máquinas e afins poderá ser mantido o concreto aparente com proteção em selante ou aplicado pintura latex PVA sobre massa corrida a base de PVA.

Deverão ser empregadas tintas de 1ª linha preparadas em fábrica, entregues na obra em sua embalagem original intacta; e deverão ser empregados somente os solventes recomendados pelo fabricante.

Pintura Esmalte

Os elementos metálicos referentes aos batentes envolventes – se for essa a opção, gradis, corrimãos das áreas de serviços e guarda-corpos externos (das áreas consideradas industriais), telas, encabeçamentos metálicos de porta, portões e outros elementos e insertes metálicos receberão pintura em tinta esmalte sintético acetinado, após a aplicação de fundo em zarcão.

Borracha Clorada

Para a demarcação das vagas do estacionamento, será aplicada tinta à base de borracha clorada na cor amarela. Também deverão ser aplicados os símbolos de deficientes, idosos e gestantes nas vagas específicas.

- **Cobertura em Telha Metálica Termo Acústica ou Impermeabilizadas**

As áreas de cobertura poderão ser todas impermeabilizadas e utilizadas para a instalação de equipamentos de ar condicionado e de coletores solares, ou utilizadas como áreas de lazer ou ainda cobertas com telha metálica ondulada calandrada termo acústica, em aço revestido em liga de zinco, padrão “B” de zincagem (270gr/m² – ambas as faces – média de três ensaios), pintada por imersão tinta líquida (pré-pintada/coil-coating) na cor branca, espessura mínima da camada de tinta de 25 micra por face aplicada, com isolamento em manta mineral, tipo lã de rocha, na espessura de 50mm, densidade 32 Kg/m³, para proteção termo acústica



Em se optando por essa solução, o projeto da estrutura de cobertura deverá obedecer às normas da ABNT, e outras normas já citadas no item 11.1.4. no tópico Estrutura Metálica.

- **Acessórios Especiais – Bancadas, Cubas, Louças e Metais Sanitários**

Barras de Deficientes

Serão instaladas nos sanitários de PNE e sanitários das internações barras de apoio para deficientes em tubo de aço inoxidável AISI 304, liga 18,8, diâmetro nominal de 1 1/2", com espessura de 3/32", comprimento de 500 mm e Barra de apoio em ângulo de 90°, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2' x 800 x 800 mm. Ambas com resistência mínima ao esforço, em qualquer sentido, de 1,5 kN; flanges nas extremidades e parafusos para fixação, em aço inoxidável; tubo e flanges com acabamento escovado, ou polido fosco; acessórios e a mão-de-obra necessária para a instalação completa da barra, atendendo às exigências da norma NBR 9050.

Bancadas e cubas de aço inox

Deverão ser instalados conforme localização em projeto, e serão em granito ou em concreto revestido em aço inoxidável.

As bancadas em granito serão instaladas em copas com cubas em aço inox, e em sanitários, vestiários, antecâmaras, quartos de internação entre outros, com cubas de louça. Os tampos de granito terão espessura de 3 cm, inclusive testeira, frontão e demais elementos de arremate. Deverão ser apresentados 3 a 4 tonalidades da pedra de granito para a aprovação da SUPERVISÃO.

Em todos os ambientes de uso médico com bancadas, exceto as bancadas identificadas acima, serão em concreto armado revestido em aço inoxidável fosco polido, com testeira e frontão, profundidade de 600mm e em casos especiais de 700mm (laboratórios e áreas de lavagens de endoscópios). Serão entregues com cubas de diversas profundidades, a serem especificadas nos projetos de arquitetura e de instalações hidráulicas, de acordo com o ambiente e o uso, e deverão ser assentes em muretas de alvenaria ou insertes metálicos para esse fim.

Peças e Metais Sanitários

Todas as válvulas e metais dos sanitários serão com acabamento cromado, de primeira linha.
Todos os ralos deverão ser em aço inoxidável escamoteável.

Sanitários de Portadores de Necessidades Especiais – PNE



- Lavatório especial cor branco gelo;
- Sifão articulado para lavatório cromado;
- Bacia especial para deficiente cor branco gelo;
- Assento normal plástico resistente e de fácil assepsia ;
- Torneira de desligamento automático com alavanca, acabamento Cromado;
- Ducha higiênica com derivação, acabamento Cromado;
- Barras de apoio em aço escovado de acordo com a NR 9050-2020.

Sanitários Públicos e de Funcionários

- Bancada em granito com cuba oval, branco gelo;
- Sifão articulado para lavatório cromado;
- Bacia convencional, cor branco gelo;
- Assento de plástico resistente e de fácil assepsia;
- Torneira de bancada hidromecânica temporizada de desligamento automático, acabamento Cromado;

Banheiro Quartos de Pacientes:

- Bancada em granito com cuba oval, branco gelo;
- Sifão articulado para lavatório cromado;
- Bacia convencional, cor branco gelo;
- Assento de plástico resistente e de fácil assepsia;
- Ducha higiênica;
- Torneira de bancada hidromecânica temporizada de desligamento automático, acabamento Cromado;
- Chuveiro com Ducha e desviador automático;
- Barras de apoio em aço escovado;
- Cadeira articulada fixa para chuveiro em plástico.

Banheiro Plantonistas:

- Bancada em granito com cuba oval de embutir, brancogelo;
- Sifão articulado para lavatório cromado;



- Bacia convencional, cor branco gelo;
- Torneira de bancada hidromecânica temporizada de desligamento automático, acabamento Cromado;
- Assento plástico resistente e de fácil assepsia;
- Chuveiro com ducha e desviador automático.

Boxes de Atendimento, Coleta e Ante Câmaras:

- Torneira de bancada hidromecânica temporizada de desligamento automático, acabamento Cromado;
- Bancada em Granito com cuba de embutir redonda, na cor branco gelo.

Lavatórios de Uso Médico nos Quartos de Internação, Consultórios, Postos de Enfermagem, Expurgos, Utilidades etc

- Lavatório com meia coluna cor branco gelo;
- Sifão articulado para lavatório cromado;
- Torneira de bancada hidromecânica temporizada de desligamento automático, acabamento Cromado.

Cubas, Lavatórios, Bacias Sanitárias e Tanques

Deverão ser instaladas cubas simples ou duplas, linha comercial e especial, em aço inoxidável AISI 304, liga 18,8 a serem instaladas nas bancadas de granito e aço inox. As profundidades serão as adequadas para cada tipo de ambiente, sendo de 200 mm em copas e serviços, 450 mm para utilidades e expurgos ou 600 mm para tanques de lavagem de panelões ou caixas no Serviço de Nutrição e Dietética, entre outros. Serão instaladas completas com sifão e válvula americana.

Nos expurgos deverão ser instaladas expurgadeiras em aço inox com válvula de descarga tipo hydra.

Os lavatórios serão com meia coluna sifão cromado de 1" x 1 1/2"; tubo de ligação cromado com canopla; válvula metálica de 1" para ligação ao sifão, um par de parafusos com bucha para fixação do lavatório; materiais acessórios necessários para sua instalação e ligação à rede de esgoto.

As bacias sanitárias – comuns e serão sifonadas de louça com as características: funcionamento do sifonamento com volume de descarga reduzido - 6 litros (categoria V.D.R.), e com todos os requisitos



exigidos pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), e as normas vigentes NBR 15097 e NBR 15099, desde que qualificada como "em conformidade" com todos os requisitos considerados como exigências. Poderá ser com caixa acoplada, caixa embutida ou com válvula de descarga economizadora.

As bacias sifonadas de louça para pessoas com mobilidade reduzida terão altura especial, sem abertura frontal, apropriada para essas pessoas, ou em cadeira de rodas, conforme a norma NBR 9050-2020.

As tampas para bacias sanitárias comuns e para pessoas com mobilidade reduzida e serão de tampa plástica compatível com a bacia adquirida, resistentes e de fácil limpeza e assepsia.

Os tanques de lavagem serão em louça com coluna com capacidade compatível com o local a ser instalado.

- **12.17 Pavimentação e Passeio**

Nas áreas de estacionamento e circulação de veículos e caminhões, com definição de piso de concreto na área de circulação de caminhões, calculado considerando o peso e porte dos caminhões que abastecerão o Hospital e pavimentação em blocos articulados que deverão ser de concreto tipo "paver" ou drenantes. O projeto deverá estudar adotar as soluções das espessuras das sub bases e das compactações necessárias, a depender do tipo de solo.

As guias pré-moldada reta e/ou curva tipo PMSP, fck 25 Mpa e as sarjetas ou sarjetão serão moldados no local, onde for necessário.

Todas as calçadas externas ao edifício, mas dentro do terreno e, portanto, novas deverão ser em piso drenante ou concreto. As calçadas junto ao arruamento - avenida ou rua, deverão seguir o padrão municipal e serão refeitas após as obras do Hospital.

Não será admitido o uso de asfalto.

- **12.18 Paisagismo**

O projeto de implantação definirá as áreas de canteiros e jardins nas áreas externas, junto a vagas de estacionamento e aos demais blocos de serviços.

Toda a área a ser plantada será coberta, na espessura mínima de 15 cm, por terra vegetal misturada com o adubo orgânico, no traço 3:1, ou 5:1.

O projeto deverá prever o uso de gramas e forrações apropriadas ao clima, com proposta de uso de



arbustos e plantas nativas de melhor adequação e plantio, e com facilidade de manutenção.

Árvores de sombra e sem frutos deverão ser plantadas no estacionamento, planejado para atender as vagas parciais, necessárias a atender ao Hospital.

Caso o projeto preveja varandas e praças internas ao Hospital poderão ser propostos canteiros ou vasos com plantas de pouca água, conferindo humanização e charme ao ambiente hospitalar.

- **12.19 Comunicação Visual**

Deverá ser projetado por profissional habilitado – arquiteto ou design gráfico e executado e instalado por empresa específica, o sistema de comunicação visual para todo o Hospital, inclusive prédios anexos – Portaria, Central de Utilidades e estacionamentos, composto por painéis de localização, placas internas orientativas nas circulações e halls dos elevadores, placas de portas, totens ou placas orientativas externas nos acessos de público e serviços, identificação da unidade na fachada principal, além de placa comemorativa de inauguração.

O projeto deverá ser harmônico e não poluir ou interferir negativamente com a arquitetura do edifício hospitalar.

A CONTRATADA poderá propor os materiais, cores e padrões de letras, cujo projeto deverá ser aprovado pela SUPERVISÃO antes da sua contratação, mas as placas deverão ser de fácil limpeza, com a possibilidade de alterar os títulos e resistentes.

No balcão de recepção geral e do PS deverão ter pessoas habilitadas para conduzir portadores de deficiência visual desacompanhadas. Placa indicará a posição de interprete de libras para o recepcionamento de deficientes auditivos, conforme NBR 9050.

Todos os corrimãos de escadas e rampas, bem como acionamentos e botoeiras internas de elevadores deverão receber sinalização em Braille conforme NBR 9050.

Placa comemorativa constituída por: chapa em aço inoxidável escovado, com espessura mínima de 1,5 mm, orla em aço polido com 5 mm de largura; diagramação interna e dimensões conforme especificações de modelo padrão do Estado de Rondônia; parafusos e buchas adequados, parafixação, e calota em aço inoxidável, para cobertura da cabeça do parafuso.

- **Elevadores e Monta-cargas**



Elevadores

Deverá estar previsto 2 torres para a circulação vertical com elevadores a serem localizadas conforme o Partido Arquitetônico, com no mínimo 4 elevadores cada, sendo previstos elevadores do tipo macaleito ou 21 pessoas. Uma torre deverá ser dedicada ao transporte vertical de pacientes externos e visitantes e a outra aos pacientes internados e aos serviços. Elevadores específicos e setoriais poderão ser necessários a partir da análise e estudo de tráfego, a ser elaborado por consultor independente a ser contratados às expensas da CONTRATADA.

Porém, deverá ser contratado uma consultoria específica para o real dimensionamento dos elevadores e as características da máquina, como capacidade e velocidade de transporte, mantendo-se a premissa da construção das duas torres e das três caixas em cada uma delas. Os elevadores serão elétricos sem casa de máquinas e trabalharão interligados, com softwares de inteligência avançados para supervisão de tráfego e automação entre outros.

Ao menos um elevador de cada conjunto deverá ser de emergência, porém deverá ser analisada a possibilidade de deixar todos os elevadores interligados ao grupo gerador e destinados a escoação de emergência em caso de sinistro de incêndio, uma vez que o edifício estará compartimentado e as duas áreas com possibilidade de escape.

Todos os elevadores deverão ser dotados de câmara de CFTV e interfone, e a cabine com as seguinte configuração mínima das cabines:

- Acabamento: Painéis, Portas e Marcos acabamento em aço inoxidável escovado rebaixo para receber piso de granito
- Corrimão tubular no fundo e laterais, em aço inox
- Largura da porta 1100 mm
- Porta de pavimento-acabamento em chapa de aço inoxidável sem marco.
- Dispositivo de Incêndio e Pânico
- Dispositivo de Alarme na Portaria
- Seletor Eletrônico
- Indicador digital – Cabina / Pavimento
- Espelho inestilçável e Guarda-Corpo Inox



- Sensores de Segurança de Portas
- Intercomunicador
- Botoeira da cabina– Antivandálica com Braile
- Botoeiras de pavimento – Antivandálica com Braile
- Anunciador sonoro de chegada ao pavimento
- Cortina de luz infra-vermelha, com 120 feixes de segurança
- Subteto: composto de placa plana de aço inox e acrílico, com iluminação fluorescente
- Display com relógio digital e termômetro.
- Bloqueio no pavimento (ático).

Monta-cargas

A depender do projeto, deverão ser previstos e instalados 2 monta-cargas que interligarão o CME – Central de Material Esterilizado e o Centro-Cirúrgico e o Pronto-Socorro, um destinado ao transporte de material contaminado do Expurgo das unidades ao Expurgo da CME e o outro ao transporte de material esterilizado da área limpa aos respectivos Arsenais do Centro Cirúrgico e Pronto-Socorro.

Os monta-cargas serão totalmente revestidos em aço inoxidável e deverão ser definidas o número de portas de acordo com o projeto de arquitetura.

- **Câmaras Frias**

Estão previstas as instalações de câmaras frias modulares revestidas internamente em aço inoxidável para o SND – Serviço de Nutrição e Dietética e Necrotério.

Todas serão pré-fabricadas e montadas no local, adquiridas e instaladas por fornecedores capacitados, sendo que as unidades evaporadoras e condensadoras apresentem baixo nível de ruído e se utilizem de gases refrigerantes ecológicos.

Configuração das câmaras:

- SND: Ante câmara, 1 Câmara de Congelados e 2 Câmaras de Resfriados sendo 1 para Frutas, Verduras e Legumes e 1 para Laticínios e Sobremesas, entregues completa, com cortina de pvc e



prateleiras e carros de aço inox.

Todas serão interligadas ao grupo gerador e as condições de temperatura deverão estar dimensionadas de acordo com a periodicidade de abastecimento e compatíveis com os produtos a serem conservados.

- Necrotério: 1 câmara para 3 corpos, com carro em níveis para 3 corpos

Interligada ao grupo gerador e na temperatura usual para a conservação dos corpos.

INSTALAÇÕES PREDIAIS

- **Sistemas de Instalações Elétricas**
- Deverão ser observadas as Normas e Especificações para Projetos e Instalações abaixo para os Projetos e Serviços de Instalações Elétricas e Eletrônicas, sem se ater a estas:
 - Resolução RDC nº 50 de 21/02/2002 da ANVISA.
 - ABNT NBR 14039: Instalações Elétricas em Média Tensão, 2016
 - ABNT NBR 5410: Instalações Elétricas em Baixa Tensão, 2008
 - NBR 5419: Proteção Contra Descargas Atmosféricas, 2015
 - NBR 5413: Iluminância de Interiores
 - NBR 9441: Sistemas de Detecção e Alarme de Incêndio
 - NBR 10898: Sistema de Iluminação de Emergência
 - NBR 9077: Saída de Emergência em Edifícios, maio 199, 2001
 - NBR 13534: Instalações Elétricas em Estabelecimentos de Saúde
 - Concessionária de Energia Elétrica - Fornecimento de Energia em Tensão Primária
 - Concessionária de Telefonia – instruções para Entrada para Dados e Voz

Entrada e Medição de Energia

O projeto da cabina de medição e transformação deverá ser elaborado de acordo com a norma da concessionária local para tensão primária de distribuição que deverá ser detalhado em projeto a ser aprovado pela mesma.

Caberá ao instalador a emissão do pedido de vistoria das instalações concluídas e emissão do pedido



de ligação junto à concessionária.

Concepção Geral do Sistema de Distribuição de Energia

O fornecimento de energia será feito através de 2 fontes diferentes, consideradas fixa e alternativas:

- energia da Concessionária
- Grupo Gerador

Toda a energia do Hospital estará interligada ao Grupo Gerador estando previsto No-Break com banco de baterias de no mínimo 15 minutos nas áreas críticas do Hospital, como Salas Cirúrgicas, Tomografia, Hemodinâmica, Ressonância Magnética e Régua Hospitalares dos leitos de RPA e UTI.

A partir da Subestação, a energia será distribuída conforme os projetos, através do Quadro Geral e os diversos Quadros de Distribuição, todos construídos e instalados de acordo com os projetos específicos e dentro das Normas da ABNT Vigentes e já citadas.

Os diversos tipos cabos - de energia elétrica, dados e voz e sistemas - serão devidamente identificados e distribuídos horizontalmente através de calhas abertas e compartimentadas como determina a legislação, sob forro removível nas circulações, e verticalmente em shaft exclusivos, a serem determinados pela Arquitetura e Projeto

Elétrica, consolidados no Projeto Estrutural. Os shafts serão estanques entre pisos como determina a legislação de Corpo de Bombeiros.

Nas alvenarias e entre as placas de drywall a fiação será encaminhada em eletrodutos até cada ponto de consumo.

A distribuição de energia elétrica será feita através de circuitos com tensões:

- 380 V trifásico para equipamento de potência como bombas de recalque de água fria; bombas de recalque de água pluvial, bomba de recalque de esgoto, bombas de recalque água reuso; bomba de incêndio, bomba de hidrantes bombas de sprinklers, centrais de vácuo; central de ar comprimido, equipamentos de climatização tipo central; nobreak; elevadores; equipamentos para imagem de raios-X, tomografia, ressonância magnética, hemodinâmica, equipamentos para esterilização (autoclaves), lavadoras hospitalares, secadoras e calandra, entre outros que poderão ser definidos ainda na fase de projeto.



- 220 V para iluminação e tomadas específicas de equipamentos eletromédicos e de uso geral;
- 127 V de forma complementar para uso de equipamentos eletromédicos nos painéis e régua hospitalares.

Sistema de Iluminação Interna

A iluminação dos ambientes será com lâmpadas do tipo LED, a ser quantificada e especificada nos projetos de luminotécnica e instalações elétricas, devendo ser dimensionado o número e as tipologias das luminárias para cada tipo de atividade, de acordo com atividade a ser exercida em cada ambiente.

Deverão ser previstos os índices de iluminamento mínimos indicados nas normas específicas de instalações elétricas e exigidas pelo Ministério do Trabalho.

A Iluminação da Sala Cirúrgica será complementada por foco cirúrgico fixo de 2 cúpulas, mesmo equipamento previsto em salas de procedimentos, curativos ou suturas e na sala de hemodinâmica. Deverão ser previstos quadros de distribuição instalados em cada Unidade ou Setor.

Critérios para a Escolha das Luminárias Internas

- Nível de assepsia requerida:

Diversos ambientes terão sistemas de ar condicionado diferenciado.

As principais características que influenciam a escolha das luminárias são:

- Ambientes com alta filtragem do ar;
- Ambientes com controle de umidade;
- Ambientes com pressão de ar positiva ou negativa;
- Ambientes com alto índice de partículas suspensas no ar.

Nesses ambientes as luminárias deverão ter características que não influenciem no ar condicionado, na pureza do ar e na pressão de ar da sala.

As principais características destas luminárias são:

- Assepsia contra acúmulo de pó através de vidro fechado com junta de borracha;



- Estanqueidade na junção da luminária com o forro monolítico.

Os principais ambientes hospitalares que requerem tais luminárias são:

- Salas Cirúrgicas
 - Sala de Hemodinâmica
 - Corredores cirúrgicos a ambientes pós-operatórios
 - Central de material esterilizados
 - Farmácia: área de preparo, fracionamento e manipulação
 - Unidades de tratamento intensivo - UTI
 - Unidades de isolamento, quarto sanitário e antecâmara
 - Cozinhas.
-
- Variação da Intensidade da Iluminação, Dimerização

Diversos ambientes requerem luminárias dimerizáveis ou luminárias complementares dimerizáveis para o bom desempenho da atividade profissional ou conforto ambiental para o paciente.

Nesses ambientes sugerimos luminárias dimerizáveis para evitar o efeito strobo e diminuir o custo das instalações.

A iluminação dimerizável não substituirá as luminárias de trabalho e assepsia do ambiente.

- Ambientes que requerem dimerização para boa atividade profissional:
 - Salas de exame de ultrassom
 - Salas de laudo de imagens via tela de computador, onde deverá ser colocado uma luminária dimerizável individual para cada bancada de laudo.
 - Sala de comando do raios-X, tomografia, ressonância magnética, hemodinâmica, colocar a luminária sobre o teclado do operador.
-
- Ambientes que requerem dimerização para conforto ambiental:
 - Box de UTI, colocar luminárias dimerizáveis individuais para cada cama de UTI e de isolamento
 - Sala de exame de tomografia e raio-x , colocar luminárias distribuídas ao redor do equipamento



- Controle de iluminação das salas cirúrgicas

Nas salas cirúrgicas podemos classificar as luminárias em três tipos:

- Luminária de foco cirúrgico ajustável na posição e altura, dimerizável, IRC 95% e sem emissão de calor para não causar a cauterização do sangue do paciente.
- Luminárias estanques com lâmpadas em LED ao redor da mesa cirúrgica, IRC 85%, com comando individual por fileira e índice sobre a maca de 2200 lux.
- Luminárias estanques com lâmpadas em LED complementares sobre os equipamentos, próximas as paredes.

- Iluminação para internações

Em todos os ambientes onde houver internação de pacientes é aconselhável que as lâmpadas em LED tenham cor branco amarelado 3.000k para dar mais conforto ao paciente e sejam utilizadas luminárias que não ofusquem a visão dos pacientes.

Portanto, nos quartos de internação devem estar previstas iluminações indiretas e diretas, com características distintas e que melhor se adequem aos procedimentos médicos e de assepsia do ambiente (que garantam 500 lux por m²) e ao conforto dos pacientes. Por serem enfermarias com 4 leitos, devem ser previstas iluminações de atendimento e de leitura individualizados para cada box. Considerando a iluminação para repouso do paciente, deve ser prevista arandela h=180 com luz indireta para dormir e luz direta para leitura sempre com lâmpada 3000K

Sistema de Iluminação Externa

-

Iluminação através de Postes e outras que se fizerem necessárias, com lâmpadas de LED, especificadas para tal. Para iluminação das áreas externas deverá ser previsto circuitos comandados através de fotocélula. Todos os circuitos de iluminação externa deverão ser protegidos por dispositivo de corrente de fuga DR.

-

Tomadas e Pontos de Força



Em todos os ambientes deverão estar previstos tomadas, dois pólos mais terra 220 V de 10 A, padrão ABNT.

As tomadas 220 V para uso específico serão do tipo dois pólos mais terra de 20 A padrão ABNT.

Todos os circuitos de tomadas deverão ser protegidos por dispositivo de corrente de fuga DR.

Dispositivo de Corrente de Fuga DR

Conforme norma NBR 13534 da ABNT deverá estar previsto proteções contrachoque elétricos em pessoas através de dispositivo DR de corrente de fuga de 30 mA nos quadros.

A norma cita como locais obrigatórios:

Internação

- Postos de enfermagem em geral
- Salas de exames
- Salas de coleta e guarda de sangue
- Salas de hidroterapia, fisioterapia, hemodiálise
- Salas de tomografia, ressonância, raio x e hemodinâmica
- Salas de endoscopia, ECG, EEG.

Além dessas salas deverão ser dotados do dispositivo de proteção DR nos locais citados pela NBR 5410, deverão ser utilizados nas tomadas de áreas úmidas tais como:

- copas, cozinha industrial, lavanderia, banheiros, salas de serviço e utilidades e expurgos
- Iluminação externa de jardins e rampas de garagens etc excluindo-se as iluminações externas com altura superior a 2,5 m, se instaladas em alvenarias isolantes.
- Deverão ter a proteção quando instaladas em postes metálicos.
- Tomadas internas, mas que poderão ser utilizadas por equipamentos externos, tais como: cortador de grama, máquina Wap, etc.

Além dessas, todas as tomadas que o projetista entender pertinente.

Queda de Tensão

Para dimensionamento dos circuitos deverá ser considerado o limite de queda de tensão para



cada trecho da instalação de acordo com a NBR 5410.

- **Sistema Telefônico**

A entrada telefônica será subterrânea até a sala do DG, onde será feita a interligação da rede da concessionária à rede do edifício. Deverá seguir as instruções e projeto aprovado na Concessionária de Telefonia, sendo da competência da CONTRATADA todo o trâmite, desde a aprovação do Projeto até o pedido de vistoria e a ligação.

- **Sistema de Voz e Dados – Cabeamento Estruturado**

Deverá estar prevista uma rede de tubulação para distribuição de cabos de voz e dados em toda a edificação, considerando cabo estruturado de categoria mínima CAT 6 de fabricação homologada e certificada de acordo com a respectiva ABNT sendo previsto um ponto para micro e para telefone em cada estação de trabalho, sejam administrativos ou de serviço assistencial médico ou de enfermagem, além de serem previstos pontos de dados e voz (duplos) para todos os equipamentos eletromédicos, régua hospitalares em leitos ou em ambientes de atendimento e nas colunas retráteis das salas cirúrgicas, assim como previsão para controles de automação predial, conforme projeto específico a ser desenvolvido pela CONTRATADA e aprovado pela SUPERVISÃO.

Todos os pontos de cabeamento estruturado terão na extremidade tomadas padrão RJ 45 fêmea.

Ao final de cada instalação, deverão ser feitos testes e comissionamento independente, com a apresentação de laudo técnico e relatório dos testes e valores para cada ponto de rede, garantindo assim uma perfeita instalação e conectorização.

Componentes do Cabeamento e Armários de Telecomunicações

Deverá ser entregue pela contratada todo o sistema de TI, seguindo o dimensionamento de projeto específico e composto por, não se atendo a estes itens:

- Rack aberto com organizador lateral;



- Rack aberto com organizador Horizontal;
- Swichs - Para recebimento e conexão dos cabos;
- Acomodação e organização de patch cords na parte frontal de racks;
- Patch-cord Tipo RJ-45 – RJ45;
- Cabo Óptico de rede interna;
- Cabo UTP para rede de Telefonia;
- Componentes do Cabeamento Horizontal;
- Patch Cord UTP 6;
- Tomada RJ45;
- Calhas para Cabos UTP e de Fibra Óptica;
- Acessórios - Ícones de Identificação.

Especificação para Certificação do Cabeamento

A empresa instaladora deverá emitir um relatório contendo uma sequência padronizada de testes que deverá garantir o desempenho do sistema para transmissão em determinadas velocidades, sendo a certificação contratada por empresa independente.

Certificação da Rede

As instalações deverão seguir rigorosamente as normas internacionais pertinentes a serem observadas pelo projetista e pelo instalador, sob a pena de após executada a rede não ser certificada e portanto não aceita pela SUPERVISÃO.

-
- **Circuito Fechado de TV – CFTV**



Será desenvolvido projeto específico e instalação através de cabo CAT 6 para as câmaras internas e em fibra óptica para as câmaras externas, além do cabo de alimentação para instalação de câmeras de vídeo tanto nas áreas internas e externas.

O sistema será composto basicamente de, não se restringindo à:

- Câmeras fixas ccd 1/3 coloridas com lentes varifocal;
- Câmeras móveis para uso externos tipo high-speed-dome;
- Multiplexadores para processo das imagens;
- Matricial para processamento dos multiplexadores;
- Vídeos tipo time-lapse para gravação e reprodução de imagens;
- Monitores coloridos para reprodução de imagens.

Todos os equipamentos deverão ser alimentados por sistema interrupto de energia tipo Break.

O projeto deverá prever e deverão ser instaladas câmaras externas protegidas contra vandalismo, permitindo cobertura total das áreas de estacionamento, jardins, portaria e prédios anexos, como prédio de utilidades, cabine primária e gerador e abrigos de resíduos.

Internamente deverão ser monitorados todas as circulações de pacientes e de serviço, salas de esperas, saídas de emergência, halls de elevadores e portas de segurança como entrada da farmácia central, almoxarifado, arsenais, e outros que a legislação ou a SUPERVISÃO assim o exigir.

- **Sistema de Controle de Acesso de Portas e Catracas Eletrônicas**

Deverá ser instalada fechadura com controle de acesso, com leitor de digital e cartão multi tecnologia, para sistema stand-alone, sistemas host e para software de controle de acesso, como indicado no Projeto de Arquitetura e de Instalações Elétricas e Eletrônicas.

Deverão estar localizados minimamente nos seguintes locais:



- Acesso Principal da Farmácia Central e das unidades satélites
- Acesso Principal do Almoxarifado e CAM's setoriais
- Acesso Principal do Centro Cirúrgico e vestiários de barreira
- Acesso Principal das UTI's
- Acesso Principal da CME
- Acesso Principal da Administração
- Copas de distribuição de alimentos
- Rouparias de distribuição

De acordo com o Projeto de Arquitetura, serão possíveis alterações nessas configurações, podendo estas estimativas serem ampliadas, dependendo da eficiência do projeto.

Esse sistema será composto dos seguintes itens:

- Leitor de cartão e digital no lado externo;
- Leitor de cartão e digital ou botão de destrave no lado interno, a depender da segurança necessária no local;
- Fecho tipo eletro-ímã na parte superior da porta;
- Sensor de porta aberta para detectar violação;
- Interface entre os leitores e o computador da sala de segurança.

Catracas Eletrônicas deverão ser dimensionadas e posicionadas:

- Junto aos vestiários centrais e acesso dos funcionários, inclusive para o controle de frequência;
- Na entrada e saída do refeitório;



- No acesso de público – pacientes, acompanhantes e visitantes na área de SADT e Internação

As posições deverão ser definidas pelo projeto de arquitetura e validada pela SUPERVISÃO. As catracas deverão prever acesso de PNE, com portinholas apropriadas.

- **Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio**

O fornecimento e instalação seguirá os projetos específicos e o projeto a ser aprovado no Corpo de Bombeiros.

Os equipamentos de combate a incêndio a serem adquiridos e instalados deverão ser devidamente certificados.

Todos os equipamentos, detectores, sirenes centrais e painéis repetidores deverão ser da mesma marca e do mesmo fabricante, favorecendo a integração do sistema.

Farão parte da instalação todos os itens necessários alimentados por energia elétrica e cabeamento de lógica como Acionadores Manuais, Detectores Ópticos de Fumaça Endereçáveis, Detectores Termovelocimétricos Endereçáveis, Detectores de Chama onde recomendado, Módulos de Supervisão e de comando endereçáveis, Central de Alarme, Alarmes Sonoros, Bomba de Incêndio e Bomba de Rede de Sprinklers , se for aplicável, além de outros itens constantes das exigências da IT – Instrução Técnica do Corpo de Bombeiros vigente à época da aprovação do projeto.

A fiação do sistema de detecção e alarme se divide em três tipos: Laços de detecção, fiação para alimentação e fiação para comunicação entre as centrais de alarmes sonoros ou visuais.

- **Pára-Raios**

As instalações de pára-raios deverão ser executadas conforme projeto de elétrica, sendo conectadas as ferragens da estrutura e aterradas na fundação.

Os captosres tipo Franklin, Gaiola Faraday e as hastes deverão ser instalados nas posições indicadas em plantas de forma a darem ampla cobertura à área a ser protegida.

Testes:



Caberá ao instalador após conclusão da instalação de pára-raios a execução de medição de resistência ôhmica e fará parte da documentação a ser entregue pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE no final da obra.

- **Sistema de Chamada de Enfermeira**

Deverá ser previsto nas áreas de Internação, UTI, cadeiras no salão da hemodiálise, Centro Cirúrgico e Pronto Socorro sistema de chamada de enfermeira, independentes, composto dos seguintes itens:

- Central nos postos de enfermagem, específico para cada uma das unidades, com indicação sonora e visual do quarto, box ou leito que solicitou a chamada;
- Uma botoeira com cabo e interruptor tipo pera a ser instalada na régua hospitalar do paciente;
- Possuir as funções básicas: chamada de paciente, auxílio, emergência, atendimento e cancelamento;
- Uma botoeira com cabo próximo ao vaso sanitário e ao chuveiro do paciente, atendendo a legislação;
- Um led no painel do paciente para tranquilizar o paciente que a chamada foi registrada.
- Uma luminária com lâmpada vermelha e branca sobre a porta na circulação para sinalizar o quarto que solicitou a chamada e que a enfermagem está em atendimento.

Os Sistemas de Chamada de Enfermagem deverão ter modulo de supervisão para controle dos atendimentos, como tempo de atendimento ao leito e no leito, entre outras ações gerenciais.

Estão previstas o fornecimento e instalação de no mínimo 17 centrais de enfermagem, distribuídas nas unidades acima mencionadas.

Os sanitários PNE – atendimento a pessoas com necessidades especiais – nas salas de espera e áreas de funcionários, serão munidos de campainha para emergências.



- **Dispositivo de Supervisão de Isolamento (Dsi)**

Conforme NBR 13.534 (instalações elétricas em estabelecimentos assistências de saúde) foi estabelecido para os quadros de cada sala cirúrgica e sala de hemodinâmica, bem como para os leitos da UTI, a obrigatoriedade de utilização do dispositivo de supervisão de isolamento, prevendo assim a segurança no que se refere a choques elétricos, aos pacientes e a equipe de trabalho.

O sistema é obrigatório uma vez que, no caso de haver mau isolamento na instalação ou nos equipamentos médicos, não haverá risco de choque ou de vida ao paciente e aos profissionais envolvidos.

O dispositivo DSI operando em 12Vcc a partir de uma fonte, nos mesmos circuitos 220/127Vac com neutro aterrado alarmará quando houver corrente de fuga Vcc.

Caberá ao instalador o fornecimento dos quadros elétricos completos, com dispositivos DSI e transformadores isoladores conforme projeto.

No centro cirúrgico e sala de hemodinâmica os anunciadores estarão instalados dentro de cada uma das salas e no posto de enfermagem específico da área, enquanto os transformadores serão instalados na Casa de Máquinas sobre a unidade.

Estão previstas sendo prevista a instalação de 28 sistemas de IT-Médico, assim distribuídos no Hospital:

- 1 IT-Médico e 1 Transformador de Isolação por sala de procedimento cirúrgico e para a sala de hemodinâmica: totalizando 10 sistemas
- 1 IT-Médico e 1 Transformador de Isolação para 3 a 4 leitos de UTI: totalizando 18 sistemas.

Nas UTI's os anunciadores estarão instalados ao lado dos quadros elétricos e nos respectivos postos de enfermagem.

Para cada quadro elétrico, deverá ser previsto um transformador isolador e um painel de controle. Neste caso, os transformadores serão instalados na casa de máquinas de ar-condicionado do centro cirúrgico, no pavimento imediatamente superior. Tais transformadores estão ligados ao PGBT-NO-



BREAK.

Nos painéis de controle, deverão ser instalados os disjuntores de proteção dos circuitos e os dispositivos DSI - Dispositivo de Supervisão do Isolamento e DST - Dispositivo de Supervisão do Transformador.

- **Réguas Hospitalares de Parede e Estativas de Teto
(para gases medicinais, chamada de enfermagem, interruptor para controle individual de iluminação, tomadas de uso médico, ponto de lógica e suporte para foco de luz auxiliar e soro)**

Conforme projeto a distribuição dos pontos sobre os leitos de internação e áreas de atendimento crítico, como salas de exames, salas de emergência, endoscopias entre outras, será feita através de réguas hospitalares de gases medicinais e demais pontos a serem especificados de acordo com a especificidade do leito ou do atendimento.

Haverá diferentes tipos de réguas de acordo com a finalidade dos leitos, atendendo às necessidades da equipe médica e ao disposto na RDC 50 para cada ambiente. Todas as réguas deverão ser do mesmo fornecedor.

Deverão ser instaladas réguas hospitalares com os seguintes pontos para os leitos de internação, RPA e observação, sendo previsto 1 régua por leito, representando o total 335 réguas com esta tipologia, contendo a seguinte configuração:

- Tomadas de força 110 e 220 V, sendo quantificadas com o seguinte critério: 2 tomadas 220V e 1 tomada 127V
- Pontos para gases medicinais – O₂, Vácuo e Ar Comprimido Medicinais
- 1 ponto de cada gás por régua
- Interruptores de iluminação direta e indireta
- Ponto de chamada de enfermagem, sendo o acionador para o paciente em forma de pera e o confirmador de presença com led



- Suportes para foco e soro
- 1 Ponto de Lógica

Estão previstas nas Salas Cirúrgicas, Hemodinâmica, sala de emergência e Leitos de UTI e serão instaladas Estativas posicionadas no teto porém com a mesma função das réguas, munidas de prateleiras para equipamentos, com a seguinte configuração:

UTI – total 64 estativas :

- Tomadas de força 110 e 220 V, sendo quantificadas com o seguinte critério: 8 tomadas 220V e 2 tomada 127V
- Pontos para gases medicinais – O₂, Vácuo e Ar Comprimido Medicinais: 2 ponto de cada gás por estativa ou régua
- Interruptores de iluminação direta e indireta
- Ponto de chamada de enfermagem, sendo 1 acionador para o paciente em forma de pera e 1 confirmador de presença com led
- Suportes para foco e soro
- 1 Ponto de Lógica

Salas Cirúrgicas, Salas de Emergência e Hemodinâmica – total de 18 estativas:

- Tomadas de força 110 e 220 V, sendo quantificadas com o seguinte critério: 8 tomadas 220V e 2 tomada 127V
- Pontos para gases medicinais – O₂, Vácuo e Ar Comprimido Medicinais, NO₂ e CO₂ : 2 pontos de cada gás por estativa ou régua
- Ponto de chamada de enfermagem
- 4 Pontos de Lógica para equipamentos



Nos consultórios, inalação, salas de exames como endoscopias, raio-x, tomografia, ressonância, entre outros ambientes exigidos pela RDC 50, poderá ser considerados postos de consumo para cada um dos gases medicinais necessários. O dimensionamento deverá ser feito pelo PROPONENTE e considerado no preço total que constará do CONTRATO.

- **Sistema de Relógio**

Deverá ser projetado e instalado sistema de relógios para hora unificada composto por um relógio mestre e diversos relógios secundários distribuídos pelo edifício, alimentados por energia elétrica e rede de dados.

Serão instalados nos Postos de Enfermagens, Circulações, Salas Cirúrgicas e de Hemodinâmica, Farmácias e Boxes de UTI munidos de relógios digitais com mostradores de horas e minutos no geral e relógios com mostradores de horas, minutos e segundos para as Salas Cirúrgicas.

- **Sistema de Senha de Chamada Eletrônica**

Deverá estar projetado e instalado Sistema de chamada de senhas nas áreas de atendimento público como Ambulatório, Pronto-Socorro e SADT composta pelos seguintes equipamentos:

- Painéis de chamada com duas linhas sendo uma para indicação da senha ou nome do paciente e outra para indicação da sala a ser utilizada pelo usuário, ou Tela Plana para vídeo institucional ou TV com faixa para a chamada do paciente.
- Paineis de digitação de senhas
- Impressora de geração de senhas

O software permitirá através da rede, a chamada para o primeiro atendimento pela recepcionista e as demais chamadas como enfermagem, atendimento médico e exame diagnóstico, na ordem sequencial ou de prioridade prevista para cada tipo de atendimento.

Através de software gerencial, as senhas serão as mesmas nos diversos atendimentos e setores, de forma sequencial ou por ordem de prioridade, e deverá ofertar ao gestor informações como tempo



de espera, tempo de atendimento, entre outras ferramentas.

- **Sistemas de Instalações Hidráulicas**

Deverão ser observadas as Normas e Especificações para Projetos e Instalações abaixo para os Projetos e Serviços de Instalações Hidráulicas, sem se ater a estas:

Normas e Especificações

- NBR 5626 - Instalações Prediais de Água Fria.
- NBR 7198 - Instalações Prediais de Água Quente.
- NBR 8160 - Instalações Prediais de Esgoto Sanitário.
- NBR 10844 - Instalações Prediais de Águas Pluviais.
- Normas de fornecimento, abastecimento e esgoto da Concessionária local.
- Gás encanado – caso o município seja servido deste serviço.
- Medidas para Redução de Consumo e Racionalização do Uso da Água.
- RDC 50 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O projeto e a obra deverão abranger os seguintes sistemas:

Água Fria

O projeto de instalações deverá ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de água de forma contínua em quantidade suficiente, mantendo sua qualidade, com pressões e velocidades adequadas ao perfeito funcionamento do sistema de tubulações, incluindo as limitações dos níveis de ruído.

Fornecimento

O fornecimento de água deverá ser feito através da concessionária local.



Deverá estar previsto um hidrômetro medição do consumo e interligação com a rede da concessionária. Será necessário o pedido de dimensionamento do hidrômetro junto à concessionária.

A concessionária local determinará a disponibilidade de água na rede.

Caberá a CONTRATADA através do projetista sob sua responsabilidade o dimensionamento dos reservatórios para o Hospital, considerando a reserva mínima de 2 dias, como determina a RDC 50. Caso o abastecimento no município seja deficitário, sugere-se ampliar a reservação.

Poderá ser previsto no projeto de Instalações Hidráulicas a instalação de hidrômetros por pavimento ou área de consumo (p.ex. hemodiálise, CME, SND e Lavanderia) para monitoramento de vazamentos ou o ressarcimento pelo consumo de acordo com os gastos de áreas terceirizadas.

Descrição

O sistema de abastecimento deverá ser do tipo indireto. A entrada d'água alimentará o reservatório inferior e por meio de um sistema de pressurização (com variador de frequência), a água será recalçada para o os pontos de consumo de todo o edifício.

Os pontos de torneiras de jardim, piscina e torneiras de lavagem serão alimentados através do ramal de entrada d'água (EA) que é proveniente do hidrômetro, em complementação ao sistema de reuso que deverá ser implantado.

Deverão ser previstos três sistemas distintos para a alimentação do sistema de água fria, sendo um de água potável proveniente da rede da concessionária local, que atenderá ao Hospital, o segundo proveniente do sistema do tratamento da água para a hemodiálise (cerca de 70% da água retorna com os metais pesados) e o terceiro, como já descrito no item de sustentabilidades, proveniente da água pluvial da cobertura, a qual deverá ser tratada. Esses 2 últimos sistemas atenderão exclusivamente as torneiras de lavagens de pátio, e poderão ser utilizadas para lavagem de ambulâncias e irrigação de jardins.

Sistema de Água de Reuso

Deverão ser previstos reservatórios enterrados para receber as águas provenientes de águas pluviais. Estes reservatórios terão também uma entrada d'água proveniente do hidrômetro com uma válvula



normalmente fechada, para garantir o abastecimento.

Antes desta água ser distribuída para os pontos de consumo – lavagem de pátios e de ambulâncias, carrinhos e containers de resíduos e irrigação de jardins - , ela deverá passar por um sistema de desinfecção e controle físico-químico e após este tratamento, deverá apresentar as mínimas características à seguir mencionadas:

- PH = 7,5 a 8,5
- Condutividade = menor que 1000 microV/cm
- Dureza Cálcio = menor que 250 ppm
- Cloro Livre = menor que 125 ppm
- Ferro Total = menor que 2 ppm
- Sulfatos = menor que 150 ppm
- Cloretos = menor que 150 pp
- Alcalinidade Total = menor que 200 ppm
- Enxofre = 0 ppm
- Amônia = 0 ppm
- Cobre = menor que 0,20 ppm
- Sílica = menor que 150 ppm

Reservatórios de Água

A capacidade mínima de reservação deverá ser dimensionada para atender no mínimo dois dias de consumo sem reposição, levando em consideração os comentários quanto a capacidade de abastecimento da concessionária local, distribuídos nos reservatórios inferiores e superiores, considerando ainda a reservação exigida pelo projeto de proteção e combate a incêndios.



Distribuição Interna ao Edifício

Na saída do reservatório serão previstos registros de gaveta para manobra, a partir dos quais e através do sistema de tubulações, a água fria será conduzida para as diversas colunas de alimentação. Os ramais de derivação das colunas serão isolados dos sub-ramais através de registro de gaveta com canopla, em shafts localizados e dimensionados para fins hidráulicos.

Deverá também ser previsto uma rede de limpeza e extravasão (estes irão desaguar em uma calha que conduzirá ao coletor de águas pluviais), assim como válvulas de gaveta para a setorização dos ramais evitando-se assim a necessidade do fechamento geral do sistema de água fria no caso de manutenção localizada.

CrITÉRIOS de Dimensionamento

Toda a instalação deverá ser dimensionada trecho a trecho, funcionando como condutos forçados, ficando caracterizados a vazão, velocidade, perda de carga e pressão dinâmica atuante nos pontos mais desfavoráveis.

A rede deverá garantir que as pressões estáticas ou dinâmicas em qualquer ponto não sejam inferiores a 0,5 mca e nem superiores a 40,0 mca e a velocidade em qualquer trecho não ultrapasse a 2,5 m/s.

Para o cálculo das vazões de dimensionamento, deverão ser utilizados o método de pesos previsto na NBR-5626 da ABNT. As perdas de carga serão calculadas com base na fórmula de Fair-Whipple-Hsiao para tubos de PVC e cobre (no caso da água quente).

Fixações

As fixações para tubos de PVC rígido marrom e cobre no teto deverão ser feitas com materiais galvanizados eletrolíticos, obedecendo os espaçamentos de norma.

Quando houver pesos concentrados, devido a presença de registros, estes deverão ser apoiados do sistema de tubos.

Válvula Redutora de Pressão



Como a pressão em qualquer ponto de utilização da rede não deve ser superior a 40,00mca, deverá ser previsto a instalação de válvulas redutoras de pressão.

A válvula redutora de pressão é uma válvula de controle automática projetada para reduzir a pressão a jusante independente das variações da taxa de vazão e pressão de sistema.

Estas válvulas estarão localizadas em pontos à definir e deverão ser alimentadas por uma prumada exclusiva.

Deverá possuir filtro, by-pass, dreno e deriva através de registros de gaveta para diversas colunas. A redução de pressão será realizada por válvula redutora de pressão auto-operada, conforme especificações de projeto. A jusante de cada válvula será instalada manômetro para ajuste da mesma.

Água Quente

O projeto das instalações de água quente deverá ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de água suficiente, sem ruído, com temperatura adequada e sob pressão necessária ao perfeito funcionamento das peças de utilização, lembrando que na tubulação a temperatura deverá ser de 70 graus Celsius para evitar a cultura da bactéria da Salmonela, uma vez que esta se prolifera em água morna parada.

Sistema

Para a geração de água quente deverá ser feito um estudo regional para certificar-se de que sistema de painéis solares será suficiente para garantir a água quente durante todo o ano. Em caso negativo, deverá ser prevista a complementação por aquecedor de passagem a gás com boilers.

O abastecimento de água quente deverá ser bem isolado termicamente.

Tendo em vista a grande distância linear de tubulação existente entre o aquecedor e os pontos de consumo de água quente mais distantes (quando for o caso), deverá ser adotado o sistema de distribuição com linha de retorno, uma vez que a perda de calor que irá se estabelecer será significativa e a demora em se obter água quente nos pontos de consumo mais desfavoráveis será grande.



Consumo hospital

O cálculo do consumo de água quente deverá estar baseado na NBR 7198, gerando um consumo diário de água quente por leito. Apenas terão água quente as duchas, para pacientes e funcionários, e pontos no SND, Lavanderia e CME para favorecer os equipamentos instalados.

Critérios de Dimensionamento

Toda a instalação de água quente deverá ser dimensionada trecho a trecho, funcionando como condutos forçados, ficando caracterizados a vazão, velocidade, perda de carga e pressão dinâmica atuante nos pontos mais desfavoráveis.

A rede deverá ser projetada de modo que as pressões estáticas ou dinâmicas em qualquer ponto não sejam inferiores a 0,5 mca e nem superiores a 40,0 mca e a velocidade em qualquer trecho não ultrapasse a 3,0 m/s.

Para o cálculo das vazões de dimensionamento, deverá ser utilizado o método de pesos previsto na NBR-5626 da ABNT.

Fixações e Isolamentos Térmicos

As fixações para tubos de PVC rígido marrom e cobre no teto deverão ser feitas com materiais galvanizados eletrolíticos, obedecendo um espaçamento de norma.

Quando houver pesos concentrados, devido à presença de registros, estes deverão ser apoiados independentemente do sistema.

O isolamento térmico deverá ser executado com elumaflex. A tubulação do dreno do aquecedor não deverá ser revestida com isolamento térmico.

Esgoto Sanitário

O projeto das instalações de esgotos sanitários deverá ser desenvolvido de modo a atender as exigências técnicas mínimas quanto à higiene, segurança, economia e conforto dos usuários, incluindo-se a limitação nos níveis de ruído.

As instalações serão projetadas de maneira a permitir rápido escoamento dos esgotos sanitários e



fáceis desobstruções, vedação da passagem de gases e animais das tubulações para o interior das edificações, impedimento da formação de depósitos na rede interna e a não poluição da água potável.

Prever um sistema de ventilação para os trechos de esgoto primário proveniente de desconectores e despejos de vasos sanitários, a fim de evitar a ruptura dos fechos hídricos por aspiração ou compressão e também para que os gases emanados dos coletores sejam encaminhados para a atmosfera.

Coleta

O sistema deverá permitir que todos os efluentes serão coletados por tubulações, de forma independente para a rede como um todo e para o SND.

A rede deverá prever caixas de inspeção e tratamento químico a ser dimensionado e instalado na área do terreno do hospital antes de serem lançados na rede pública, se existente. Caso a rede municipal seja tratada, o esgoto poderá ser lançado sem tratamento prévio.

Prever um sistema com ventilação secundária, com colunas totalmente ventiladas, preconizado pelas normas brasileiras em que os aparelhos sanitários descarregam seus despejos num mesmo tubo de queda, provido de um sistema de ventilação independente constituído de colunas e ramais de ventilação, sendo cada desconector ventilado individualmente.

Critérios de Dimensionamento

Para o cálculo das tubulações primárias, secundárias e coletores principais, observar o descrito na NBR-8160 da ABNT.

Águas Pluviais

O projeto das instalações para captação de águas pluviais será desenvolvido visando garantir níveis aceitáveis de funcionalidade, segurança, higiene, conforto, durabilidade e economia, incluindo-se a limitação nos níveis de ruído.



As instalações deverão ser projetadas de maneira a permitir um rápido escoamento das precipitações pluviais coletadas e facilidade de limpeza e desobstrução em qualquer ponto da rede, não sendo tolerados empoçamentos ou extravasamentos.

O projeto deverá ser desenvolvido também levando em consideração as seguintes prescrições básicas:

- uso exclusivo para recolhimento e condução de água pluvial, não sendo permitidas quaisquer interligações com outras instalações;
- permitir a limpeza e desobstrução de qualquer ponto no interior da tubulação;
- inclinação mínima de 0,5% nas superfícies horizontais das lajes, a fim de garantir o escoamento das águas pluviais até os pontos previstos de drenagem;
- as calhas e condutores horizontais deverão ter declividade uniforme, com valor mínimo de 0,5%;
- os desvios serão providos de peças de inspeção.

Descrição

O sistema de coleta e destino das águas pluviais é totalmente independente do sistema de esgotos sanitários, não havendo qualquer possibilidade de conexão entre eles, o que acarretaria risco de contaminação para os usuários.

Serão adotados dois sistemas de captação de águas pluviais, totalmente independentes um do outro. Um sistema será o convencional, isto é, por gravidade e o outro será sistema EPAMS.

O projeto deverá prever o aproveitamento das águas pluviais, visando a racionalização do uso da água e nos dias de chuvas fortes, as cisternas servirão como “buffers” (áreas de contenção), diminuindo e evitando alagamentos.

Sistema de Reuso das Águas Pluviais

A partir dos tubos de queda as águas pluviais captadas nas coberturas serão lançadas em caixas de inspeção e destas conduzidas para os filtros volumétricos. O princípio de funcionamento dos filtros



volumétricos, conforme orientação do fabricante, é o seguinte:

- A água de chuva, ao chegar ao filtro, é “freada” na depressão superior, de onde desce e entra nos vãos entre as ripas da cascata, por força do desenho especial das mesmas.
- A limpeza preliminar se dá pelo desenho das ripas da cascata. A sujeira mais grossa (folhas, etc.) passa por cima dos vãos e vai direto para a galeria de águas pluviais.
- A água de chuva, já livres das impurezas maiores, passa então pela tela (malha de 0,26mm) abaixo da cascata. Esta tela, por suas características especiais, força a sujeira fina a ir para a canalização (isto é, ela é auto limpante). Assim os intervalos entre uma manutenção e outra serão maiores.
- A água limpa é conduzida para a cisterna, que terá a sua utilização no sistema de águas para reuso.
- A sujeira eliminada pela filtragem cai para a canalização de esgoto e segue para o poço de águas servidas.

Drenagem Externa

As instalações do sistema de drenagem externa deverão ser projetadas de maneira a permitir um rápido escoamento das águas superficiais coletadas em taludes e pisos. A rede deverá ser lançada na sarjeta, devendo ser prevista os Reservatórios de Retardo. Também está previsto a execução de piso drenante, diminuindo a quantidade de água de escoamento.

Drenagem do Lençol Freático

Caso o terreno indicado esteja sobre o lençol freático, deverá ser projetada a instalação de sistema de drenagem sub-superficial de maneira a permitir um rápido escoamento dessas águas. Tal procedimento será imperioso caso o terreno ofertado pela CONTRATADA implique na construção de subsolo para garantir o atendimento às 200 vagas de estacionamento definidas pela legislação municipal. A drenagem da rede deverá ser coletada através de sistema composto por drenos horizontais em forma de espinha-de-peixe.

As águas coletadas serão inicialmente descarregadas em uma caixa de inspeção que será interligada



ao poço de recalque onde estará previsto duas bombas para funcionamento simultâneo em dois estágios.

Gás Combustível

O projeto das instalações deverá garantir o suprimento de gás de forma contínua e em quantidade suficiente, com pressões e vazões adequadas ao perfeito abastecimento dos pontos de consumo e funcionamento do sistema de tubulações, preservando a salubridade, higiene e segurança das instalações e com o objetivo de prevenir acidentes que possam por em risco a saúde ou vida dos usuários ou que acarretem danos à edificação.

De acordo com o decreto Lei 24.714/87, deverá estar prevista instalação permanente de gás, possibilitando a utilização de gás combustível proveniente da rede pública, se o local em que será executada a obra for provido de rede urbana de gás canalizado. Caso contrário, haverá a necessidade de projetar área para as estações de GLP, sendo certo que o cálculo da rede deverá levar em conta o tipo do fornecimento.

Estão previstos pontos de gás no laboratório e no SND – Serviço de Nutrição e Dietética e para o sistema de aquecimento complementar de água, caso seja necessário, como apontado no item de água quente.

Distribuição e armazenamento

A distribuição de gás será feita a partir do medidor e regulador padrão da Concessionária, localizado ao lado do hidrômetro, no alinhamento do terreno, ou a partir do local onde a unidade estacionária de GLP - Gás Liquefeito de Petróleo estiver instalada.

Critérios de Dimensionamento

Para o cálculo das tubulações e vazões, observar o descrito na norma da concessionária e utilizar a fórmula de " Lacey " para gás natural ou utilizar os critérios projetivos para o uso de Gás Liquefeito de Petróleo.

A unidade estacionária deverá ser calculada com base na demanda estabelecida acima, com armazenagem para 30 dias de consumo.



HIDRANTES E REDE DE SPRINKLERS

O edifício deverá ser provido de rede de hidrantes de acordo com o projeto de Proteção e Combate a Incêndios, de acordo com os requisitos do IT do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Rondônia, ou as suas referências, em quantidade e posição que sejam exigidas.

Caso o partido arquitetônico, referente a número de pavimentos ou área de piso que venham a definir a altura do edifício, exija a instalação de rede de sprinklers a mesma deverá estar prevista na proposta apresentada por cada PROPONENTE e estará contida no preço total da CONTRATADA.

- **Sistemas de Gases Medicinais**

Deverão ser observadas as Normas e Especificações para Projetos e Instalações abaixo para os Projetos e Serviços de Instalações Hidráulicas – GASES MEDICINAIS, sem se ater a estas:

Normas e Especificações

Deverão ser observados as normas, códigos e recomendações das entidades a seguir relacionadas:

- Ministério da Saúde: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Resolução RDC Nº 50, de 21 de fevereiro de 2002.
- NBR-12188 Sistemas centralizados de oxigênio, ar, óxido nitroso e vácuo para uso medicinal em estabelecimentos assistenciais de saúde.

Os gases medicinais empregados são oxigênio, ar comprimido, vácuo clínico, óxido nitroso e gás carbônico. Os sistemas de abastecimento serão do tipo centralizados, isto é, o gás é conduzido por tubulação da central até os pontos de utilização.

Oxigênio

O oxigênio medicinal é utilizado para fins terapêuticos e o seu abastecimento poderá ser através de tanques de criogênico complementados por back-up em manifold com cilindros de oxigênio. As centrais com cilindros contêm oxigênio no estado gasoso mantido em alta pressão e a central com



tanque contêm oxigênio no estado líquido que é convertido para o estado gasoso através de um sistema vaporizador.

Central de Oxigênio

A central de oxigênio será abastecida pelo sistema de tanque de criogênio e pelo sistema de baterias de cilindros que deverão manter o suprimento como reserva para possíveis emergências, devendo entrar automaticamente em funcionamento quando a pressão mínima de operação preestabelecida do suprimento primário for atingida.

Ao exaurir-se o suprimento primário, a pressão de distribuição cai um pouco, fazendo acionar o sistema de alarme. O bloco central (conj. de válvulas reguladoras de pressão, válvulas de manobra, etc..) nesta ocasião, por operação simples e eficiente, o suprimento ora secundário, passará a condição de primário e será feita a troca de cilindros vazios por cheios que passarão a fazer parte do suprimento secundário. Haverá, pois um rodízio constante entre o suprimento primário e secundário, sendo ambos para uso rotineiro.

Cada bateria de cilindros deverá ser conectada a uma válvula reguladora própria e um manômetro de alta pressão, que indica a pressão do gás contido nos cilindros.

Após a válvula reguladora deverá haver um manômetro de baixa pressão indicando a pressão na rede.

A válvula reguladora de pressão deverá ser capaz de reduzir a pressão de cilindros para a pressão de distribuição, nunca superior a 8 Kgf/cm² e capaz de manter a vazão máxima do sistema centralizado, por tempo indeterminado.

Previsão de Consumo

O projeto deverá ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de oxigênio de forma contínua e em quantidade suficiente, com pressões e vazões adequadas ao perfeito abastecimento dos pontos de consumo em torno de 3,5 kgf/cm².



Os dados à serem utilizados para dimensionamento deverão considerar:

Consumo estimado para internações.....	20 l/min - simult. média....10%	
Consumo estimado para Centro Cirúrgico.....	60 l/min - simult. média....	60%
Consumo estimado para Pronto Socorro.....	60 l/min - simult. média....	50%
Consumo estimado para Recup. Pós-Operatória....	.60 l/min - simult. média....	60%

Deverá ser executada base em concreto para a instalação do tanque de criogênio, em contrato de comodato pelo fornecedor do Oxigênio, de modo que atenda as dimensões e peso previstos para o atendimento do hospital em sua capacidade total, ou seja, para os 399 leitos e demais ambientes indicados no Plano Assistencial que a norma assim o exija.

Ar comprimido Medicinal

O ar comprimido medicinal é utilizado para fins terapêuticos. Deverá ser isento de óleo e de água, desodorizado em filtros especiais e gerado por compressor com selo d'água, de membrana ou de pistão com lubrificação a seco.

Central de Ar Comprimido

A central de ar comprimido será abastecida por um compressor e um compressor reserva com capacidade de 100% do consumo máximo provável com possibilidade de funcionar automaticamente ou manualmente, de forma alternada ou em paralelo, em caso de emergência.



A sucção dos compressores de ar medicinal deverá estar localizada do lado de fora da edificação, captando ar atmosférico livre de qualquer contaminação proveniente de sistemas de exaustão, tais como fornos, motores de combustão, descargas de vácuo hospitalar, remoção de resíduos sólidos, etc. O ponto de captação de ar deverá estar localizado a uma distância mínima de 3,00m de qualquer porta, janela, entrada da edificação ou outro ponto de acesso.

Um dispositivo automático deverá ser instalado de forma a evitar o fluxo reverso através dos compressores fora de serviço. A Central deverá possuir filtros ou dispositivos de purificação, ou ambos quando necessário, para produzir o ar medicinal com os seguintes limites máximos de poluentes toleráveis:

- N2: Balanço
- O2: 20,9%
- CO: 5 ppm máximo
- CO2 : 350 ppm máximo
- SO2 : 0,016 ppm máximo
- NOx : 0,0255 ppm máximo
- Óleos e partículas sólidas: 0,1 mg/m³
- Ponto de orvalho: -40° C, referido a pressão atmosférica

Previsão de Consumo

O projeto deverá ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de ar comprimido de forma contínua e em quantidade suficiente, com pressões e vazões adequadas ao perfeito abastecimento dos pontos de consumo em torno de 3,5 kgf/cm².

Os dados à serem utilizados para dimensionamento deverão considerar:

Consumo estimado para internações-20 l/min - simult. média. 10%

Consumo estimado para Centro Cirúrgico -60 l/min - simult. média. 60%



Consumo estimado para Pronto Socorro - 60 l/min - simult. média. .. 50%

Consumo estimado para Recup. Pós-Operatória - 60 l/min - simult. média. .. 60%

Os compressores de ar comprimido medicinal deverão estar dimensionados de modo que abasteça a todos os pontos exigidos pela RDC 50 , dimensionados para o hospital em sua capacidade total, ou seja, para os 399 leitos e demais ambientes indicados no Plano Assistencial que a norma assim o exija.

Tratamento de Ar

After Cooler - Para tornar os ares produzidos, próprios para todas as necessidades hospitalares, retirando-se hidrocarbonetos, bactérias, partículas sólidas e umidade, deverá ser previsto um after cooler (resfriador posterior) que resfriará o ar gerado para 8°C acima da temperatura ambiente, retirando através de purgador eletrônico 70% da água acumulada.

Secador de Ar - O ar comprimido quente vindo dos compressores contém vapor de água no ponto de saturação. Os condensados gerados pela compressão de ar serão removidos pelo “after cooler” exceto o vapor de água, cuja tendência é condensar-se na tubulação à medida que a temperatura do ar comprimido se aproxima da temperatura ambiente.

A água condensada na tubulação reduzirá a capacidade de vazão do sistema, causando sérios danos aos equipamentos conectados a rede, e facilitará o crescimento bacteriano, tornando o ar impróprio para consumo humano.

Para evitar este fenômeno, e tornar o ar próprio para uso medicinal e possibilitar o suprimento de todos os pontos nos picos de consumo, deverá ser previsto a instalação de um secador de ar.

Vácuo Clínico

O vácuo clínico é utilizado em procedimentos terapêuticos. Deverá ser do tipo seco, isto é, o material é coletado junto ao paciente.



Central de Vácuo

A central de vácuo clínico deverá ser operada por, no mínimo, duas bombas, com capacidades equivalentes. Cada bomba deverá ter capacidade de 100% do consumo máximo provável, com possibilidade de funcionar automaticamente ou manualmente, de forma alternada ou em paralelo, em caso de emergência.

Deverá ser previsto um reservatório de vácuo a fim de que as bombas não tenham de operar continuamente sob baixa demanda. Deverão ser instalados em paralelos dois filtros bacteriológicos à montante do reservatório de vácuo. Cada filtro deverá ter capacidade de retenção de partículas acima de 0,1µm.

A descarga da Central de vácuo deverá ser obrigatoriamente dirigida para o exterior do prédio, com o terminal voltado para baixo, devidamente telado, sem nenhuma conexão com tomadas de ar externo da Central de Ar Comprimido Medicinal ou Sistema de Climatização.

Previsão de Consumo

O projeto deverá ser elaborado de modo a garantir o fornecimento de vácuo clínico de forma contínua e em quantidade suficiente, com pressões e vazões adequadas ao perfeito abastecimento dos pontos de consumo.

Os dados à serem utilizados para dimensionamento deverão considerar:

Consumo estimado para internações- 30 l/min - simult. média. 10%

Consumo estimado para Centro Cirúrgico -60 l/min - simult. média. 60%

Consumo estimado para Pronto Socorro - 60 l/min - simult. média. .. 50%

Consumo estimado para Recup. Pós-Operatória - 60 l/min - simult. média. .. 60%

A central de vácuo clínico deverá estar dimensionada de modo que abasteça a todos os pontos exigidos pela RDC 50 , dimensionados para o hospital em sua capacidade total, ou seja, para os 399 leitos e demais ambientes indicados no Plano Assistencial que a norma assim o exija.

Óxido Nitroso e Gás Carbônico



O óxido nitroso é utilizado em procedimentos anestésicos, enquanto o gás carbônico para procedimentos com laparoscopias.

Central de Óxido Nitroso e Gás Carbônico

Poderá ser um central única para o óxido nitroso e o gás carbônico, que deverá ser abastecida pelo sistema de baterias de cilindros que estarão conectados cada uma a sua respectiva válvula reguladora de pressão capaz de reduzir a pressão de cilindros, nunca superior a 8 Kgf/cm² e capaz de manter a vazão máxima do sistema centralizado de forma contínua, por tempo indeterminado.

Cada bateria de cilindros deverá ser conectada a uma válvula reguladora própria e um manômetro de alta pressão, que indica a pressão do gás contido nos cilindros.

Após a válvula reguladora deverá haver um manômetro de baixa pressão indicando a pressão na rede.

A rede de cilindros de Óxido Nitroso – NO₂ deverá estar dimensionados de modo que abasteça a todos os pontos exigidos pela RDC 50, dimensionados para atender a todos os ambientes indicados no Plano Assistencial que a norma assim o exija, a saber, salas cirúrgicas, hemodinâmica, tomografia, ressonância magnética, sala de emergência e de procedimentos do Pronto Socorro.

A rede de cilindros de Gás Carbônico - CO₂ atenderá apenas as salas cirúrgicas.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DOS GASES MEDICINAIS

Normas

As redes de distribuição atenderão as necessidades de pressão exigidas para instalações de uso medicinal, conforme NBR 12.188 da A.B.N.T. e cap. 7.3.3 da RDC nº 50 - Ministério da Saúde.

Redes de Distribuição

Toda a tubulação será embutida em alvenarias e forros com exceção das áreas técnicas onde serão aparentes. Caso seja necessária a instalação de tubulações embutidas em contrapiso as mesmas deverão ser protegidas contra corrosão eletrolítica através de revestimento com fita Scotch.

As tubulações não aparentes que atravessam vias de veículos, arruamentos, estacionamentos ou



outras áreas sujeitas a cargas de superfície, devem ser protegidas por dutos ou encamisamento tubular, respeitando-se a profundidade mínima de 1,20m. Nos demais a profundidade pode ser de no mínimo 80cm.

Fixações

As tubulações embutidas no forro deverão ter fixações com braçadeiras e vergalhões galvanizados conforme detalhe de projeto. A fixação no teto será com chumbador adequado de acordo com o material da laje. Não deverão ser fixadas tubulações em suportes de outras instalações.

Etiquetas Identificatórias

O gás contido nas tubulações deverá ser identificados através de pintura ou por meio de rótulos, decalques, impressão ou outras etiquetas adesivas desde que não sejam facilmente removíveis. A rotulação deverá aparecer nas tubulações em intervalos não maiores que 5 m e pelo menos uma vez em cada aposento e em cada andar percorrido pela tubulação. As letras de identificação devem ter altura mínima de 7mm. Ver detalhes das etiquetas identificatórias na planta de detalhes do projeto.

As cores das etiquetas padronizadas pela ABNT são:

- Oxigênio: Verde folha
- Ar Comprimido: Amarelo
- Vácuo: Cinza médio
- Óxido Nitroso: Azul escuro
- Gás Carbônico: Alumínio

Em todas as tubulações deverão estar devidamente indicados o sentido do fluxo de cada gás.

Limpeza da Rede de Distribuição

Antes da instalação, todos os tubos, válvulas, juntas e conexões, excetuando-se apenas aqueles especialmente preparados para serviço de oxigênio, lacrados, recebidos no local, devem ser devidamente limpos de óleos, graxas e outros materiais combustíveis, lavando-os com uma solução



quente de carbonato de sódio ou fosfato trissódico na proporção de aproximadamente 400g para 10Lts.

Proibido o uso de solventes orgânicos tais como o tetracloreto de carbono, tricloretileno e cloroetano no local de montagem. A lavagem deverá ser acompanhada de limpeza mecânica com escovas, quando necessário. O material deverá ser enxaguado em água quente. Após a limpeza devem ser observados cuidados especiais na estocagem e manuseio de todo este material a fim de evitar o recontaminação antes da montagem final.

Os tubos, juntas e conexões devem ser fechados, tamponados ou lacrados de tal maneira que pó, óleos ou substâncias orgânicas combustíveis não penetrem em seu interior até o momento da montagem final. Durante a montagem os segmentos que permaneceram incompletos devem ser fechados ou tamponados ao fim da jornada de trabalho. As ferramentas utilizadas na montagem da rede de distribuição, da central e dos terminais devem estar livres de óleo ou graxas.

Quando houver contaminação com óleo ou graxa essas partes devem ser novamente lavadas e enxaguadas.

Sistema de Seccionamento

Serão instaladas caixas com válvulas para seccionamento de alas completas, garantindo rápido acesso em casos de manutenções. Serão confeccionados em chapa de aço dobrada, com pintura interna na cores padrões dos fluídos. No acabamento final serão instaladas placas acrílicas transparente com identificação das áreas seccionadas e avisos de segurança.

Sistema de Monitoramento e Alarme

Deverão ser previstos sistemas de alarmes que serão instalados em locais onde sempre permanece uma pessoa durante as 24 horas do dia. Todos os painéis de alarme serão precisamente identificados e irão ter duas fontes de alimentação elétrica, de forma que sua alimentação seja sempre feita pelo suprimento em uso, sem interferência humana.

Para monitoramento da rede de distribuição contra queda de pressão e vácuo, estamos prevendo, a instalação de painéis de alarmes de emergências, sonoros e visuais, que alertarão quando ocorrerem variações que possam colocar em risco o funcionamento normal dos equipamentos conectados à



rede.

Obrigatória a instalação de alarmes de emergência em:

- Centro Cirúrgico
- Unidade de Terapia Intensiva
- Pronto Socorro
- Postos de Enfermagens de Unidades de Internação

Deverá ser previsto na rede de oxigênio, um alarme operacional que indicará quando a rede deixará de receber de um suprimento primário e passará a receber de um suprimento secundário.

- **Climatização**

AR CONDICIONADO, EXAUSTÃO E VENTILAÇÃO

Deverão ser observadas as Normas e Especificações para Projetos e Instalações abaixo para os Projetos e Serviços de Instalações de Sistemas de Climatização, sem se ater a estas:

Normas e Especificações:

ABNT NBR 16401 - Instalações de ar-condicionado – Sistemas centrais e unitários Parte

1: Projetos das instalações

Parte 2: Parâmetros de conforto térmico

Parte 3: Qualidade do ar interior;

NBR 7256 - Tratamento de Ar em Unidades Médico-Assistenciais;

NBR 14518 - Sistemas de ventilação para cozinhas profissionais;

RDC 50 - Normas para Projetos Físicos de Estabelecimentos Assistências de Saúde, Brasília, 2002;



ASHRAE (American Society of Heating, Refrigeration and Air Conditioning Engineers) – no caso da não existência ou de omissão das Normas ABNT, deverão ser respeitadas as recomendações constantes das publicações desta entidade;

SMACNA (Sheet Metal and Air Conditioning Contractors National Association) – manuais HVAC Duct System Design e HVAC Duct Construction Standards a serem utilizados na fabricação e Projeto das redes de dutos;

SMACNA / Manual for the Balancing and Adjustment of Air Distribution Systems – As recomendações contidas neste manual deverão ser seguidas por ocasião do “startup”, balanceamento e regulagem das instalações;

AMCA (American Moving and Conditioning Association) – As normas desta associação deverão ser respeitadas em todos os assuntos referentes aos dispositivos de movimentação de ar (ventiladores, exaustores, etc).

Descrição do Sistema de Ar Condicionado

Classificação das Áreas Hospitalares

Deverão ser classificadas em três tipos, no tocante a qualidade do ar relativo aos níveis de filtragem:

Áreas Críticas (CLASSE I):

Áreas críticas são aquelas onde se tem o maior risco de transmissão de doenças

Fazem parte dessa classificação:

- Centro cirúrgicos
- Hemodinâmica
- Unidades de Tratamento Intensivo UTI.



- Áreas de isolamento (locais destinados a pacientes com doenças transmissíveis por via aérea.).
- Recuperação pós-anestésica
- Farmácia – áreas de fracionamento e manipulação

Essas instalações terão equipamentos com filtragens nos níveis requeridos, devendo ser dimensionados considerando 100% de ar externo, considerando o calor latente dos equipamentos e dos profissionais em cada caso.

No caso da sala de hemodinâmica, deverá ser atendido as condições exigidas pelo fabricante do equipamento, no tocante a temperatura do ambiente e umidade do ar, para a garantia do mesmo.

Áreas semicríticas (CLASSE II):

Áreas sem a presença de doenças transmissíveis, mas que necessitam de um tratamento diferenciado de filtragem devido a contaminação.

Fazem parte dessa classificação:

- Quartos de internação e de observação
- Laboratórios e capelas de fluxo laminar
- Área Limpa de esterilização
- Arsenal de material limpo

Essas instalações terão equipamentos com filtragens nos níveis requeridos, devendo ser dimensionados considerando a legislação que permite porcentual de ar de retorno a ser misturado ao ar externo.



Áreas não-críticas (CLASSE III):

Demais setores do hospital que não necessitam de cuidados especiais como setores de: Administração, SADT, Lavanderia, SND, Esperas, etc.

Essas instalações terão equipamentos com filtragens nos níveis requeridos, devendo ser dimensionados considerando a legislação que permite porcentual de ar de retorno a ser misturado ao ar externo. As áreas de preparo da cozinha e áreas limpas da lavanderia serão condicionadas para conforto dos funcionários.

No caso das salas dos equipamentos eletromédicos como raio-x, tomógrafo, ressonância, ultrassonografia, entre outros, deverá ser atendido as condições exigidas pelos fabricantes dos equipamentos, no tocante a temperatura e umidade do ar, para a garantia dos mesmos.

Ar Condicionado

A instalação de sistema de ar condicionado terá por finalidade proporcionar condições de conforto térmico, com controle de temperatura, umidade relativa e velocidade do ar, para os diversos ambientes, além de garantir os diversos níveis de qualidade do ar, de acordo com a classificação dos ambientes.

O sistema de ar condicionado adotado deverá ser de expansão indireta, com central de água gelada (denominado: Central de Água Gelada – CAG).

O sistema poderá ser composto de Unidades Resfriadoras ligadas na energia normal e gerador. Na Central será instalada válvula By-Pass controlada por sensor pressostático.

O sistema de fornecimento de água gelada será através das tubulações de água gelada, que caminharão sobre o forro e casas de máquinas, alimentando assim os climatizadores de cada ambiente.

Nos sistemas hidráulicos de água gelada deverão ser instaladas válvulas de balanceamento STAD ou



STAF da seguinte forma:

- Na tubulação geral (Alimentação de água gelada), para que possam ser lida e ajustada à vazão gerada pelo bombeamento (Recalque).
- No ramal de derivação.
- Na saída (Retorno de água gelada) dos FanCoils.

Todos os fancoils e fancoletes terão válvulas de controle de duas vias.

Deverão ser previstos para os fan-coils pontos de dreno, a serem executados interligados às instalações hidráulicas do prédio.

No ponto mais elevado da instalação Interligada ao circuito de retorno, será instalada caixa de compensação, a qual deverá absorver possíveis variações de volume do sistema.

Será de responsabilidade do instalador de ar condicionado a interligação elétrica desde o ponto de fornecimento de energia deixado pela instaladora das instalações elétricas até as respectivas unidades.

O nível de ruído deverá ser verificado após instalação e se necessário, efetuar um projeto complementar de atenuação por uma empresa especializada.

O sistema de ar externo para alguns condicionadores será forçado através de ventiladores e para alguns condicionadores será individual com captação de ar através de veneziana na fachada, conforme apresentado em projeto.

Ar Condicionado dos Isolamentos

Para o condicionamento dos isolamentos deverá ser previsto um sistema de pressão reversível, no qual deverá ser instalado um variador de frequência no exaustor. A sala terá

pressão negativa ou pressão positiva, sendo que o comando será através da chave de inversão de pressão instalada na parede da sala, esta inversão se dará através do variador de frequência instalado



no exaustor. Para a insuflação deverá ser previsto filtragem classe A3/F7/G3 e para a exaustão do ar foi previsto filtragem classe A3. Deverá ser mantido pressão diferencial mínima de 2,5 Pa.

O duto de exaustão da sala de isolamento deverá ser isolado para evitar condensação.

As janelas do isolamento e do sanitário do isolamento deverão ser lacradas.

EXAUSTÃO E VENTILAÇÃO

Serão previstos exaustores centrais para a exaustão do ar dos sanitários, DML's, expurgos, utilidades, ante-câmara dos isolamentos e outros ambientes sem classificação e exigência de ar condicionado e que por ventura não forem providos de ventilação natural. No caso dos expurgos e outros locais como os isolamentos, ou outros ambientes em que se corra o risco de contaminação, a descarga do ar se dará através de filtragens específicas.

Serviços como a área de cocção do SND, área suja do CME e da lavanderia deverão estar providos de sistemas de exaustão específicos, com filtragens nas saídas do ar, sendo que a coifa da cozinha deverá ser interligada por duto de chapa preta e ter seu descarte através de filtro, na cobertura do edifício.

PRESSURIZAÇÃO DAS ESCADAS E SISTEMA DE TIRAGEM DE FUMAÇA

Caso seja requerido pelo IT do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Rondônia, deverá estar contido no valor da proposta as pressurizações das escadas e sistemas de tiragem de fumaça das circulações. Tal requisito poderá ser identificado conforme a área do terreno escolhido e partido arquitetônico que definirá o número de pavimentos do Hospital. Portanto, tal serviço, se necessário, será considerado parte integrante na proposta do CONTRATADO.

- **Limpeza Final da Obra**

Ao final de cada etapa, aqui definido por MÓDULO, como descritos na Introdução, todos os serviços deverão ser entregues em perfeito estado de limpeza e conservação. Deverão apresentar



funcionamento perfeito todas as instalações e equipamentos definidos neste documento como escopo da CONTRATADA, estando as instalações definitivamente ligadas às redes de serviços públicos (água, esgoto, luz e força, telefonia, etc.).

Os MÓDULOS serão entregues sem qualquer vestígio de obras e com a limpeza grossa e a limpeza fina. Todo o entulho correspondente à cada fase deverá ser removido do terreno pela CONTRATADA.

14 RELATÓRIO DE INSPEÇÃO FINAL E AVALIAÇÃO DE EDIFICAÇÕES

O Relatório será a referência que balizará os procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, de competência da CONTRATADA, e orientará no futuro, as novas intervenções nas áreas de abrangência das mesmas.

Organização do relatório de inspeção final e avaliação de edificações por MÓDULO a ser entregue

A organização e montagem dos Relatórios serão de responsabilidade da CONTRATADA com a interveniência do CONTRATANTE.

Serão apresentados 4 jogos de documentos, sendo que cada jogo corresponderá a entrega de cada MÓDULO, como definidos no item 1. Introdução deste documento.

Deverá ser considerada uma entrega final, quando o Hospital estará integralmente construído e todas as suas instalações interligadas.

Inspeção Final ou Check-list: Processo de verificação do atendimento aos requisitos da qualidade especificados para o empreendimento. Esta atividade é realizada pela equipe de Obra, de forma a identificar eventuais não conformidades e as corrigir anteriormente à etapa de inspeção pré-entrega.

Inspeção Pré-entrega: Processo de comprovação do atendimento aos requisitos da qualidade especificados para o empreendimento já verificados em etapa de check-list. Esta atividade pode ser realizada por uma equipe independente abrangendo uma amostragem das áreas do empreendimento de forma a identificar eventuais não conformidades ainda existentes e as corrigir anteriormente à entrega das edificações. Este processo também se caracteriza pela avaliação do empreendimento a fim de identificar oportunidades de melhoria em produtos e processos, a serem praticados nas demais fases da obra.



Recebimento Provisório: O recebimento provisório encerra a fase de construção de cada Módulo e será feita pela SUPERVISÃO, que representa neste ato a CONTRATANTE, em conjunto com a CONTRATADA, que demonstrará que tudo foi construído de acordo com as normas e com os projetos aprovados. **A partir desta entrega iniciam-se os serviços de manutenção predial preventiva previstos no contrato a ser executado pela CONTRATADA.**

Recebimento Definitivo: Após 180 dias do Recebimento Provisório, se fará o Recebimento Definitivo. Este período refere-se ao período da posta em marcha de cada Módulo e o afinamento e ajuste das instalações. A partir desta data inicia-se o prazo de Garantia Contratual.

- **Apresentação do relatório de conclusão de obra – por MÓDULO**

Os documentos sob a forma de textos e projetos deverão ser entregues em uma via impressa e outra em meio digital, constando todos os projetos sob a forma de “as built”, projetos legais, projetos de arquitetura e complementares, acompanhados dos manuais de funcionamento e caderno de operações.



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO IV DO EDITAL

Modelo de Planilha Orçamentária

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

A planilha orçamentária deverá ser apresentada para o HEURO (não é necessário incluir o orçamento dos empreendimentos de LVC, mas o terreno deverá ser previsto em seu valor total), contendo:

- Previsão de custo de aquisição do terreno total do empreendimento.
- Descrição detalhada de quantitativos, preços unitários e preços totais.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO V DO EDITAL **Modelo de Plano de Negócios**

ORGANIZAÇÃO
ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO V – MODELO DE PLANO DE NEGÓCIOS

DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE NEGÓCIOS

Este Anexo apresenta as diretrizes e requisitos mínimos do Plano de Negócios, que deverá conter:

- Projeção dos fluxos de caixa anuais durante todo o prazo do contrato.
- Projeção das Demonstrações Financeiras mínimas anuais durante todo o prazo do contrato.
- Cronograma físico-financeiro dos investimentos previstos.
- Detalhamento dos quantitativos e valores das despesas de CAPEX projetadas.
- Detalhamento dos quantitativos e valores das despesas de OPEX projetadas.
- Projeção da depreciação dos ativos.
- Detalhamento das projeções de receitas principais e acessórias.
- Detalhamento das bases de cálculo e de alíquotas das premissas tributárias.
- Taxa Interna de Retorno do projeto e do acionista.

Com relação ao Land Value Capture:

- Descrição dos tipos de empreendimento previstos no terreno.
- Justificativa econômica dos empreendimentos previstos.
- Elementos mínimos do plano de negócios para os empreendimentos LVC.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO VI DO EDITAL

Modelo de Carta de Apresentação de Proposta de Preço

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO VI – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE PREÇO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA
RDC ELETRÔNICO N /2020

Apresentamos a V.S.as. nossa proposta para execução dos serviços de elaboração e aprovação de projeto e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho – HEURO, segundo as necessidades da Administração, bem sua locação e realização de sua manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste Edital, mediante critério de MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL, na seguinte conformidade:

- | | |
|----------|--|
| a) | Valor de Pagamento Mensal do MÓDULO 1 – valor presente de R\$[.....] |
| (.....); | |
| b) | Valor de Pagamento Mensal do MÓDULO 2 – valor presente de R\$[.....] |
| (.....); | |
| c) | Valor de Pagamento Mensal do MÓDULO 3 – valor presente de R\$[.....] |
| (.....); | |
| d) | Valor de Pagamento Mensal do MÓDULO 4 – valor presente de R\$[.....] |
| (.....); | |

O preço global do Valor de Pagamento Mensal será de R\$....., devido após a entrega de todos os MÓDULOS da ETAPA DE OBRAS do HEURO.

O demonstrativo das despesas previstas encontra-se na Planilha de Preços anexa.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução



dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Governo do Estado de Rondônia.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do Órgão de Fiscalização da Secretaria Estadual de Saúde, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇO é de () dias corridos, a contar da data de abertura dos envelopes.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o(a) Sr(a)....., Carteira de Identidade n., e CPF n....., como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Porto Velho, dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO VII DO EDITAL

Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos de Habilitação

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DE HABILITAÇÃO

A

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA
RDC ELETRÔNICO N.

(Razão Social do LICITANTE), CNPJN..... ,
sediada no (a) (endereço completo), declara, sob as penas da lei:

- I. que cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado;
- II. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Declara, ainda, sob as penas da lei, em especial do art. 36 da Lei 12.462/2011, que nossos diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não incidem nos impedimentos do item 5.3.d do Edital, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos demais impedimentos elencados no apontado subitem 5.3.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO VIII DO EDITAL

Modelo de Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO VIII – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

RDC ELETRÔNICO N /2020

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios, utilizamo-nos do presente para submeter à apreciação de V.S.as os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada.

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr(a)....., Carteira de Identidade n., e CPFn....., Fone(DDD).....;E-mail, como representante desta Empresa.

Porto Velho, dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO IX DO EDITAL

Modelo de Termo de Compromisso de Execução dos Serviços e de Cessão de Direitos Autorais Patrimoniais

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO IX – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS PATRIMONIAIS

A

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

RDC ELETRÔNICO N.

Declaramos que, em obediência ao art.111 da Lei n.º8.666/93, cedemos ao Governo do Estado de Rondônia, por este Instrumento, sem qualquer ônus adicional, todos os direitos autorais de natureza patrimonial referentes aos serviços que viermos a realizar no âmbito do contrato decorrente desta licitação, incluindo os direitos de divulgação em qualquer tipo de mídia, existente ou que venha a existir, desde que, na divulgação, conste o crédito aos profissionais responsáveis pela elaboração dos mesmos.

Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas do Governo do Estado de Rondônia em relação aos citados serviços:

1. Em atenção ao art. 16 da Lei nº 12.378/2010, o Governo do Estado de Rondônia poderá proceder quaisquer alterações que considerar necessárias, a seu exclusivo critério, nos nossos planos ou projetos, a qualquer tempo, sem ônus adicional, independentemente de autorização específica no tocante a direitos autorais patrimoniais.
2. O Governo do Estado de Rondônia poderá indicar ou anunciar o nome dos autores dos planos ou projetos da forma que considerar mais adequada, na divulgação do empreendimento ou dos planos ou projetos, em cada evento deste tipo, ou mesmo não os indicar ou anunciá-los se houver limitação de espaço ou tempo na mídia de divulgação, inclusive nas hipóteses de alteração dos planos ou projetos de elaboração de planos ou projetos derivados destes.
3. O Governo do Estado de Rondônia poderá reutilizar os planos ou projetos originais para outras áreas ou localidades além daquela para a qual foram originalmente feitos, com as adaptações



técnicas que considerar necessárias, sendo que não seremos remunerados por essa reutilização.

Declaramos ainda, que faremos constar em todos os documentos que venham a compor os planos ou projetos, ou em parte deles, a critério do Governo do Estado de Rondônia, o teor da cessão de direitos autorais e autorizações desta cláusula e, com destaque, a inscrição “PROPRIEDADE DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA.

Finalmente, comprometemo-nos a não fazer o aproveitamento substancial dos nossos projetos em outros projetos que venhamos a elaborar, de modo a preservar a originalidade das obras.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO X DO EDITAL

Modelo de Declaração de Inexistência de Sanção Administrativa

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE A

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO – RDC ELETRÔNICO N.

[Empresa]....., inscrita no CNPJ n....., por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) portador(a)
da Carteira de Identidade n.e do CPF n....., DECLARA,
sob as penas da Lei, que não lhe foi imposta pena de interdição temporária de direito, a que se
refere o art. 10 da Lei nº 9.605, de 12/02/1998, e nem sanção administrativa restritiva de direito,
conforme previsto no artigo 72, inciso XI, c/c o Parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 12/02/19
98. Declaramos, também, estarmos de acordo com as seguintes prerrogativas do Governo do
Estado de Rondônia em relação aos citados serviços.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO XI DO EDITAL

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO XI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE A

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

EDITAL DE LICITAÇÃO – RDC ELETRÔNICO N.

A (nome/razão social)....., inscrita no CNPJ n, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n..... e do CPF n., DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da referida Lei.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO XII DO EDITAL

Minuta de Declaração de Inexistência de Empregado Menor no Quadro da Empresa

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO XII

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTEA

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

RDC ELETRÔNICO N.

....., inscrita no CNPJ nº , por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ,
portador(a) da Carteira..... de
Identidade e do
..... CPF n
.....

DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art.27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da entidade



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

ANEXO XIII DO EDITAL QUADRO – RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPETÉCNICA

ORGANIZAÇÃO

ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO XIII

QUADRO – RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE A
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

RDC ELETRÔNICO N.

RELAÇÃO E VINCULAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA					
NOME DO PROFISSIONAL	CPF	FORMAÇÃO / CONSELHO DE CLASSE	ASSINATURA DO PROFISSIONAL	CÓDIGOS	
				VINCULAÇÃO (I)	REGIME (II)
Data: dd/mm/aaaa	Nome da Empresa:		Identificação, qualificação e assinatura do responsável pelas informações		

OBSERVAÇÕES:

CÓDIGOS:

- I. Vinculação
1. Acionista
 2. Sócio



-
3. Empregado CLT
 4. Autônomo
 5. Diretor
 6. Compromisso Futuro

II. Regime:

1. Tempo integral com dedicação exclusiva
2. Tempo integral
3. Tempo parcial
4. Outros (especificar)

Local e data dd/mm/aaaa

Assinatura do Responsável ou Representante Legal da empresa

Nome, Cargo e n. da identidade



ANEXO XIV DO EDITAL

Modelo de Garantia de Execução do Contrato

ORGANIZAÇÃO
ASTEC/SESAU – Eixo de Gestão em Saúde



ANEXO XIV

CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO (MODELO PARA O CASO DE ESCOLHA DA MODALIDADE FIANÇA BANCÁRIA)

PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA
RDC ELETRÔNICO N /2020

Pela presente Carta de Fiança, o Banco, com sede em,
CNPJ/MF n....., por si diretamente e seus sucessores, se obriga perante a
SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o n
....., órgão da
administração direta do Estado de Rondônia, com sede no Palácio Rio Madeira, Av. Farquar, n.
2986, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-470, Porto Velho, RO, em caráter irrevogável e irretratável
como fiador solidário e principal pagador, com expressa renúncia aos benefícios estatuídos nos
artigos 827 e 835 do Código Civil Brasileiro, da empresa....., com
sede, CNPJ/MF n., da importância de R\$,
correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato decorrente da licitação RDC
ELETRÔNICO N. A presente fiança é prestada para o fim específico de garantir o cumprimento,
por parte de nossa Afiançada, das obrigações estipuladas no Contrato antes referido, celebrado,
por nossa Afiançada e a SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA.

Por força da presente fiança e em consonância como Contrato n ,originado
da licitação acima indicada, obriga -se este Banco a pagar ao Governo do Estado de Rondônia, no
prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contado do simples aviso que pela mesma lhe for dado, até o
limite do valor fixado acima, quaisquer importâncias cobertas por esta fiança.

Esta Carta de Fiança, vigorará pelo prazo de () meses corridos, ou até a extinção de todas
as obrigações assumidas por nossa Afiançada mediante o referido Contrato.

Nenhuma objeção ou oposição da nossa Afiançada será admitida ou invocada por este
Banco para o fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este
Instrumento perante a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA.

Obriga-se este Banco, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou
extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese SECRETARIA DE ESTADO DA



SAÚDE DE RONDÔNIA se ver compelida a utilizar os mecanismos de resolução de conflitos previstos no Contrato

n.....ou mesmo ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se

refere a presente garantia.

Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis e, que, os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente fiança foi emitida em 01 (uma) única via.

..... (.....),.....de de 2021.

(seguem-se as assinaturas autorizadas, com firmas reconhecidas)



ANEXO XV

Carta de Fiança Bancária – Garantia de Cumprimento do Contrato (Modelo para o Caso de Escolha da Modalidade Fiança Bancária)



SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

**Carta de Fiança Bancária – Garantia de Cumprimento do Contrato
(Modelo para o Caso de Escolha da Modalidade Fiança Bancária)**



À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

Pela presente Carta de Fiança, o Banco, com sede em,
CNPJ/MF nº

....., por si diretamente e seus sucessores, se obriga perante a SECRETARIA
ESTADUAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxx, órgão da administração direta
do Estado de Rondônia, com sede no Palácio Rio Madeira - Av. Farquar, 2986 - Bairro Pedrinhas,
CEP 76.801-470 - Porto Velho, RO, em caráter irrevogável e irretratável como fiador solidário e
principal pagador, com
expressa renúncia aos benefícios estatuídos nos artigos 827

E 835 do Código Civil Brasileiro, da empresa....., com sede
....., CNPJ/MF nº, da importância de R\$
....., correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato decorrente da
licitação RDC PRESENCIAL N. XXXXXXX. A presente fiança é prestada para o fim específico de
garantir o cumprimento, por parte de nossa Afiançada, das obrigações estipuladas no Contrato
antes referido, celebrado, por nossa Afiançada e a SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE
RONDÔNIA.

Por força da presente fiança e em consonância como Contrato n. xxxxxxx, originado da licitação
acima indicada, obriga -se este Banco a pagar ao Governo do Estado de Rondônia, no prazo de 24
(vinte e quatro) horas, contado do simples aviso que pela mesma lhe for dado, até o limite do
valor fixado acima, quaisquer importâncias cobertas por esta fiança.

Esta Carta de Fiança, vigorará pelo prazo de _ (_) meses corridos, ou até a extinção de todas as
obrigações assumidas por nossa Afiançada mediante o referido Contrato.

Nenhuma objeção ou oposição da nossa Afiançada será admitida ou invocada por este Banco para
o fim de escusar do cumprimento da obrigação assumida neste ato e por este Instrumento
perante a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA.

Obriga-se este Banco, outrossim, pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou
extrajudiciais, bem assim por honorários advocatícios, na hipótese SECRETARIA DE ESTADO DA
SAÚDE DE RONDÔNIA se ver compelida a utilizar os mecanismos de resolução de conflitos
previstos no Contrato n. xxxxxx ou mesmo ingressar em juízo para demandar o cumprimento da
obrigação a que se refere a presente garantia.



Declara, ainda, este Banco fiador, que a presente fiança está devidamente contabilizada e que satisfaz às determinações do Banco Central do Brasil e aos preceitos da legislação bancária aplicável, que, os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a presente fiança.

Declara, finalmente, que está autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir Carta de Fiança e que o valor da presente se contém dentro dos limites que lhe são autorizados pela referida entidade federal.

A presente fiança foi emitida em 01 (uma) única via.

..... (.....),.....de..... de 2021.

(seguem-se as assinaturas autorizadas, com firmas reconhecidas)



ANEXO XVI

CRONOGRAMA DE ETAPAS DA LICITAÇÃO

CRONOGRAMA DE ETAPAS DA LICITAÇÃO		
Eventos	Descrição do Evento	Data
1	Publicação do EDITAL	sexta-feira, 16 de abril de 2021
2	Prazo final agendar a visita técnica	Não há
3	Prazo para solicitação de esclarecimentos ao EDITAL	sexta-feira, 21 de maio de 2021
4	Prazo final para realizar visita técnica	Não há
5	Prazo para a publicação dos esclarecimentos ao EDITAL	segunda-feira, 24 de maio de 2021
6	Prazo para impugnação ao EDITAL (NÃO - LICITANTE)	segunda-feira, 24 de maio de 2021
7	Prazo para impugnação ao EDITAL (LICITANTE)	quinta-feira, 27 de maio de 2021
8	Prazo final para resultado do julgamento de impugnações para NÃO-LICITANTE	quinta-feira, 27 de maio de 2021
9	Prazo final para resultado do julgamento de impugnações para LICITANTE	sexta-feira, 28 de maio de 2021
10	Recebimento, na B3, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, de todas as vias dos ENVELOPES 1, 2 e 3 relativos a: (i) GARANTIA DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E DECLARAÇÃO; (ii) PROPOSTA PREÇO; (iii) DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	segunda-feira, 31 de maio de 2021
		10h às 13h
11	Abertura dos ENVELOPES 1, contendo as GARANTIAS DAS PROPOSTAS e documentos de credenciamento dos REPRESENTANTES CREDENCIADOS e declaração.	segunda-feira, 31 de maio de 2021
12	Divulgação da decisão da COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO sobre as eventuais GARANTIAS DAS PROPOSTAS que não atenderam a qualquer das condições estabelecidas no EDITAL.	sexta-feira, 4 de junho de 2021
13	Realização da SESSÃO PÚBLICA para abertura das vias dos ENVELOPES 2, contendo as PROPOSTAS COMERCIAIS das PROPONENTES cujos ENVELOPES 1 tiverem sido aceitos, e, divulgação da ordem de classificação final das PROPONENTES.	segunda-feira, 7 de junho de 2021
		14h
14	Abertura de ENVELOPES 3, contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO apenas da	segunda-feira, 7 de junho de 2021



	PROPONENTE classificada em primeiro lugar.	
15	Publicação, no site, das PROPOSTAS COMERCIAIS, bem como a sua ordem de classificação.	segunda-feira, 7 de junho de 2021
16	Publicação, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, da Ata de Julgamento do resultado da LICITAÇÃO, incluindo a decisão relativa à análise dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, correndo-se desta data o prazo para interposição de eventuais recursos acerca de todas as decisões proferidas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO relativamente aos ENVELOPES 1, 2 e 3 e concessão de vistas.	segunda-feira, 21 de junho de 2021
17	Abertura de prazo recursal único	terça-feira, 22 de junho de 2021
18	Finalização do prazo para vistas e interposição de recursos.	terça-feira, 29 de junho de 2021
19	Publicação, pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, da decisão sobre os recursos e respectivas impugnações.	terça-feira, 20 de julho de 2021
20	Adjudicação do objeto da LICITAÇÃO à PROPONENTE vencedora e homologação do resultado da LICITAÇÃO.	A critério do Poder Concedente
21	Comprovação de atendimento, pela PROPONENTE vencedora, das condições prévias à assinatura do CONTRATO.	30 dias corridos da adjudicação do certame.
22	Assinatura do CONTRATO.	5 dias corridos após a convocação conforme item 9.4 do EDITAL.



ANEXO XVII

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DA B3

O documento será publicado em apartado.



ANEXO XVIII

TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS DO SEGURO-GARANTIA



Se Consórcio, a LICITANTE deverá indicar em sua qualificação a composição do Consórcio e suas respectivas qualificações. Se fundo de investimento, deverá ser prestada pelo seu administrador e/ou gestor, conforme aplicável.

1. Tomador

1.1. LICITANTE

2. Segurado

2.1. Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia, (CNPJ nº 04.287.520/0001-88).

3. Objeto do Seguro

3.1. Garantir a indenização no caso de a LICITANTE descumprir quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL de RDC nº [●]/[●], incluindo a retirada de sua PROPOSTA DE PREÇO durante seu período de validade, a recusa da LICITANTE em assinar o CONTRATO caso a LICITANTE seja declarada vencedora ou o não atendimento das exigências para a sua assinatura, nas condições e no prazo estabelecidos no referido EDITAL.

4. Instrumento

4.1. Apólice de Seguro-Garantia emitida por seguradora devidamente constituída e autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, observando os termos dos atos normativos da SUSEP aplicáveis a seguros-garantia, sobretudo o modelo da Circular nº 477/2013 da SUSEP, Condições Especiais do Ramo 0775, Modalidade I – Seguro Garantia do Licitante.

5. Valor da Garantia

5.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá prever o montante mínimo de R\$ [●]

6. Prazo

6.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá ter prazo mínimo de vigência de 120 (cento e vinte) dias, contados da data designada para a entrega dos envelopes, conforme expresso em EDITAL, de [●]/[●]/[●] a [●]/[●]/[●], podendo ser renovada sucessivamente por igual período de acordo com as regras do EDITAL, até a assinatura do CONTRATO.

7. Disposições Adicionais

7.1. A Apólice de Seguro-Garantia deverá conter as seguintes disposições adicionais:

- (i) Declaração da Seguradora de que conhece e aceita os termos e condições do EDITAL;
- (ii) Declaração da Seguradora de que efetuará o pagamento dos montantes previstos na apólice, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega de todos os documentos relacionados pela Seguradora como necessários à caracterização e à regulação do sinistro;
- (iii) Confirmado o descumprimento pela LICITANTE das obrigações cobertas pela Apólice de Seguro-Garantia, o Segurado terá direito de exigir da Seguradora a indenização devida, quando



resultar infrutífera a notificação feita ao Tomador; e

(iv) Os termos que não tenham sido expressamente definidos nesta Apólice terão os significados a eles atribuídos no EDITAL.



ANEXO XIX
**TERMOS E CONDIÇÕES MÍNIMAS PARA APRESENTAÇÃO
DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA**



(EM PAPEL TIMBRADO DO ESTABELECIMENTO BANCÁRIO)

Se Consórcio, a LICITANTE deverá indicar em sua qualificação a composição do Consórcio e suas respectivas qualificações. Se fundo de investimento, deverá ser prestada pelo seu administrador e/ou gestor, conforme aplicável

À

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA- RO, (CNPJ nº 04.287.520/0001-88)

Ref.: EDITAL de RDC nº [●]/[●]

1. Pela presente Carta de Fiança, o Banco [●], com sede em [●], inscrito no CNPJ/MF sob nº [●] (“Banco Fiador”), diretamente por si e por seus eventuais sucessores, obriga-se perante a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - RO, (CNPJ nº 04.287.520/0001-88) (doravante denominada “Secretaria”), como fiador solidário, da [●], com sede em [●], inscrita no CNPJ/MF sob nº [●] (“Afiançada”), com expressa renúncia dos direitos previstos nos artigos n. 821, 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro), e no artigo 794 da Lei federal nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil Brasileiro), pelo fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Afiançada no Procedimento Licitatório descrito no EDITAL de RDC nº [●]/[●] (“EDITAL”), cujos termos, cláusulas e condições o Banco Fiador declara expressamente conhecer e aceitar.

2. Em consequência desta Carta de Fiança, obriga-se o Banco Fiador a pagar à Secretaria o valor de R\$ [●], caso a Afiançada descumpra quaisquer de suas obrigações decorrentes da Lei ou do EDITAL, incluindo a retirada de sua PROPOSTA DE PREÇO durante seu período de validade, a recusa da Afiançada ou sociedade de propósito específico a ser constituída por ela nos termos do EDITAL de assinar o respectivo CONTRATO, caso a Afiançada seja declarada vencedora da LICITAÇÃO em referência, ou o não atendimento das exigências



para sua assinatura.

3. Obriga-se, ainda, o Banco Fiador, no âmbito do valor acima identificado, pelos prejuízos causados pela Afiançada, incluindo, mas não se limitando a multas aplicadas pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA representando a Secretaria, relacionadas ao certame licitatório, comprometendo-se a efetuar os pagamentos oriundos destes prejuízos quando lhe forem exigidos, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir do recebimento, pelo Banco Fiador, da notificação escrita encaminhada pela COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA e/ou da Secretaria.

4. O Banco Fiador não alegará nenhuma objeção ou oposição da Afiançada ou por ela invocada para o fim de se escusar do cumprimento da obrigação assumida perante a COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA e/ou Secretaria, nos termos desta Carta de Fiança.

5. Na hipótese de a Secretaria ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere a presente Carta de Fiança, fica o Banco Fiador obrigado ao pagamento das despesas arbitrais, judiciais ou extrajudiciais.

6. A fiança vigorará pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data designada para a entrega dos envelopes, conforme expresso no EDITAL, de [●]/[●]/[●] a [●]/[●]/[●], podendo ter a referida vigência prorrogada sucessivamente, por igual período, até a data de assinatura do CONTRATO.

7. O Banco Fiador, ainda, declara que:

- a) a presente Carta de Fiança está devidamente contabilizada, observando integralmente os regulamentos do Banco Central do Brasil atualmente em vigor, além de atender aos preceitos da legislação bancária aplicável;
- b) os signatários deste instrumento estão autorizados a prestar a fiança em seu nome e em sua responsabilidade; e
- c) seu capital social é de R\$ [●], estando autorizado pelo Banco Central do Brasil a expedir cartas de fianças e que o valor da presente fiança encontra-se dentro dos limites que lhe são autorizados pelo Banco Central. [Local e data]

[Local e Data]

[Assinatura dos representantes legais com firma reconhecida]

[Nome da LICITANTE]

[Nome / RG / CPF dos Representantes Legais]



Testemunhas:

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____



ANEXO XX

MODELO DE PROCURAÇÃO



Pelo presente instrumento de mandato, [PROPONENTE], [qualificação], doravante denominada "Outorgante", nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os Srs. [●], [qualificação], para, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, praticar os seguintes atos na República Federativa do Brasil, em Juízo e fora dele:

(a) Representar a Outorgante perante quaisquer entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, incluindo a Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia no Estado de Rondônia, para estabelecer e manter entendimentos com referidas entidades públicas, agências, órgãos ou departamentos, para receber citação e notificação de qualquer natureza, para requerer e/ou promover consultas, para requerer certificados e outros documentos e para praticar os atos necessários durante a realização do certame licitatório descrito no Edital nº [●]/2020, inclusive para interpor recursos e renunciar ao direito de interpor recursos; e, em especial:

(i) Assumir compromissos e/ou obrigações em nome da Outorgante e de qualquer forma contratar, fazer acordos, dar e receber quitação em nome da Outorgante;

(ii) Representar a Outorgante na defesa de seus interesses em Juízo, em qualquer instância e perante qualquer Juízo ou Tribunal, inclusive mediante a contratação de advogados, com poderes especiais para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, dar e receber quitação; e

(iii) A seu critério, substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de poderes, qualquer dos poderes aqui conferidos, nas condições que julgar ou que julgarem apropriadas.

Esta procuração tem prazo de [●] ([●]) anos [prazo mínimo de um ano contado da data de apresentação das PROPOSTAS].

Local, [●] de [●] de 2020.

[PROPONENTE]
[representante legal]

ANEXO XXI

RATIFICAÇÃO DE PROPOSTA

São Paulo, [●] de [●] de 2021.

À COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO HOSPITAL DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA –
CELHEURO

Ref.: EDITAL de RDCn.º [●]/[●] - CARTA DE RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA.

Prezados Senhores,

A[LICITANTE]., CNPJ [●], para os fins do EDITALn.º[●]/[●], vem, pela presente, ratificar a sua PROPOSTA feita no LEILÃO, propondo, em caráter irrevogável e irretratável, o valor global de R\$[VALOR DO ÚLTIMO LANCE OFERTADO], que será pago ao contratado, nas condições previstas no CONTRATO a ser celebrado nos termos do EDITAL.

Atenciosamente,

[Local e Data]



ANEXO XXII

MODELO DE DECLARAÇÃO ACERCA DO ATENDIMENTO ÀS PRERROGATIVAS REFERENTES AOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE



À

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E OBRAS

Prezados Senhores,

A [razão social da LICITANTE], inscrita no CNPJ sob o Nº [●], com sede à [endereço completo da LICITANTE], por seu representante abaixo assinado, DECLARA, para os devidos fins, a sua situação de atendimento ou não atendimento aos seguintes critérios estabelecidos no art. 3º, §2º da Lei Federal nº 8.666/1993:

[] NÃO ATENDE A NENHUM DOS CRITÉRIOS ELENCADOS A SEGUIR

Atendimento	Inciso, do art. 3º, §2º	Critério
[]	II	Serviços produzidos no País.
[]	III	Serviços prestados por empresas brasileiras.
[]	IV	Serviços prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
[]	V	Serviços prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

[Local e Data]

[Assinatura do Representante Credenciado]

[Nome da LICITANTE]
[Nome / RG / CPF do Representante Credenciado]



ANEXO XXIII

TERMO DE REFERÊNCIA



Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

1.2 REQUISITANTE: Assessoria Técnica - SESAU/RO.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

Para efeito das presentes especificações, a Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia que contratará os serviços, será denominada SESAU ou Contratante ou Governo do Estado de Rondônia, e a empresa que executará os serviços será denominada Contratada ou Sociedade de Propósito Específico - SEP. O termo Fiscalização define a equipe que representará a SESAU perante a Contratada e a quem a Contratada deverá se reportar.

3. OBJETO

Elaboração, aprovação e construção do projeto do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem como sua locação e realização da respectiva manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste Edital, mediante critério de MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL, com fundamento legal no Edital e seus Anexos, na Lei Federal n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, na Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, na legislação correlata.

As obras e os serviços a serem prestados pelo contratado encontram-se descritos no anexo “Memorial Descritivo - Elementos do Projeto Básico”, bem como indicados no tópico “Da Manutenção Predial”, constante deste TERMO DE REFERÊNCIA, e contemplam a elaboração dos projetos básico e executivo das obras, a aprovação do projeto e construção do Hospital de Emergências e Urgências de Rondônia – HEURO, bem como o serviço de manutenção predial dos edifícios durante o prazo contratual, tudo nos termos do PLANO DE NEGÓCIOS apresentado pelo Licitante. A presente licitação prevê que, ao final do contrato, haja a reversão dos bens que constituem o HEURO ao Governo do Estado de Rondônia, incluindo as edificações e o lote nas quais foram edificadas, de forma gratuita e automática, com os bens livres de quaisquer ônus ou encargos.

4. JUSTIFICATIVA

O principal objetivo da gestão atual na construção da nova unidade hospitalar, é o fortalecer as Redes de Atenção à Saúde com foco na Rede de Urgência e Emergência.

Tal objetivo já compõe o Plano Estadual de Saúde – PES. O Plano Estadual de Saúde que formula as ações executoras das políticas públicas de saúde, descentralizadas, regionalizadas e intersetoriais, com vistas a ampliar o acesso à população sob os princípios da garantia e integralidade às ações e serviços de saúde e melhoria da qualidade de vida da população Rondoniense.

O PES em vigência compreende os anos de 2020 a 2023, estruturado em Eixos Norteadores com base nos Blocos de Financiamento em Saúde estabelecendo diretrizes, objetivos, metas e indicadores, dentro dos que compreendem as ações estratégicas e os compromissos para a execução dos serviços de saúde.

Indiscutivelmente, uma das ações estratégicas que compõe o desígnio final de tal objetivo é a construção do novo hospital de urgência e emergência, que otimizará o atendimento ao usuário SUS demasiadamente.

No processo de descentralização dos serviços de alta complexidade e especializada à Rede de Urgência e Emergência (RUE) em regiões de baixa densidade populacional, a estratégia adotada para a cobertura das regiões que possuem vazio assistencial foi a divisão do Mapa de Saúde do Estado de Rondônia em duas Macro Regiões, a saber:

MACRO REGIÃO DE SAÚDE I: constituída pelas Regiões de Saúde – Madeira Mamoré (Porto Velho, Itapuã do Oeste, Candeias do Jamari, Guajará-Mirim, Nova Mamoré); Central (Governador Jorge Teixeira, Jaru, Theobroma, Vale do Anari); e Vale do Jamari (Ariquemes, Cacaupônia, Machadinho do Oeste, Alto Paraíso, Campo Novo de Rondônia, Monte Negro, Buritis, Cujubim, Rio Crespo).

MACRO REGIÃO DE SAÚDE II: constituída pelas Regiões de Saúde – Café (Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Ministro Andreazza, São Felipe do Oeste, Primavera de Rondônia); Central (Ji Paraná, Alvorada do Oeste,

Teixeirópolis, Urupá, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Vale do Paraíso, São Miguel do Guaporé); Cone Sul (Vilhena, Cabixi, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste, Pimenteiras do Oeste, Corumbiara); Zona da Mata (Rolim de Moura, Alta Floresta do Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Novo Horizonte, Nova Brasilândia do Oeste, Santa Luzia do Oeste e Parecis); e Vale do Guaporé (São Francisco Do Guaporé, Costa Marques, Seringueiras).

Para atender o processo de descentralização e favorecer o acesso às ações e serviços de saúde, segundo princípios da integralidade e da equidade, a SESAU organizou a rede de atenção a partir da atenção básica, sob o olhar para diferentes grupos populacionais com necessidades distintas para minimizar as desigualdades loco regionais que devem ser contemplados na rede de atenção à saúde do SUS Rondoniense e suas transversalidades.

Como propositura, a SESAU e os municípios vêm articulando-se para estabelecer as Redes Regionais de Atenção à Saúde – RRAS que compreendem regiões, cujos arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas, buscam a suficiência na atenção básica por meio do processo de Planificação, na média complexidade e parte da alta complexidade, entre outras questões, e serviram de base para o estabelecimento das redes temáticas do Ministério da Saúde, nos termos da Resolução CIT nº 37/2018, a saber: urgência/emergência, cegonha, crônicas – cardiologia, oncologia, neurologia, ortopedia –, pessoa portadora de deficiência, e saúde mental mostradas nas figuras a seguir e sob a responsabilidade da Coordenação de Atenção Integral à Saúde (CAIS) e sob a Gerência de Programas Estratégicos de Saúde (GPES).

Para visualizar um dos problemas atuais que levam à necessidade de construção de um novo hospital, segue o quadro abaixo com total de contingente populacional de cada região.

Figura 1 – Macrorregião de Saúde - Rondônia		
Macrorregião De Saúde	Região de Saúde	População
Macrorregião de Saúde I Porto Velho População: 998.778 hab.	Madeira Mamoré	643.452
	Vale do Jamari	274.136
	Central	81.190
Macrorregião de Saúde II - Cacoal População: 778.447 hab.	Central	261.923
	Café	172.081
	Cone do Sul	158.113
	Zona da Mata	135.877
	Vale do Guaporé	50.453

Fonte: COSAD/SESAU. IBGE/2017 - Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Pelo quadro, pode ser visto detalhadamente que a Macro Região I concentra a maior parte da população estadual.

Para cada Macro Região, existe apenas 01 (uma) Unidade Hospitalar de Urgência e Emergência, sendo o Hospital João Paulo II, na capital do Estado, para Macro Região I e o Hospital de Urgência e Emergência de Rondônia, localizado no Município de Cacoal, para cobertura da Macro Região de Saúde II.

Atualmente, o Hospital João Paulo II é o único para atendimento de Urgência e Emergência na Macro Região I.

Prova disso é que tal Unidade Hospitalar possui 165 (cento e sessenta e cinco) leitos, operando quase que diariamente com mais de 200% (duzentos por cento) da capacidade em questão, além das contratualizações existentes com os hospitais particulares realizadas com o objetivo de tentar suprir tal necessidade.

Para ampliação do serviço com possibilidade de atendimento a todos os usuários, sem necessidade de alocar pacientes no chão, como é a triste realidade momentânea, atualmente, conforme o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, são contratualizados tais serviços nos hospitais particulares da região:

- 60 (sessenta) leitos clínicos com o Hospital SAMAR;
- 05 (cinco) leitos de UTI neonatal com o Hospital Panamericano;
- 30 (trinta) leitos de UTI adulto com o Hospital Panamericano;
- 90 (noventa) leitos clínicos no Hospital Santa Marcelina.

Tais fatos, em conjunto, tentam dirimir a demanda de atendimentos, o que denota a extrema necessidade de uma nova unidade hospitalar.

A tentativa de construção de uma nova unidade hospitalar de urgência e emergência é histórica no Estado de Rondônia, os entraves políticos e burocráticos amarraram a eficiência de projetos anteriores, que agora traz uma nova perspectiva.

O antigo projeto do novo hospital de Urgência e Emergência possuía apenas 268 (duzentos e sessenta e oito) leitos, o que ainda deixaria a desejar na cobertura da rede de Urgência e Emergência. Frise-se que já se passaram mais de 07 (sete) anos desde a elaboração do projeto inicial. Tal decurso de tempo tem, inquestionavelmente, efeito na mensuração da demanda a ser atendida - o contingente populacional cresceu juntamente com o número de motocicletas, tendo havido um aumento exponencial de acidentes automobilísticos.

Desta forma, os 268 (duzentos e sessenta e oito) leitos inicialmente projetados mostram-se insuficientes para a cobertura completa, até mesmo da atual necessidade da população de Porto Velho e região, sendo certo que um equipamento de infraestrutura de tal porte deve ser dimensionado – seja em função dos investimentos a realizar, seja em razão das justas expectativas dos usuários dos serviços – não somente considerando o necessário para

atendimento imediato das demandas e necessidades do seu público-alvo, mas também projetando a capacidade de absorção de novos atendimentos em um próximo período de tempo.

A partir disso, a atual necessidade é uma unidade hospitalar de urgência e emergência com 399 (trezentos e noventa e nove) leitos, distribuídos conforme a capacidade listada no Perfil Assistencial elaborado, anexo a este Termo de Referência, para atender a atual demanda populacional, possibilitar uma retaguarda, proporcionando um serviço adequado à futura população, tendo em vista o crescimento esperado do Município de Porto Velho e do Estado de Rondônia.

5. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO RDC E DO MODELO BUILT-TO-SUIT

A proposta do Governo do Estado de Rondônia, por intermédio de sua Secretaria de Saúde, é contratar empresa ou consórcio de empresas para que, oferecendo terreno próprio, elaborem o projeto básico e executivo de um hospital de grande capacidade, especializado em atendimento a trauma; realizem as edificações e promovam a manutenção predial de tais prédios. Trata-se do Hospital de Emergências e Urgências de Rondônia, o HEURO. Tal contratação será realizada por intermédio de concorrência pública, lavrando-se contrato que utiliza a ferramenta conhecida como Built-to-Suit - BTS.

A opção pelo modelo BTS se deu após apresentação de estudo de Value-for-Money Qualitativo, realizado pelo escritório Ribeiro & Valois Advogados e Consultores, que apontou reunir esta metodologia condições favoráveis à viabilidade do projeto. A análise comparou outros métodos de contratualização do objeto pretendido, e apontou a conveniência e oportunidade da utilização do BTS.

Este tipo de contratação pelo Poder Público tem expressa previsão na Lei Federal nº 12.462/2011, que institui o denominado Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Em seu art. 47-A, assim dispõe aquela lei:

Art. 47-A. A administração pública poderá firmar contratos de locação de bens móveis e imóveis, nos quais o locador realiza prévia aquisição, construção ou reforma substancial, com ou sem aparelhamento de bens, por si mesmo ou por terceiros, do bem especificado pela administração.

§ 1º A contratação referida no caput sujeita-se à mesma disciplina de dispensa e inexigibilidade de licitação aplicável às locações comuns.

§ 2º A contratação referida no caput poderá prever a reversão dos bens à administração pública ao final da locação, desde que estabelecida no contrato.

§ 3º O valor da locação a que se refere o caput não poderá exceder, ao mês, 1% (um por cento) do valor do bem locado.

Não bastasse tal previsão, é preciso apontar que o Estado de Rondônia também editou diploma normativo regulando o tema: a Lei Complementar Estadual nº 1051/2019, que tem por objeto específico a disciplina da locação de imóveis sob medida, no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Referido diploma expressamente autoriza determinar ao contratado não somente a edificação do prédio para a instalação do HEURO, mas também a realização de todos os serviços de manutenção predial, incluídas nestas a manutenção estrutural, elétrica, hidrossanitária, hidráulica e, se for o caso, de equipamentos permanentes e acessórios, deixando o imóvel em plenas condições de uso, durante todo o período do contrato. Ainda segundo o mesmo diploma legal, o prazo de vigência da avença deverá ser compatível com a amortização dos investimentos realizados pelo contratado, e não será superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação (art. 12, caput).

É possível destacar, ainda, a iniciativa do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na construção do Fórum Geral de Porto Velho, o Fórum “Des. César Montenegro”. A construção, um prédio com 10 pavimentos, foi realizada em tempo recorde, tendo sido o modelo replicado para as comarcas de Ji-Paraná e Pimenta Bueno. O Contrato n. 132/2017, de locação de imóvel não residencial, construído sob demanda (BUILT-TO-SUIT), firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e o consórcio de Empresas constituído por Maui Construções e Incorporações Imobiliárias Ltda. e Engecom Engenharia Comércio e Indústria Ltda. parece ser um grande exemplo de sucesso da iniciativa no local. Tais informações indicam a consistência jurídica e o acerto da opção do Poder Executivo do Estado de Rondônia pela contratação via BTS.

Especificamente no tocante à opção pela utilização da licitação pelo Regime Diferenciado de Contratações - RDC, previsto na Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, destacam-se, como principais vantagens:

- a) a inversão de fases no tocante à licitação regida pela Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, fazendo com que apenas a documentação de habilitação da melhor proposta seja analisada, gerando eficiência e celeridade ao processo;
- b) previsão de a fase de lances, em que, em disputa pública e aberta, é permitida a redução entre os preços apresentados inicialmente pelos proponentes – característica que, tendo em vista as especificidades deste projeto (modelagem BTS, previsão de captura de valor imobiliário do entorno do HEURO) tende a ser importante;
- c) fase recursal única, concentrando os atos administrativos desta espécie em um único momento do procedimento;
- d) previsão de aplicação de penalidades mais severas, com a garantia de maior seriedade ao processo, e função pedagógica mais efetiva.

A opção eletrônica será utilizada de modo a facilitar o procedimento, como também pela capacidade de gerar, potencialmente, condições de obter um preço mais vantajoso para a Administração Pública, estando, assim devidamente justificada.

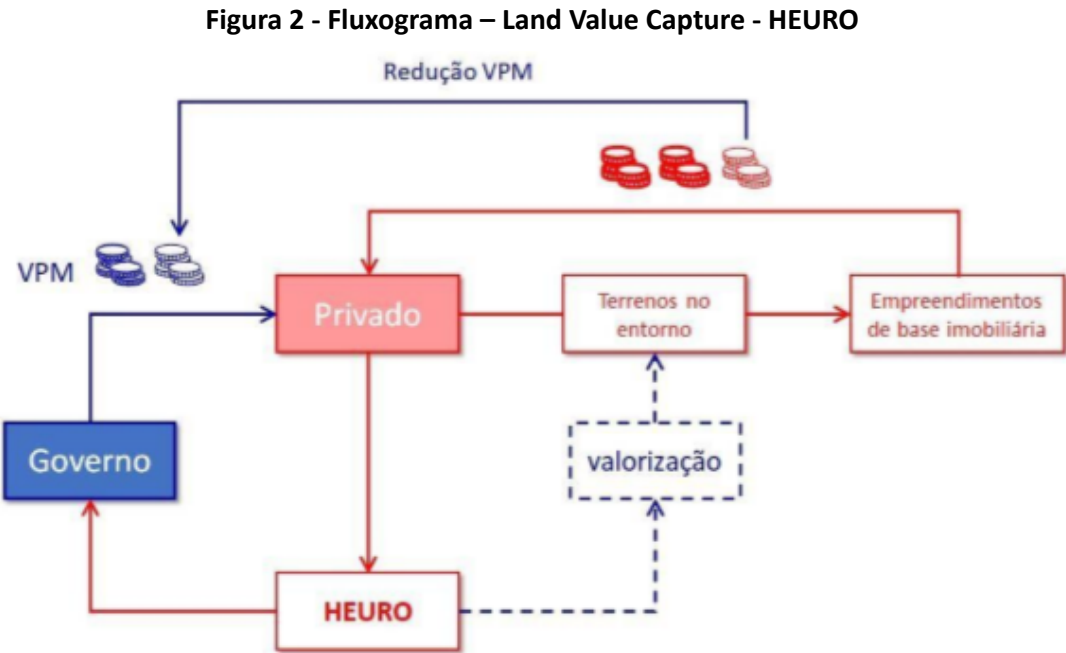
Tal fato não impede tendo em vista o valor estimado da contratação e o prazo do futuro vínculo contratual, o comparecimento de interessados no certame à cidade de Porto Velho, sendo certo, que foi dada ampla publicidade à elaboração do projeto (<http://www.marketsounding.com.br/heuro/>), estando todos os documentos referentes ao processo licitatório disponíveis na rede mundial de computadores.

6. IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL DO HOSPITAL E O MECANISMO DE LAND VALUE CAPTURE DO PROJETO DO HEURO

- 6.1 O HEURO deverá ser implantado em um lote ou gleba com pelo menos 15.000 m² (quinze mil metros quadrados) de área, espaço considerado suficiente para a construção dos edifícios do hospital e para a implantação de empreendimentos privados em lotes anexos ao do equipamento público, conforme demonstrado no estudo quanto à localidade escolhida.
- 6.2 Deverá ser providenciada pelo Licitante, ainda, a “Declaração de Elegibilidade do Terreno” deverá, no mínimo, atestar que:

- a) o lote do HEURO é servido por vias de acesso que possibilitem chegar ao imóvel em qualquer clima, e com todos os tipos de veículos. Deve o terreno, ainda, ser localizado próximo a pontos de transporte coletivo, de modo a permitir o acesso também de pedestres ao hospital;
- b) devem estar disponíveis rede pública de água, energia e esgoto, sendo tal infraestrutura compatível com o empreendimento do HEURO e dos empreendimentos imobiliários acessórios ao equipamento;
- c) o solo é resistente, e capaz de suportar o prédio a ser construído, bem como eventuais empreendimentos imobiliários construídos ao seu redor;
- d) a edificação é autorizada pela legislação urbanística e edilícia municipal, devendo ser indicada, ainda, a viabilidade de instalação de usos residenciais e não residenciais no entorno do novo hospital.
- e) o terreno ou terrenos apresentados pelos licitantes devem ser aptos ao início imediato das obras de implantação do HEURO, com matrículas regulares e desembaraçadas de qualquer gravame que impeça o início da implantação do empreendimento e o desdobro ou parcelamento dos lotes, nos termos do projeto a ser apresentado pelo licitante.

É importante destacar que, considerando a estruturação básica do projeto utilizando o mecanismo BTS – e garantindo-se, assim, a possibilidade da amortização a longo prazo realizada pelo Estado no tocante aos investimentos na construção e manutenção do novo hospital, realizadas pelo setor privado -, o projeto do HEURO propõe recuperar parte da valorização imobiliária havida em função da implantação do apontado equipamento público, com a finalidade de auxiliar o financiamento da iniciativa promovida pelo Governo do Estado. Desta forma, espera-se que os resultados havidos da exploração imobiliária do entorno do novo hospital, que somente terão ensejo de ocorrer em função da sua implantação, sejam considerados no que toca à definição dos investimentos do Poder Público para pagamento da amortização do bem e em sua manutenção. Trata-se de espécie mecanismo de recuperação de valores base-solo (*Land Value Capture* - LVC, no original em inglês), utilizado de forma inédita em nosso país nos termos da metodologia ora proposta.



Fonte: FESP/2020

No fluxograma acima encontram-se representadas as atividades realizadas pelo governo estadual – em azul, e aquelas que afetam a iniciativa privada – em vermelho. O fluxo inicia-se com a apresentação da demanda por parte do Governo para que o setor privado execute a construção do HEURO (no modelo BTS) com recursos próprios antecipados, mediante o pagamento mensal garantido ao longo do período do projeto (o contrato terá prazo de 30 anos), denominado de Valor de Pagamento Mensal (VPM).

Como já destacado, faz parte da concepção do empreendimento que o licitante realize, no entorno da obra contratada na modalidade BTS, negócios imobiliários que serão viabilizados através da valorização gerada pelo próprio empreendimento principal.

Após a obra principal concluída, com a inauguração do equipamento de saúde, o afluxo de público para a região se dará em grande quantidade, demandando em muito pouco tempo uma série de serviços complementares em apoio aos usuários, pacientes, médicos e demais trabalhadores. Tal demanda, gerada como aporte estatal, deverá gerar interesse imobiliário (e consequente valorização da região) na concepção de áreas comerciais para lojas e restaurantes, estacionamentos, hotéis, conjuntos de escritórios que possam recepcionar clínicas e consultórios médicos e até mesmo apartamentos residenciais.

A exploração privada destas atividades poderá qualificar a entrega do equipamento público à população, na medida em que servirão de apoio aos serviços essenciais providos pelo HEURO, e, estima-se, representarão relevante fonte de receitas ao licitante, viáveis apenas após o advento do HEURO. Daí porque dividir com a sociedade, através da redução do VPM, os ganhos financeiros obtidos através dessa exploração imobiliária adicional.

Vale ressaltar que o prazo de viabilidade de tais negócios imobiliários é incerto, ainda que inexorável, e imensurável no momento inicial, ainda que bastante provável. Por tal razão, o mecanismo de aferição destes resultados e do rebatimento no VPM deverão ser calibrados conforme a evolução do contrato de BTS, em complexa estrutura econômico-financeira a ser apresentada pela contratante.

É importante reiterar que o projeto não considera, em hipótese alguma, que os empreendimentos a serem construídos ao redor do HEURO integram o objeto contratual. As incorporações imobiliárias – realizadas em imóveis privados pelo próprio vencedor da licitação ou por terceiros – representam uma possível fonte de receita adicional ao licitante, que poderá, a partir da expectativa de remuneração destes empreendimentos, diminuir sua pretensão de Valor de Pagamento Mensal (VPM) por parte do Poder Público. É, em síntese, uma espécie de subsídio cruzado ao financiamento do projeto, em tese proporcionando ao Governo do Estado de Rondônia economia no desembolso financeiro no tocante à amortização do investimento do futuro contratado.

Após demasiado estudo acerca das localidades que comportariam o empreendimento na cidade de Porto Velho, levando em consideração vários aspectos como trânsito, densidade populacional, dentre outros o polígono delimitado pelo Estado de Rondônia é **formado pela Avenida Rio de Janeiro, pela Avenida Mamoré e pela BR-364**, conforme justificativa anexa a este Termo de Referência.

7. DO PLANO DE NEGÓCIOS

7.1 O PLANO DE NEGÓCIOS do futuro contratado para a implantação do projeto do HEURO reunirá o conjunto de informações necessárias para caracterizar o empreendimento, destacando a estratégia de investimentos tendo em vista a demanda esperada (especialmente importante no tocante às edificações a serem exploradas no entorno do HEURO), indicando receitas, custos principais, principais insumos, etc., e, por fim, fluxo de caixa estimado do negócio, considerando alguns cenários possíveis.

7.2 No contrato BTS do HEURO, as informações sobre o PLANO DE NEGÓCIOS do contratado deverão ser suficientes a esclarecer os seguintes aspectos de seu empreendimento:

- a) sob o aspecto estratégico, deverá conter informações sobre o negócio, suas características, principais riscos, custos, e receitas, e sobre como ele pretende se financiar e se organizar para explorá-lo;
- b) sob o aspecto técnico, o PLANO DE NEGÓCIOS versará essencialmente sobre aspectos dos estudos que irão produzir os projetos básicos e executivo do HEURO, inclusive indicando prazos e condições de entregas dos produtos que permitirão o licenciamento edilício do equipamento público;
- c) o terceiro aspecto diz respeito à exequibilidade do projeto nos termos propostos, e é consubstanciada em um conjunto de planilhas, preenchidas pelo participante da licitação conforme ANEXO VI do Edital, a fim de que seja possível avaliar o fluxo de caixa do contratado durante a execução contratual. Neste conjunto de informações estarão as estimativas de receitas e custos de investimento e operação ano a ano, custos financeiros, de capital próprio e de terceiros, forma de financiamento, e demais premissas financeiras utilizadas pelo participante da licitação para planejamento da concessão.

7.3 A concorrência para a construção do HEURO define o PLANO DE NEGÓCIOS como parte da análise da metodologia de execução da proposta, integrante dos documentos de qualificação, sendo, por isso, requisito para a assinatura do contrato com o licitante que ofertou a melhor Proposta de Preço.

7.4 O PLANO DE NEGÓCIOS deve ser capaz de demonstrar a capacidade do participante da licitação de redigir um plano coerente, do ponto de vista estratégico, bem como avaliar a qualidade técnica das soluções e metodologias nele previstas, sendo este conjunto de informações balizado pela exequibilidade técnica e financeira da proposta apresentada.

7.5 É preciso apontar que o PLANO DE NEGÓCIOS não vincula as partes contratantes, apenas servindo para confirmar a seriedade da proposta apresentada – eventuais alterações de desempenho no empreendimento do contratado não vulneram o contrato.

8. MANUTENÇÃO PREDIAL

8.1 Nos termos da Lei Complementar Estadual n. 1051/2019, caberá ao contratado a realização de todos os serviços de manutenção predial, incluídas nestas a manutenção estrutural, elétrica, hidrossanitária, hidráulica e, se

for o caso, de equipamentos permanentes e acessórios vinculados à edificação, deixando o imóvel em plenas condições de uso, durante todo o período do contrato.

8.2 Esta manutenção não se refere a equipamentos hospitalares ou intervenções necessárias para sua implantação ou operação, e tampouco versa sobre serviços referentes à atividade-fim do HEURO, e divide-se em manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção preditiva.

8.3 Por manutenção preventiva, entende-se aquela realizada antes da necessidade de reparos, relacionada a atividades que ajudem a conservar a funcionalidade do edifício. São serviços identificados como de manutenção preventiva, sem prejuízo de outros correlatos, a inspeção de instalações elétricas e hidráulicas; a inspeção de áreas comuns, de sistemas de segurança, de equipamentos e assim por diante; a verificação de elevadores, instalações de gás e integridade da cobertura. Esta manutenção tem por escopo aumentar a vida útil dos equipamentos e instalações do edifício, bem como diminuir a necessidade de interdições de áreas do edifício ou de prestação de serviços hospitalares para atividades corretivas. Este tipo de manutenção tem, finalmente, como aspecto positivo, a diminuição de riscos e acidentes.

8.4 A manutenção corretiva, planejada ou de emergência, por sua vez, diz respeito à correção de erros e desgastes nas máquinas, nas instalações e nos equipamentos do edifício, não relacionados com a atividade-fim do HEURO. São serviços de manutenção corretiva, sem prejuízo da identificação de outros correlatos, são os de consertos em vazamentos nas instalações de água, impermeabilização do piso depois que se detecta uma infiltração, reparos em rachaduras e fissuras na estrutura predial, por exemplo.

8.5 A manutenção preditiva, por fim, diz respeito ao contínuo monitoramento das atuais condições dos equipamentos e das instalações. Com o apoio de um acompanhamento planejado, inclusive com inspeções in loco (trabalho de campo), os técnicos recolherão dados para detecção das condições de utilização dos edifícios do HEURO, definindo estratégias de manutenção de um determinado equipamento ou instalação. A manutenção preditiva diminui o número de intervenções de correção, bem como o período estimado das avaliações nos equipamentos ou instalações. Ela auxilia na identificação das causas que originaram eventuais problemas, aumenta a confiabilidade nos equipamentos e sua vida útil.

8.6 Os custos referentes à manutenção predial deverão estar previstos no PLANO DE NEGÓCIOS do contratado, uma vez que compõe despesas durante a Etapa de Manutenção contratual, e compreenderão o fornecimento de mão de obra (que deverão ser indicados como “Postos de serviços”), todo material de consumo e insumos necessários e adequados à execução dos serviços, bem como para a realização de serviços comuns de engenharia, eventuais e sob demanda, para todos os prédios e instalações do HEURO. O objeto, assim, compreenderá:

- a) prestação de serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva nos sistemas e instalações nas dependências do HEURO, através da utilização de postos de trabalho de mão de obra suficientes à realização das tarefas necessárias, conforme exposto no PLANO DE NEGÓCIOS apresentado pelo Licitante.
- b) fornecimento dos materiais de consumo para manutenção predial, às expensas do contratado;
- c) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas, redes e instalações hidrossanitárias, instalações elétricas, redes telefônicas e sem fio, portões automáticos, bombas de água e esgoto, motores elétricos, existentes ou que venham a ser instalados;
- d) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de prevenção e combate a incêndio, que inclui o sistema de proteção contra descargas atmosféricas, o sistema de rede de hidrantes e extintores portáteis, o sistema de pressurização, de escada de emergência, o sistema eletrônico de detecção de fumaça e alarme contra incêndios, o sistema de iluminação de emergência e o sistema de sinalização de segurança e emergência, existentes ou que venham a ser instalados.
- e) manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de exaustão, existentes ou que venham a ser instalados.
- f) manutenção preventiva e corretiva em coberturas, impermeabilizações, esquadrias, vidraçarias, gesso, forro, marcenaria, adaptação ou ajuste de mobiliários desta natureza, cortinas, persianas, pintura, alvenaria, divisórias, serralheria e soldagem, existentes ou que venham a ser instalados.
- g) limpeza e higienização, em conformidade com as legislações pertinentes e as normas técnicas, das caixas d'água e dos reservatórios inferiores e superiores, existentes ou que venham a ser instalados.
- h) execução de serviços comuns de engenharia, não referidos à implantação de equipamentos hospitalares ou de sua manutenção, eventuais e sob demanda, tais como: mudanças de instalações; alterações de layout; instalação e remanejamento de circuitos elétricos e telefônicos; instalação de luminárias; instalações hidráulicas e sanitárias; bem como reconstituição de partes civis afetadas; serviços comuns de engenharia que a especialidade dos postos de serviços previstos neste Termo de Referência não tenham atribuição técnica e condições para realizar.

8.7 Os serviços a serem licitados não contemplam:

- a) serviços que se enquadrem como obra ou reforma.
- b) manutenção dos equipamentos relativos ao sistema de transporte vertical (elevadores, escadas rolantes e afins) e de manutenção preventiva ou corretiva de ar-condicionado.
- c) manutenção dos equipamentos de fornecimento de energia ininterrupta (nobreaks).
- d) manutenção de Sistemas elétricos: subestações, grupo motor-gerador, painéis gerais de baixa tensão, painéis de correção de fator de potência, estabilizadores, transformadores etc.

- e) reparos e consertos provenientes de defeitos em peças ou partes internas de equipamentos concentradores de rede (switches, patch-panels), eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos pertencentes ao patrimônio físico HEURO.
- f) manutenção de instalações de microfones e sistemas de áudio, vídeo e sonorização.
- g) manutenção de bebedouros, geladeiras e frigobar.
- h) manutenção de equipamentos de segurança de inspeção por raio-X e detectores de metais.
- i) serviços de desinsetização, desratização e controle de pragas.
- j) execução de outros serviços de engenharia não enquadrados como de manutenção predial, nem os considerados não comuns, especialmente os referentes à instalação e manutenção de equipamentos e estruturas de uso hospitalar

8.8 O quadro de colaboradores disponíveis para a realização das tarefas de manutenção predial do HEURO será fixado a medida em que os MÓDULOS da ETAPAS DE OBRAS forem entregues, devendo estar disponíveis à consulta pela SESAU.

9. DO ATENDIMENTO AO ART. 3º, § 3º DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 1.051, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

9.1 São exigências prévias específicas à contratação de locação de imóveis via BTS previstos na Lei Complementar Estadual n. 1051/2019, assim atendidas pelo Edital e seus anexos:

- a) exigência de prévia avaliação do imóvel pela Administração, para fixação do preço da locação, tendo em vista os preços praticados no mercado. A fixação do VPM será dada por torneio público licitatório, a partir de elementos de informação que estabeleceram valores máximos de contrapartida a ser ofertada pelo Poder Público aos proprietários das edificações, contratados mediante o apontado certame.
- b) avaliação a respeito da compatibilidade entre a necessidade da Administração e as características do imóvel ofertado para locação; e
- c) projeto do HEURO prevê a construção de novas edificações para abrigar o futuro hospital. As informações sobre a necessidade do novo equipamento público e sobre as características do imóvel que receberá o empreendimento foram delineadas no processo instrutório desta licitação, e expostas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- d) justificativa fundamentada para aprovação da proposta de locação.

9.2 A aprovação e escolha da modelagem contratual foi realizada de acordo com o estudo de *value for money* que instruiu o processo administrativo n. 0036.325317/2019-67.

10. LICENCIAMENTO AMBIENTAL

10.1 Vigê no Município de Porto Velho a Lei Complementar n. 138, de 28 de dezembro de 2001, que institui o Código Municipal de Meio Ambiente e dá outras providências. Em seu art. 52, tal diploma estabelece que a “Autorização Ambiental Municipal é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental do município, através de procedimento técnico-administrativo, permite a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental ou causar significativa alteração no entorno imediato, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso”. Incluem-se, no rol de atividades que necessitam de tal licenciamento, quaisquer procedimentos que impliquem urbanização do solo (inc. VI). O Município somente emitirá licenças para tais atividades ou empreendimentos caso obtida a Autorização Ambiental Municipal (art. 55).

10.2 O mesmo diploma legal regulamenta o Relatório de Impacto de Vizinhança – RIVI, determinando sua exigência para instalação de empreendimentos públicos ou privados não residenciais com área de mais de 20.000 m² e para Polos Geradores de Tráfego (Art. 60, incs. II e III), sendo presumidamente causadores de tal impacto os empreendimentos que possam interferir no bom desempenho do sistema de transporte, de trânsito e de viário (art. 80, inc. II).

10.3 Como se observa, o HEURO demandará a expedição de Autorização Ambiental Municipal e realização de Estudo de Impacto de Vizinhança, para a emissão do Relatório de Impacto de Vizinhança. Estas providências estarão sob responsabilidade do contratado, que deverá prever, em seu PLANO DE NEGÓCIOS, esta etapa do projeto.

11. ORÇAMENTO ESTIMADO E ESTRUTURAÇÃO DA PREVISÃO DE PAGAMENTOS

11.1 O orçamento de referência estimado pela FESPSP será sigiloso, nos termos do Art. 6º da Lei nº 12.462 de 05 de agosto de 2011.

11.2 O orçamento de referência da FESPSP foi elaborado com as alíquotas de PIS e CONFINS de 1,65% e 7,6%, respectivamente, considerando-se o regime tributário de lucro real.

11.3 O valor máximo de orçamento previsto no Edital referencia o limite de remuneração a ser desembolsada pelo Governo do Estado de Rondônia para o pagamento dos serviços contratuais. Os estudos técnicos realizados indicam

que há espaço para lances que tragam deságio a este valor, especialmente considerando o mecanismo de subsídios cruzados advindos da exploração imobiliária do entorno do imóvel – seja pela simples alienação das áreas adjacentes, seja pela incorporação de empreendimentos imobiliários pelo próprio vencedor da licitação, existe a expectativa que os valores finalmente contratados sejam menores que os preços de referência.

11.4 O orçamento previu a edificação do HEURO preferencialmente verticalizado, sendo certo que o modelo do PLANO DE NEGÓCIOS e o próprio Edital denominam cada parcela do conjunto de intervenções previsto na ETAPA DE OBRAS de MÓDULOS. Não são devidas remunerações ao contratado enquanto não forem entregues os prédios para a instalação dos equipamentos hospitalares e funcionamento do hospital, mas o licitante deve considerar que a cada MÓDULO entregue será iniciado o respetivo pagamento dos aluguéis pelo Poder Público. Desta forma, considerando que cada MÓDULO contém ao menos uma edificação destinada a instalação de serviços hospitalares, evidencia-se que quanto mais eficiente for a ação do contratado, mais rapidamente passará a receber a quantia integral do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL devido pelo Governo do Estado de Rondônia.

11.5 Especificamente no tocante à estruturação dos valores de aluguel ao proprietário dos imóveis, o Edital prevê que o VALOR DE PAGAMENTO MENSAL referente a cada MÓDULO representará uma parcela do VALOR DE PAGAMENTO MENSAL total mensal estipulado no contrato. Determina, ainda, que o valor a ser pago após a entrega de cada MÓDULO da ETAPA DE OBRAS consiste em um percentual mínimo daquele valor integral. Estes valores são referidos na proposta do licitante, e desta forma, espera-se que os valores de aluguel reflitam a justa remuneração sobre os imóveis efetivamente disponibilizados para a implantação do HEURO. De fato, para que seja franqueada uma certa flexibilidade tanto em termos de investimentos e de fluxo de receitas, a concepção do hospital prevê a edificação de 04 blocos: [A] principal, contendo 129 leitos e toda infraestrutura necessária para a prestação dos serviços, com previsão de entrega ao final do 2º ano de contrato; [B] com 90 leitos e previsão de entrega para o final do 3º ano de contrato; [C] com 90 leitos e previsão de entrega para o final do 4º ano de contrato; e [D] com 90 leitos e previsão de entrega para o final do 5º ano de contrato.

12. FONTE DE RECURSOS

12.1 Os recursos financeiros para pagamento dos encargos resultantes desta licitação provêm do orçamento da SESAU, inscrito sob a Informação nº 124/2021/SESAU-NPPS (0016736898).

DESCRIÇÃO DA DESPESA	
Contratação de Empresa Especializada na Elaboração, Aprovação e Construção do Projeto do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, bem como sua locação e realização da respectiva manutenção pelo prazo contratual, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL	
Resposta ao:	Memorando 154 (0016679634)
Indicação do Projeto/Atividade:	10.302.2034.4009 - Assegurar Atendimento em Saúde nas Unidades Hospitalares
Indicação da Fonte de Recursos:	0300 - Recursos Ordinários
Natureza da Despesa:	33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 Os serviços prestados serão pagos mensalmente. Ao emitir cada Nota Fiscal, a contratada deverá detalhar os serviços prestados no âmbito da respectiva Ordem de Serviço.

13.2 Os pagamentos serão efetuados nos termos estabelecidos no CONTRATO, mediante apresentação dos documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, e ocorrerá sempre em até 30 (trinta) dias consecutivos da apresentação da Nota Fiscal correspondente, devidamente conferida e aceita pela SESAU.

13.3 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

13.4 Antes do pagamento, a SESAU realizará consulta online para verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, devendo o resultado ser juntado ao processo de pagamento.

13.5 Caso haja irregularidade na manutenção das condições de habilitação da Contratada, haverá retenção de pagamento, sendo a contratada notificada para que regularize sua situação fiscal ou trabalhista, sob pena de advertência e multa. Após a aplicação de tais penalidades, persistindo a irregularidade, a contratada será notificada para que regularize sua situação, sob pena de rescisão contratual, de execução da garantia para ressarcimento dos valores devidos ao Governo do Estado de Rondônia, bem como da aplicação da penalidade prevista artigo 47 da Lei Federal n. 12.462, de 04 de agosto de 2011.

13.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal de Porto Velho.

13.7 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo Art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

13.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento. A contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que por ventura não tenha sido acordada no contrato.

13.9 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I=(TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

13.10 A SESAU pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, o preço integrante da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os insumos e transportes, bem como impostos, taxas, custos financeiros, lucros e bonificações, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

14. GARANTIAS DE EXECUÇÃO

14.1 A Licitante julgada vencedora, para garantia do cumprimento das obrigações contratuais, deverá prestar Garantia, no importe correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor total do contrato, e ser realizada em uma das modalidades dispostas no art. 56, § 1º da Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2 A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela contratada referentes a:

- a) prejuízos ou danos causados ao Governo do Estado de Rondônia;
- b) prejuízos ou danos causados a terceiros pela Contratada;
- c) toda e qualquer multa contratual;
- d) débitos da empresa para com os encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas relacionados com o presente contrato, tais como: INSS, FGTS, impostos, salários, vales- transporte, vales-refeição, verbas rescisórias etc.;
- e) quaisquer obrigações não cumpridas pela Contratada em relação ao contrato previstas no ordenamento jurídico do país;
- f) Multas aplicadas por órgãos oficiais.

14.3 A garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato. No caso de garantia na modalidade fiança bancária deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 e 835 do Código Civil. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

14.4 Se o valor da garantia for usado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

15. CONDIÇÕES GERAIS

15.1 A Contratada deverá manter sigilo de todas as informações a que tiver acesso em função da execução do contrato. Nenhum dado, seja obtido diretamente nos levantamentos ou por qualquer outro meio, pode ser levado ao conhecimento de qualquer pessoa estranha a SESAU, sob pena de sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

15.2 O descumprimento da obrigação de sigilo por parte da Contratada, revelando informações e dados confidenciais ou facilitando sua revelação, importará em aplicação das penalidades dispostas no contrato.

15.3 A assinatura do contrato implica a aceitação plena das condições estabelecidas neste Termo de Referência e demais documentos da licitação. Ao aceitá-las, a Contratada assumirá a única e irrecusável responsabilidade pelo correto e completo cumprimento de seus preceitos.

15.4 Toda e qualquer despesa com material, transportes, equipamentos, alojamento de pessoal, mão de obra, bem como aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços serão por conta da Contratada.

15.5 Os serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente às normas e especificações técnicas.

15.6 As atividades serão executadas sob supervisão e orientação de servidores da SESAU. Os casos não abordados serão definidos pela Fiscalização, para manter o padrão de qualidade previsto para os serviços.

15.7 As licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à licitação, dirimindo oportunamente suas dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões que não poderão ser alegadas em favor de pretensões de acréscimos dos preços propostos.

15.8 Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a Contratada cobrar serviços extras ou alterar a composição de seus preços unitários.

15.9 A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da Contratada, desde que o referido profissional não atenda à qualificação exigida ou prejudique o desenvolvimento do trabalho, faltando com a urbanidade e civilidade.

15.10 Todas as questões, reclamações trabalhistas, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de erros, danos ou quaisquer prejuízos causados pela Contratada serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo, em nenhuma hipótese, responsabilidade subsidiária ou solidária por parte do Governo do Estado de Rondônia.

15.11 A Contratada deverá interromper total ou parcialmente a execução dos serviços sempre que:

I - assim estiver previsto e determinado no edital ou no contrato;

II - for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos estabelecidos no presente documento, no EDITAL, no CONTRATO e no CONTRATO DA CONTA GARANTIA; ou

III - a Fiscalização determinar ou autorizar formalmente.

15.12 A Contratada ficará responsável por lavrar as atas das reuniões pertinentes ao objeto do contrato, realizadas com as partes envolvidas, incluindo órgãos públicos, empreiteiros, fornecedores e demais interessados no projeto. Uma cópia deverá ser encaminhada, em até 2 (dois) dias úteis à Fiscalização e deverá fazer parte do relatório mensal.

15.13 As normas de segurança constantes deste TERMO DE REFERÊNCIA não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais, estaduais e municipais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de imperícia, imprudência ou negligência nas precauções exigidas no trabalho para execução dos serviços.

15.14 A Contratada deverá tomar todas as providências na proteção ao meio ambiente, no âmbito interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos ou aborrecimentos às pessoas ou propriedades privadas ou públicas.

15.15 O acompanhamento das atividades dos técnicos da Contratada por parte da Fiscalização não exime a responsabilidade técnica da Contratada sobre tais atividades, nem caracteriza responsabilidade técnica solidária da SESAU.

15.16 A Contratada deverá se comunicar com a Fiscalização por escrito. Caso ocorra comunicação via telefone, ela deve ser formalizada posteriormente por escrito, por correspondência física ou eletrônica, com aviso de recebimento.

15.17 A Contratada e a Fiscalização manterão, durante o desenvolvimento dos trabalhos, a necessária comunicação para facilitar o acompanhamento e a execução do contrato, podendo a SESAU convocar a qualquer tempo quantas reuniões forem consideradas necessárias.

15.18 As reuniões, a serem realizadas conforme agenda preestabelecida e registradas em atas formalizadas, objetivarão discutir problema s surgidos no desenvolvimento dos trabalhos, sendo que:

I. a Contratada fará exposições complementares e específicas sobre o desenvolvimento dos serviços relativos aos temas previstos, inclusive acerca de suas propostas sobre alternativas envolvidas no prosseguimento dos trabalhos, bem como sobre os seus requerimentos de orientações;

II. a Fiscalização comunicará à Contratada as orientações necessárias ao desenvolvimento dos serviços referentes às matérias contidas na agenda da reunião, preferivelmente no decurso desta ou no prazo estabelecido pela mesma;

III. Os custos destas reuniões estão incluídos no valor total do contrato.

15.19 A Contratada abrirá, a partir do início dos serviços, livro denominado Diário de Obras, cujo preenchimento e guarda ficará a cargo da Contratada em campo durante os serviços e, posteriormente, no escritório da Contratada. Todas as instruções da Fiscalização, as solicitações e reivindicações da Contratada serão registradas no Diário de Obras.

15.20 A Contratada deverá equipar seu escritório e equipe de campo permitindo ampla comunicação com a SESAU, informando seu correio eletrônico.

15.21 Toda a documentação técnica elaborada pela Contratada relativa a obras e projetos, será de propriedade exclusiva da SESAU, que dela se utilizará conforme melhor lhe convier.

15.22 Todos os dados gerados durante a elaboração dos projetos, da execução da obra deverão ser encaminhados mensalmente à SEP/PR em meio eletrônico, e impresso quando requeridos pela Fiscalização.

16. ANEXOS

Anexo I: Dados Perfil Assistencial - Hospital Estadual de Urgência e Emergência de Rondônia - HEURO (0016155903).

Anexo II: Justificativa para escolha da localidade para Construção da Nova Unidade Hospitalar (0016155902).

Porto Velho, 30 de março de 2021.

Elaborado por: **VICTÓRIA CRISTINA BELARMINO DA SILVA**, Assessora Técnica de Compras - GECOMP/SESAU, Matrícula: 300.164.058

Revisado por: **JAQUELINE TEIXEIRA TEMO**, Gerente de Compras - GECOMP/SESAU, Matrícula: 300.105.039

Revisado por: **GIOHANA BRUNA ARRUDA DIAS**, Assessora Especial III, ASTEC/SESAU, Matrícula: 300.157.738

Revisado por: **KEITI SILVA DE OLIVEIRA**, Técnica de Enfermagem - Gerente de Programas Estratégicos da Saúde - GPES/SESAU, Matrícula: 300.145.607

Na Forma do que dispõe o Artigo 7º parágrafo 2º e incisos I, II e III da Lei nº 8.666/93, **aprovo, declaro e dou fé no presente Termo de Referência.**

(Assinado Eletronicamente)

Secretário de Estado da Saúde de Rondônia

SESAU-RO



Documento assinado eletronicamente por **Giohana Bruna Arruda Dias, Assessor(a)**, em 30/03/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Keiti Silva de Oliveira, Assessor(a)**, em 30/03/2021, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Teixeira Temo, Gerente**, em 30/03/2021, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Victória Cristina Belarmino da Silva, Assessor(a)**, em 30/03/2021, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO RODRIGUES MAXIMO, Secretário(a)**, em 30/03/2021, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0017043509** e o código CRC **A382818D**.



AVISO DE LICITAÇÃO

REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO Nº 001/2021/CELHEURO/SUPEL/RO

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de suo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria nº 19/2021/SUPEL-CI, publicada no DOE do dia 02.02.2021, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO**, sob o nº **001/2021/CELHEURO/SUPEL/RO**, sob o regime de **EMPREITADA INTEGRAL**, de acordo com a Lei Federal nº 12.462, de 04 de agosto de 2011, com a Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, com a Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, com a Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, com a demais legislação correlata, nos termos da minuta padrão aprovada pela (ASSESSORIA JURÍDICA), realizará, sob condução da Comissão especial de licitação do Hospital de Urgência e Emergências de Rondônia – CELHEURO, constituída pela Portaria nº 81/2020/SUPEL-GAB, de 25/06/2020, a abertura de licitação, destinada a contratação da elaboração do projeto, aprovação e construção do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem como sua locação e realização da respectiva manutenção pelo prazo contratual, visando atender as necessidades da **SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE – SESAU**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0036.051446/2021-28

OBJETO: Elaboração, aprovação e construção do projeto do prédio do Hospital de Urgências e Emergências de Porto Velho, segundo as necessidades da Administração, bem como sua locação e realização da respectiva manutenção pelo prazo contratual, conforme requisitos construtivos deste Edital, mediante critério de MENOR PREÇO DO VALOR DE PAGAMENTO MENSAL, sob regime de EMPREITADA INTEGRAL, com fundamento legal no Edital e seus Anexos, na Lei Federal n. 12.462, de 04 de agosto de 2011, na Lei Federal n. 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Federal n. 13.140, de 26 de junho de 2015, na Lei Complementar Estadual n. 1.051, de 12 de dezembro de 2019, bem como, no que for aplicável, na legislação correlata.

DATA DE ABERTURA: 07 de junho de 2021, às 10h00min. (Horário de Brasília- DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.supel.ro.gov.br

LOCAL: As sessões da LICITAÇÃO ocorrerão na Rua XV de Novembro, 275, Centro, CEP 01013-001, São Paulo/SP, nas dependências da B3, nas datas e horários designados no CRONOGRAMA do EDITAL.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no site www.supel.ro.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo(a) Presidente(a) e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual Licitações, pelo telefone (69) 3212- 9263 e/ou e-mail: celheuro@gmail.com, ou no endereço sito a Av. Farquar, S/N, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036.

Porto Velho-RO, 16 de abril de 2021.

IAN BARROS MOLLMANN
PRESIDENTE - CELHEURO/SUPEL-RO